



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ
RUA AMÉLIA LOUZADA, 277 - CENTRO | CEP. 23815-180 / ITAGUA-RJ
T: (21) 2688-1136 | T: (21) 2688-1236

Nome do documento

DISTRIBUIÇÃO

Processo nº: 077/2024

07/02/2024

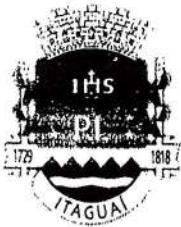
Interessado em: Procuradoria

Assunto:

Solicitação de criação de
Comissão Parlamentar de
Inquérito dos serviços essenciais.
Resolução 004/2024.

Procuradoria

VOL 06



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUAI
PODER LEGISLATIVO



TERMO DE ABERTURA DE VOLUME

Ao trigésimo dia do mês de abril de 2024, procedemos a abertura deste volume nº 06 do processo nº 077/2024, a partir da folha 1102.

Sem mais,




ANÁLIA DE OLIVEIRA ALVES
Chefe de Protocolo
matrícula: 00042



Ativos e passivos financeiros do setor	Circulante				Não circulante		Total em 31.12.2020	
	Valores homologados ⁽¹⁾		Próximos reajustes		Próximos reajustes			
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	-	-	64.884	-	17.075	-	81.959	-
Custo de aquisição de energia	-	-	-	(141.391)	-	(37.208)	-	(178.599)
Encargo do Serviço do Sistema – ESS	-	-	151.035	-	39.746	-	190.781	-
PROINFA	-	-	3.750	-	987	-	4.737	-
Transporte de energia elétrica - Itaipu	-	-	-	(2.595)	-	(684)	-	(3.279)
Transporte de energia pela rede básica	-	-	22.969	-	6.045	-	29.014	-
Itens da Parcela A	-	-	242.638	(143.986)	63.853	(37.892)	306.491	(181.878)
Outros itens financeiros	-	-	-	(237.503)	-	(62.501)	-	(300.004)
Sobrecontratação de energia e exposição involuntária	-	-	112.840	-	29.694	-	142.534	-
Neutralidade da Parcela A	-	-	109.902	-	28.922	-	138.824	-
Devoluções tarifárias	-	-	-	(25.530)	-	(6.718)	-	(32.248)
Itens financeiros	-	-	222.742	(263.033)	58.616	(69.219)	281.358	(332.252)
Ativos (passivos) financeiros do setor, bruto	-	-	465.380	(407.019)	122.469	(107.111)	587.849	(514.130)
Apresentação pelo líquido			(407.019)	407.019	(107.111)	107.111	(514.130)	514.130
Ativos (passivos) financeiros do setor, líquido	-	-	58.361	-	15.358	-	73.719	-

^(a) Em 31 de dezembro de 2020, os saldos homologados encontram-se zerados por conta do recebimento da Conta Covid.

Segue abaixo a movimentação dos saldos de ativos e passivos financeiros do setor nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

SALDO EM 31.12.2019		662.067
Constituição ^(a)		1.208.271
Amortização ^(a)		(456.782)
Recebimento de recursos de CCRBT ^(a)		(38.643)
Recebimento Conta-Covid		(1.326.043)
Atualização Selic (Nota 30)		24.849
SALDO EM 31.12.2020		73.719
Constituição ^(a)		1.211.646
Amortização ^(a)		289.593
Recebimento de recursos de CCRBT ^(a)		(50.312)
Valores a serem restituídos a consumidores - Crédito de PIS/COFINS ^(b)		(374.196)
Atualização Selic (Nota 30)		53.469
SALDO EM 31.12.2021		1.203.919

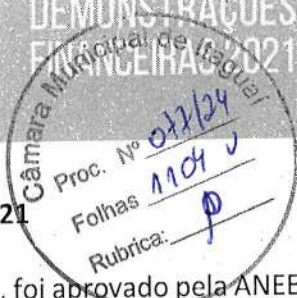
^(a) Saldos reconhecidos no resultado em receita líquida, na rubrica "ativos e passivos financeiros do setor" (Nota 28), que incluíram os recursos da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT).

^(b) Valor reclassificado da rubrica valores a serem restituídos a consumidores (Nota 7.1).

Segue abaixo a movimentação do saldo de ativos e passivos financeiros por ciclo tarifário:

Ativos e passivos financeiros por ciclo tarifário	31.12.2021			31.12.2020		
	Homologado pela ANEEL no reajuste de 09.03.2021	Valores que serão homologados nos próximos reajustes tarifários	Total	Homologado pela ANEEL no reajuste de 10.03.2020	Valores que serão homologados nos próximos reajustes tarifários	Total
Saldo homologado pela ANEEL	(631.543)	-	(631.543)	512.386	-	512.386
Ativos e passivos financeiros do setor (amortização/constituição)	360.525	1.512.438	1.872.963	(512.386)	105.967	(406.419)
Devoluções tarifárias ^(a)	(5.335)	(32.166)	(37.501)	-	(32.248)	(32.248)
TOTAL	(276.353)	1.480.272	1.203.919	-	73.719	73.719

^(a) Refere-se a ultrapassagem de demanda e excedente de reativos a serem faturados para os consumidores e repassados pela tarifa diretamente através da Parcela B.



9.1 Reajuste tarifário 2021

Em 09 de março de 2021, foi aprovado pela ANEEL o processo de reajuste das tarifas da Companhia. O resultado homologado através da Resolução Homologatória 2.835/2021, representa um reajuste tarifário médio para o consumidor de 6,75%, e engloba todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial, rural e outras). O índice de reajuste é constituído de dois componentes: (i) estrutural, que passa a integrar a tarifa, de 18,39%, compreendido pelos custos não gerenciáveis (Parcela A) e gerenciáveis (Parcela B); e (ii) componente financeiro negativo que somam 11,64%, aplicado exclusivamente aos próximos 12 meses, onde, dentre outros, foi considerado a devolução integral dos recursos recebidos da Conta-Covid, bem como início do processo de devolução dos valores oriundos de créditos tributários referentes ao trânsito em julgado da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. As novas tarifas entraram em vigor a partir de 15 de março de 2021.

10. OUTROS CRÉDITOS

Outros créditos	31.12.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Adiantamento a fornecedores	1.842	-	1.842	4.954	-	4.954
Contribuição iluminação pública	182.671	-	182.671	142.238	-	142.238
Dispêndios a reembolsar	31.905	-	31.905	14.460	-	14.460
Desativações e alienações em curso	22.894	-	22.894	80.478	-	80.478
Subvenção por redução de consumo	169.215	-	169.215	-	-	-
Subvenções governamentais ^(a)	61.464	-	61.464	50.473	-	50.473
Restituição de valores cobrados - Acordo Furnas	120.000	-	120.000	40.000	120.000	160.000
Outros	1.446	1.078	2.524	2.113	-	2.113
TOTAL	591.437	1.078	592.515	334.716	120.000	454.716

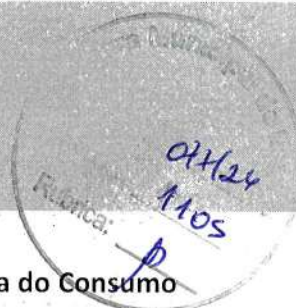
^(a) Inclui subvenção de baixa renda e subvenção CDE.

Restituição de valores cobrados pelo fornecimento de energia elétrica – Acordo com Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas")

Em 22 de dezembro de 2020, a Companhia celebrou acordo para encerrar a demanda judicial indenizatória contra Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas") que discutia a restituição de valores cobrados pelo fornecimento de energia elétrica no ano de 1986.

No acordo firmado, a Companhia aceitou receber R\$496.000 da seguinte forma: (i) R\$336.000, em parcela única, recebida em 28 de dezembro de 2020; (ii) R\$40.000, em parcela única, com vencimento em 05 de dezembro de 2021; e (iii) R\$120.000, em parcela única.

Para a parcela de R\$120.000, Furnas listou uma série de 22 ativos que poderão ser dados como parte do pagamento, sujeitos, todavia à aprovação da ANEEL, e se forem homologados passarão a integrar a base regulatória da Companhia. Neste caso, serão monetizados por meio do emprego em suas atividades operacionais.



Subvenção por redução de consumo - Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica

Em 31 de dezembro de 2021, a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética ("CREG"), emitiu a Resolução nº 2, que instituiu o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica, com o objetivo de estabelecer medidas emergenciais para o enfrentamento da atual situação de escassez hídrica.

A normativa estabeleceu que o programa deveria ser implementado mediante a concessão de bônus em fatura, no valor de R\$50,00 (cinquenta reais) para cada 100 (cem) kWh, em contrapartida da redução média verificada do consumo e, que os custos serão recuperados por meio do encargo destinado à cobertura dos Custos do Serviço do Sistema. Esse bônus vai ser concedido diretamente nas faturas de energia elétrica de cada consumidor, a partir do mês de janeiro de 2022, e em contrapartida a Companhia reconhecerá uma receita de subvenção governamental, em montante equivalente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o montante estimado de bônus por redução voluntária do consumo a serem repassados aos consumidores (Nota 25) foi de R\$169.215, tendo como contrapartida uma redução no resultado operacional. Por outro lado, o direito de ressarcimento pelo bônus concedido foi reconhecido no ativo circulante da rubrica "outros créditos" e, tendo como contrapartida a rubrica de receita para recompor o resultado operacional (Nota 28).

11. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Ativo indenizável ao final da concessão	Ativo financeiro bruto	Obrigações especiais	Ativo financeiro líquido
SALDO EM 31.12.2019	5.924.655	(1.176.361)	4.748.294
Adições ^(a)	228.340	(8.072)	220.268
Valor justo - atualização VNR (Nota 28)	302.693	(59.821)	242.872
Baixas	(14.121)	-	(14.121)
SALDO EM 31.12.2020	6.441.567	(1.244.254)	5.197.313
Adições ^(a)	1.131.895	(30.640)	1.101.255
Valor justo - atualização VNR (Nota 28)	701.008	(126.777)	574.231
Baixas	(50.811)	-	(50.811)
SALDO EM 31.12.2021	8.223.659	(1.401.671)	6.821.988

^(a) Transferência proveniente da bifurcação dos ativos quando da entrada em serviço (vide Notas 12 e 15).

12. ATIVO DE CONTRATO

Ativo de contrato	Direito de uso da concessão	Obrigações especiais - direito de uso da concessão	Total
SALDO EM 31.12.2019	561.086	(64.133)	496.953
Adições	801.079	(8.317)	792.762
Transferências para intangível (Nota 15)	(316.765)	10.418	(306.347)
SALDO EM 31.12.2020	1.045.400	(62.032)	983.368
Adições	969.028	(18.944)	950.084
Transferências para intangível (Nota 15)	(1.412.878)	37.680	(1.375.198)
SALDO EM 31.12.2021	601.550	(43.296)	558.254

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi incorporado ao ativo de contrato, a título de capitalização de juros, o montante de R\$17.656 (R\$40.259 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020), cuja taxa média de capitalização foi de 7,8% ao ano.

13. INVESTIMENTOS

Investimentos	31.12.2021	31.12.2020
Avaliado a valor justo ^(a)	29.659	26.497
Bens não vinculados a atividade de concessão ^(b)	4.465	4.761
TOTAL	34.124	31.258

^(a) A Companhia detém investimentos avaliados a valor justo, que representam algumas participações societárias em outras empresas.
^(b) Bens não vinculados a atividade de concessão é composto por edificação que se encontra disponível para locação.

14. IMOBILIZADO

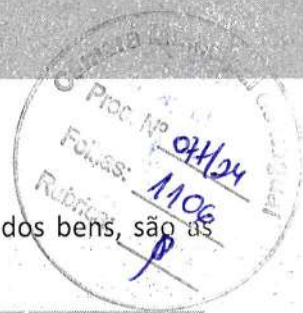
Imobilizado	31.12.2021				31.12.2020
	Taxa média anual (%)	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Distribuição	4,69	21.231	(20.684)	547	625
Administração	7,96	530.456	(338.756)	191.700	165.580
Comercialização	7,96	10.247	(9.007)	1.240	1.462
		561.934	(368.447)	193.487	167.667
Obrigações especiais		(398)	110	(288)	(305)
EM SERVIÇO		561.536	(368.337)	193.199	167.362
Administração		116.109	-	116.109	108.170
EM CURSO		116.109	-	116.109	108.170
TOTAL		677.645	(368.337)	309.308	275.532

^(a) Imobilizado da distribuição refere-se a equipamentos que não estão vinculados a concessão.

Segue abaixo a mutação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

Imobilizado	Em serviço				Em curso		Total do Imobilizado
	Custo	Depreciação acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Valor líquido	
Saldo 31 de dezembro de 2019	490.474	(313.994)	(319)	176.161	68.533	68.533	244.694
Adições	-	-	-	-	60.994	60.994	60.994
Baixas	(47)	47	-	-	-	-	-
Depreciação	-	(26.762)	14	(26.748)	-	-	(26.748)
Transferências entre curso e serviço	17.869	-	-	17.869	(17.869)	(17.869)	-
Transferências do (para o) intangível	80	-	-	80	(3.488)	(3.488)	(3.408)
Saldo 31 de dezembro de 2020	508.376	(340.709)	(305)	167.362	108.170	108.170	275.532
Adições	-	-	-	-	76.682	76.682	76.682
Baixas	(1.387)	1.202	-	(185)	(1)	(1)	(186)
Depreciação	-	(28.940)	17	(28.923)	-	-	(28.923)
Transferências entre curso e serviço	51.881	-	-	51.881	(51.881)	(51.881)	-
Transferências do (para o) intangível	3.064	-	-	3.064	(16.861)	(16.861)	(13.797)
Saldo 31 de dezembro de 2021	561.934	(368.447)	(288)	193.199	116.109	116.109	309.308

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi incorporado ao ativo imobilizado, a título de capitalização de juros, o montante de R\$0 (R\$266 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019), cuja taxa média de capitalização foi de 7,8% ao ano.



14.1 Taxas anuais de depreciação:

As principais taxas anuais de depreciação, com base na estimativa da vida útil dos bens, são as seguintes:

DISTRIBUIÇÃO	%	ADMINISTRAÇÃO	%
Banco de capacitores	6,67	Edificações	3,33
Chave de distribuição	6,67	Equipamento geral	6,25
Condutor do sistema	3,57	Veículos	14,29
Disjuntor	3,03		
Edificações	3,33		
Estrutura do sistema	3,57		
Medidor	7,69		
Regulador de tensão	4,35		
Religador	4,00		
Transformador	4,00		

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável para os ativos imobilizados em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

Para os ativos imobilizados que não possuem garantia de indenização, os itens são depreciados pelo método linear respeitando a vida útil do bem.

15. INTANGÍVEL

Intangível	31.12.2021			31.12.2020
	Custo Histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Direito de uso da concessão	8.549.801	(6.094.021)	2.455.780	2.575.179
Outros ^(a)	1.146.476	(956.387)	190.089	126.535
	9.696.277	(7.050.408)	2.645.869	2.701.714
Obrigações especiais	(756.382)	403.294	(353.088)	(397.043)
EM SERVIÇO	8.939.895	(6.647.114)	2.292.781	2.304.671
Outros ^(a)	163.079	-	163.079	154.639
EM CURSO	163.079	-	163.079	154.639
TOTAL	9.102.974	(6.647.114)	2.455.860	2.459.310

^(a) Inclui, basicamente, softwares e licenças

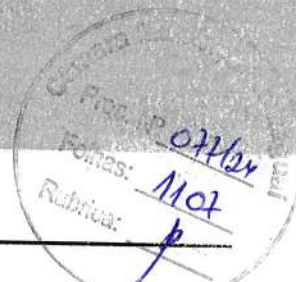
Segue abaixo a mutação do intangível nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

Intangível	Em serviço				Em curso			Total do Intangível
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldo 31 de dezembro de 2019	9.444.360	(6.277.107)	(450.800)	2.716.453	116.105	-	116.105	2.832.558
Adições	-	-	-	-	54.979	(6.550)	48.429	48.429
Baixas	(49.716)	32.868	-	(16.848)	-	-	-	(16.848)
Amortização	-	(553.563)	62.654	(490.909)	-	-	-	(490.909)
Transferências entre curso e serviço	16.366	-	(6.550)	9.816	(16.366)	6.550	(9.816)	-
Transferências do (para o) imobilizado	3.488	-	-	3.488	(80)	-	(80)	3.408
Transferências do ativo de contrato	316.765	-	(10.418)	306.347	-	-	-	306.347
Transferências para o ativo financeiro da concessão ^(a)	(228.340)	-	8.072	(220.268)	-	-	-	(220.268)
Reclassificação contas	(3.407)	-	-	(3.407)	-	-	-	(3.407)
Saldo 31 de dezembro de 2020	9.499.516	(6.797.802)	(397.042)	2.304.672	154.638	-	154.638	2.459.310
Adições	-	-	-	-	133.626	(12.811)	120.815	120.815
Baixas	(223.204)	331.713	-	108.509	-	-	-	108.509
Amortização	-	(584.319)	63.805	(520.514)	-	-	-	(520.514)
Transferências entre curso e serviço	121.894	-	(12.811)	109.083	(121.894)	12.811	(109.083)	-
Transferências do (para o) imobilizado	17.088	-	-	17.088	(3.291)	-	(3.291)	13.797
Transferências do ativo de contrato	1.412.878	-	(37.680)	1.375.198	-	-	-	1.375.198
Transferências para o ativo financeiro da concessão ^(a)	(1.131.895)	-	30.640	(1.101.255)	-	-	-	(1.101.255)
Saldo 31 de dezembro de 2021	9.696.277	(7.050.408)	(353.088)	2.292.781	163.079	-	163.079	2.455.860

^(a) Transferência para o ativo financeiro da concessão proveniente da bifurcação dos ativos quando da entrada em serviço, e transferência do ativo financeiro da concessão referente às obrigações especiais, vide Nota 12.

16. FORNECEDORES

Fornecedores	31.12.2021	30.12.2020
Comercialização no mercado de curto prazo	237.945	373.554
Encargos de uso da rede elétrica	105.250	130.789
Energia livre - ressarcimento às geradoras	119.169	114.121
Leilões de energia	525.331	344.148
Itaipu binacional	367.675	265.699
UTE Norte Fluminense	383.722	192.982
Materiais e serviços	309.242	145.223
TOTAL	2.048.334	1.566.516


17. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR

Tributos e contribuições a pagar	31.12.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a pagar ^(a)	246.287	155.346	401.633	119.258	120.374	239.632
Parcelamento - Lei 11.941/09	23.295	44.259	67.554	23.741	71.399	95.140
Outros	6.823	-	6.823	6.517	-	6.517
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR	276.405	199.605	476.010	149.516	191.773	341.289
IRRF a pagar	120	-	120	841	-	841
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A PAGAR	120	-	120	841	-	841
TOTAL	276.525	199.605	476.130	150.357	191.773	342.130

^(a) O ICMS a pagar, registrado no passivo não circulante, é decorrente de faturas parceladas.

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Financiador	Circulante			Não circulante		Total	Total
	Principal	Encargos	Total	Principal	Total	31.12.2021	31.12.2020
TN - Par Bond	-	2.805	2.805	217.190	217.190	219.995	204.865
TN - Caução - Par Bond	-	-	-	(207.905)	(207.905)	(207.905)	(194.568)
TN - Discount Bond	-	409	409	151.548	151.548	151.957	141.809
TN - Caução - Discount Bond	-	-	-	(144.759)	(144.759)	(144.759)	(135.265)
4131 Citibank 2019	-	-	-	-	-	-	-
4131 Citibank 2021	-	9	9	223.220	223.220	223.229	416.087
Bonds 2018	-	-	-	-	-	-	1.366.652
Bonds 2021	-	3.527	3.527	2.232.200	2.232.200	2.235.727	-
Subtotal - Moeda estrangeira	-	6.750	6.750	2.471.494	2.471.494	2.478.244	1.799.580
Custo de captação	-	-	-	(27.730)	(27.730)	(27.730)	(8.989)
Custos - Moeda estrangeira	-	-	-	(27.730)	(27.730)	(27.730)	(8.989)
MOEDA ESTRANGEIRA - TOTAL	-	6.750	6.750	2.443.764	2.443.764	2.450.514	1.790.591
CCB - IBM 2019	-	-	-	-	-	-	416
BNDES - Capex 2013/14 Sub A	-	-	-	-	-	-	8.335
BNDES - Capex 2013/14 Sub B	-	-	-	-	-	-	5.668
BNDES - Capex 2013/14 Sub C	-	-	-	-	-	-	51.230
BNDES - Capex 2013/14 Sub D	-	-	-	-	-	-	171
BNDES - Capex 2013/14 Sub E	-	-	-	-	-	-	116
BNDES - Capex 2017/18	-	-	-	-	-	-	226.341
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub D	-	-	-	-	-	-	2.427
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub E	-	-	-	-	-	-	2.440
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub F	-	-	-	-	-	-	1.881
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub G	-	-	-	-	-	-	4.828
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub H	-	-	-	-	-	-	448
FINEP - Inovação e Pesquisa	9.664	17	9.681	-	-	9.681	32.914
Nota Promissória - 5ª NP	100.000	10.065	110.065	-	-	110.065	208.212
FIDC 2018 Série A	207.653	2.646	210.299	349.614	349.614	559.913	747.669
FIDC 2018 Série B	97.728	651	98.379	146.591	146.591	244.970	309.635
Fianças bancárias diversas	-	64	64	-	-	64	60
Cotas Subordinadas FIDC	-	-	-	(35.050)	(35.050)	(35.050)	(38.046)
Retenção FIDC	(30.016)	-	(30.016)	-	-	(30.016)	(26.668)
Subtotal - Moeda nacional	385.029	13.443	398.472	461.155	461.155	859.627	1.538.077
Custo de captação	(8.832)	-	(8.832)	(10.260)	(10.260)	(19.092)	(31.970)
Custos - Moeda nacional	(8.832)	-	(8.832)	(10.260)	(10.260)	(19.092)	(31.970)
MOEDA NACIONAL - TOTAL	376.197	13.443	389.640	450.895	450.895	840.535	1.506.107
TOTAL	376.197	20.193	396.390	2.894.659	2.894.659	3.291.049	3.296.698

Segue abaixo quadro com condições contratuais dos empréstimos e financiamentos existentes em 2021:

Financiador	Data de assinatura	Moeda	Taxa de juros a.a. (%)	Taxa efetiva (%)	Amortização do principal		
					Forma de pagamento	Início	Término
TN - Par Bond	29.04.1996	US\$	USD + 6,00%	7,16%	Única	Abr/2024	Abr/2024
TN - Caução - Par Bond	29.04.1996	US\$	US Treasury	-	Única	Abr/2024	Abr/2024
TN - Discount Bond	29.04.1996	US\$	Libor 6M + 0,8125%	1,15%	Única	Abr/2024	Abr/2024
TN - Caução - Discount Bond	29.04.1996	US\$	US Treasury	-	Única	Abr/2024	Abr/2024
4131 Citibank 2019 ^(a)	05.09.2019	US\$	CDI + 1,50%	N/A	Anual	Mar/2020	Set/2021
4131 Citibank 2021	03.05.2018	US\$	CDI + 1,85%	6,32%	Única	Mar/2025	Mar/2025
Bonds 2018 ^(a)	03.05.2018	US\$	142,79% do CDI	N/A	Única	Mai/2023	Mai/2023
Bonds 2021	18.06.2021	US\$	143,43% do CDI	6,30%	Única	Jun/2026	Jun/2026
CCB - IBM 2019 ^(b)	09.05.2019	R\$	CDI	N/A	Mensal	Mai/2019	Mai/2021
BNDES - Capex 2013/14 Sub A ^(b)	28.11.2014	R\$	TJLP + 2,78%	N/A	Mensal	Abr/2015	Mar/2021
BNDES - Capex 2013/14 Sub B ^(b)	28.11.2014	R\$	SELIC + 2,78%	N/A	Mensal	Mar/2015	Mar/2021
BNDES - Capex 2013/14 Sub C ^(b)	28.11.2014	R\$	6,00%	N/A	Mensal	Abr/2015	Ago/2024
BNDES - Capex 2013/14 Sub D ^(b)	28.11.2014	R\$	TJLP + 2,78%	N/A	Mensal	Abr/2015	Mar/2021
BNDES - Capex 2013/14 Sub E ^(b)	28.11.2014	R\$	SELIC + 2,78%	N/A	Mensal	Abr/2015	Mar/2021
BNDES - Capex 2017/18 ^(b)	28.12.2018	R\$	IPCA + 6,14%	N/A	Mensal	Jun/2019	Abr/2025
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub D ^(b)	16.12.2013	R\$	TJLP + 2,58%	N/A	Mensal	Jan/2016	Dez/2021
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub E ^(b)	16.12.2013	R\$	TJLP + 3,58%	N/A	Mensal	Jan/2016	Dez/2021
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub F ^(b)	16.12.2013	R\$	SELIC + 2,58%	N/A	Mensal	Jan/2016	Dez/2023
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub G ^(b)	16.12.2013	R\$	3,50%	N/A	Mensal	Jan/2019	Dez/2021
BNDES - Olimpíadas 2013/16 Sub H ^(b)	16.12.2013	R\$	TJLP	N/A	Mensal	Mai/2016	Mai/2022
FINEP - Inovação e Pesquisa	16.04.2014	R\$	4,00%	4,00%	Mensal	Dez/2020	Dez/2022
Nota Promissória - 5ª NP	27.12.2019	R\$	CDI + 1,25%	5,69%	Anual	Jul/2019	Jun/2024
FIDC 2018 Série A	04.04.2018	R\$	CDI + 1,20%	5,64%	Mensal	Jul/2019	Jun/2024
FIDC 2018 Série B	04.04.2018	R\$	IPCA + 5,75%	16,39%	Mensal	Jul/2019	Jun/2024

^(a) Para as dívidas em moeda estrangeira foram considerados os custos em reais, conforme seus respectivos contratos de swap.
^(b) Liquidados ao longo de 2021.

Abaixo, os montantes dos principais nas operações financeiras relevantes no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram:

- Em 26 de fevereiro de 2021, a Companhia efetuou a amortização antecipada da totalidade do saldo devedor dos contratos de financiamento celebrados com o BNDES no montante total de R\$300.555, com custo médio de IPCA + 5,11% a.a.
- Em 18 de junho de 2021, foram internalizados os recursos captados através da oferta no mercado internacional de *notes units*, no valor total de R\$2.014.120 (USD 400 milhões). As *notes units* têm vencimento em 18 de junho de 2026 e farão jus a juros remuneratórios semestrais de 4,375% ao ano. A Companhia contratou *hedge* para todo o fluxo da operação, na modalidade *full swap*, com custo médio de 143,43% do CDI. Os recursos obtidos serão utilizados pela Companhia para (i) pagamento de dívidas de curto e longo prazo; e (ii) reforço de sua liquidez.

07/10/21
1108
Rubrica: *[assinatura]*

- Em 21 de julho de 2021 foi realizado o resgate antecipado de todas as 7.250% Notes Units com vencimento em 2023, bem como suas respectivas notes subjacentes em circulação no mercado internacional que contemplavam 7.250% notes sênior emitidas pela Companhia garantidas pela Light S.A. O montante pago foi de R\$1.364.090 (USD 260.000) de principal, mais juros e taxas. As respectivas operações de derivativos (NDF's) foram vencidas na mesma data.
- Em 08 de setembro de 2021 a Companhia amortizou a totalidade do saldo devedor da dívida com o Citibank, no valor de R\$414.184 (US\$ 80.000) e mais juros devidos. A respectiva operação de hedge foi liquidada na mesma data.
- Em 30 de setembro de 2021, foi realizada a captação de R\$216.640 (US\$ 40.000) junto ao Citibank pela Companhia com vencimento bullet para março de 2025. A operação possui swap até o final da dívida ao custo de CDI + 1,85% a.a.
- Em 27 de dezembro de 2021, a Companhia quitou a segunda série da 5ª Nota Promissória no valor de R\$100.000 mais juros devidos. Restando a terceira e última série no mesmo valor com vencimento em 27 de dezembro de 2022 ao custo de CDI + 1,25% a.a.

Além das cauções dos contratos em moeda estrangeira celebrado com o Tesouro Nacional (TN), os empréstimos estão garantidos por avais da controladora Light S.A.. Ademais, foram cedidos direitos creditórios, presentes e futuros, da Companhia, sendo disponibilizado anualmente o limite máximo de R\$796.320, para constituição do FIDC.

Em 30 de dezembro de 2021, os empréstimos e financiamentos, líquidos do *swap*, da Companhia tem avais, fianças ou garantias corporativas da controladora Light S.A, no montante de R\$2.446.699 (R\$1.609.447 em 31 de dezembro de 2020).

As parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos, classificadas no passivo não circulante e sem o custo de captação, e os custos com *fees* de *covenants (waivers)* têm os seguintes vencimentos:

Vencimentos	31.12.2021			31.12.2020		
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
2022	-	-	-	463.217	-	463.217
2023	325.401	-	325.401	373.571	1.351.142	1.724.713
2024	135.754	16.074	151.828	179.413	13.546	192.959
2025	-	223.220	223.220	42.103	-	42.103
2026	-	2.232.200	2.232.200	14.035	-	14.035
TOTAL	461.155	2.471.494	2.932.649	1.072.339	1.364.688	2.437.027



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021

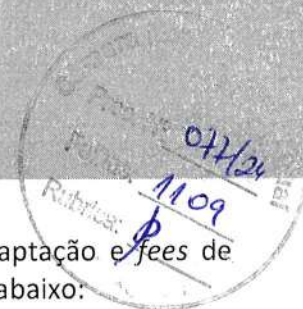
Light SESA CNPJ 60.444.437/0001-46
Companhia de Capital Aberto

A variação percentual das principais moedas estrangeiras e os percentuais dos principais indicadores, base de atualização dos empréstimos, financiamentos e debêntures, teve o seguinte comportamento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

Moedas estrangeiras e indicadores	31.12.2021	31.12.2020
Variação do exercício		
USD - Dólar Americano	7,39%	28,9%
Acumulado do exercício		
IGP-M	17,79%	23,1%
IPCA	10,06%	4,5%
SELIC	4,39%	2,8%
CDI	4,39%	2,8%
TJLP	5,32%	4,6%

Seguem abaixo as movimentações dos empréstimos e financiamentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

Movimentação dos empréstimos e financiamentos	Principal	Encargos	Total
SALDO EM 31.12.2019	3.414.930	20.874	3.435.804
Captações	500.000	-	500.000
Variação monetária e cambial	407.457	-	407.457
Encargos financeiros provisionados	-	224.943	224.943
Encargos financeiros pagos	-	(228.766)	(228.766)
Amortização do principal	(1.066.399)	-	(1.066.399)
Custo de captação	(5.811)	-	(5.811)
Amortização do custo de captação	13.144	-	13.144
Cotas Subordinadas e Retenção – FIDC	2.147	-	2.147
Encargos capitalizados no ativo de contrato e imobilizado	-	14.179	14.179
SALDO EM 31.12.2020	3.265.468	31.230	3.296.698
Captações	2.230.760	-	2.230.760
Variação monetária e cambial	265.480	-	265.480
Encargos financeiros provisionados	-	248.016	248.016
Encargos financeiros pagos	-	(260.673)	(260.673)
Amortização do principal	(2.484.638)	-	(2.484.638)
Custo de captação	24.702	-	24.702
Amortização do custo de captação	(30.565)	-	(30.565)
Cotas Subordinadas e Retenção – FIDC	(351)	-	(351)
Encargos capitalizados no ativo de contrato e imobilizado	-	1.620	1.620
SALDO EM 31.12.2021	3.270.856	20.193	3.291.049



O montante total do principal está apresentado líquido dos custos com a captação e fees de *covenants (waivers)* dos empréstimos. Estes custos estão detalhados no quadro abaixo:

Movimentação dos custos de captação	Custo Total	Saldo a amortizar em 31.12.2019	Custo	Amortização do custo	Saldo a amortizar em 31.12.2020	Custo	Amortização do custo	Saldo a amortizar em 31.12.2021
BNDES - Capex	5.435	4.803	-	(758)	4.045	-	(4.045)	-
Nota Promissória - 5ª NP	5.811	-	5.811	(1.826)	3.985	-	(1.992)	1.993
FIDC 2018	41.032	30.780	-	(6.840)	23.940	-	(6.841)	17.099
Bonds 2018	27.846	12.709	-	(3.720)	8.989	-	(8.989)	-
Bonds 2019	30.565	-	-	-	-	30.565	(2.835)	27.730
TOTAL	110.689	48.292	5.811	(13.144)	40.959	30.565	(24.702)	46.822

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez relacionados a empréstimos e financiamentos é divulgada na Nota 31.

Covenants

A Companhia possui cláusulas que podem gerar antecipação do vencimento de dívidas em determinados contratos de empréstimos e financiamentos, inclusive vencimento cruzado (*cross default*). O vencimento antecipado só ocorre quando do não atendimento a pelo menos um dos indicadores financeiros em dois trimestres consecutivos ou quatro trimestres intercalados ou quando do não cumprimento de determinados *covenants* não financeiros. Os empréstimos com o Citibank e a 5ª Nota Promissória preveem a manutenção de indicadores de dívida líquida/EBITDA e cobertura de juros (*covenants*). Já os Bonds possuem cláusulas restritivas por incorrência de dívida (*covenants*). Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia atendeu aos indicadores requeridos contratualmente.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021

Light SCSA CNPJ 60.444.437/0001-46
Companhia de Capital Aberto

19. DEBÊNTURES

Emissão	Circulante			Não circulante		Total	Total
	Principal	Encargos	Total	Principal	Total	31.12.2021	31.12.2020
8ª Emissão	39.151	1.439	40.590	156.698	156.698	197.288	235.513
9ª Emissão Série A	-	-	-	-	-	-	250.962
9ª Emissão Série B	110.189	1.666	111.855	110.189	110.189	222.044	673.249
13ª Emissão	574.754	8.903	583.657	-	-	583.657	527.136
15ª Emissão Série 1	-	9.237	9.237	648.005	648.005	657.242	593.332
15ª Emissão Série 2	80.000	1.653	81.653	-	-	81.653	161.372
16ª Emissão Série 1	132.500	2.375	134.875	-	-	134.875	133.276
16ª Emissão Série 2	-	7.895	7.895	422.950	422.950	430.845	425.738
16ª Emissão Série 3	-	1.180	1.180	62.500	62.500	63.680	62.925
17ª Emissão Série 1	500.400	9.603	510.003	-	-	510.003	503.960
17ª Emissão Série 2	-	986	986	50.000	50.000	50.986	50.382
17ª Emissão Série 4	-	1.882	1.882	173.927	173.927	175.809	158.714
18ª Emissão	-	-	-	-	-	-	403.686
19ª Emissão	-	15.180	15.180	572.364	572.364	587.544	529.227
20ª Emissão	-	12.924	12.924	684.540	684.540	697.464	628.161
21ª Emissão	-	14.897	14.897	360.000	360.000	374.897	-
22ª Emissão	-	9.570	9.570	974.845	974.845	984.415	-
23ª Emissão Série 1	-	3.647	3.647	263.500	263.500	267.147	-
23ª Emissão Série 2	-	3.831	3.831	268.500	268.500	272.331	-
Subtotal – Debêntures	1.436.994	106.868	1.543.862	4.748.018	4.748.018	6.291.880	5.337.633
Custo de captação	(22.727)	-	(22.727)	(66.516)	(66.516)	(89.243)	(73.571)
Custo fee de covenants	(1.321)	-	(1.321)	(1.790)	(1.790)	(3.111)	(5.714)
Custos – Debêntures	(24.048)	-	(24.048)	(68.306)	(68.306)	(92.354)	(79.285)
TOTAL	1.412.946	106.868	1.519.814	4.679.712	4.679.712	6.199.526	5.258.348

Segue abaixo quadro com as condições contratuais das debêntures existentes em 31 de dezembro de 2021:

Emissão	Data de assinatura	Moeda	Taxa de juros a.a. (a)	Taxa efetiva (a)	Amortização do principal		
					Forma de pagamento	Início	Termínio
8ª Emissão	24.08.2012	R\$	CDI+1,18%	5,62%	Anual	Jun/2015	Jun/2026
9ª Emissão Série A (a)	15.06.2013	R\$	CDI+1,15%	N/A	Anual	Mar/2018	Mai/2021
9ª Emissão Série B	15.06.2013	R\$	IPCA+5,74%	16,38%	Anual	Mai/2020	Mai/2023
13ª Emissão	01.11.2017	R\$	IPCA+7,44%	18,25%	Única	Out/2022	Out/2022
15ª Emissão Série 1	12.09.2018	R\$	IPCA+6,83%	17,58%	Anual	Out/2024	Out/2025
15ª Emissão Série 2	12.09.2018	R\$	CDI+2,20%	6,69%	Anual	Out/2021	Out/2022
16ª Emissão Série 1	26.04.2019	R\$	CDI+0,90%	5,33%	Única	Abr/2022	Abr/2022
16ª Emissão Série 2	26.04.2019	R\$	CDI+1,25%	5,69%	Anual	Abr/2023	Abr/2024
16ª Emissão Série 3	26.04.2019	R\$	CDI+1,35%	5,80%	Única	Abr/2025	Abr/2025
17ª Emissão Série 1	11.10.2019	R\$	CDI+1,50%	5,96%	Única	Out/2022	Out/2022
17ª Emissão Série 2	11.10.2019	R\$	CDI+1,75%	6,22%	Anual	Out/2023	Out/2024
17ª Emissão Série 4	11.10.2019	R\$	IPCA+5,25%	15,84%	Anual	Out/2025	Out/2026
18ª Emissão (a)	09.04.2020	R\$	CDI+2,51%	N/A	Única	Abr/2021	Abr/2021
19ª Emissão	15.07.2020	R\$	IPCA+5,8%	16,44%	Única	Jul/2025	Jul/2025
20ª Emissão	14.08.2020	R\$	IPCA+5,0867%	15,66%	Única	Ago/2025	Ago/2025
21ª Emissão	09.02.2021	R\$	CDI+2,60%	7,10%	Anual	Jan/2023	Jan/2025
22ª Emissão	05.04.2021	R\$	IPCA+4,7543%	15,29%	Anual	Abr/2029	Abr/2031
23ª Emissão Série 1	15.10.2021	R\$	CDI + 1,65%	6,11%	Anual	Out/2024	Out/2026
23ª Emissão Série 2	15.10.2021	R\$	CDI + 1,95%	6,43%	Anual	Out/2027	Out/2028

(a) Liquidados ao longo do exercício de 2021.

04/24
1110
p

As principais operações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram:

- Em 12 de fevereiro de 2021, ocorreu a liquidação da 21ª emissão de debêntures pela Companhia no valor de R\$360.000. A operação tem o custo de CDI + 2,60% a.a. e vencimento em janeiro de 2025. Os recursos decorrentes desta debênture foram integralmente utilizados na realização da aquisição facultativa de debêntures da 2ª série da 9ª emissão da Companhia, cuja remuneração era de IPC-A + 5,74% a.a., bem como nos encargos relacionados.
- Em 15 de abril de 2021, foi quitada a 18ª emissão de debêntures da Companhia, no montante de R\$400.000 de principal.
- Em 17 de maio de 2021, foi quitada a 9ª emissão de debêntures da Companhia, 1ª série, no montante de R\$250.000 de principal.
- Em 15 de junho de 2021, foi realizada a 22ª emissão de debêntures (incentivada) da Companhia, em série única, no montante de R\$916.381, com vencimento em dez anos, amortizações a partir de 2029 e remuneração de IPCA + 4,7543% a.a.
- Em 10 de novembro de 2021, foi realizada a 23ª emissão de debêntures da Companhia em duas séries totalizando R\$532.000, sendo a primeira série no montante de R\$263.500 com vencimento em cinco anos, amortizações anuais a partir de 2024 e remuneração de CDI + 1,65% a.a. e a segunda série no montante de R\$268.500 com vencimento em 7 anos, amortizações anuais a partir de 2027 e remuneração de CDI + 1,95% a.a.

Em 31 de dezembro de 2021, a totalidade das debêntures da Companhia têm avais, fianças ou garantias corporativas da controladora Light S.A..



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021

Light SESA CNPJ 60.444.437/0001-46
Companhia de Capital Aberto

As parcelas relativas ao principal das debêntures classificadas no passivo não circulante e sem o custo de emissão e os custos com *fees de covenants (waivers)*, têm os seguintes vencimentos:

Vencimentos	31.12.2021	31.12.2020
2022	-	1.493.755
2023	505.850	498.509
2024	807.449	568.123
2025	1.977.378	1.607.344
2026	213.995	117.706
2027	134.250	-
Após 2027	1.109.096	-
TOTAL	4.748.018	4.285.437

Seguem abaixo as movimentações das debêntures ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

Movimentação de debêntures	Principal	Encargos	Total
SALDO EM 31.12.2019	4.398.578	43.330	4.441.908
Debêntures emitidas	1.500.000	-	1.500.000
Variação monetária	121.319	-	121.319
Encargos financeiros provisionados	-	222.379	222.379
Encargos financeiros pagos	-	(231.832)	(231.832)
Amortização do principal	(813.555)	-	(813.555)
Custo de emissão	(32.352)	-	(32.352)
Amortização custo de emissão	24.135	-	24.135
Encargos capitalizados no ativo de contrato e imobilizado	-	26.346	26.346
SALDO EM 31.12.2020	5.198.125	60.223	5.258.348
Captações	1.808.381	-	1.808.381
Variação monetária e cambial	345.236	-	345.236
Encargos financeiros provisionados	-	306.229	306.229
Encargos financeiros pagos	-	(275.621)	(275.621)
Amortização do principal	(1.246.015)	-	(1.246.015)
Custo de captação	(39.690)	-	(39.690)
Amortização do custo de captação	26.621	-	26.621
Encargos capitalizados no ativo de contrato e imobilizado	-	16.037	16.037
SALDO EM 31.12.2021	6.092.658	106.868	6.199.526

O montante total do principal está apresentado líquido dos custos com a emissão das debêntures e custos com *fees de covenants (waivers)*. Estes custos estão detalhados no quadro abaixo:

Movimentação dos custos de emissão	Custo Total	Saldo a amortizar em 31.12.2019	Custo	Amortização do custo	Saldo a amortizar em 31.12.2020	Custo	Amortização do custo	Saldo a amortizar em 31.12.2021
8ª Emissão	5.135	3.450	187	(718)	2.919	-	(531)	2.388
9ª Emissão A	14.089	4.659	-	(3.205)	1.454	-	(1.454)	-
9ª Emissão B	9.992	5.104	-	(1.481)	3.623	-	(1.482)	2.141
10ª Emissão	12.448	2.621	-	(2.621)	-	-	-	-
12ª Emissão	5.888	837	-	(837)	-	-	-	-
13ª Emissão	23.653	11.491	-	(4.055)	7.436	-	(4.055)	3.381
14ª Emissão	5.626	-	-	-	-	-	-	-
15ª Emissão	37.700	31.804	-	(4.925)	26.879	-	(5.978)	20.901
16ª Emissão	3.366	3.032	-	(568)	2.464	-	(570)	1.894
17ª Emissão	8.070	8.070	-	(2.408)	5.662	-	(2.407)	3.255
18ª Emissão	3.714	-	3.714	(1.857)	1.857	-	(1.857)	-
19ª Emissão	14.949	-	14.950	(773)	14.177	-	(3.093)	11.084
20ª Emissão	13.501	-	13.501	(687)	12.814	-	(2.746)	10.068
21ª Emissão	3.775	-	-	-	-	3.775	(785)	2.990
22ª Emissão	33.576	-	-	-	-	33.576	(1.634)	31.942
23ª Emissão	2.338	-	-	-	-	2.338	(28)	2.310
TOTAL	197.820	71.068	32.352	(24.135)	79.285	39.689	(26.620)	92.354

As debêntures da Companhia não são objeto de repactuação programada. A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e liquidez relacionados a debêntures é divulgada na Nota 31.

Covenants

A Companhia possui cláusulas que podem gerar antecipação do vencimento de dívidas em determinados contratos de debêntures, inclusive vencimento cruzado (*cross default*). O vencimento antecipado só ocorre quando do não atendimento a pelo menos um indicador financeiro em dois trimestres consecutivos ou quatro trimestres intercalados ou quando do não cumprimento de determinados *covenants* não financeiros. Todas as emissões de debêntures preveem a manutenção de indicadores de dívida líquida/EBITDA e cobertura de juros (*covenants*). Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia atendeu aos indicadores requeridos conforme os termos das escrituras de emissões das debêntures.



Light



**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS 2021**

Light SISA CNPJ 60.444.437/0001-46
Companhia de Capital Aberto

20. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS

Segue abaixo o saldo das provisões, que compreendem as provisões prováveis para riscos e as provisões para honorários de êxito:

Provisões	31.12.2021			31.12.2020		
	Provisão	Honorários de êxito	Total	Provisão	Honorários de êxito	Total
Trabalhistas	90.944	428	91.372	98.001	383	98.384
Cíveis	179.226	68.092	247.318	208.491	81.515	290.006
Fiscais	75.592	27.353	102.945	170.959	30.011	200.970
Regulatórias	52.963	-	52.963	50.719	500	51.219
TOTAL	398.725	95.873	494.598	528.170	112.409	640.579

20.1 Provisões para riscos

As provisões para riscos, bem como as movimentações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, estão compostas da seguinte forma:

Provisões para perdas prováveis	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Total
SALDO EM 31.12.2019	119.551	198.658	54.727	47.124	420.060
Adições	25.907	206.390	82.324	13.584	328.205
Atualizações	-	6.173	39.658	2.898	48.729
Baixas por pagamentos	(6.336)	(199.229)	(5.750)	(12.887)	(224.202)
Baixas por reversões	(41.121)	(3.501)	-	-	(44.622)
SALDO EM 31.12.2020	98.001	208.491	170.959	50.719	528.170
Adições	10.886	206.438	-	-	217.324
Atualizações	-	8.923	914	2.244	12.081
Baixas por pagamentos	(11.205)	(240.399)	(89.484)	-	(341.088)
Baixas por reversões	(6.738)	(4.227)	(6.797)	-	(17.762)
SALDO EM 31.12.2021	90.944	179.226	75.592	52.963	398.725
Depósitos judiciais em 31.12.2021	15.184	4.035	26.144	-	45.363

Em 31 de dezembro de 2021, está registrado em depósitos vinculados a litígios o total de R\$217.160 (R\$237.921 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$45.363 (R\$47.861 em 31 de dezembro de 2020) referem-se às causas com provisão constituída. Os demais depósitos referem-se a processos cujas probabilidades de perda são possíveis ou remotas. Segue abaixo o saldo dos depósitos judiciais:

Depósitos vinculados a litígios	31.12.2021	31.12.2020
Trabalhistas	49.385	56.693
Cíveis	101.738	111.223
Fiscais	66.037	70.005
TOTAL	217.160	237.921



20.1.1 Provisões trabalhistas

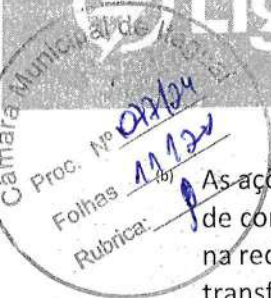
Valor provisionado (perda provável)	31.12.2021	31.12.2020
Funcionários próprios	49.038	52.045
Funcionários terceirizados	41.906	45.956
TOTAL	90.944	98.001

A provisão para os riscos trabalhistas é feita com base na avaliação dos respectivos advogados patronos, avaliando o risco de perda no decorrer do processo. O valor de provisão referente a empregados próprios oscila em razão do vínculo direto com a Companhia e seus consequentes direitos. No que se refere aos terceirizados, o risco envolve em sua maioria a responsabilidade subsidiária, o que significa que a Companhia só arcará com o pagamento no caso da ausência deste por parte da real empregadora, a empresa terceirizada.

20.1.2 Provisões cíveis

Valor provisionado (perda provável)	31.12.2021	31.12.2020
Ações Cíveis ^(a)	142.022	169.648
Juizado Especial Cível ^(b)	28.558	27.031
Plano Cruzado ^(c)	8.646	11.812
TOTAL	179.226	208.491

- (a) A provisão para as Ações Cíveis engloba processos quantificáveis, nos quais a Companhia é ré, e que possuem prognóstico de perda provável na avaliação dos respectivos advogados patronos. Grande parte das causas é relacionada a pleitos de danos materiais e morais pela postura ostensiva da empresa no combate às irregularidades na rede, além de questionamentos de valores pagos por consumidores. Dentre os valores provisionados destaca-se a ação indenizatória proposta pela Companhia Siderúrgica Nacional ("CSN") no último trimestre de 1995, onde a CSN ajuizou a ação 0129629-98.1995.8.19.0001 pleiteando, indenização por danos eventualmente sofridos e lucros cessantes, em razão de oscilações e interrupções no fornecimento de energia elétrica. A ação encontra-se em fase de liquidação de sentença onde a CSN pleiteia o valor atualizado de R\$649.6811, valor este impugnado pela Light, em razão de diversos fundamentos, com destaque para (i) o fato da produção da CSN à época ter sido considerada 24 horas por dia 365 dias por ano, não considerando a ociosidade reconhecida do setor; (ii) a CSN não comprovar nos autos os lucros cessantes; (iii) o perito, designado no processo, utilizar premissas de lucro bruto em vez de lucro líquido. A Light contratou parecer de jurista renomado para elucidar seus pontos. Em janeiro de 2021, o laudo pericial contábil foi homologado, tendo a Companhia recorrido de tal decisão. Atualmente, aguarda-se o julgamento de tal recurso, de modo que entende que a exposição do risco provável para a Companhia em 31 de dezembro de 2021 é de R\$90.588 (R\$84.697 em 31 de dezembro de 2020), sendo a diferença avaliada como risco de perda possível.



As ações de Juizado Especial Cível referem-se, em grande parte, a discussões quanto a relações de consumo, tais como cobrança indevida, corte indevido, corte por inadimplência, problemas na rede, irregularidades diversas, reclamação de conta, reclamação de medidor e problemas na transferência de titularidade. Há um limite de 40 salários mínimos para as causas em trâmite perante o Juizado Especial Cível. O provisionamento é feito a partir da separação dos sete principais motivos ofensores para a Companhia, que representam aproximadamente 94,6% da quantidade total de processos provisionados.

- (c) São ações movidas contra a Companhia relativas ao aumento da tarifa de energia elétrica aprovado pelas Portarias n.º 38, de 27 de fevereiro de 1986 e n.º 45, de 04 de março de 1986, publicadas pelo extinto DNAEE - Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, que contrariavam o Decreto-lei n.º 2.283/86 (decreto do Plano Cruzado), o qual previa que todos os preços ficariam congelados. Os autores dessas ações buscam a restituição dos valores supostamente pagos a maior nas faturas de energia elétrica quando da majoração das tarifas da Companhia no período em que houve o congelamento dos preços.

20.1.3 Provisões fiscais

Valor provisionado (perda provável)	31.12.2021	31.12.2020
ICMS - Créditos homologados ^(a)	46.232	46.232
ICMS - Ativo fixo ^(b)	-	92.179
Outros	29.360	32.548
TOTAL	75.592	170.959

- (a) A Companhia provisionou o montante de R\$46.232, relativo a parte do valor autuado em processo por meio do qual o Estado do Rio de Janeiro pretende cobrar ICMS decorrente da utilização supostamente indevida de créditos do imposto, adquiridos pela Companhia de terceiros, e que haviam sido previamente homologados pela Secretaria Estadual de Fazenda. O débito atualmente é de 620.330 (R\$614.338 em 31 de dezembro de 2020). Após reavaliação, os assessores jurídicos internos e externos classificaram o valor de R\$42.029, relativo ao principal (imposto), assim como o valor a ele proporcional, relativo aos honorários advocatícios da Procuradoria, no montante de R\$4.203, como sendo perda provável e, todo o restante do valor autuado, relativo a juros, correção monetária e honorários advocatícios proporcionais, como perda remota. O processo administrativo encerrou-se em junho de 2015, com decisão desfavorável à Companhia, que por sua vez impetrou Mandado de Segurança com vistas a afastar a inscrição de parte do débito em Dívida Ativa do Estado relativa aos juros e correção monetária. A liminar foi deferida, mas posteriormente foi cassada por decisão proferida em sede de Agravo de Instrumento interposto pelo Estado do Rio de Janeiro. Foi ajuizada a Execução Fiscal, tendo a Companhia apresentado apólice de seguro garantia e, na sequência, foram opostos Embargos à Execução Fiscal. Foi proferida sentença nos autos dos Embargos à Execução Fiscal reconhecendo que devem ser expurgados os encargos moratórios (correção monetária e juros de mora) da Nota de Lançamento lavrada contra a Companhia. A sentença foi confirmada pelo Tribunal de Justiça e, no momento, aguarda-se o julgamento dos embargos de declaração opostos por ambas as partes.



- (b) Em 31 de dezembro de 2020, o montante de R\$92.179 se referia à discussão relacionada à Lei nº 3.188/99, que, entre outras disposições, em seu artigo 2º, limitou o direito dos contribuintes do ICMS de utilizarem os créditos gerados na aquisição de bens destinados a integrar o ativo fixo. Em 30 de abril de 2021, a Companhia quitou integralmente o débito através da adesão ao programa de anistia fiscal do Estado do Rio de Janeiro, criado pela Lei Complementar nº 189/2020, efetuando o pagamento do débito à vista, com a redução de juros e multa.

20.1.4 Provisões regulatórias

Nesse tópico, a Companhia descreve as principais contingências regulatórias decorrentes de discussões administrativas com a ANEEL:

- A Companhia foi autuada pela ANEEL (Auto de Infração nº 01/2019-SFE/ANEEL) em decorrência de fiscalização ocorrida em setembro de 2017, relacionada à qualidade do atendimento comercial para a prestação de serviço adequado, conforme parâmetros estabelecidos na Resolução Normativa nº 414/2010. Foi aplicada multa no valor de R\$52.113, a qual foi reduzida para o montante de R\$47.242, por meio do despacho nº 2.909/2019. Atualmente, aguarda-se a decisão final da Diretoria Colegiada da ANEEL. O montante considerado como perda provável em 31 de dezembro de 2021 é de R\$47.114 (R\$45.118 em 31 de dezembro de 2020).
- A Companhia foi autuada pela ANEEL (Auto de Infração nº 026/2020-SFE/ANEEL) em decorrência de fiscalização ocorrida em fevereiro de 2020, relacionada aos indicadores de continuidade dos conjuntos de unidades consumidoras, estabelecidos no art. 1º da REA 6.236/2017 e em seu Contrato de Concessão. Foi aplicada multa no valor de R\$21.794, a qual foi reduzida para o montante de R\$16.659, por meio do ofício nº 306/2020 da SFE/ANEEL. Atualmente, aguarda-se decisão final da Diretoria Colegiada da ANEEL. O montante atualizado da provisão em 31 de dezembro de 2021 é de R\$5.345 (R\$5.120 em 31 de dezembro de 2020).

20.2 Provisões de honorários de êxito

A Diretoria reavalia periodicamente os processos que possuem honorários de êxito previstos para os assessores jurídicos e, baseada na opinião de seus assessores legais, para o prognóstico de resolução dos processos, constitui provisão para os compromissos de honorários de êxito das causas com prognósticos de perdas possíveis, remotas e excepcionalmente prognóstico provável.

Segue abaixo quadro com a posição e a movimentação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

Provisões para honorários de êxito	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Total
SALDO EM 31.12.2019	428	91.216	27.846	-	119.490
Adições	48	42.687	2.865	500	46.100
Atualizações	-	3.137	2.774	-	5.911
Baixas por pagamentos	(64)	(16.188)	(2.476)	-	(18.728)
Baixas por reversões	(29)	(39.337)	(998)	-	(40.364)
SALDO EM 31.12.2020	383	81.515	30.011	500	112.409
Adições	159	15.894	2.248	-	18.301
Atualizações	32	5.961	3.668	-	9.661
Baixas por pagamentos	(68)	(30.937)	(734)	(500)	(32.239)
Baixas por reversões	(78)	(4.341)	(7.840)	-	(12.259)
SALDO EM 31.12.2021	428	68.092	27.353	-	95.873





21. CONTINGÊNCIAS

As principais contingências com probabilidade de perda possível estão compostas da seguinte forma:

Contingências	31.12.2021		31.12.2020	
	Saldo	Quantidade de processos (a)	Saldo	Quantidade de processos (a)
Cíveis	1.317.602	42.504	785.362	44.612
Trabalhistas	356.418	1.260	291.393	1.155
Fiscais	8.728.033	799	8.160.453	726
TOTAL	10.402.053	44.563	9.237.208	46.493

(a) Não revisado pelos auditores independentes

21.1 Cíveis

A Companhia possui diversas ações judiciais de natureza cível que têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) irregularidades decorrentes de perdas comerciais (não técnicas); (ii) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza de seu valor; (iii) acidentes envolvendo a sua rede de eletricidade e/ou a prestação do serviço; (iv) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, ou de falta momentânea de energia. A Companhia figura como ré em ações cíveis discutindo a interrupção do serviço, quer seja motivada por caso fortuito ou de força maior, quer seja para fins de intervenção no sistema elétrico, entre outros motivos e, também, suspensão do serviço, quer seja por inadimplência, impedimento de acesso ou substituição do medidor, entre outros fatos ensejadores. Dentre essas ações, foi adicionado o montante de R\$564.093 com risco de perda possível em decorrência da ação indenizatória proposta pela CSN (0129629-98.1995.8.19.0001), cuja ação encontra-se em fase de liquidação de sentença; e (v) discussões que versam sobre os mais diversos temas, como funcionalidade dos medidores. Em 31 de dezembro de 2021, o montante total referente às ações é de R\$812.938 (R\$345.378 em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia possui uma ação (0477418-58.2011.8.19.0001) que foi ajuizada pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 30 de setembro de 2011, pleiteando aproximadamente R\$100.000 a título de indenização pelos alegados prejuízos materiais (danos emergentes e lucros cessantes), incorridos em razão de sete interrupções no fornecimento de energia elétrica ocorridas nos anos de 2009 a 2011 na sua Unidade Consumidora de Volta Redonda. Atualmente a ação encontra-se em fase de perícia, com laudo, em linhas gerais, favorável aos interesses da Companhia, tendo o perito se manifestado sobre os pedidos adicionais e impugnação da CSN de forma favorável à Companhia. Em 31 de dezembro de 2021, a exposição do risco é de R\$111.104 (R\$94.600 em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia também litiga em ação rescisória (0002731-81.2011.8.19.0000) movida pela CSN, em que se discute reajuste tarifário durante o congelamento de preços adotado pelo Plano Cruzado. O processo está aguardando julgamento de recurso da Companhia em trâmite no Superior Tribunal de Justiça. Em 31 de dezembro de 2021, a exposição do risco é de R\$317.169 (R\$269.436 em 31 de dezembro de 2020).

21.2 Fiscais

- **IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - perdas comerciais** – A Companhia possui quatro autuações fiscais cobrando IRPJ e CSLL em razão da não adição dos valores de perdas não técnicas ao seu resultado para fins de apuração do lucro real, sendo que: (i) a primeira autuação foi julgada procedente em parte em decisão de 1ª instância administrativa e o CARF julgou improcedente, por voto de qualidade, o Recurso Voluntário da Companhia. No momento, aguarda-se o julgamento do recurso da Companhia; e (ii) as outras três autuações foram julgadas procedentes em decisão de 1ª instância administrativa e foram objeto de Recurso Voluntário

A companhia também possui três outras autuações cobrando PIS e COFINS pela não realização do estorno dos créditos destas contribuições referentes aos valores de perdas não técnicas, sendo que (i) uma das autuações foi julgada improcedente em decisão de 1ª instância administrativa e aguarda julgamento de recurso de ofício; (ii) as outras duas autuações, recebidas em outubro e novembro de 2020, respectivamente, foram julgadas procedentes em decisão de 1ª instância e foram objeto de Recurso Voluntário. Em 31 de dezembro de 2021, o montante dessas discussões é de R\$5.316.345 (R\$5.142.166 em 31 de dezembro de 2020).

- **ICMS perdas comerciais** – A Companhia possui três autuações fiscais, duas ações Anulatórias, um Mandado de Segurança e uma Execução Fiscal que discutem a cobrança de ICMS, FECP e multa por não recolher o referido tributo diferido em operações anteriores à distribuição de energia elétrica, em razão da ocorrência de perdas comerciais. No primeiro processo administrativo, após a apresentação de impugnação pela Companhia, a Junta de Revisão Fiscal converteu o julgamento em diligência. Em resposta à diligência, a Fiscalização retificou o Auto de Infração, tendo recalculado os percentuais de incorporação de perdas não técnicas na tarifa em base mensal, restando autuado apenas o ICMS devido pelas perdas não incorporadas à tarifa da distribuidora. Aguarda-se apreciação da Impugnação. A segunda autuação fiscal também aguarda julgamento da impugnação. A terceira autuação fiscal está com prazo em aberto para apresentação de impugnação. A Companhia obteve sentença favorável no mandado de segurança e nas duas ações anulatórias encontram-se em fase de recurso. Em 31 de dezembro de 2021, o montante dessa discussão é de R\$952.562 (R\$761.579 em 31 de dezembro de 2020).



Rubrica: 01124
1115

- **ICMS sobre subvenções do programa federal denominado “Baixa Renda”** - A Companhia possui três ações anulatórias, vinculadas à execuções fiscais, com o objetivo de discutir a incidência de ICMS sobre os valores pagos pela União Federal à Companhia a título de subvenção econômica, direcionada aos consumidores de energia da subclasse baixa renda. Atualmente, a Companhia não possui decisão de mérito favorável nessas ações anulatórias, sendo que, em uma ação aguarda-se o julgamento do seu Recurso de Apelação e na outra foi dado provimento ao Recurso de Apelação da Companhia para declarar a nulidade da autuação e em uma ação aguarda-se julgamento dos agravos apresentados pela Companhia em face das decisões que inadmitiram o Recurso Especial e o Recurso Extraordinário. Adicionalmente, a Companhia possui duas discussões administrativas. A primeira possui decisão desfavorável na esfera administrativa e aguarda-se a intimação da Companhia acerca do acórdão. A segunda autuação encontra-se aguardando julgamento da Impugnação. Em 31 de dezembro de 2021, o montante dessa discussão é de R\$367.190 (R\$314.212 em 31 de dezembro de 2020).
- **IN 86** – A Companhia foi autuada para a cobrança de multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória, relacionada à entrega dos arquivos eletrônicos, no formato previsto na IN nº 86/2001, referentes aos anos-calendário de 2003 a 2005. O Processo Administrativo encerrou-se em julho de 2015, com decisão desfavorável à Companhia, que impetrou Mandado de Segurança. Proferida sentença julgando procedente o pleito da Companhia, que foi mantida em sede de recurso de apelação da União. Aguarda-se julgamento dos embargos de declaração opostos pela União. Em 31 de dezembro de 2021, o montante dessa discussão é de R\$473.958 (R\$465.510 em 31 de dezembro de 2020).
- **LIR/LOI - IRPJ/CSLL** – Em abril de 2014, a Companhia foi autuada, com relação ao exercício de 2009, sobre a forma de tributação dos lucros das subsidiárias LIR e LOI no exterior, mais especificamente defendia que o IRPJ e CSLL deveriam incidir apenas sobre os lucros e não sobre os resultados positivos de equivalência patrimonial. Para se valer dos benefícios do programa REFIS, a Companhia desistiu integralmente do Mandado de Segurança e alterou o procedimento para passar a tributar os resultados pelo método de equivalência patrimonial. O Fisco discordou de tal procedimento e autuou a Companhia quanto aos exercícios de 2004 a 2008, passando a exigir a tributação apenas sobre os lucros. Para o exercício de 2004, foi ajuizada Execução Fiscal, que aguarda o julgamento do recurso da Companhia. Para o exercício de 2005, houve o encerramento da esfera administrativa desfavoravelmente à Companhia, que impetrou Mandado de Segurança visando anular o acórdão proferido pelo CARF e obteve liminar para suspender a exigibilidade do débito. Já para os exercícios de 2006 a 2008, houve o encerramento favorável na esfera administrativa para a Companhia. Em abril de 2014, a Companhia foi autuada, com relação ao exercício de 2009, sobre a forma de tributação dos lucros das subsidiárias LIR e LOI no exterior. O processo aguarda o julgamento do seu recurso especial. Em 31 de dezembro de 2021, o montante dessa discussão é de R\$453.953 (R\$446.269 em 31 de dezembro de 2020).



Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal do Estado do Rio de Janeiro ("FEEF") – A Companhia foi autuada em razão da ausência de recolhimento, ao FEEF do ICMS correspondente a 10% dos benefícios fiscais destinados a terceiros, relativamente ao período de dezembro de 2016 a junho de 2017 e recebeu uma segunda autuação em relação ao período de julho de 2017 a julho de 2019. As duas autuações estão aguardando julgamento da impugnação. A tese está sendo discutida pela Companhia por meio de Mandado de Segurança. Em 31 de dezembro de 2021, o montante dessa discussão é de R\$119.337 (R\$45.637 em 31 de dezembro de 2020).

- **Não homologação de compensações - CVA - (30 Processos Administrativos)** - Não homologação pela Receita Federal de compensações realizadas pela Companhia com créditos advindos de pagamento indevido ou a maior de PIS e COFINS, notadamente em razão da alteração do momento da tributação do PIS e da COFINS sobre a CVA. Apresentadas manifestações de inconformidade ainda pendentes de julgamento. Em 31 de dezembro de 2021, o montante dessas discussões é de R\$281.150 (R\$273.687 em 31 de dezembro de 2020).
- **Despachos decisórios (52 processos)** – Despachos decisórios proferidos pela Receita Federal para negar homologação a diversos pedidos de compensação realizados pela Companhia, para a utilização de créditos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL à alegação de que tais créditos seriam devidos ou insuficientes para abarcar os débitos contra aos quais foram opostos. A Companhia apresentou manifestações de inconformidade em face aos aludidos Despachos Decisórios. Em dezembro de 2021 a Companhia obteve decisão favorável definitiva em um dos casos. Em 31 de dezembro de 2021, o montante dessas discussões é de R\$197.295 (R\$209.129 em 31 de dezembro de 2020).
- **Não homologação de compensações** – A companhia discute judicialmente a cobrança de supostos débitos de PIS e COFINS, decorrentes da glosa de créditos de mesma natureza realizada pela Receita Federal em 22 Processos Administrativos, decorrentes de compensações realizadas referentes aos períodos de março e abril de 2005, janeiro, fevereiro, março, maio, junho, julho, agosto e setembro de 2006 e janeiro e fevereiro de 2007. A companhia aguarda o julgamento dos Embargos à Execução apresentados. Em 31 de dezembro de 2021, o montante dessas discussões é de R\$59.966 (R\$58.979 em 31 de dezembro de 2020).



21.3 Trabalhistas

Os principais pedidos objeto das ações trabalhistas envolvem as seguintes matérias: equiparação salarial, horas extras, acidente de trabalho, adicional de periculosidade, equiparação salarial e dano moral. Em 31 de dezembro de 2021, montantes envolvidos nestas discussões totalizam R\$184.708 (R\$144.576 em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia também litiga na ação civil pública (0100742-05.2018.5.01.0081) onde o Ministério Público do Trabalho alega a existência de suposta restrição que impediria a contratação de ex-empregados terceirizados, desqualificados no passado, e por isso requer pagamento de danos morais, bem como, obrigação para que a Companhia se abstenha de praticar tal ato. O processo está aguardando realização de audiência. Em 31 de dezembro de 2021, o montante referente a essa discussão é de R\$52.366 (R\$52.366 em 31 de dezembro de 2020).

22. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

A Companhia é patrocinadora instituidora da Fundação de Seguridade Social Braslight (Braslight), entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, cuja finalidade é garantir renda de aposentadoria aos empregados da Companhia vinculados à Fundação e de pensão aos seus dependentes. A Companhia possui planos do tipo benefício definido e do tipo benefício misto e do tipo contribuição definida.

22.1 Descrição dos planos

A Companhia é patrocinadora atualmente de três planos de benefícios previdenciários administrados pela Braslight que são denominados A/B, C e D, implementados respectivamente em 1975, 1997 e 2010, tendo o Plano C recebido migração, na época de sua constituição, de 96% dos participantes ativos do Plano A/B.

Benefício definido (Plano A/B) - correspondem à diferença entre um percentual, variável de 80% a 100%, do maior valor entre a média dos últimos 12 e dos últimos 36 salários, atualizados para a data de início do benefício, e o valor do benefício concedido pelo INSS.

Contribuição variável (Plano C) - os benefícios programáveis, durante a fase de capitalização, são do tipo "contribuição definida", sem vinculação com o INSS, e os benefícios de risco (auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte de participante ativo, inválido e em auxílio-doença), bem como os de renda continuada, estes uma vez concedidos, são do tipo "benefício definido". As duas parcelas têm seus patrimônios apurados em quotas e tratadas em conjunto denominadas Plano C Novo.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021

Light SESA CNPJ 60.444.437/0001-46
Companhia de Capital Aberto

Ao participante que migrou do Plano A/B para o Plano C foi concedido um benefício saldado de renda vitalícia, com reversão em pensão, proporcional ao tempo de contribuição à Braslight na ocasião de migração, contado de sua última inscrição na Fundação, diferido para recebimento após o mesmo ter completado um conjunto de condições de habilitação. Esta parcela é denominada Subplano de Benefício Definido Saldado do Plano C.

Contribuição definida (Plano D) - Neste plano, os benefícios programados são do tipo "contribuição definida" antes e após a sua concessão e os benefícios não programados são do tipo "benefício definido", antes da concessão, e de "contribuição definida" após a concessão.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi pago pela Companhia, referente à parcela do plano de contribuição definida, o montante de R\$4.340 (R\$3.696 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

22.2 Avaliação atuarial

A Companhia contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, sendo a última efetuada para a data-base de 31 de dezembro de 2021.

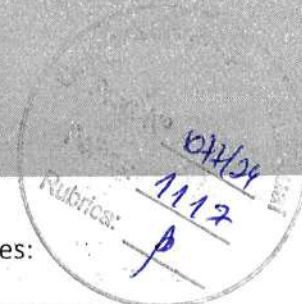
Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia reconheceu na rubrica de outros resultados abrangentes o montante de R\$3.516 (reconhecido líquido de impostos no montante de R\$1.811) em decorrência da variação da taxa de desconto para o plano AB. Ademais, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reverteu esse montante por conta do valor justo total dos ativos dos planos serem superiores as obrigações em 31 de dezembro de 2021.

As informações atuariais são conforme abaixo:

Informações atuariais	31.12.2021	31.12.2020
Valor presente das obrigações atuariais	(3.029.725)	(3.445.872)
Valor justo dos ativos do plano	3.035.994	3.479.197
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo	(6.269)	(38.652)
PASSIVO LÍQUIDO	-	(5.327)

As mudanças no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

Valor justo dos ativos do plano	R\$
SALDO EM 31.12.2019	3.467.046
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	228.356
Ganhos atuariais nos ativos do plano	65.834
Contribuições da patrocinadora	348
Contribuições dos participantes	16
Benefícios pagos pelo plano/Companhia	(282.403)
SALDO EM 31.12.2020	3.479.197
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	215.695
Perdas atuariais nos ativos do plano	(382.027)
Contribuições da patrocinadora	320
Contribuições dos participantes	102
Benefícios pagos pelo plano/Companhia	(277.293)
SALDO EM 31.12.2021	3.035.994



As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

Valor presente da obrigação	R\$
SALDO EM 31.12.2019	3.447.340
Custo do serviço corrente	(29)
Juros sobre a obrigação atuarial	226.981
Contribuições de participantes	16
Ganhos atuariais reconhecidas	53.967
Benefícios pagos	(282.403)
SALDO EM 31.12.2020	3.445.872
Custo do serviço corrente	(214)
Juros sobre a obrigação atuarial	213.405
Contribuições de participantes	102
Perdas atuariais reconhecidas	(352.147)
Benefícios pagos	(277.293)
SALDO EM 31.12.2021	3.029.725

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado, nos grupos de custos e despesas operacionais e resultado financeiro, são como segue:

Light SESA	31.12.2021	31.12.2020
Custo do serviço corrente	(214)	(29)
Juros sobre as obrigações atuariais	213.405	226.981
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	(215.695)	(228.356)
Ajuste de atualização de dívida Braslight	2.504	1.404
CUSTO ESPERADO ESTIMADO	-	-

A estimativa do atuário externo para a despesa a ser reconhecida para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

Light SESA	2022
Custo do serviço corrente	386
Juros sobre as obrigações atuariais	256.613
Rendimento esperado dos ativos do plano	(256.635)
Estimativa de despesa em 2022	364

As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

Light SESA	31.12.2021	31.12.2020
Renda fixa	83,58%	75,97%
Renda variável	11,64%	17,93%
Investimentos estruturados	1,00%	2,13%
Imóveis	2,29%	2,76%
Empréstimos e financiamentos	1,67%	1,38%
Outros realizáveis	0,05%	0,03%
Provisões contingências	-0,23%	-0,20%
	100,00%	100,00%

O resultado real sobre os ativos dos planos foi uma perda de R\$382.027 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (ganho de R\$65.834 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

A Braslight realiza periodicamente estudos de *Asset Liability Management* (ALM) dos planos de benefícios no intuito de reavaliar a estratégia de alocação dos investimentos frente às obrigações atuariais, com vistas a se proteger das alterações nos preços dos instrumentos financeiros, bem como evitar o descasamento dos fluxos de ativos e passivos, de forma que os recursos estejam disponíveis na data de pagamento dos benefícios e demais obrigações dos planos.

22.3 Premissas atuariais

Premissas atuariais	31.12.2021	31.12.2020
Taxa de juros nominal (desconto) a valor presente do passivo atuarial	8,83% (A/B) e 8,92% (C)	6,18%(A/B) e 6,68% (C)
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano	8,83% (A/B) e 8,92% (C)	6,18%(A/B) e 6,68% (C)
Taxa anual de inflação	3,40%	3,20%
Taxa de crescimento salarial nominal	5,99%	5,78%
Índice de reajuste nominal de benefícios concedidos de prestação continuada	3,40%	3,20%
Fator de capacidade	100,00%	100,00%
Taxa rotativa	Nula	Nula
Tábua geral de mortalidade ^(a)	AT - 83/ BR(A/B) e EMS 2010 (C)	AT - 83/ BR(A/B) e EMS 2010 (C)
Tábua de entrada em invalidez (planos A/B)	LIGHT - Fraca*1,20	LIGHT - Fraca*1,20
Tábua de entrada em invalidez (plano C saldado)	LIGHT - Fraca*1,20	LIGHT - Fraca*1,20
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 Masculina	AT-49 Masculina
Participantes ativos	1.016	1.092
Participantes aposentados e pensionistas	5.250	5.333

^(a) Tábua sem agravamento



02/12/21
Rubrica: 1118
p

22.4 Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são a taxa de desconto e a tábua de mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido.

Abaixo estão demonstrados os efeitos na obrigação de benefício definido caso a taxa de desconto fosse 1,00% mais baixa e caso a tábua de mortalidade fosse alterada para a tábua seguinte mais restritiva:

Taxa de desconto nominal (a.a.)	Premissa laudo	Redução de taxa de desconto	Impacto na obrigação do plano
Plano A/B	8,83%	-1,00%	188.821
Plano C	8,92%	-1,00%	303.455

Tabua de mortalidade	Premissa laudo	Alteração de tábua	Impacto na obrigação do plano
Plano A/B	AT-83	AT-2000	28.826
Plano C	EMS 2010	EMS 2010 Segregada por sexo Desagravada em 2 anos	106.176

23. OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO E ATIVO DE DIREITO DE USO

Obrigações por arrendamento	31.12.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Terrenos e imóveis	725	926	1.651	739	1.446	2.185
Máquinas e equipamentos	556	1.516	2.072	504	1.403	1.907
Veículos	23.607	35.721	59.328	44.147	55.631	99.778
TOTAL	24.888	38.163	63.051	45.390	58.480	103.870

23.1 Movimentação dos ativos de direito de uso e das obrigações por arrendamento

Ativo de direito de uso	Terrenos e imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
SALDO EM 31.12.2019	2.468	912	70.276	73.656
Adições de arrendamentos	380	1.731	64.474	66.585
Remensurações	239	26	3.080	3.345
Depreciação	(1.023)	(784)	(36.846)	(38.653)
Baixa de arrendamentos	-	-	(5.119)	(5.119)
SALDO EM 31.12.2020	2.064	1.885	95.865	99.814
Adições de arrendamentos	68	720	4.193	4.981
Remensurações	174	-	-	174
Depreciação	(789)	(609)	(43.959)	(45.357)
SALDO EM 31.12.2021	1.517	1.996	56.099	59.612

Obrigações por arrendamento	Terrenos e imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
SALDO EM 31.12.2019	2.543	950	72.669	76.162
Adições de arrendamentos	380	1.731	64.474	66.585
Remensurações	239	26	3.080	3.345
Pagamento da parcela	(1.180)	(864)	(42.080)	(44.124)
Despesa de juros	202	63	6.756	7.021
Baixa de arrendamentos	-	-	(5.119)	(5.119)
SALDO EM 31.12.2020	2.184	1.906	99.780	103.870
Adições de arrendamentos	68	720	4.193	4.981
Remensurações	174	-	-	174
Pagamento da parcela	(938)	(730)	(50.201)	(51.869)
Despesa de juros	163	176	5.556	5.895
SALDO EM 31.12.2021	1.651	2.072	59.328	63.051





23.2 Cronograma de vencimento das obrigações por arrendamento

Obrigações por arrendamento	31.12.2021	31.12.2020
2021	-	45.390
2022	24.888	23.641
2023	21.556	19.732
2024	16.267	14.752
2025	340	355
Total	63.051	103.870

Para a realização da mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, a Companhia utilizou a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados. Essa vedação pode gerar distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro.

Light SESA	Efeitos estimados
ATIVO DE DIREITO DE USO	
Conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16 (fluxo real)	59.612
Com efeito da Inflação (fluxo nominal)	64.178
OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO	
Conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16 (fluxo real)	63.051
Com efeito da Inflação (fluxo nominal)	67.617

24. ENCARGOS REGULATÓRIOS

Encargos Regulatórios - Circulante	31.12.2021	31.12.2020
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	2.232	2.045
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	4.465	4.109
Programa de Eficiência Energética – PEE	178.521	179.467
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	70.287	71.526
Quota recolhimento à conta de desenvolvimento energético – CDE ^(a)	42.732	-
Total	298.237	257.147

^(a) Refere-se ao recolhimento referente a CDE Conta-Covid, homologada pela ANEEL através do Despacho nº 939 de 5 de abril de 2021

25. OUTROS DÉBITOS

Outros Débitos	31.12.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Adiantamento de clientes	54.633	-	54.633	58.586	-	58.586
Taxa de iluminação pública	234.285	-	234.285	187.678	-	187.678
Reserva para reversão	6.571	26.285	32.856	-	39.427	39.427
Restituições consumidores	88.141	-	88.141	78.640	-	78.640
Honorários de sucumbência – Acordo com Furnas	-	-	-	36.459	-	36.459
Subvenção por redução voluntária do consumo (Nota 10)	169.215	-	169.215	-	-	-
Outros	9.428	9.022	18.450	15.313	-	15.313
TOTAL	562.273	35.307	597.580	376.676	39.427	416.103

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão; (iii) prestação serviços de operação e manutenção; (iv) contratos de serviços administrativos.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia são apresentados abaixo:

26.1 Ativos e receitas

Grupo do balanço, características do contrato e vínculo	Valor original	Período de vigência	Condições contratuais	Condições de rescisão ou término	Ativo		Receita	
					31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Cliente - Cobrança do encargo de uso de sistema de distribuição da Companhia com a CEMIG ^(a)	N/A ^(a)	A partir de nov/2003. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	-	90	-	1.821
Cliente - Cobrança do encargo de uso de sistema de distribuição da Companhia com a Light Energia	N/A ^(a)	A partir de nov/2003. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	2.545	2.001	28.561	23.577
Cliente - Cobrança do encargo de uso da rede básica da Companhia com a Lightger	N/A ^(a)	A partir de dez/2010. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	-	-	473	387
Outros créditos - Aluguel de parte do edifício pertencente a Companhia à Light Energia	N/A ^(a)	A partir de jan/2006. Vencimento indeterminado	IGP-M	N/A	14	44	622	543
Outros créditos - Aluguel de parte do edifício pertencente à Companhia à Light Conecta	N/A ^(a)	A partir de out/2007. Vencimento indeterminado	IGP-M	N/A	1	11	7	28
Outros créditos - Aluguel de parte do edifício pertencente à Companhia à Lightcom	N/A ^(a)	A partir de out/2007. Vencimento indeterminado	IGP-M	N/A	3	3	49	42
Compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre as partes relacionadas	N/A ^(a)	A partir de abril/2018. Vencimento indeterminado	ANEEL	ANEEL	11	-	940	1.471
Cliente - Cobrança do encargo de uso de sistema de distribuição da Companhia com a Lajes Energia	N/A	A partir de março/2018. Vencimento indeterminado	ANEEL	ANEEL	39	-	419	345
Cliente - Cobrança do encargo de uso de sistema de distribuição e Energia da Companhia com a Light Conecta	N/A	A partir de Out/2018. Vencimento indeterminado	ANEEL	ANEEL	-	-	570	1.015

^(a) Os contratos de encargo de uso de sistema de distribuição e encargo de uso da rede básica são faturados de acordo com a demanda de energia circulada na rede.

^(b) Como resultado da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias ("follow-on") realizada pela controladora Light S.A. e concluído em 22 de janeiro de 2021, a CEMIG ao realizar a venda da totalidade das ações que detinha no capital social da Light S.A. deixou de ser parte relacionada da Companhia.

Forma: 02/24
Rubrica: 1120

26.2 Passivos e despesas

Grupo do balanço, características do contrato e vínculo	Valor original	Período de vigência	Condições contratuais	Condições de rescisão ou término	Passivo		Despesa	
					31.12.2021	31.12.2020	2021	2020
Fornecedor - Compromisso de compra de energia elétrica da Companhia com a CEMIG ^(a)	275.238	jan/2010 a dez/2039	Preço praticado no mercado regulado	30% do saldo remanescente	-	2.873	-	(48.511)
Fornecedor - Compromisso com encargos de uso da rede básica da Companhia com a CEMIG ^(a)	N/A ^(a)	A partir de dez/2002. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	-	2.325	-	(21.716)
Fornecedor - Compromisso com encargos de uso da rede básica da Companhia com a Light Energia	N/A ^(a)	A partir de dez/2002. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	256	-	(2.696)	(3.276)
Fornecedor - Compromisso com encargo de conexão da Companhia com a Light Energia	N/A ^(a)	A partir de dez/2005. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	244	269	(2.991)	(3.214)
Outros débitos - Compromisso com serviços de consultoria da Companhia com a Axiom	N/A ^(b)	A partir de dez/2010. Vencimento indeterminado	IGP-M	N/A	1.501	1.441	(15.550)	(14.389)
Plano Previdenciário - Compromisso da Companhia com a Fundação de Seguridade Social - Braslight - Patrocinadora da fundação	N/A	A partir de Dez/2020. Vencimento indeterminado	N/A	N/A	-	5.327	-	-
Empréstimos e Financiamentos - Referente a contrato de mútuo celebrado com a Light Energia	500.000	mai/2020 a mai/2022	CDI + 1,50 a.a	ANEEL	-	-	-	(7.172)
Compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre as partes relacionadas	N/A	A partir de abril/2018 Vencimento indeterminado	ANEEL	ANEEL	-	-	(3.164)	(1.740)

^(a) Os contratos de encargo de conexão e encargo de uso da rede básica são faturados de acordo com a demanda de energia circulada na rede.

^(b) O contrato de serviço é faturado de acordo com a necessidade de horas despendidas no serviço contratado

^(c) Como resultado da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias ("follow-on") realizada pela controladora Light S.A. e concluído em 22 de janeiro de 2021, a CEMIG ao realizar a venda da totalidade das ações que detinha no capital social da Light S.A. deixou de ser parte relacionada da Companhia.

26.3 Remuneração dos administradores

Os montantes apresentados a seguir referem-se à remuneração do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal, reconhecidos pelo regime de competência, relativo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

Remuneração dos Administradores	31.12.2021	31.12.2020
Honorários e benefícios de curto prazo	12.014	9.251
Bônus	9.441	4.360
Encargos Sociais	3.472	1.861
Benefícios pós-emprego	513	381
Benefícios assistenciais	1.072	1.178
Remuneração baseada em ações	79	320
Total	26.591	17.351



27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

27.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social da Light Serviços de Eletricidade S.A. é de R\$5.486.365 (R\$4.146.365 em 31 de dezembro de 2020) e está representado por 489.146.367.202 (quatrocentos e oitenta e nove bilhões, cento e quarenta e seis milhões, trezentos e sessenta e sete mil, duzentos e dois) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, de propriedade integral da Light S.A..

Em 25 de janeiro de 2021, ocorreu a subscrição e integralização de 1.340.000.000 (um bilhão trezentos e quarenta milhões) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, mediante aporte de numerários realizados pela controladora Light S.A. no montante de R\$1.340.000.

27.2 Reservas de lucro

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória e foi constituída à base de 5% do lucro líquido de cada exercício, até os limites estabelecidos por Lei.

Reserva de retenção de lucros

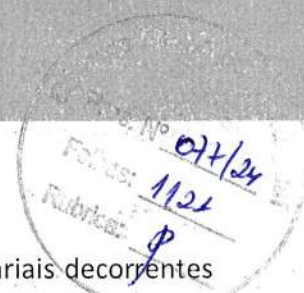
Constituída com o lucro líquido remanescente após as destinações com base em orçamento de capital aprovado pelo Conselho de Administração e pelas Assembleias Gerais Ordinárias.

Reserva especial

Conforme artigo nº 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório não será obrigatório no exercício social em que a Diretoria informar à Assembleia geral ordinária ser o pagamento de dividendos incompatível com a situação financeira da Companhia.

Os lucros que deixarem de ser distribuídos serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que o permitir a situação financeira da companhia.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 28 de abril de 2020, foi aprovada a criação da reserva especial com o montante referente aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2019, no montante de R\$273.923.



27.3 Outros resultados abrangentes

São reconhecidos sobre outros resultados abrangentes os ganhos ou perdas atuariais decorrentes de alterações de premissas atuariais, como tabela de mortalidade, taxa de desconto das obrigações e também pelas variações no rendimento dos investimentos dos planos de benefício pós-emprego categorizado como de benefícios definidos. Os montantes apresentados estão líquidos de impostos diretos, quando aplicável, a uma alíquota de 34%. As variações em outros resultados abrangentes relacionadas a ganhos ou perdas atuariais não são reclassificadas para o resultado em períodos subsequentes

27.4 Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Os dividendos propostos originalmente no encerramento de cada um dos exercícios foram calculados como se segue:

Cálculo dos dividendos propostos	2021	2020
Lucro líquido do exercício	243.628	274.848
Constituição de reserva legal (5%)	(12.181)	(13.742)
Base de cálculo dos dividendos	231.447	261.106
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(57.862)	(65.276)
Lucros retidos	173.585	195.830

27.5 Resultado por ação

A tabela a seguir concilia o resultado líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, com os montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

Resultado por ação	2021	2020
Lucro líquido do exercício	243.628	274.848
Média ponderada do número de ações ordinárias (em unidades)	481.121.609.747	392.849.277.746
Lucro básico e diluído por ações ordinárias em reais	0,00051	0,00070

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 não existiam diferenças entre o resultado por ação básico e diluído, uma vez que a Companhia não possuía nenhum instrumento com potencial dilutivo.

28. RECEITA LÍQUIDA

Receita líquida	2021	2020
Fornecimento, suprimento e receita de uso da rede (Nota 28.1)	18.299.045	16.171.284
(-) Multa por violação de padrão de indicador de continuidade	(35.502)	(26.358)
(-) Bônus de redução voluntária do consumo	(169.215)	-
Mecanismo de venda excedente (MVE)	-	20.722
Arrendamentos, aluguéis e outras	79.034	89.585
Receita de construção	967.268	787.778
Renda de prestação de serviço	1.596	6.242
Subvenção CDE	457.289	256.139
Subvenção por redução voluntária do consumo	169.215	-
Serviço taxado	5.764	3.880
Reconhecimento do acordo de Furnas	-	459.541
Valor justo do ativo financeiro de concessão (Nota 11)	574.231	242.872
Receita não faturada - Aportes da CCRBT (Nota 9)	50.312	38.643
Ativos e passivos financeiros do setor (Nota 9)	1.450.927	712.846
RECEITA BRUTA	21.849.964	18.763.174
ICMS	(4.944.295)	(4.226.540)
PIS e COFINS	(1.526.583)	(1.313.759)
Outros	(4.178)	(4.586)
IMPOSTOS SOBRE RECEITA	(6.475.056)	(5.544.885)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(1.550.271)	(1.303.788)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(12.045)	(10.205)
Fundo Nacional de Desenvolvimento - FNDCT	(24.096)	(20.410)
Eficiência Energética - PEE	(64.312)	(46.948)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(24.096)	(20.410)
Outros encargos - PROINFA	(63.908)	(41.392)
Outros encargos	(10.534)	(10.436)
IMPOSTOS SOBRE RECEITA	(1.749.262)	(1.453.589)
TOTAL DAS DEDUÇÕES	(8.224.318)	(6.998.474)
RECEITA LÍQUIDA	13.625.646	11.764.700

28.1 Fornecimento, suprimento de energia elétrica e receita de uso da rede

Fornecimento, suprimento de energia elétrica e receita de uso da rede	N.º de clientes faturados ^(a) ^(b)		GWh ^(a)		R\$	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Residencial	3.937.064	3.974.916	8.145	8.339	6.156.644	5.653.851
Industrial	8.600	9.152	413	477	312.815	292.155
Comércio, serviços e outras	315.770	320.887	4.205	4.587	3.273.361	2.960.809
Rural	9.815	8.816	45	54	9.648	10.000
Poder público	12.655	12.392	1.202	1.278	882.621	737.625
Iluminação pública	765	746	639	764	310.256	290.878
Serviço público	1.882	1.775	955	975	589.001	414.160
Consumo próprio	446	449	117	146	-	-
Receita de uso de rede	1.508	1.224	9.361	9.083	1.860.122	1.453.440
FORNECIMENTO FATURADO	4.288.505	4.330.357	25.082	25.703	13.394.468	11.812.918
ICMS	-	-	-	-	4.944.295	4.226.539
Fornecimento não faturado (líquido de ICMS)	-	-	-	-	(39.718)	131.827
TOTAL DO FORNECIMENTO	4.288.505	4.330.357	25.082	25.703	18.299.045	16.171.284

^(a) Não revisado pelos auditores independentes

^(b) Número de contas faturadas de dezembro, com e sem consumo

Formas: 07/10/21
Rubrica: 1122

29. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Custos e despesas	Custos com energia		Custos de operação		Despesas gerais e administrativas	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Pessoal e administradores	-	-	(252.518)	(270.740)	(127.970)	(114.256)
Materiais	-	-	(10.823)	(27.109)	(11.922)	(691)
Serviços de terceiros	-	-	(239.859)	(264.931)	(168.793)	(189.719)
Energia elétrica comprada para revenda (Nota 29.1)	(9.905.209)	(7.891.993)	-	-	-	-
Depreciação e amortização	-	-	(540.102)	(509.362)	(23.788)	(24.591)
Provisão esperada para crédito de liquidação duvidosa (PECLD)	-	-	-	-	(597.354)	(618.670)
Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, depósitos judiciais e PDV	-	-	-	-	(181.491)	(292.500)
Custo de construção	-	-	(967.268)	(787.778)	-	-
Multas financeiras de clientes e fornecedores	-	-	107.837	107.248	-	-
Outras despesas e custos operacionais	-	-	(3.410)	(7.888)	(35.206)	(42.117)
TOTAL	(9.905.209)	(7.891.993)	(1.906.143)	(1.760.560)	(1.146.524)	(1.282.544)

29.1 Energia elétrica comprada para revenda

Energia elétrica comprada para revenda	GWh ^(a)		R\$	
	2021	2020	2021	2020
Energia comprada para revenda				
Mercado de curto prazo CCEE	(2.694)	(2.337)	(1.352.230)	(870.322)
Itaipu – Binacional	4.523	4.617	(1.581.021)	(1.575.936)
UTE Norte Fluminense	6.351	6.368	(3.414.600)	(2.681.097)
Leilão de energia	9.910	12.313	(3.194.961)	(1.993.931)
Cotas de garantia física	5.938	6.211	(687.018)	(678.496)
Cota de nucleares	863	864	(198.718)	(239.857)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos uso da rede básica e ONS	-	-	(1.173.342)	(1.124.864)
Encargos de conexão – Transmissão	-	-	(98.862)	(75.673)
Transporte de energia – Itaipu	-	-	(130.650)	(134.925)
PROINFRA	407	436	(138.208)	(133.479)
Crédito de PIS/COFINS sobre compra	-	-	916.795	790.469
ICMS sobre compra	-	-	1.147.606	826.118
TOTAL	25.298	28.472	(9.905.209)	(7.891.993)

^(a) Não revisado pelos auditores independentes

30. RESULTADO FINANCEIRO

Resultado financeiro	2021	2020
Acréscimo moratório sobre venda de energia	55.489	83.585
Rendimento sobre equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	100.952	27.278
Operações de swap	52.262	563.612
Atualização de depósitos judiciais	7.613	4.519
Atualização de ativos e passivos financeiros do setor (Nota 9)	53.469	24.849
Atualização dos créditos de PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo (Nota 7.1)	14.912	29.171
Outras receitas financeiras	34.308	15.216
TOTAL DAS RECEITAS FINANCEIRAS	319.005	748.230
Atualização monetária das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	(21.742)	(54.640)
Despesas com passivos tributários	(6.363)	(8.093)
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(605.567)	(484.601)
Variação cambial e monetária	(610.716)	(528.776)
Variação cambial sobre faturas de energia	(17.097)	(35.279)
PIS e COFINS sobre receita financeira	(14.716)	(9.608)
Outras despesas financeiras	(94.029)	(26.083)
TOTAL DAS DESPESAS FINANCEIRAS	(1.370.230)	(1.147.080)
RESULTADO FINANCEIRO	(1.051.225)	(398.850)

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

31.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

A Companhia mensura ao valor justo utilizando vários métodos que incluem abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

02/10/24
 1123
 Rubrica

O quadro abaixo apresenta os valores contábeis e valores justos dos principais ativos e passivos financeiros da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

Principais ativos e passivos financeiros da Companhia	Níveis	31.12.2021		31.12.2020	
		Contabilizado	Valor Justo	Contabilizado	Valor Justo
ATIVOS FINANCEIROS (CIRCULANTE/NÃO CIRCULANTE)					
MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO					
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos (Nota 4)	2	52.185	52.185	36.206	36.206
Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes (Nota 6)	2	3.484.766	3.484.766	3.292.584	3.292.584
Serviços prestados a receber	2	15.593	15.593	41.381	41.381
Depósitos vinculados a litígios	2	217.160	217.160	237.921	237.921
Ativos financeiros do setor (Nota 9)	3	1.480.272	1.480.272	73.719	73.719
Outros créditos	2	592.515	592.515	454.716	454.716
MENSURADO A VALOR JUSTO POR MEIO DE RESULTADO					
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações Financeiras de liquidez imediata (Nota 4)	2	343.249	343.249	419.809	419.809
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	2	2.024.082	2.024.082	1.369.973	1.369.973
Ativo financeiro da concessão (Nota 11)	3	6.821.988	6.821.988	5.197.313	5.197.313
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	2	132.000	132.000	640.100	640.100
TOTAL		15.163.810	15.163.810	11.763.722	11.763.722
<u>PASSIVO FINANCEIROS (CIRCULANTE)</u>					
MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO					
Fornecedores (Nota 16)	2	2.048.334	2.048.334	1.566.516	1.566.516
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	2	3.291.049	3.273.907	3.296.698	2.749.114
Debêntures (Nota 19)	2	6.199.526	5.969.729	5.258.348	5.345.114
Obrigações por arrendamento mercantil (Nota 36)	2	63.051	63.051	103.870	103.870
Passivos financeiros do setor (Nota 9)	3	276.353	276.353	-	-
Encargos regulatórios (Nota 24)	2	298.237	298.237	257.147	257.147
Outros débitos (Nota 25)	2	597.580	597.580	416.103	416.103
TOTAL		12.774.130	12.527.191	10.898.682	10.437.864

Métodos e técnicas de avaliação

É importante ressaltar que o valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado pela Diretoria para produzir a estimativa do valor justo mais adequada.

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Em relação ao ativo financeiro da concessão, classificado como valor justo por meio do resultado, a inclusão no nível 3 se deve ao fato dos fatores relevantes para avaliação a valor justo não serem publicamente observáveis. A movimentação entre os períodos e os respectivos ganhos ou perdas no resultado do exercício estão evidenciados, assim como as premissas, na Nota 9.



Light

Companhia Municipal de Itaguaí
C. Proc. Nº 027/24
1123 J
Folhas: 8
Pública

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021

Light SESA, CNPJ 60.444.437/0001-46
Companhia de Capital Aberto

31.2 Gerenciamento de riscos e objetivos alcançados

31.2.1 Risco de mercado

No curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a riscos de mercado relacionados a variações cambiais e taxas de juros. Segue abaixo o quadro com a abertura do principal da dívida por moeda e indexador (não inclui custos de captação e de emissão):

Moeda e Indexador	31.12.2021		31.12.2020	
	R\$	%	R\$	%
USD	2.471.494	26,0	1.771.435	20,9
TOTAL - MOEDA ESTRANGEIRA	2.471.494	26,0	1.771.435	20,9
CDI	2.928.400	30,8	2.992.114	35,4
IPCA	4.093.132	43,1	3.597.490	42,5
TJLP	-	-	13.777	0,2
Outros	9.664	0,1	88.777	1,0
TOTAL - MOEDA NACIONAL	7.031.196	74,0	6.692.158	79,1
TOTAL	9.502.690	100,0	8.463.593	100,0

Para o montante da dívida em moeda estrangeira, foram contratados instrumentos de derivativos financeiros, na modalidade de *swap*, de acordo com a política para utilização de instrumentos derivativos aprovada pelo Conselho de Administração. Dessa forma, considerando os *swaps*, a exposição cambial da Companhia relacionada à dívida, em 31 de dezembro de 2021 é de 0,21% do total da dívida em moeda estrangeira (0,21% em 31 de dezembro de 2020).

31.2.2 Risco de taxa de câmbio

Para a parte dos empréstimos e financiamentos denominada em moeda estrangeira, a Companhia se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de "*swap*") para proteção do serviço associado a tais dívidas (principal mais juros e comissões) a vencer em até 24 meses. As captações realizadas através da Resolução BACEN 4.131 no contrato celebrado com o Citibank e a emissão dos *Bonds* no Mercado Internacional, já foram contratadas com *swap* para todo o prazo da dívida, devidamente pré-aprovadas pelo Conselho de Administração.

Segue abaixo o quadro com a composição das operações de derivativos existentes em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

Instituição	Moeda	Companhia recebe	Companhia paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nominal (R\$) 31.12.2021	Valor Nominal (US\$) 31.12.2021	Swap (accrual) (R\$) 31.12.2021	Swap valor justo (contábil) (R\$) 31.12.2021	Valor Justo x Accrual 31.12.2021
Citibank	US\$	US\$ + Libor3M + 1,18%	CDI + 1,85%	31.12.2021	31.03.2025	223.220	40.000	(6.498)	(2.845)	3.653
Bradesco (Bond 2021)	US\$	US\$ + 4,3750 % a.a.	143,24% CDI	18.06.2021	18.06.2026	1.450.930	260.000	(137.337)	(84.877)	52.460
Santander (Bond 2021)	US\$	US\$ + 4,3750 % a.a.	143,24% CDI	18.06.2021	18.06.2026	279.025	50.000	(26.411)	(16.322)	10.089
M. Stanley (Bond 2021)	US\$	US\$ + 4,3750 % a.a.	144,40% CDI	18.06.2021	18.06.2026	279.025	50.000	(26.401)	(15.212)	11.189
XP (Bond 2021)	US\$	US\$ + 4,3750 % a.a.	143,65% CDI	18.06.2021	18.06.2026	223.220	40.000	(21.126)	(12.744)	8.382
TOTAL						2.455.420	440.000	(217.773)	(132.000)	85.773

Instituição	Moeda	Companhia recebe	Companhia paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nominal (R\$) 31.12.2020	Valor Nominal (US\$) 31.12.2020	Swap (accrual) (R\$) 31.12.2020	Swap valor justo (contábil) (R\$) 31.12.2020	Valor Justo x Accrual 31.12.2020
Citibank	US\$	US\$ + Libor3M + 1,02%	CDI + 1,50%	05.09.2019	08.09.2021	415.736	80.000	(81.552)	(78.204)	3.348
Bradesco (Bond)	US\$	US\$ + 7,25 % a.a.	143,10% CDI	03.05.2018	03.05.2023	519.670	100.000	(104.400)	(236.151)	(131.751)
Bradesco (Bond)	US\$	US\$ + 7,25 % a.a.	142,48% CDI	03.05.2018	03.05.2023	831.472	160.000	(347.999)	(378.199)	(30.200)
Santander (Bond)	US\$	US\$ + 1,27940 % a.a.	18,62% CDI	03.05.2018	03.05.2023	86.433	16.632	(2.256)	(25.750)	(23.494)
TOTAL						1.853.311	356.632	(536.207)	(718.304)	(182.097)

O valor contabilizado encontra-se mensurado pelo seu valor justo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020. Todas as operações com instrumentos financeiros derivativos encontram-se registradas em câmaras de liquidação e custódia e não existe nenhuma margem depositada em garantia. As operações não possuem custo inicial.

A diferença entre o valor na curva (*accrual*) e o valor a mercado se dá pela distinta metodologia de cálculo, pois enquanto o saldo de *swap* na curva é calculado pelo valor do principal mais juros e câmbio atualizados até 31 de dezembro de 2021, o saldo do *swap* a mercado é calculado considerando a curva futura dos indicadores descontada pelo cupom cambial.

Em atendimento às práticas contábeis brasileiras e ao IFRS, o valor dos instrumentos de derivativos é registrado a valor justo, que se aproxima aos valores de mercado.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de câmbio, demonstrando os possíveis impactos no resultado financeiro da Companhia. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos saldos patrimoniais estivesse em aberto durante todo o período.

A metodologia utilizada para o “cenário provável” considerou a melhor estimativa da taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2022. Vale lembrar que, por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida em 31 de dezembro de 2021. É importante salientar que o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia, bem como o comportamento dos saldos de dívida e derivativos respeitará seus respectivos contratos.

Proc. Nº 027/24
Folhas 1124
Rubrica: 9

Análise de sensibilidade da taxa de câmbio, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções da B3 em 31 de dezembro de 2021.

Operação	Risco	Dívida - US\$ Mil	R\$		
			Cenário provável (I)	Cenário (II) + 25%	Cenário (III) + 50%
PASSIVOS FINANCEIROS			(264.164)	(949.762)	(1.635.366)
TN - Par Bond	US\$	39.422	(23.450)	(84.311)	(145.173)
TN - Caução - Par Bond	US\$	(37.256)	22.161	79.678	137.194
TN - Discount Bond	US\$	27.230	(16.198)	(58.236)	(100.275)
TN - Caução - Discount Bond	US\$	(25.940)	15.430	55.478	95.525
4131 Citibank 2021	US\$	40.002	(23.795)	(85.550)	(147.306)
Bonds (2021)	US\$	400.632	(238.312)	(856.821)	(1.475.331)
DERIVATIVOS			262.106	942.372	1.622.637
Swaps de moeda (ponta ativa)	US\$	(440.633)	262.106	942.372	1.622.637
TOTAL			(2.058)	(7.390)	(12.729)
Referência para Ativos e Passivos Financeiros				+25%	+50%
Cotação R\$/US\$ (em 31.12.2022)			6,18	7,72	9,26

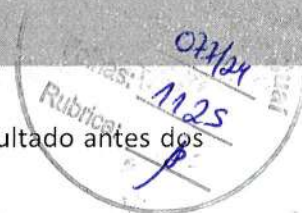
31.2.3 Risco de taxa de juros

Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros não só sobre a despesa financeira associada aos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia, como também sobre as receitas financeiras oriundas de suas aplicações financeiras. A política para utilização de derivativos aprovada pelo Conselho de Administração não compreende a contratação de instrumentos contra esse risco. No entanto, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de forma a avaliar a eventual necessidade de contratar derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas, sendo que, para estes casos, é solicitada aprovação prévia ao Conselho de Administração.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía contratos de *swap* de juros em aberto.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de juros, demonstrando os possíveis impactos no resultado antes dos impostos. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos saldos patrimoniais estivesse em aberto durante todo o período.

A metodologia utilizada para o "cenário provável" considerou a melhor estimativa da taxa de juros em 31 de dezembro de 2022. Vale lembrar que por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida e das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2021. É importante salientar que o comportamento dos saldos de dívida e derivativos respeitará seus respectivos contratos, bem como o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia.



Análise de sensibilidade das taxas de juros, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções da B3 em 31 de dezembro de 2021.

Operação	R\$		
	Cenário provável (I)	Cenário (II) + 25%	Cenário (III) + 50%
ATIVOS FINANCEIROS	180.968	109.083	37.197
Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários ^(a)	180.968	109.083	37.197
PASSIVOS FINANCEIROS POR RISCOS	(24.178)	(175.023)	(325.868)
Libor6M	(1.299)	(1.752)	(2.206)
Libor3M	(1.969)	(2.578)	(3.187)
CDI	(231.191)	(323.027)	(414.862)
IPCA	210.281	152.334	94.387
DERIVATIVOS	(232.874)	(325.377)	(417.881)
Swaps de moedas (ponta passiva)	(232.874)	(325.377)	(417.881)
TOTAL	(76.084)	(391.317)	(706.552)

Referência para Ativos Financeiros		-25%	-50%
CDI (em 31.12.2022)	11,84%	8,88%	5,92%
Referência para passivos financeiros		+25%	+50%
CDI (% em 31.12.2022)	11,84%	14,81%	17,77%
IPCA (% em 31.12.2022)	5,28%	6,59%	7,91%
Libor3M (% em 31.12.2022)	1,08%	1,35%	1,62%
Libor6M (% em 31.12.2022)	1,18%	1,48%	1,78%

31.2.4 Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência dos seus consumidores ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia utiliza de todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de clientes inadimplentes em empresas de proteção ao crédito e cobrança judicial. O risco de crédito das contas a receber encontra-se pulverizado considerando a base de clientes da Companhia. Uma análise de redução ao valor recuperável é efetuada a cada data de reporte usando uma matriz de provisão para avaliar as perdas de crédito esperadas. A exposição máxima ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2021 é o valor contábil de cada classe de ativos financeiros divulgada na Nota 6. A Companhia não possui ou mantém ativos que tenham sido dados em garantia por terceiros.

No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. A Companhia possui uma política de não manter a carteira concentrada em uma determinada instituição financeira. Desta forma, a política tem como princípio controlar a concentração da carteira através de limites impostos à Companhia, e acompanhar as instituições financeiras através do seu patrimônio líquido e de seus *ratings*.

Por meio de sua política a Companhia poderá aplicar os recursos em produtos de renda fixa, pós-fixados indexados ao CDI e Títulos públicos pós-fixados.

**Light****DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS 2021**Light SESA - CNPJ 60.444.437/0001-46
Companhia de Capital Aberto**31.2.5 Risco de liquidez**

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os recursos captados são apresentadas nas Notas 18 e 19.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial, do mercado financeiro e de empresas ligadas, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do acompanhamento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros e de seus limites de indicadores financeiros e cláusulas restritivas (*covenants*).

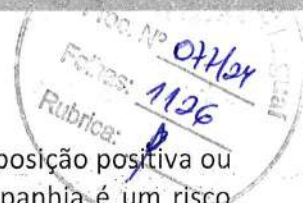
As notas de crédito (*rating*) atribuídas à Companhia pelas agências de classificação de risco são como seguem:

Ratings	Nacional	Internacional	Data de publicação
Fitch	AA-	BB-	21.01.2022
S&P	AA+	-	27.07.2021
Moody's	AA-.br	Ba3	23.02.2022

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, acarretar perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica. O prolongamento da geração de energia por meio de termelétricas pode pressionar o aumento dos custos para as distribuidoras de energia, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa no curto prazo, que são recuperáveis dentro do arcabouço regulatório vigente, e pode impactar em aumentos tarifários futuros. Com a cobrança das bandeiras tarifárias, a Companhia diminui, em parte, uma maior exposição da variação do custo de compra de energia, reduzindo assim, o risco de liquidez.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais, as quais incluem juros futuros, quando aplicáveis, até a data dos vencimentos contratuais, são apresentadas conforme quadro abaixo:

Instrumentos a taxas de juros:	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pós Fixadas					
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	(112.712)	(2.287.841)	(7.437.969)	(1.226.503)	(11.065.025)
Pré-Fixadas					
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	(5.875)	(19.290)	(391.850)	-	(417.015)
Fornecedores	(2.048.334)	-	-	-	(2.048.334)
Swap	2.039	6.116	(140.155)	-	(132.000)
TOTAL	(2.164.882)	(2.301.015)	(7.969.974)	(1.226.503)	(13.662.374)



31.2.6 Risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia

A venda ou compra de energia no mercado de curto prazo (MCP) para cobrir exposição positiva ou negativa da energia contratada para atendimento ao mercado cativo da Companhia é um risco inerente ao negócio de distribuição de energia elétrica. O limite regulatório para o repasse integral aos consumidores da exposição ao MCP, valorada pela diferença entre o preço médio de compra de energia da distribuidora e o preço de liquidação de diferenças (PLD) é 105% da energia requerida regulatória da distribuidora. As exposições que, comprovadamente, decorram de fatores que fogem ao controle da distribuidora (exposições involuntárias), também, podem ser repassadas integralmente aos consumidores.

A estratégia para contratação de energia pela Companhia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

31.2.7 Riscos socioambientais

Os riscos socioambientais estão relacionados aos aspectos ambientais, à segurança da força de trabalho e da população, às questões relacionadas aos empregados, aos fornecedores e aos impactos na sociedade como um todo. Nesse sentido, a Companhia atua de forma contínua para promover a melhoria da sua gestão ambiental e social, de forma a mitigar esses riscos, por meio de diversos compromissos:

- (i) Atender à legislação ambiental vigente e aos padrões de qualidade ambiental por meio do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), baseado na ISO 14001, que avalia e monitora os aspectos e impactos do parque operacional da Companhia, mitigando o risco de multas, embargos de empreendimentos, acidentes, ações judiciais e danos à imagem da Light;
- (ii) Nas usinas e nas estruturas associadas ao parque gerador de energia da Companhia, além da certificação na ISO 14001, atender às normas ISO 9001, de qualidade, e ISO 45001, de gestão de saúde e segurança ocupacional, formando um Sistema de Gestão Integrado (SGI);
- (iii) Investir na promoção da saúde e na prevenção de acidentes, aplicando recursos na melhoria de processos e procedimentos, capacitando e sensibilizando a força de trabalho, em paralelo a campanhas de comunicação relacionadas aos riscos da rede elétrica para a população e à importância da adoção de medidas pessoais de segurança;



Oferecer benefícios para os empregados da Companhia que englobam planos de previdência privada, pela Braslight, assistência médica e odontológica extensivas a dependentes, auxílio alimentação e/ou refeição, auxílio natalino, auxílio-creche, complementação de auxílio doença, auxílio psicopedagógico para dependentes de empregados com necessidade de tratamentos neuropsíquicos, assistência social e psicológica, seguro de vida, auxílio funeral e bolsas de estudo de ensino médio técnico para empregados e dependentes;

- (v) Estreitar o relacionamento com as comunidades da área de concessão, por meio do Programa Comunidades, fortalecendo o vínculo empresa/cliente e regularizando o fornecimento de energia e arrecadação nessas áreas, além de incentivar o cadastramento de moradores na Tarifa Social; e
- (vi) Garantir o alinhamento dos fornecedores com as diretrizes de direitos humanos, práticas trabalhistas e redução de impactos socioambientais que são adotadas pela Companhia, estabelecendo critérios para a seleção e gestão desses fornecedores contemplando o cumprimento do Acordo de Responsabilidade Social e do Código de Ética e Conduta Empresarial da Companhia.

31.2.8 Risco de continuidade da concessão

A Companhia conduz suas atividades de distribuição de energia elétrica de acordo com contratos de concessão e a legislação do setor elétrico, incluindo todas as resoluções emitidas pela ANEEL.

O quinto aditivo ao contrato de concessão da Companhia, celebrado em março de 2017 possui cláusulas que condicionam a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da Companhia, de novos critérios de eficiência com relação à qualidade da prestação do serviço e à sustentabilidade econômico-financeira da referida companhia.

Os critérios de eficiência com relação (i) à qualidade do serviço prestado são mensurados por indicadores que consideram a frequência e a duração média das interrupções do serviço de distribuição de energia, e os limites globais anuais definidos no referido aditivo; e (ii) à gestão econômica e financeira são mensurados por indicadores que consideram o nível de endividamento da companhia e limites os quais estão definidos no referido termo aditivo.

O inadimplemento do critério de qualidade da prestação do serviço será verificado nos casos em que houver o não atendimento dos indicadores por:

- (a) dois anos consecutivos no período entre 2018 e 2021 para o indicador de qualidade do serviço prestado;
- (b) dois anos consecutivos no período entre 2018 e 2019 para o indicador de gestão econômico-financeira;
- (c) especificamente no ano de 2022 para o indicador de qualidade do serviço prestado;
- (d) especificamente no ano de 2020 para o indicador de gestão econômico-financeira;
- (e) por dois anos consecutivos a partir de 2021 para o indicador de gestão econômico-financeira; ou
- (f) por três anos consecutivos a partir de 2023 para o indicador de qualidade do serviço prestado.

O descumprimento em função dos itens (a), (b), (c) e (d) acima, implica na instauração de processo administrativo para extinção da concessão, enquanto o descumprimento em função dos itens (e) e (f), acarreta a abertura de processo de caducidade, no qual se procederá com a apuração da inadimplência da concessionária.

Para o exercício findos em 2018, 2019 e 2020, a Companhia atendeu aos indicadores de qualidade do serviço prestado e de sustentabilidade econômico-financeira.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia atendeu aos indicadores de qualidade do serviço prestado e de sustentabilidade econômico-financeira, mas aguarda a homologação da Aneel.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia atendeu aos critérios de qualidade do serviço prestado e de sustentabilidade econômico-financeira.

Em virtude da pandemia da COVID-19, em 21 de dezembro de 2020, a Diretoria Colegiada da ANEEL decidiu, de forma unânime, pelo provimento da Medida Cautelar apresentada pela Companhia de modo a afastar as consequências decorrentes de eventual descumprimento do indicador econômico-financeiro previsto para o ano de 2020, nos termos do Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 001/1996.

O reconhecimento da ANEEL decorreu da verificação de que as definições quanto à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, sob discussão no âmbito da Consulta Pública nº 035/2020, são correlacionadas ao cumprimento das cláusulas econômico-financeiras dos contratos de concessão da distribuição.

Desta forma, a ANEEL concedeu o provimento cautelar até a data de conclusão da referida Consulta Pública, ocasião em que restarão definidas as métricas para o reequilíbrio econômico-financeiro das distribuidoras e, conseqüentemente, permitirão que a ANEEL verifique o cumprimento do indicador econômico-financeiro dos contratos de concessão.

31.3 Gestão do capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A dívida líquida da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido é apresentada a seguir:

Gestão de capital	31.12.2021	31.12.2020
Dívida de financiamentos, empréstimos e debêntures	9.490.575	8.555.046
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	(132.000)	(718.304)
Dívida bruta	9.358.575	7.836.742
(-) Caixa e equivalentes de caixa e TVM	2.419.516	1.825.988
Dívida líquida (A)	6.939.059	6.010.754
Patrimônio líquido (B)	7.166.825	5.637.543
Percentual de capital de terceiros - % (A÷ (B+A))	49%	52%

32. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía seguros com cobertura abrangendo seus principais ativos, dentre os quais podemos citar:

Seguro de riscos operacionais - cobre os danos causados às Usinas Hidroelétricas e Termoelétricas, incluindo, mas não limitada a todo seu maquinário, turbinas a vapor, turbinas a gás, geradores, caldeiras, transformadores, canais, túneis, barragens, vertedouros, obras civis, escritórios e depósitos. Todos os ativos estão segurados na modalidade de Riscos Operacionais, com cobertura "All Risks", incluindo-se linhas de transmissão e distribuição até 1.000 pés do local de geração.

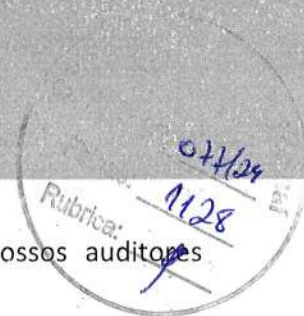
Seguro de responsabilidade civil de administradores e diretores (D&O) - tem por objetivo proteger os Executivos por perdas e danos resultantes do exercício das suas funções inerentes ao cargo ou posição como Conselheiros, Diretores e Administradores da Sociedade.

Seguro de responsabilidade civil e geral - objetiva o pagamento de indenização caso a Companhia venha a ser responsabilizada civilmente por meio de sentença transitada em julgado ou acordo autorizado pela seguradora, relativas a reparações por danos materiais e corporais involuntários, causados a terceiros e também aqueles relacionados à poluição, contaminação, vazamentos súbitos e ou acidentais.

A composição dos principais seguros considerada pela Diretoria é resumida conforme a seguir:

Riscos	Data de Vigência		Importância Segurada	Limite máximo de garantia (LMG)
	De	Até		
Directors & Officers (D&O)	10.08.2021	10.08.2022	N/A	100.000
Responsabilidade civil e geral ^(a)	31.10.2021	02.01.2022	N/A	20.000
Riscos operacionais ^(a)	31.10.2021	02.01.2022	3.887.044	300.000

^(a) Os seguros foram renovados com vigência atual de 02.01.2022 até 02.01.2023, sem qualquer alteração na importância assegurada e LMG.



Os seguros da Companhia não fazem parte do escopo de auditoria dos nossos auditores independentes.

33. COMPROMISSOS CONTRATUAIS

Contratos de compra de energia elétrica

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui os seguintes compromissos contratuais relevantes não reconhecidos nas demonstrações contábeis, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Ano	Total de contratos em R\$ ^(a)
2022	7.403
2023	8.046
2024	7.508
2025	5.757
2026	5.426

^(a) Não auditado pelos auditores independentes

34. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia realizou as atividades de investimento e financiamento abaixo que não envolveram caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

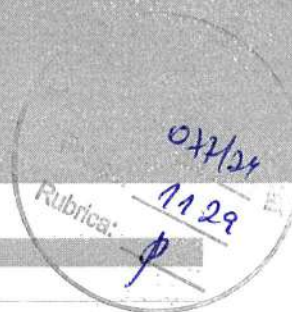
	2021	2020
Aquisição de ativo intangível em contrapartida a fornecedor	35.119	11.450

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

Reajuste tarifário 2022

Em 15 de março de 2022, foi aprovado pela ANEEL o processo de reajuste das tarifas da Companhia. O resultado, homologado através da Resolução Homologatória nº 3.014/2022, representa um reajuste tarifário médio para o consumidor de 14,68%, e engloba todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial, rural e outras). O índice de reajuste é constituído de dois componentes: (i) estrutural, que passa a integrar a tarifa, de 13,32%, compreendido pelos custos não gerenciáveis (Parcela A) e gerenciáveis (Parcela B); e (ii) componente financeiro negativo que somam 1,34%, aplicado exclusivamente aos próximos 12 meses, onde foi considerado a devolução dos valores oriundos de créditos tributários referentes ao trânsito em julgado da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS no montante de R\$1.050.000. As novas tarifas entraram em vigor a partir de 15 de março de 2022.



**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Firmino Ferreira Sampaio Neto

Abel Alves Rochinha

Carlos Alberto da Cruz

Carlos Vinicius de Sá Roriz

Ana Amelia Campos Toni

Lavinia Rocha de Hollanda

Yuiti Matsuo Lopes

CONSELHO FISCAL**EFETIVOS**

Luiz Paulo de Amorim

Sergio Xavier Fortes

Ary Waddington

SUPLENTES

Natalia Carneiro de Figueiredo

(Vago)

Marcelo Souza Monteiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Raimundo Nonato Alencar de Castro - Diretor Presidente

Gisomar Francisco de Bittencourt Marinho - Diretor e Diretor de Relações com Investidores

Déborah Meirelles Rosa Brasil - Diretora

Daniel Campos Negreiros - Diretor

Alessandra Genu Dutra Amaral - Diretora

Carla Ferreira Medrado - Diretora

Thiago Freire Guth - Diretor

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLADORIA

Eduardo Fonseca Coelho

Superintendente de Controladoria

CPF 978 351 536-53

Simone da Silva Cerutti de Azevedo

Contadora - Gerente de Contabilidade

CPF 094.894.347-52

CRC-RJ 103826/O-9



Building a better
working world

Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
6º ao 10º andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3263-7000
ey.com.br



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Light Serviços de Eletricidade S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Light Serviços de Eletricidade S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Building a better
working world



Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento da receita de energia distribuída, mas não faturada

As receitas da Companhia são oriundas, principalmente, do fornecimento de energia, sendo reconhecidas quando do consumo da energia pelo consumidor, conforme regime de competência, independente do seu faturamento, uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base ciclos de leitura que em alguns casos se sucedem ao período de encerramento contábil. O saldo de contas a receber derivado do fornecimento não faturado totaliza R\$ 635.102 mil em 31 de dezembro de 2021 e está divulgado na nota explicativa 6 às demonstrações financeiras.

O cálculo da receita não faturada foi considerado um assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às especificidades atreladas ao processo de estimativa, o qual leva em consideração dados históricos, parametrização de sistemas, além de julgamentos por parte da diretoria acerca da estimativa de consumo por parte dos consumidores, a fim de garantir que a receita seja contabilizada na competência correta.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do ambiente de controles internos implementados pela Companhia para o cálculo da receita não faturada; (ii) a compreensão e documentação do processo de estimativa, determinação e revisão das premissas por parte da diretoria; (iii) testes sobre a integridade e precisão dos dados de consumo de energia e correspondentes tarifas aprovadas pelo órgão regulador utilizados na realização dos cálculos da estimativa de receita não faturada; (iv) recálculo destas receitas; e (v) análise de lançamentos manuais e eletrônicos que poderiam se sobrepor aos controles internos para o fluxo das transações de reconhecimento da receita não faturada.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as receitas não faturadas, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que as políticas de mensuração e reconhecimento das receitas não faturadas adotadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 6, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Building a better
working world



Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

Conforme divulgado na nota explicativa 21, a Companhia é parte em processos administrativos e judiciais oriundos de diversas contingências fiscais, trabalhistas e cíveis, cujo valor agregado totaliza R\$ 10.402.053 mil em 31 de dezembro de 2021, para os quais nenhuma provisão foi constituída considerando que a sua probabilidade de perda foi avaliada como possível. Desse montante, R\$ 8.728.033 mil se referem a ações de natureza fiscal. Nessa avaliação, a diretoria da Companhia conta com a assistência de assessores jurídicos externos.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos nos processos, bem como pela complexidade dos assuntos e do ambiente tributário no Brasil.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, realização de reuniões periódicas com a administração e revisão das atas do Conselho de Administração para discutir a evolução dos principais processos judiciais em aberto. Também obtivemos cartas de confirmação diretamente dos assessores jurídicos externos da Companhia, a fim de comparar suas avaliações acerca das causas em aberto com as posições consideradas pela diretoria.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que a mensuração das causas classificadas como possível, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 21 são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Realização de créditos fiscais diferidos

Conforme divulgado na nota explicativa 8, a Companhia possui valores relevantes de créditos fiscais diferidos referentes a prejuízos fiscais, base negativas e diferenças temporárias.

Esse assunto foi considerado um assunto significativo para a nossa auditoria devido ao grau de julgamento envolvido no processo referente à estimativa de realização dos créditos de prejuízos fiscais, uma vez que é necessário que a diretoria realize projeções, com premissas subjetivas, e que a Companhia possua lucros tributários futuros para a realização de tais créditos.



Building a better
working world



Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros: (i) entendimento do ambiente de controles internos implementados pela Companhia para o reconhecimento e o acompanhamento dos créditos fiscais diferidos; (ii) utilização de especialistas em tributos para nos auxiliar na revisão da apuração dos impostos; e (iii) a revisão das principais premissas e metodologia utilizadas pela diretoria nas projeções de lucros tributários futuros para fins de recuperabilidade dos créditos fiscais diferidos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que a realização dos créditos fiscais diferidos, bem como as respectivas divulgações na nota explicativa 8 são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Building a better
working world



Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Building a better
working world



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



Building a better
working world



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

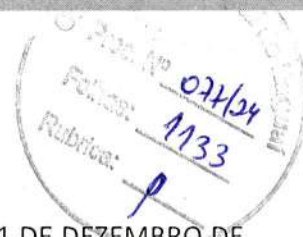
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4



Rio de Janeiro, 24 de março de 2022.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., referenciadas no Relatório dos Auditores Independentes.

Raimundo Nonato Alencar de Castro
Diretor Presidente

Gisomar Francisco de Bittencourt Marinho
Diretor e Diretor de Relações com Investidores

Déborah Meirelles Rosa Brasil
Diretora

Daniel Campos Negreiros
Diretor

Alessandra Genu Dutra Amaral
Diretora

Carla Ferreira Medrado
Diretora

Thiago Freire Guth
Diretor



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A. no uso de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com o disposto no artigo 163, da Lei nº 6.404/76, examinou o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras, a proposta de Destinação dos Resultados e o Orçamento de Capital, todos relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 da Companhia. Nossos exames das demonstrações citadas no parágrafo anterior foram complementados, ainda, por análise de documentos e, substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal pelos Auditores Independentes e pela Administração da Companhia. Desta forma, considerando, ainda, o parecer dos Auditores Independentes EY, o Conselho Fiscal, por unanimidade, opina favoravelmente no sentido de que os referidos documentos estão em condições satisfatórias para serem apresentados à deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2022.

Conselheiros Fiscais: Ary Waddington, Sergio Xavier Fortes e Luiz Paulo de Amorim



LIGHT Serviços de Eletricidade S.A.

- ✓ **Relatório da Administração**
- ✓ **Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022**
- ✓ **Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras**
- ✓ **Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e Relatório dos Auditores Independentes**
- ✓ **Parecer do Conselho Fiscal**



Mensagem da Administração

Assumi, em agosto de 2022, a liderança da Light, uma empresa essencial para o setor elétrico brasileiro, com um histórico centenário de contribuições para o desenvolvimento do país, mas que também enfrenta enormes desafios.

Minha chegada ocorreu nesse momento especialmente desafiador, em que as dificuldades estruturais históricas da área de concessão da Light SESA, por conta das particularidades do Rio de Janeiro, foram agravadas por questões macroeconômicas, tendo sido constatada a necessidade de buscar uma readequação da estrutura de capital da companhia.

O consumo faturado de energia do Rio de Janeiro em 2022 permaneceu em níveis inferiores ao pré-Covid. Quando observamos a trajetória de longo-prazo, constatamos que o consumo faturado de baixa tensão da Light em 2022 foi 12,5% menor que em 2013. Ao mesmo tempo, as perdas não técnicas – aquelas relacionadas ao furto de energia – e a inadimplência continuam sua gradual trajetória de crescimento. E as taxas de juros no Brasil voltaram para um patamar muito alto; a expectativa é que permaneçam nesse patamar.

Nesse cenário, o desequilíbrio que já existia na estrutura de capital da Light SESA se agravou ainda mais. A Companhia vem trabalhando na busca de alternativas que garantam a sustentabilidade dos nossos negócios no longo prazo. Com esse trabalho visamos, antes de tudo, a continuidade, qualidade e expansão do nosso serviço na nossa área de concessão, além de endereçar de maneira equilibrada os interesses de todos os *stakeholders*.

Essas alternativas passam pela renovação da concessão da Light SESA, que vence em 2026. Nosso objetivo é antecipar esse processo. Nós iniciamos discussões com a Aneel e o Ministério de Minas e Energia em busca da renovação antecipada em bases que garantam a sustentabilidade da concessão e do nosso negócio. A renovação precisa levar em consideração as particularidades do Rio de Janeiro, especialmente em relação às perdas não técnicas em áreas de severa restrição operacional e a altíssima reincidência no furto de energia e inadimplência em áreas convencionais.

A Light tem hoje uma diretoria renovada e com a expertise necessária para superar esses desafios, comprometida com o *turnaround* da companhia no curto prazo e a retomada do nosso protagonismo histórico no longo prazo.

Enquanto levamos adiante essas negociações para a renovação da concessão, reiteramos o nosso compromisso com nossos clientes, nossas obrigações regulatórias e a manutenção da boa qualidade dos serviços prestados pela Light.

A Light SESA é a 2ª melhor distribuidora do país em FECi e a 4ª melhor no DECI, dentre aquelas com mais de 1 milhão de clientes.

A readequação da nossa estrutura de capital da Light SESA e a renovação do seu contrato da concessão em bases sustentáveis são essenciais para garantir a qualidade, continuidade e expansão do nosso serviço de Distribuição na nossa área de concessão.

Na Light Energia, que agrupa nossos ativos de geração, continuamos a fornecer energia renovável de forma sustentável e lucrativa. Além disso, exercemos papéis fundamentais no fornecimento de água limpa e potável para a maior parte da Grande Rio de Janeiro e de



municípios da Baixada Fluminense; e no suporte à maior reserva privada de Mata Atlântica do nosso Estado.

Nos últimos meses, intensificamos o processo de reestruturação interna da Light, com o objetivo de torná-la mais eficiente. Aceleramos a modernização da companhia com a atualização de processos e sistemas, desburocratização, busca de eficiência e excelência operacional. Somos hoje uma empresa eficiente na gestão de despesas e na alocação de recursos.

Engajamos um corpo de lideranças altamente qualificado e comprometido com a recuperação do protagonismo histórico da Light.

Concentramos nossos investimentos naqueles estritamente necessários para a sustentabilidade do nosso serviço até a renovação da concessão, de forma a maximizar o fluxo de caixa nos próximos 36 meses, período que será crucial para o Grupo. Tudo isso, obviamente, sem afetar a qualidade e segurança dos nossos serviços.

As mudanças estruturais que promovemos em 2022 também visam preparar o Grupo para as profundas mudanças em andamento no setor elétrico.

Para a transformação digital da Companhia, procuramos otimizar nossa evolução tecnológica com investimentos constantes que assegurem uma experiência de qualidade aos nossos 4,3 milhões de clientes cariocas e fluminenses. Com isso, obtivemos um salto de inovação no uso de canais digitais.

Agradeço a todos - colaboradores, parceiros de negócios, credores, acionistas e investidores - que se uniram em torno da transformação da Light em 2022. E ao esforço que está sendo feito para fazer surgir uma companhia leve, ágil, inovadora e eficiente e com alta capacidade de atender às expectativas de nossos clientes.

Octavio Pereira Lopes
CEO

Conforme descrito na seção 1.1 das Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Administração avaliou e concluiu que, apesar das incertezas ali descritas, a Companhia possui condições de dar continuidade a suas operações para os próximos 12 meses.

Adicionalmente, a Administração da Companhia perseguirá e envidará os melhores esforços nas diversas estratégias mencionadas na seção 1.1 das DFs de 2022. Porém, não há garantia de que a Companhia terá êxito nas estratégias, visto que parte relevante dos elementos das estratégias não está sob o controle da Administração da Companhia, existindo, portanto, uma incerteza sobre seu sucesso. Os eventos e condições, anteriormente mencionados, individual ou coletivamente, indicam, no julgamento da Administração da Companhia, a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Light Serviços de Eletricidade S.A. e de outras sociedades que compõem o Grupo Light.



Perfil Corporativo

A Light Serviços de Eletricidade S.A. – Light SESA, atua no segmento de distribuição de energia e possui uma concessão que abrange 31 municípios do estado do Rio de Janeiro, atendendo a cerca de 11 milhões de pessoas e aproximadamente 4,3 milhões de clientes no final de 2022.

Contexto Operacional

Desempenho Operacional

Reajuste Tarifário

Em 15 de março, a Aneel aprovou o resultado da Revisão Tarifária Periódica de 2022 da Light SESA.

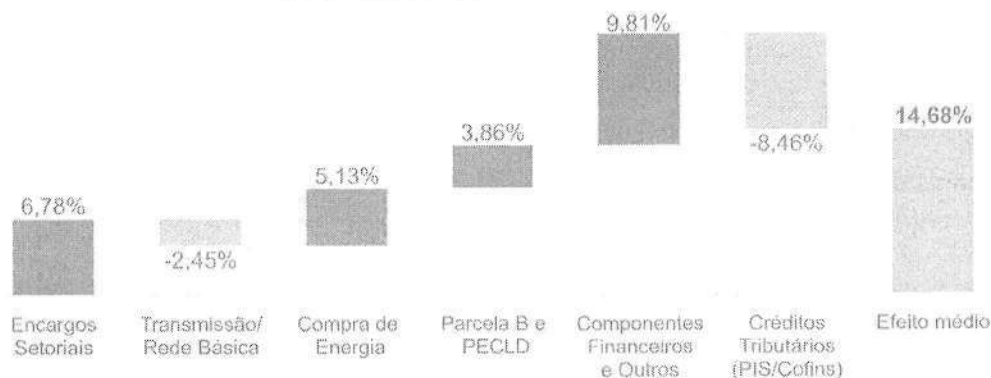
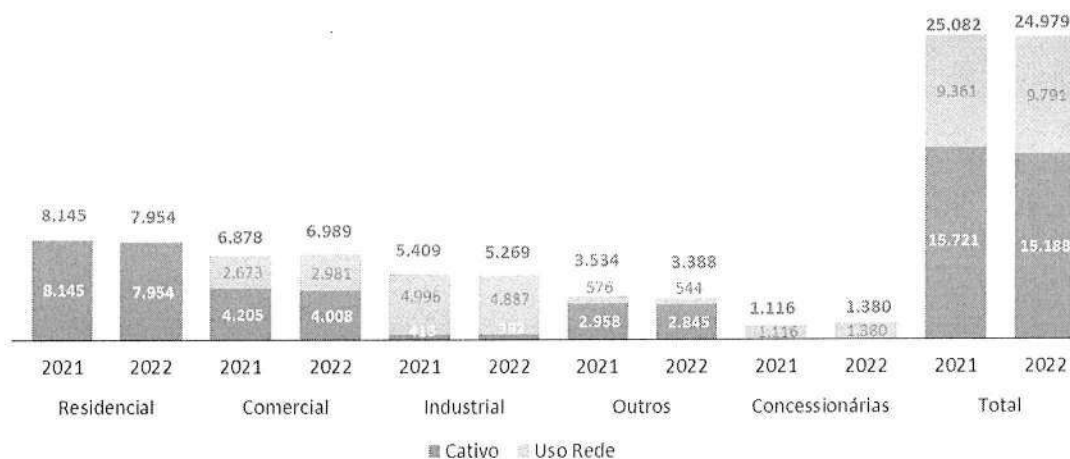
Como resultado da Revisão Tarifária, os itens associados ao serviço de distribuição de energia elétrica que compõem as tarifas da Light SESA homologados pela ANEEL somam R\$3.531 milhões,

Esses mesmos itens, que compuseram a Parcela B repassada no último Reajuste Tarifário da Light SESA, ocorrido em 15 de março de 2021, somavam R\$3.052 milhões.

No caso do repasse das perdas de energia, o percentual de perdas não-técnicas passa a ser de 40,93% para o primeiro ano do ciclo tarifário e de 37,40% para o último ano, considerando os mercados AS (subterrâneo) e BT (baixa tensão). Para fins de comparabilidade ao indicador definido na revisão tarifária anterior, que levou em consideração apenas o mercado de baixa tensão, o repasse de perdas não-técnicas homologado seria equivalente a 41,46% no primeiro ano e a 37,89% no último. Isso representa uma elevação média de 3,61 p.p. em relação ao indicador anterior (36,06%). As perdas técnicas passaram a representar 6,86% da carga fio, vs. 6,34% definido na última revisão tarifária.

Além do recálculo dos itens associados ao serviço de distribuição e da redefinição dos percentuais de perdas regulatórias, as novas tarifas da Light SESA refletem também uma atualização dos itens da Parcela A (associados a compra de energia, encargos setoriais e custos de transmissão) em +9,46%, bem como dos componentes financeiros (líquido) de +9,81%. Em relação a esse último item, a contribuição de R\$1,050 bilhão de créditos tributários da Light SESA referentes ao trânsito em julgado da exclusão do ICMS da base do PIS/Cofins possibilitou uma redução tarifária de 8,46%.

O efeito conjunto desse processo resultará um reajuste médio das contas de energia elétrica da Light SESA de 14,68%, conforme detalhado no gráfico abaixo. Os clientes de baixa tensão (residencial e comercial) terão correção média de 15,53% e de alta tensão (industrial) de 12,89%. Como pode ser verificado, os itens associados a Parcela B (Distribuição) e Receitas Irrecuperáveis representam apenas 3,86% do efeito médio total.

**Efeito médio para o consumidor****Desempenho Operacional****Evolução do Mercado**

Em 2022, o mercado faturado total apresentou uma queda de 0,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa retração é decorrente, em especial, do menor consumo médio de residências, com a retomada de atividades externas após o período mais crítico da Pandemia, e da atividade do setor siderúrgico, que passa por um momento de menor demanda global. Por outro lado, o crescimento da classe de concessionárias é consequência da redução de geração realizada nas áreas das concessionárias vizinhas, o que levou ao maior fluxo de energia da Light para elas.



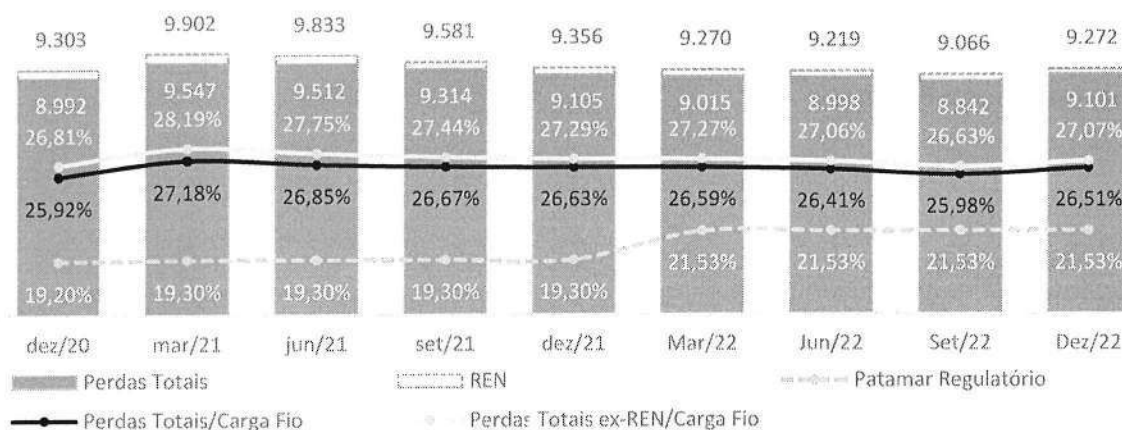
Perda de Energia

As perdas totais dos últimos 12 meses encerrado em dezembro/22 foi de 9.101 GWh vs. 9.105 GWh em dezembro/21. O indicador das perdas totais sobre a carga fio encerrou 2022 em 26,51% contra 26,63% no final de 2021.

A Companhia está 4,98 p.p. acima do percentual de repasse regulatório na tarifa, de 21,53%, conforme parâmetros definidos pela Aneel na Revisão Tarifária Periódica ocorrida em março/22.

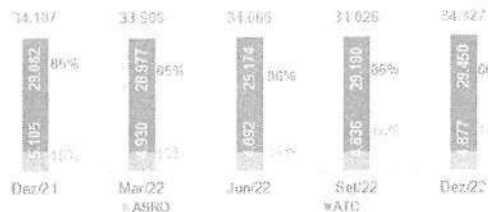
| Evolução das Perdas Totais [GWh] |

12 meses



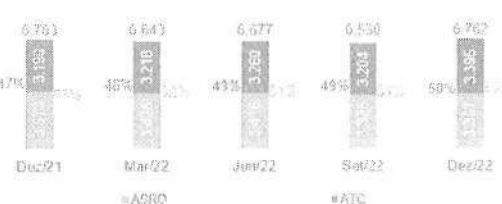
| Carga Fio [GWh] |

12 meses



| Perda não-técnica [GWh] |

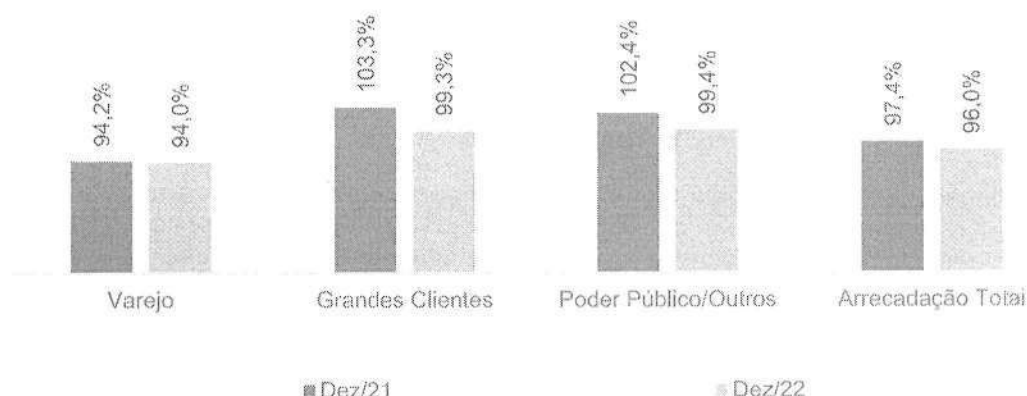
12 meses



Ao final de 2022, a perda não-técnica (12 meses) das Áreas de Severas Restrições à Operação (ASRO) representou 50% ou 3.367 GWh. Na Área Convencional (ATC), a perda não-técnica encerrou dezembro/22 em 3.395 GWh (50%).

Arrecadação

| Taxa de arrecadação por segmento |
12 meses [considera parcelas vencidas de REN]



O índice de arrecadação total média móvel 12 meses em dezembro/22 atingiu 96,0%, 1,4 p.p. abaixo da apresentada em dezembro/21 (97,4%). O resultado verificado decorreu da piora do indicador para os segmentos Grandes Clientes Privados e Poder Público.

| PECLD/ROB |
12 meses



O indicador PECLD sobre Receita Operacional Bruta (12 meses) encerrado em dezembro/22 foi de 6,0%, 2,7 p.p. acima do índice ajustado em dezembro/21, refletindo a abertura da curva de inadimplência verificada ao longo de 2022.

Qualidade dos Serviços

Indicador	2022	2021	Limites estabelecidos pela ANEEL
DEC	6,32	6,34	8,02
FEC	3,07	3,44	5,15

A Light continua com excelentes resultados operacionais, tendo atingido em 2022 os melhores valores de DECI e FECI dos últimos 20 anos.

Em dezembro 2022, a Light alcançou os valores de 6,32 horas no DECI e 3,07x no FECI da Companhia, representando uma redução de 0,3% e 10,8%, respectivamente na comparação com o mesmo período do ano anterior.



Os indicadores performaram abaixo dos limites estabelecidos pela ANEEL no contrato de concessão. O DECI encerrou o ano 9,0% (-0,63h) abaixo do limite de 6,95 horas e o FECi em 36,2% (-1,74 pontos) abaixo do limite de 4 81x.

Atendimento ao Cliente

A Light manteve, em 2022, o esforço para a continuidade da evolução dos canais digitais, buscando melhorias nos procedimentos e processos de atendimento, bem como na automatização de tarefas, relatórios e indicadores. Essas ações permitem um acompanhamento mais assertivo da execução de serviços.

A transformação digital vivida pela Companhia tem como um dos pontos altos a rápida evolução do relacionamento com o cliente de varejo. Em 2022, todos os serviços de atendimento estavam disponibilizados de forma totalmente on-line. Entre as soluções implantadas, os principais serviços possuem fluxos totalmente digitais, validando documentos automaticamente e consultando os sistemas da empresa em tempo real.

A mudança mais evidente ocorreu na Unidade de Resposta Audível (URA) do call center, realizada em 2022, com a adoção de tecnologia de inteligência artificial, capaz até mesmo de identificar quando é necessário transferir chamadas para agentes humanos. O novo sistema possibilitou aumento de 208% de clientes pré-atendidos pela URA, reduzindo a quantidade de atendimento humano a 9%. Além dos ganhos em experiência do usuário, as medidas trouxeram um salto em produtividade e em redução de custos.

Disponível pelo Whatsapp, Lia, a representante virtual da Light, contabilizou 7,3 milhões de atendimentos em 2022, um aumento de 187%. Suas funcionalidades, no ano, respondiam a 19 diferentes tipos de problemas, de aviso de falta de luz e acompanhamento de serviços a parcelamento de débitos.

De ponta a ponta, a experiência do cliente Light está digitalizada e automatizada, o que torna o processo mais célere e fluido. Para aqueles que optam pelo atendimento presencial, a Light manteve suas agências físicas. Apesar da manutenção de todas as lojas, observamos redução dos atendimentos presencial em 20%, consequência do impulsionamento do atendimento digital. O projeto para transformar a Light em uma empresa com atendimento digital já recebeu investimentos totais de R\$6,9 milhões, sendo R\$4,4 milhões em 2022.

Responsabilidade com o Meio Ambiente

A Light tem como diretriz o uso racional dos recursos naturais e a visão da transição energética para uma matriz de baixo carbono.

Desde 2001, os cuidados com os impactos ambientais estão previstos no Sistema de Gestão Ambiental (SGA), um conjunto de normas baseado na ISO 14001, que regula as principais atividades da Light.

Em sua estrutura de gestão, a Companhia mantém uma equipe dedicada aos cuidados ambientais. O acompanhamento do tema conta com o Comitê de ESG+, vinculado ao Conselho de Administração. Essa estrutura e suas iniciativas estão diretamente vinculadas à Diretoria, responsável por acompanhar os compromissos relacionados a questões ambientais e prestar contas ao Conselho de Administração.



Investimentos

Os investimentos em 2022 totalizaram R\$1.090 milhões, sendo destinado, em especial, a atividades ligadas ao programa de combate às perdas, recuperação de energia e novas ligações de redes.

Comentário Financeiro

Desempenho Financeiro

Informações Financeiras Selecionadas (R\$ MM)	2022	2021	Variação 2022/2021
Receita Operacional Líquida	11.032	12.658	-12,8%
Custos/Despesas Operacionais	-13.466	-12.043	4,8%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	-295	-52	464,3%
Resultado Financeiro	-3.199	-1.051	204,3%
Resultado antes dos impostos e equivalência patrimonial	-5.791,2	-436	1228,9%
IR/CSLL	-183	679	-72,0%
Equivalência patrimonial	-	-	-
Resultado Líquido	-5.816	244	-2491,0%
EBITDA CVM	-1.817	1.179	-254,1%

Obs: Não considera Receita/Custo de Construção

Receita Líquida

No ano, a receita líquida da distribuidora, desconsiderando a receita de construção, totalizou R\$11.032 milhões, uma redução de -12,8% em comparação a 2021. Essa variação ocorreu pelo estorno de faturamentos de regularização de clientes, seguindo a decisão da ANEEL, pelo não acionamento da bandeira tarifária Escassez Hídrica em 2022 e pela variação negativa na conta CVA, que é uma compensação para cobertura dos custos com a Parcela A.

Em 2022, os custos e despesas, desconsiderando os custos de construção, totalizaram R\$13.466 milhões, um aumento de 4,8% na comparação com 2021. Esse aumento decorre das maiores despesas com provisões para contingências e PECLD.

EBITDA CVM¹

Em 2022, o EBITDA CVM foi de R\$1.817 milhões, uma redução de R\$2.996 milhões em relação aos R\$1.179 milhões apurados em 2021. Essa retração foi devida, principalmente, a provisões de R\$2.753 milhões, sendo referentes, em especial, ao reconhecimento de provisão para devolução de créditos de PIS/COFINS aos consumidores, conforme Lei

¹ EBITDA não é uma medida reconhecida pelo BRGAAP ou pelos IFRS e é utilizado como medida adicional de desempenho de suas operações, e não deve ser considerado isoladamente ou como uma alternativa ao Lucro Líquido ou Lucro Operacional, como indicador de desempenho operacional ou como indicador de liquidez. De acordo com a Instrução da CVM 527/2012, o EBITDA CVM apresentado é calculado a partir do lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, despesas financeiras líquidas, depreciação e amortização.



14.385/22 (-R\$1.081 milhões), revisões nas metodologias e estimativas de PECLD (-R\$855 milhões) e de provisões para contingências JEC e Cível (-R\$379 milhões).

Resultado Líquido

Em 2022, a Light SESA apurou um resultado líquido de -R\$5.816 milhões, R\$6.060 milhões abaixo em relação ao ano anterior. Essa retração ocorreu, principalmente, em função do reconhecimento de provisão de -R\$1.081 milhões para devolução de créditos de PIS/COFINS aos consumidores, da atualização financeira desses valores, que totalizaram -R\$1.584 milhões, e do *impairment* da recuperabilidade de IR/CS diferidos, no valor de -R\$1.634 milhões.

Endividamento

A dívida líquida totalizou R\$8.800 milhões, aumento de 27% em relação a 2021 (R\$6.939 milhões) explicado, principalmente, pelo aumento da dívida bruta em função da elevação da curva futura do CDI e da redução da posição de caixa em R\$1.577 milhões.

Outras Informações

Audidores independentes

Em conformidade com a Resolução CVM nº 162/22, a Companhia declara que mantém contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. ("Deloitte"), firmado em 20 de abril de 2022, com vigência de 60 meses. Em 2022, a Deloitte prestou serviços de auditoria para a Companhia pelo montante de R\$ 600.639,46, compreendendo a auditoria das demonstrações financeiras (incluindo revisões trimestrais) e outros serviços relacionados à auditoria, tais como auditoria de demonstrações regulatórias e procedimentos previamente acordados sobre relatório controle patrimonial. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – LIGHT SESA – 2022

BALANÇO SOCIAL
LIGHT SESA

1 - Base de Cálculo	2022			2021		
	Valor (mil reais)			Valor (mil reais)		
Receita líquida (RL)	12.178.147			13.625.646		
Resultado operacional (RO)	(2.434.273)			615.445		
Folha de pagamento bruta (FPB)	365.360			380.488		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil R\$)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil R\$)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	29.584	8%	0%	28.090	7%	0%
Encargos sociais compulsórios	54.021	15%	0%	51.818	14%	0%
Previdência privada	4.461	1%	0%	4.254	1%	0%
Saúde	23.659	6%	0%	23.254	6%	0%
Segurança e saúde no trabalho	558	0%	0%	885	0%	0%
Educação	1.179	0%	0%	1.334	0%	0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	71	0%	0%	188	0%	0%
Creches ou auxílio-creche	959	0%	0%	713	0%	0%
Participação nos lucros ou resultados	23.670	6%	0%	57.881	15%	0%
Outros	3.097	1%	0%	2.585	1%	0%
Total - Indicadores sociais internos	141.259	39%	1%	171.001	45%	1%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	4.380	0%	0%	2.827	0%	0%
Cultura	36.445	-1%	0%	17.054	3%	0%
Saúde e saneamento	2	0%	0%	1.168	0%	0%
Esporte	38.267	-2%	0%	5.068	1%	0%
Outros	41.734	-2%	0%	25.032	4%	0%
Total das contribuições para a sociedade	120.828	-5%	1%	51.148	8%	0%
Tributos (excluídos encargos sociais)	5.873.100	-241%	48%	5.795.650	942%	43%
Total - Indicadores sociais externos	5.993.928	-246%	49%	5.846.798	950%	43%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil R\$)			Valor (mil R\$)		
Investimentos relacionados com a operação da empresa	7.059	0%	0%	10.855	2%	0%
Total dos investimentos em meio ambiente	7.059	0%	0%	10.855	2%	0%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100% (X) cumpre de 76 a 100%			() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100% (X) cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional	Valor (mil R\$)			Valor (mil R\$)		
Nº de empregados(as) ao final do período	4.243			4.982		
Nº de admissões durante o período	194			331		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	7.440			7.580		
Nº de estagiários(as)	25			17		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	954			960		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	811			992		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	29%			31%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	2.418			2.825		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	19%			17%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	163			150		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2022			Metas 2023		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	29,04			ND		
Número total de acidentes de trabalho	56			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(X) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apoiará	(X) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(X) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 162.913	no Procon 2.982	na Justiça 70.600	na empresa Reduzir 10%	no Procon Reduzir 10%	na Justiça Reduzir 10%
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 99,97%	no Procon 99,66%	na Justiça 48,0%	na empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 100%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2022: 6.846.761			Em 2022: 9.699.738		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	123,49% governo 6,87% colaboradores(as) 00,00% acionistas 54,59% terceiros 84,95% prejuízo			78,88% governo 4,02% colaboradores(as) 0,60% acionistas 14,58% terceiros 1,92% retido		
7 - Outras informações	Não há.					



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

BALANÇOS PATRIMONIAIS	1
BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	3
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES	4
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	6
DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS	7
1. CONTEXTO OPERACIONAL	8
2. BASE DE PREPARAÇÃO	13
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	14
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	25
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	25
6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	26
7. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	28
8. TRIBUTOS DIFERIDOS	30
9. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DO SETOR	32
10. OUTROS CRÉDITOS	34
11. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO	34
12. ATIVO DE CONTRATO	35
13. INVESTIMENTOS	35
14. IMOBILIZADO	36
15. INTANGÍVEL	37
16. FORNECEDORES	37
17. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR	38
18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	38
19. DEBÊNTURES	41
20. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	43
21. CONTINGÊNCIAS	49
22. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO	52
23. OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO E ATIVO DE DIREITO DE USO	57
24. ENCARGOS REGULATÓRIOS	58
25. OUTROS DÉBITOS	59
26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	59
27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	61
28. RECEITA LÍQUIDA	63
29. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	64
30. RESULTADO FINANCEIRO	65
31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS	66
32. SEGUROS	74
33. COMPROMISSOS CONTRATUAIS	75
34. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA	75
35. EVENTOS SUBSEQUENTES	75



LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
 (Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e equivalentes de caixa	4	40.519	395.434
Títulos e valores mobiliários	5	592.104	2.024.082
Contas a receber de clientes	6	886.059	2.280.513
Estoques		68.628	59.394
Tributos e contribuições a recuperar	7	764.383	1.231.645
Ativos financeiros do setor	9	157.860	1.171.882
Despesas pagas antecipadamente		22.994	28.340
Serviços prestados a receber		33.999	15.593
Outros créditos	10	387.731	591.437
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		2.954.277	7.798.320
Contas a receber de clientes	6	1.405.831	1.204.253
Tributos e contribuições a recuperar	7	3.674.179	3.674.704
Tributos diferidos	8	858.966	884.137
Depósitos judiciais	20.1	219.093	217.160
Instrumentos financeiros derivativos swaps	31	-	132.000
Ativos financeiros do setor	9	41.542	308.390
Ativo financeiro da concessão	11	7.697.294	6.821.988
Outros créditos	10	154	1.078
Ativo de contrato	12	664.760	558.254
Investimentos	13	43.621	34.124
Imobilizado	14	325.827	309.308
Intangível	15	2.149.109	2.455.860
Ativo de direito de uso	23	222.337	59.612
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		17.302.713	16.660.868
TOTAL DO ATIVO		20.256.990	24.459.188

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais)

PASSIVO	Notas	31.12.2022	31.12.2021
Fornecedores	16	1.452.785	2.048.334
Tributos e contribuições a pagar	17	127.671	276.525
Empréstimos e financiamentos	18	302.251	396.390
Debêntures	19	639.437	1.519.814
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	31	14.013	-
Passivos financeiros do setor	9	911.538	276.353
Dividendos a pagar	27	-	57.862
Obrigações trabalhistas		60.353	93.843
Valores a serem restituídos a consumidores	7	1.104.698	831.250
Obrigações por arrendamento	23	23.113	24.888
Encargos regulatórios	24	275.681	298.237
Outros débitos	25	486.238	562.273
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		5.397.778	6.385.769
Empréstimos e financiamentos	18	2.427.822	2.894.659
Debêntures	19	5.709.113	4.679.712
Instrumentos financeiros derivativos <i>swaps</i>	31	262.361	-
Tributos e contribuições a pagar	17	161.443	199.605
Provisões para contingências	20	3.889.553	494.598
Obrigações por arrendamento	23	209.843	38.163
Benefício pós emprego		274.537	-
Valores a serem restituídos a consumidores	7	647.978	2.564.550
Outros débitos	25	79.497	35.307
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		13.662.147	10.906.594
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	27	5.544.284	5.486.365
Reserva de capital		7.277	7.277
Reservas de lucros		1.770.305	1.770.305
Outros resultados abrangentes		(308.466)	(97.122)
Prejuízo do Exercício		(5.816.335)	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.197.065	7.166.825
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		20.256.990	24.459.188

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

Demonstrações de Resultados	Notas	2022	2021
RECEITA LÍQUIDA	28	12.178.147	13.625.646
CUSTO TOTAL		(10.850.005)	(11.811.352)
Custos com energia elétrica	29.1	(8.722.576)	(9.905.209)
Custos de operação	29	(2.127.429)	(1.906.143)
LUCRO BRUTO		1.328.142	1.814.294
Despesas gerais e administrativas	29	(3.467.120)	(1.146.524)
Outras despesas, líquidas		(295.295)	(52.325)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		(2.434.273)	615.445
RESULTADO FINANCEIRO	30	(3.199.337)	(1.051.225)
Receita financeira		463.474	319.005
Despesa financeira		(3.662.811)	(1.370.230)
PREJUÍZO ANTES DO IR E CSLL		(5.633.610)	(435.780)
Imposto de renda e contribuição social correntes	8	(157.554)	215.952
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	(25.171)	463.456
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(5.816.335)	243.628
LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (R\$ / Ação)	27.5	(0,0119)	0,00051

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais)

Demonstrações de Resultados Abrangentes	2022	2021
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(5.816.335)	243.628
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado em períodos subsequentes	-	-
Ganho (perda) sobre passivos atuariais, líquido dos efeitos fiscais	(211.344)	3.516
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	(6.027.679)	247.144

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022

Light SESA CNPJ 60.424.437/0001-45
Companhia de Capital Aberto



LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A. DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 (Em milhares de reais)

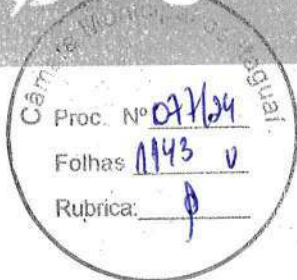
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	Notas	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS			OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCRO/ PREJUÍZO ACUMULADOS	TOTAL
				RESERVA LEGAL	RETENÇÃO DE LUCROS	RESERVA ESPECIAL			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		4.146.365	7.277	215.844	1.094.772	273.923	(100.638)	-	5.637.543
Aumento de capital		1.340.000	-	-	-	-	-	-	1.340.000
Lucro líquido do exercício	27.5	-	-	-	-	-	-	243.628	243.628
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado		-	-	-	-	-	-	-	-
Ganho de passivo atuarial, líquido dos efeitos fiscais	27.4	-	-	-	-	-	3.516	-	3.516
Destinação do resultado do exercício:		-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva legal	27.4	-	-	12.181	-	-	-	(12.181)	-
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (R\$0,00012 /ação)	27.4	-	-	-	-	-	-	(57.862)	(57.862)
Constituição da reserva de retenção de lucros	27.4	-	-	-	173.585	-	-	(173.585)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		5.486.365	7.277	228.025	1.268.357	273.923	(97.122)	-	7.166.825
Aumento de capital		57.919	-	-	-	-	-	-	57.919
Prejuízo líquido do exercício	27.5	-	-	-	-	-	-	(5.816.335)	(5.816.335)
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado		-	-	-	-	-	(211.344)	-	(211.344)
Perda de passivo atuarial, líquido dos efeitos fiscais		-	-	-	-	-	(308.466)	(5.816.335)	(5.816.335)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		5.544.284	7.277	228.025	1.268.357	273.923	(308.466)	(5.816.335)	1.197.065

As notas explicativas são parte integrante das informações demonstrações financeiras.

LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa	Notas	31.12.2022	31.12.2021
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais		(119.754)	137.756
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(5.633.610)	(435.780)
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	29	1.116.505	597.354
Depreciação e amortização	29	617.132	563.890
Ganho (perda) na venda ou baixa de intangível, imobilizado, investimento e arrendamento		66.984	(57.512)
Perdas cambiais e monetárias de atividades financeiras	30	59.458	610.716
Provisão e atualização para contingências e atualização financeira de depósitos judiciais		2.691.887	245.565
Provisão e atualização para contingência – Valores a devolver ao consumidor		1.081.068	-
Ajuste a valor presente e antecipações de recebíveis		11.246	(1.422)
Despesa de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures e amortização dos custos	18/19	870.857	605.567
Juros sobre obrigações de arrendamento	23	26.994	5.895
Atualização financeira dos créditos de PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo		(76.608)	(14.219)
Ganho em investimentos avaliados pelo custo		(9.792)	(3.161)
Variação swaps		686.358	(52.262)
Benefício pós emprego (plano de saúde)	22	63.193	-
Valor justo do ativo financeiro da concessão	27	(38.365)	(574.231)
Constituição e atualização de ativos e passivos financeiros do setor	9	360.830	(1.265.115)
Variações nos Ativos e Passivos		(2.013.891)	(87.529)
Títulos e valores mobiliários		(155.456)	(70.090)
Contas a receber de clientes e outras		65.125	(788.114)
Tributos, contribuições e impostos líquidos		403.357	707.001
Ativos e passivos financeiros do setor		(291.431)	(239.281)
Estoques		(9.234)	(3.156)
Serviços prestados a receber		(18.406)	25.788
Despesas pagas antecipadamente		5.346	(5.959)
Depósitos judiciais		(7.656)	2.542
Outros créditos		133.965	(137.799)
Fornecedores		(597.904)	458.149
Obrigações trabalhistas		(33.490)	11.878
Encargos Regulatórios	24	(22.556)	(41.090)
Pagamento das provisões para contingências		(320.002)	(373.327)
Outros débitos		(84.120)	181.477
Instrumentos financeiros derivativos swaps		(277.984)	638.566
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	18/19	(803.445)	(536.294)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimento		366.843	(1.659.075)
Aquisições de bens do ativo imobilizado		(58.467)	(45.483)
Aquisições de bens do ativo intangível e do ativo de contrato		(1.162.124)	(1.029.573)
Aplicações financeiras		(5.384.164)	(10.882.793)
Resgate de aplicações financeiras		6.971.598	10.298.774
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento		(602.004)	1.460.738
Aumento de capital	27	57.919	1.340.000
Dividendos pagos		(57.862)	(65.276)
Pagamento de obrigações por arrendamento	23	(53.135)	3.968.536
Captação, líquida dos custos de captação de empréstimos, financiamentos e debêntures e das cotas subordinadas – FDIC	18/19	1.334.164	(3.730.653)
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	18/19	(1.883.090)	(51.869)
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa		(354.915)	(60.581)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		395.434	456.015
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		40.519	395.434

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais)

Receita Líquida	Notas	31.12.2022	31.12.2021
Receitas		19.218.939	21.252.610
Venda de energia	28	19.188.998	20.882.696
Receitas referentes à construção de ativos próprios		1.146.446	967.268
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa		(1.116.505)	(597.354)
Insumos adquiridos de terceiros		(12.218.519)	(11.307.987)
Custo com energia elétrica	29.1	(8.722.576)	(9.905.209)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(3.495.943)	(1.402.778)
Valor adicionado bruto		7.000.420	9.944.623
Retenções		(617.133)	(563.890)
Depreciação e amortização	29	(617.133)	(563.890)
Valor adicionado líquido produzido		6.383.287	9.380.733
Valor adicionado recebido em transferência		463.474	319.005
Receitas financeiras	30	463.474	319.005
Valor adicionado total a distribuir		6.846.761	9.699.738
Distribuição do valor adicionado		6.846.761	9.699.738
Pessoal		470.398	390.383
Remuneração direta		335.172	256.152
Benefícios		100.508	105.763
FGTS		34.276	27.504
Outros		442	964
Impostos, taxas e contribuições		8.455.280	7.651.618
Federais		4.200.808	2.694.703
Estaduais		4.236.394	4.944.337
Municipais		18.078	12.578
Remuneração de capitais de terceiros		3.737.418	1.414.109
Juros		3.636.582	1.297.389
Aluguéis		100.836	116.720
Remuneração de capitais próprios		(5.816.335)	243.628
Dividendos		-	57.862
Lucros (Prejuízos) retidos		(5.816.335)	185.766

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Light Serviços de Eletricidade S.A. (“Companhia” ou “Light SESA”) é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ – Brasil. A Companhia tem como objeto social a distribuição de energia elétrica, cuja concessão foi efetivada em julho de 1996 e o vencimento será em julho de 2026.

Sua área de concessão abrange 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro, incluindo a capital, atendendo a cerca de 4,5 milhões de unidades consumidoras faturadas, correspondentes a uma população de cerca de 10 milhões de pessoas (dados não revisados pelos auditores independentes). A energia elétrica requerida para atendimento a seu mercado é adquirida da Eletrobras (Itaipu Binacional), em Leilões de Energia Existente, da UTE Norte Fluminense, da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e do PROINFA.

Em 05 de setembro de 2005, em atendimento à Lei nº 10.848/04, foi aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL (“ANEEL”), através da Resolução Autorizativa nº 307/05, o projeto de reorganização societária em que a Light S.A. passou a ser a controladora da Companhia.

1.1 Continuidade operacional

A Administração da Companhia está acompanhando atentamente as situações que envolvem o processo de renovação da concessão da Companhia.

A Companhia apresentou no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 prejuízo líquido de R\$5.816.335 (lucro líquido de R\$243.628 em 31 de dezembro de 2021), consumo de caixa operacional líquido de R\$119.754 (geração de caixa operacional líquido de R\$137.756 em 31 de dezembro de 2021), capital circulante líquido negativo de R\$2.443.501 (capital circulante líquido positivo de R\$1.412.551 em 31 de dezembro de 2021) e possui R\$9.078.623 de empréstimos, financiamentos e debêntures (R\$9.490.575 em 31 de dezembro de 2021), sendo R\$941.688 registrados no curto prazo e R\$8.136.935 registrados no longo prazo.

A Administração da Companhia entende que a Companhia apresenta situação operacional e financeira complexa com:

- (i) elevado nível de endividamento
- (ii) geração de caixa operacional historicamente insuficiente para sozinha honrar os compromissos
- (iii) elevado índice de perdas não técnicas (furto de energia) e inadimplência
- (iv) dificuldade de atuação em Áreas de Severa Restrição Operacional



Light



DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS 2022

Light SESA CNPJ 60.444.437/0001-46
Companhia de Capital Aberto

Esta situação foi agravada pelo (a):

- (i) aumento das taxas de juros SELIC de 2.00% em janeiro de 2021 para 13.75% em agosto de 2022
- (ii) efeito da determinação de devolução de cerca de R\$2.8 bilhões de créditos decorrentes da exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS, como explicitado em mais detalhes nas Notas Explicativas 1.2, 7.1 e 35.1
- (iii) deterioração macroeconômica da área de concessão desde 2015 e mais recentemente agravada pela pandemia de COVID-19

A Administração da Companhia informa que não possui linhas de créditos contratadas e disponíveis para utilização em 31 de dezembro de 2022, porém tem buscado alternativas para melhorar a estrutura de capital da Companhia.

A concessão da Companhia, vencerá em junho de 2026. A Administração entende que determinados cenários para o futuro da Companhia dependem (i) da necessidade de processo formal de renovação da concessão e (ii) da necessidade de negociação dos termos e condições da nova concessão, que não estão sob controle da Administração.

Adicionalmente, as notas de crédito (rating) atribuídas à Companhia pelas agências de classificação de risco são:

Ratings	Nacional	Internacional	Data de publicação
Fitch	CCC(bra)	CCC+	02.02.2023
S&P	brBB-	-	16.02.2023
Moody's	B.br	B3	07.02.2023/03.02.2023

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui em seus contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures cláusulas que podem gerar antecipação do vencimento de dívidas. O vencimento antecipado pode ocorrer, no caso de:

- (i) não atendimento a pelo menos um dos indicadores financeiros ("covenants financeiros") em dois trimestres consecutivos ou quatro trimestres intercalados; ou
- (ii) não cumprimento de determinados covenants não financeiros, como por exemplo, cláusulas de atendimento de nível mínimo de classificação de crédito avaliado por agências de rating.

A Administração da Companhia realizou o cálculo de todos os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures e concluiu que estes indicadores foram atendidos para o trimestre findo em 31 de dezembro de 2022. Vale ressaltar que a Companhia cumpriu com indicadores financeiros dos últimos 3 trimestres, não ensejando o vencimento antecipado de forma imediata das dívidas.

Com relação ao *covenant* não financeiro relacionado a ratings, a Administração da Companhia verificou que conforme item XXIX da cláusula 6.28 das escrituras da 8ª emissão de debêntures o "rebaixamento do rating da Emissão previsto na Cláusula 5.1., item V, para abaixo do conceito BBB-" enseja a convocação de assembleia geral de debenturistas pelo Agente Fiduciário, que pode declarar o vencimento antecipado que por sua vez provocaria o vencimento antecipado dos outros contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia automaticamente.

Adicionalmente, a Companhia possui em seu contrato de concessão de energia elétrica, entre outras obrigações, cláusulas que condicionam a continuidade da concessão ao cumprimento de critérios de sustentabilidade econômico-financeira. A Administração da Companhia ressalta que os indicadores de sustentabilidade econômico-financeira para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 ainda não foram mensurados de forma definitiva pela ANEEL, uma vez que estes são mensurados quando da emissão das demonstrações contábeis regulatórias, porém a análise preliminar indica um risco de descumprimento para o exercício de 2022. A Administração da Companhia entende que no caso deste risco se materializar, o descumprimento não implica o início, de forma imediata, do processo de caducidade da concessão da Companhia, mas requer monitoramento contínuo.

A distribuição de energia elétrica está sujeita a um conjunto de regulamentos entre os quais se destacam os de sustentabilidade operacional. Neste âmbito, cumpre destacar que a Light encerrou o ano de 2022 atendendo os indicadores regulados voltados à mensuração da continuidade e qualidade do serviço prestado. Em termos de continuidade, a companhia se apresenta entre as melhores do país em termos de duração (DEC) e frequência (FEC) de interrupções de energia e dentro do parâmetro regulatório. Em termos de atendimento comercial, destacam-se o indicador FER que mede a frequência equivalente de reclamações recebidas e tratadas pela empresa com um índice de 11,26, performance 13% melhor que o referencial regulatório e, ainda, o alcance do índice Satisfatório esperado pela ANEEL para o Plano de Resultados de Atendimento que reúne um conjunto de indicadores voltados ao atendimento ao cliente. (Informações não auditadas pelos auditores independentes).

A Administração da Companhia entende que enquanto o processo de renovação da concessão não for concluído, e considerando a situação operacional e financeira complexa e agravada descrita acima, o cronograma contratual de pagamento das dívidas, (vide notas explicativas 18 e 19), combinadas com as demais obrigações (qualidade do serviço, segurança, fornecedores, funcionários, impostos federais, estaduais e municipais, devolução de créditos de PIS/COFINS para consumidores entre outros), a Administração da Companhia envidará esforços contínuos para permitir a continuidade operacional da Companhia, que incluem uma combinação de estratégias que compreendem principalmente (i) utilização de recursos próprios existentes em 31 de dezembro de 2022, (ii) a controladora Light SA poderá aportar recursos para a Companhia oriundos da venda de ativos, cuja venda possui elementos que não estão totalmente sob o controle da Administração do Grupo Light, (iii) utilização de recursos oriundos do fluxo de caixa operacional, cuja estabilidade é razoavelmente previsível pela existência de base sólida de clientes cativos, volume de energia relativamente previsível, tarifas estabelecidas pela ANEEL e concessão de distribuição de energia elétrica válida até Junho de 2026 (iv) obtenção de extensão de prazos de pagamento junto a fornecedores e credores, cuja extensão não está sob o controle da Administração do Grupo Light e



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022

Light SESA - CNPJ 60.444.437/0001-46
Companhia de Capital Aberto

pode implicar em custos financeiros adicionais em decorrência de multas, custos para obtenção de *waivers*, novos encargos financeiros ou na declaração de vencimentos antecipados, (v) utilização de recursos oriundos de captação junto a instituições financeiras ou mercado de capitais, cujo cenário apresenta restrições tendo em vista que os recentes rebaixamentos dos ratings do Grupo Light pelas agências de ratings que podem implicar em elevados custos de captação de novas dívidas e até mesmo significar a indisposição dos credores em efetuar novos empréstimos e financiamentos para o Grupo Light, (vi) utilização de recursos oriundos de aumento de capital, cujo êxito não está sob o controle da Administração do Grupo Light, (vii) redução dos investimentos em infraestrutura que não implique em prejuízo na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica e indicadores de qualidade exigidos pelo contrato de concessão da Companhia, (viii) atuação no âmbito regulatório para o reconhecimento adequado das perdas não-técnicas regulatórias e ajustes de redução de mercado, (ix) atuação no âmbito jurídico/legal para reversão da destinação integral dos créditos de PIS/COFINS, como os mandados de segurança já impetrados e a Ação Direta de Inconstitucionalidade pela ABRADEE - Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica e (x) renovação da concessão em bases sustentáveis.

Para ajudar e assessorar a Companhia a lograr as diversas estratégias mencionadas acima, a Administração contratou uma série de consultores, assessores legais, regulatórios e financeiros.

A Administração avaliou e concluiu que, apesar das incertezas descritas nesta seção 1.1, a Companhia possui condições de dar continuidade a suas operações para o período de 12 meses a partir da data da emissão dessas demonstrações financeiras. Com base nessa conclusão, essas demonstrações financeiras foram elaboradas baseadas no princípio da continuidade operacional.

A Administração da Companhia perseguirá e envidará os melhores esforços nas diversas estratégias mencionadas acima. Porém, não há garantia de que a Companhia terá êxito nas estratégias, visto que parte relevante dos elementos das estratégias não está sob o controle da Administração da Companhia, existindo, portanto, uma incerteza sobre seu sucesso. Os eventos e condições, anteriormente mencionados, individual ou coletivamente, indicam, no julgamento da Administração da Companhia, a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

1.2 Promulgação da Lei nº 14.385 em 27 de junho de 2022

Em 27 de junho de 2022, foi promulgada a Lei nº 14.385/22, a qual altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para disciplinar o repasse de valores de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica. A nova Lei incluiu o art. 3º-B, na Lei nº 9.427/1996, para determinar a destinação integral em proveitos dos usuários afetados, dos créditos oriundos das ações em que as distribuidoras de energia elétrica obtiveram a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS.

A ANEEL estabeleceu os critérios para operacionalização da devolução dos créditos de PIS/COFINS levando em consideração, dentre outros aspectos, o valor total do crédito utilizado em compensação e a capacidade máxima de compensação desses créditos. A devolução dos créditos aos consumidores se dará por meio dos processos tarifários anuais.

Os Administradores da Companhia, baseados na opinião dos seus assessores legais externos, concluíram que há inconstitucionalidades na Lei. Desta forma, foram traçadas estratégias de atuação judicial que envolvem diversas etapas processuais, de medidas judiciais diferentes, que foram sucessivamente apresentadas perante o Poder Judiciário, respeitando-se uma ordem lógica-jurídica.

Como primeira medida, a Companhia ajuizou duas ações judiciais (5052102-70.2022.4.02.5101 e 1043306-50.2022.4.01.3400), ambas com o objetivo final – embora por razões distintas – de impedir a realização da referida Revisão Tarifária Extraordinária (RTE). Esse objetivo foi alcançado primeiramente nesta ação, por meio de acórdão favorável vigente no Agravo de Instrumento nº 1023960-31.2022.4.01.0000 interposto pela Light nos autos do referido Mandado de Segurança, impedindo que a Aneel delibere a Revisão Tarifária Extraordinária da Light objeto da Lei nº 14.385/2022 antes de realizada consulta pública. A decisão foi confirmada pela Presidência do Superior Tribunal de Justiça na SLS nº 3.414. Em cumprimento ao acórdão, a ANEEL realizou a consulta pública em novembro de 2022.

Em segunda medida, a Companhia impetrou um novo Mandado de Segurança nº 5062961-48.2022.4.02.5101, em trâmite perante a 30ª Vara Federal do Rio de Janeiro, com objetivo de evitar saída de recursos antes da efetiva homologação da compensação tributária pela Receita Federal do Brasil - RFB. Apesar de a liminar ter sido indeferida em 22 de agosto de 2022, pelo entendimento de ausência de *periculum in mora* uma vez estar vigente acórdão que suspendeu RTE, foi interposto o Agravo de Instrumento nº 5013111-02.2022.4.02.0000, em trâmite perante a 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, pendente de julgamento.

Como terceira medida, a Companhia impetrou novo Mandado de Segurança nº 5090279-06.2022.4.02.5101/RJ, em trâmite perante a 20ª Vara Federal do Rio de Janeiro, para que a ANEEL, antes de determinar repasse dos créditos aos consumidores, identifique os “usuários de serviços públicos afetados na respectiva área de concessão”, de forma que a destinação dos créditos em disputa observe a efetiva proporção em que cada usuário tenha sido “afetado” anteriormente pelo eventual recolhimento de tributo. A liminar foi indeferida em 30 de novembro de 2022 e o recurso de Agravo de Instrumento nº 5017168-63.2022.4.02.0000/RJ aguarda decisão.

Paralelamente, a Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica (ABRADEE) ajuizou a Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 7.324, perante o Supremo Tribunal Federal, a qual está sob relatoria do Ministro Alexandre de Moraes. Em 16 de dezembro de 2022, o Ministro Relator, “diante da relevância da matéria constitucional suscitada e de seu especial significado para a ordem social e a segurança jurídica” adotou rito abreviado para célere decisão no processo, ainda pendente de julgamento.

A par desses acontecimentos jurídicos, a ANEEL em 13 de outubro de 2022, determinou o início de consulta pública em relação a RTE e em 13 de dezembro de 2022 efetivou a RTE da Companhia através da Resolução Homologatória nº 3.144.

**Light****DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS 2022**Light SESA CNPJ 60.444.437/0001-46
Companhia de Capital AbertoCamada Média e de
O Proc. Nº 077124
Folhas 1196
Rubrica: 0

Nesse contexto, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia decidiu provisionar os valores do crédito que poderá ser repassado aos consumidores, como medida de cautela, apesar do prognóstico de êxito estimado pelos assessores jurídicos externos para as ações judiciais ser *provável*.

A Administração da Companhia ressalta que seguirá adotando medidas judiciais necessárias para resguardar os direitos da Companhia.

O quadro a seguir apresenta os impactos ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 referentes à contabilização da devolução integral dos créditos referentes a exclusão do ICMS na base do PIS/COFINS no balanço patrimonial e na demonstração do resultado da Companhia:

Efeitos no balanço patrimonial	R\$ mil
Ativo diferido ^(a)	367.563
Provisão para contingências - crédito de PIS/COFINS sobre ICMS a devolver ao consumidor	(2.742.784)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(2.375.221)

Efeitos no resultado do exercício	R\$ mil
Provisão para contingências - crédito de PIS/COFINS sobre ICMS a devolver ao consumidor	(1.081.068)
Atualização de provisão - Despesa financeira	(1.661.716)
Imposto de renda e contribuição social diferidos ^(a)	367.563
RESULTADO	(2.375.221)

^(a) Como consequência do registro, a Companhia constituiu ativo diferido somente sobre a parcela da provisão para contingências no montante de R\$367.563, haja vista a atualização desse litígio não se tratar de parcela dedutível nas bases do IRPJ e CSLL. Todavia, Companhia baixou o montante reconhecido após avaliação de recuperabilidade dos ativos diferidos e diante da expectativa de não realização do montante reconhecido, conforme descrito na nota 8.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Diretoria na sua gestão.

Em 27 de março de 2023, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros (Nota 31), mensurados pelos seus valores justos, e pelos seus valores justos menos despesas com vendas, de acordo com as normas aplicáveis, respectivamente.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras, requer que a Diretoria faça julgamentos, adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas são revisadas continuamente e os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Os ajustes oriundos dessas revisões são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

Notas	Estimativas e julgamentos significativos
6	Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)
7	Realização dos créditos de PIS e COFINS sobre ICMS e valores a serem restituídos a consumidores
7	Recuperação do IRPJ e CSSL diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias
9	Ativos e passivos financeiros do setor
11	Ativo financeiro da concessão
20	Provisões para contingências
21	Contingências
22	Benefícios pós-emprego
28.1	Fornecimento não faturado
29.1	Provisão para compra de energia elétrica
31	Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

3.1 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.



Light



DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS 2022

Light SESA CNPJ 60.444.437/0001-46
Companhia de Capital Aberto

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos, inicialmente, pelo seu valor justo acrescidos dos custos incorridos para sua obtenção. Um ativo financeiro deve após o seu reconhecimento inicial ser mensurado pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou valor justo por meio do resultado.

Valor justo por meio do resultado

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição. São mensurados pelo valor novo de reposição ("VNR"), equivalentes ao valor justo na data das demonstrações financeiras. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação são reconhecidos no resultado.

Nesta categoria encontram-se também os certificados de depósito bancário (CDB), as cotas de fundos de investimento e os instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos financeiros derivativos (operações de *swap*) são instrumentos mantidos para regular as exposições de riscos de variação de moeda estrangeira, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

Custo amortizado

Os ativos financeiros são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo e estão sujeitos a *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas dos passivos financeiros são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

Encontram-se nesta categoria o numerário disponível, os valores a receber com clientes, serviços prestados a receber, depósitos vinculados a litígios, ativos e passivos financeiros do setor, valores a receber de partes relacionadas, outros créditos, fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures, obrigações por arrendamento mercantil e outros débitos.

Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e
- A Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge. A Companhia não adota a contabilidade de hedge (*hedge accounting*) e designa seus derivativos como:

Hedge do valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco protegido.

Para *hedges* de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do hedge, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto.



Light



DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS 2022

Light SESA CNPJ 60.444.437/0001-46
Companhia de Capital Aberto

Se o item objeto de *hedge* for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

No balanço patrimonial, os saldos de caixa e bancos correspondem a saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são pós-fixadas e correspondem a operações realizadas com instituições que atuam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, garantia de recompra diária pela instituição financeira, a uma taxa previamente estabelecida pelas partes e remuneração, em sua maioria, pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com perda insignificante de valor em caso de resgate antecipado.

3.3 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo fornecimento e o suprimento de energia elétrica, faturada e a faturar, comercialização de energia, acréscimos moratórios, juros oriundos de atraso no pagamento, encargos de uso da rede elétrica e energia comercializada a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

As contas a receber de clientes são reconhecidas ao valor faturado e deduzidas das perdas esperada em créditos de liquidação duvidosa (PECLD). O Grupo utiliza uma matriz de provisão para calcular a PECLD para as contas a receber. A matriz de provisão considera um *aging list* de 12 meses segregado por classe de consumo e uma projeção de expectativa de recebimento para os próximos 36 meses, a partir de uma base estatística de expectativa de recebimentos, a qual proporciona uma melhor aderência a expectativa de recebimento efetivo dos montantes em aberto no contas a receber da Companhia. A aplicação da matriz está segregada em faturamento regular e parcelado e faturas oriundas da aplicação de Termos de Ocorrência de Inspeção ("TOI") geradas através da identificação de irregularidades na medição de consumo de determinado cliente, por classe de consumo (residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público). O Grupo revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Além disso, quando aplicável, para o segmento de poder público, iluminação pública e serviço público são consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo critério julgamental que reporte a expectativa de perda esperada para esses clientes.

3.4 Estoques

Os estoques estão registrados ao custo médio de aquisição. Quando aplicável, o saldo será deduzido de provisões para perdas. Os materiais em estoque são classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo).

3.5 Ativos e passivos financeiros do setor

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados (Parcela A e outros componentes financeiros) que são incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

Esses valores serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção da concessão.

3.6 Investimentos

A Companhia detém investimentos avaliados a valor justo, que representam algumas participações societárias em outras empresas.

Anualmente, a Companhia avalia se há evidência objetiva de que o investimento sofreu perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), sendo que esta perda é o resultado da diferença entre o valor recuperável do investimento e o seu valor contábil.

3.7 Ativo financeiro da concessão

A Companhia reconhece um ativo financeiro decorrente do contrato de concessão quando possui um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente ou da parte por ele indicada ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenização pelos serviços de construção efetuados e não recebidos por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Tais ativos financeiros correspondem à parcela dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão e são avaliados com base no Valor Novo de Reposição (VNR), equivalente ao valor justo, acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") e tendo como referência os valores homologados pela ANEEL da base de remuneração de ativos nos processos de revisão tarifária.



Light



DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS 2022

Light SESA CNPJ 60.444.437/0001-46
Companhia de Capital Aberto

3.8 Ativo de contrato

Os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Companhia de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores ou receber uma indenização ao final da concessão para os ativos ainda não amortizados. Assim, os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível.

3.9 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo de aquisição, ou formação, incluindo custo atribuído, encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada e de perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.

A depreciação é calculada pelo método linear, em contrapartida ao resultado do exercício, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Para os ativos imobilizados que não possuem garantia de indenização, os itens são depreciados pelo método linear até o limite da concessão ou depreciados pela vida útil do bem, dos dois, o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na Nota 14.

Eventuais ajustes nos métodos de depreciação, nas vidas úteis ou nos valores residuais são reconhecidos e ajustados de forma prospectiva.

3.10 Intangível

Para os ativos intangíveis de distribuição de energia elétrica, a parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão, usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Os ativos intangíveis compreendem, principalmente, os softwares adquiridos de terceiros e os ativos referentes aos contratos de concessão. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangíveis, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na demonstração de resultado.

3.11 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

3.12 Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento e aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração, exceto para arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor individual

3.12.1 Ativos de direito de uso

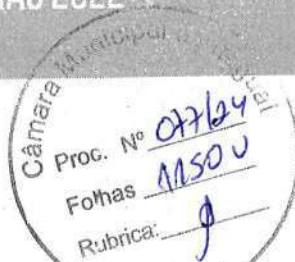
A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento mensurados pelo valor presente. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

3.12.2 Passivos de arrendamento

Os passivos de arrendamentos são inicialmente mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo dos contratos. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas.

3.12.3 Estimativa da taxa incremental de arrendamentos

Os arrendamentos vigentes não possuem sua taxa de juros implícita prontamente identificável, motivo pelo qual a Companhia considera a taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos de arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao tomar empréstimos, por prazo semelhante, para obter os recursos necessários para a aquisição de ativos com valores similares ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A Companhia calcula a taxa incremental usando dados observáveis, quando disponíveis.



3.13 Benefícios a empregados

3.13.1 Benefícios pós emprego

A Companhia possui planos previdenciários para complementação de aposentadoria e pensão de contribuição definida e de benefício definido. Os planos são financiados por meio de contribuições de participantes e patrocinadora aos fundos de pensão, conforme determinado por cálculos atuariais periódicos.

As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesa com pessoal quando incorridas.

A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente, para cada plano, através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferirão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o maior valor entre a dívida pactuada com a Fundação de Seguridade Social Brastlight para amortização das obrigações atuariais e o valor presente da obrigação atuarial, calculada por meio de laudo atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano.

Anualmente é realizado um cálculo para avaliação atuarial dos planos existentes por atuário independente. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais (remensurações do valor líquido de passivo ou ativo de benefício definido) são reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes e não são transferidos para lucros ou prejuízos acumulados.

3.13.2 Benefícios de curto prazo a empregados

As obrigações de benefícios de curto prazo a empregados referem-se aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros, e é provisionada em conformidade com o acordo coletivo na rubrica de despesa com pessoal (Participação dos Empregados e Administradores) no resultado do exercício.

3.13.3 Plano de assistência médica

A Companhia patrocina, plano de assistência médica aos aposentados e desligados que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento a Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tenha direito enquanto empregado ativo.

Os ganhos e perdas atuariais que refletem mudanças no valor presente da obrigação resultantes de ajustes de diferenças atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes diretamente no patrimônio líquido.

3.14 Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras.

3.14.1 Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social corrente é apresentado líquido, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando o montante antecipadamente pago excede o total devido na data do relatório. São calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) de cada entidade tributável e às alíquotas aplicáveis segundo as legislações vigentes.

3.14.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos utilizando as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas Demonstrações Financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos somente na medida em que seja provável que exista lucro tributável, para o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais compensados.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado anualmente e baixado quando não for mais provável que lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele.

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, seja no resultado, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido e são apresentados pelo resultado líquido no balanço, havendo o direito legal e a intenção de compensá-lo quando da apuração dos tributos correntes, relacionados às mesmas entidades e autoridades tributáveis.

3.15 Provisões

3.15.1 Geral

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável.



3.15.2 Provisões para contingência

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, logo, as provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos econômicos seja requerida para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e a opinião da Diretoria, quando aplicável. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.16 Reconhecimento de receitas

As receitas da Companhia são reconhecidas quando uma obrigação de performance for satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado a essa obrigação de performance. A Companhia reconhece a receita proveniente de um contrato com cliente quando a expectativa de recebimento for provável, levando em consideração a intenção de pagamento do cliente.

3.16.1 Receita de fornecimento de energia elétrica e receita de uso da rede

As receitas de venda de energia são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação, com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. A Companhia mensura e reconhece as receitas de fornecimento de energia para os consumidores finais de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia.

A receita não faturada de fornecimento de energia elétrica corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada tomando como base ciclos de leitura. O efeito nas demonstrações financeiras da diferença entre a estimativa e o realizado é considerado imaterial.

A receita de operações venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos valor justo da contraprestação a receber no momento em que as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças (PLD).

As receitas de uso da rede de distribuição (TUSD) recebidas de outras concessionárias e consumidores livres são contabilizadas quando há o uso da rede de distribuição pelo cliente. A receita pela distribuição não faturada é contabilizada com base na receita auferida, porém, com faturas emitidas nos primeiros dias do mês posterior.

3.16.2 Receita de serviços

As receitas de serviços são reconhecidas à medida que as obrigações de performances determinadas em contrato são transferidas ao cliente e a possibilidade do recebimento da contraprestação financeira for provável.

3.16.3 Receita de construção

A receita de construção corresponde à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura, consubstanciada nos investimentos em ativos da concessão realizados pela Companhia no exercício. O reconhecimento dessa receita está diretamente relacionado aos gastos incorridos com a construção dos ativos da infraestrutura de concessão. Considerando que o modelo regulatório vigente não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas por meio de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura, sendo assim a margem de construção adotada foi estabelecida como sendo igual a zero.

3.16.4 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras, juros sobre atraso no recebimento de cliente, atualização de ativos e passivos financeiros do setor e variações de swaps. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e debêntures, ajustes de desconto a valor presente e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

3.17 Ajuste a valor presente de ativos

Os itens sujeitos ao desconto a valor presente são referentes a contas a receber de clientes. A Companhia realizou cálculo do valor presente para os saldos com prazos de pagamento superiores a 180 dias. A taxa de desconto utilizada pela Diretoria para o desconto a valor presente para esses itens é de aproximadamente 10,0% a.a., semelhante ao custo médio de captação de recursos da Companhia nos últimos anos e ao encargo financeiro cobrado de seus clientes.

3.18 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022.

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2022 estão descritos abaixo e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas.

Revisão e normas impactadas	Descrição	Impactos contábeis
IFRS 3	Referência a estrutura conceitual	Sem impactos relevantes
IAS 37	Contrato oneroso	Sem impactos relevantes
IAS 16/CPC 27	Imobilizado	Sem impactos relevantes
IAS 2 CPC 16	Estoque	Sem impactos relevantes
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS's 2018-2020	Melhorias IFRS 1/CPC 37, IFRS 9/CPC 48, IFRS 16/CPC 06 (R2) e IAS 41/CPC 29	Sem impactos relevantes

3.19 Normas emitidas, mas ainda não vigentes.

As normas em discussão no IASB, mas ainda não em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas a seguir e todas são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023. A Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

Revisão e normas impactadas	Descrição	Impactos contábeis
IFRS 17	Contratos de seguros.	Essa norma não se aplica a Companhia
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante.	A Companhia avaliará os impactos
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis.	Não se espera impacto significativo
Alterações ao IAS 1 e IFRS 2 – Declaração de Prática	Divulgação de políticas contábeis.	A Companhia avalia os impactos
IAS 12/CPC 32	Imposto diferido relacionado a Ativos e Passivos resultantes de uma única transação	A Companhia avalia os impactos

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e bancos	40.519	52.185
Aplicações financeiras de liquidez imediata (CDB)	-	343.249
TOTAL	40.519	395.434

Não existiam aplicações financeiras de liquidez imediata em 31 de dezembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2021 a remuneração média das aplicações financeiras era de 106,3% do CDI.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota 31.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Títulos e valores mobiliários	31.12.2022	31.12.2021
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	447.718	1.884.487
Fundos de investimento (não exclusivos)	144.386	139.595
TOTAL	592.104	2.024.082

Os títulos e valores mobiliários são representados por: (i) garantias oferecidas para participação em leilões de energia, (ii) fundos de investimentos não exclusivos; (iii) valores provenientes de venda de ativos que ficam retidos para reinvestimentos na rede elétrica; e (iv) aplicações que têm seus vencimentos superiores a três meses da data de aplicação, com perda de valor em caso de resgate antecipado. A remuneração média dessas aplicações é de 102,7% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (101,9% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Contas a receber de clientes – Consolidado	31.12.2022			31.12.2021		
	Receíveis	PECLD	Total	Receíveis	PECLD	Total
Abertura por classe de consumo						
Residencial	4.066.018	(3.274.771)	791.247	4.079.149	(2.354.291)	1.724.858
Industrial	133.536	(108.801)	24.735	135.592	(90.856)	44.736
Comercial	1.032.420	(676.590)	355.830	1.062.065	(487.877)	574.188
Rural	6.488	(5.064)	1.424	8.497	(2.994)	5.503
Poder público	357.466	(191.927)	165.539	412.643	(197.840)	214.803
Iluminação pública	193.955	(104.236)	89.719	214.569	(97.678)	116.891
Serviço público	174.014	(13.039)	160.975	195.608	(47.242)	148.366
Fornecimento faturado e parcelamentos	5.963.897	(4.374.428)	1.589.469	6.108.123	(3.278.778)	2.829.345
Fornecimento não faturado	681.430	(10.159)	671.271	635.102	(7.971)	627.131
Suprimento e encargos de uso da rede elétrica	32.433	(1.283)	31.150	28.449	(159)	28.290
TOTAL	6.677.760	(4.385.870)	2.291.890	6.771.674	(3.286.908)	3.484.766
Circulante			886.059			2.280.513
Não circulante			1.405.831			1.204.253

Conforme descrito na nota de provisão para contingências regulatórias nº 20.1.4, a Companhia recebeu um auto de infração em janeiro de 2019 com penalidades decorrentes de uma fiscalização ocorrida em setembro de 2017. A Companhia protocolou alguns recursos cuja conclusão ocorreu no quarto trimestre de 2022. A Companhia concluiu que todos os recursos sobre o tema foram exauridos, não havendo assim possibilidade para abertura de novas discussões. Em dezembro de 2022, para atender as determinações da ANEEL, a Companhia refletiu os impactos financeiros da determinação do órgão regulador na linha de fornecimento faturado residencial o montante negativo de R\$477.196 e na linha de PECLD residencial o montante positivo de R\$403.661.

6.1. Principais clientes parcelados

Em 07 de julho de 2018, a Companhia assinou um acordo de parcelamento com a SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. ("SuperVia"), cujo montante a receber era de R\$163.212. Em 25 de junho de 2019, a Companhia assinou um aditivo a esse acordo, onde foi incorporado ao saldo de parcelamento de débitos o montante de R\$48.149. O montante atualizado deste parcelamento em 31 de dezembro de 2022 é de R\$145.173 (R\$129.837 em 31 de dezembro de 2021).

Em 11 de junho de 2021, a Justiça do Rio de Janeiro aceitou o pedido de processamento da recuperação judicial da SuperVia e conseqüentemente foi determinada a suspensão de todas as ações ou execuções contra a empresa. Em 07 de outubro de 2021, foi publicado o edital com a lista consolidada dos credores e plano de recuperação judicial (RJ) da SuperVia.

A assembleia de credores foi realizada em 31 de maio de 2022 e o Plano de Recuperação Judicial da Supervia foi homologado em 06 de junho de 2022. Algumas condições foram acordadas como: (i) faturas dos serviços prestados pela Companhia entre 09 de junho de 2022 e 09 de junho de 2024 vencerão em 45 dias após emissão; e (ii) dívida constituída até 07 de junho de 2021 será quitada em 48 parcelas a partir de janeiro de 2025. Logo, a Companhia registrou o montante de R\$12.155 a título de ajuste a valor presente da Supervia, e o montante líquido do parcelamento em 31 de dezembro de 2022 é de R\$133.018.

Em 31 de dezembro de 2022, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro ("PCRJ") possui um montante em aberto de R\$204.690 com a Companhia. Esse montante refere-se às faturas de energia elétrica do período entre agosto de 2018 a dezembro de 2022. Deste montante, (i) o total de R\$188.191 refere-se a faturas emitidas até dezembro de 2020, as quais estão sendo negociadas diretamente com a Secretaria Municipal de Fazenda; (ii) o montante de R\$16.499, referente as faturas emitidas de janeiro de 2021 a novembro de 2022, está em negociação junto à PCRJ e a expectativa de regularização até o final do primeiro semestre de 2023.

6.2 Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

Seguem abaixo as movimentações da PECLD de clientes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

SALDO EM 31.12.2020	(2.648.141)
Adições (Nota 29)	(597.354)
Baixas	(41.413)
SALDO EM 31.12.2021	(3.286.908)
Adições	(1.101.292)
Reversão de baixas	2.330
SALDO EM 31.12.2022	(4.385.870)

No quarto trimestre de 2022, a Administração da Companhia iniciou um diagnóstico de toda a esteira de arrecadação que desencadeou um processo de revisão metodológica das provisões esperadas para crédito de liquidação duvidosa (PECLD). No entendimento da Administração, a metodologia foi aprimorada para que reflita melhor a mensuração da expectativa de recebimentos de seus clientes para o seu provável valor de realização e as características específicas de determinados grupos dentro do contas a receber.

A Companhia realizou uma análise técnica em conformidade com as normas contábeis, vigentes, e concluiu que a estimativa proposta pela Companhia abrange de forma suficiente os critérios exigidos pela norma e que o aperfeiçoamento da metodologia se faz necessário visando representar de forma mais tempestiva a expectativa de recebimento efetivo dos seus clientes, também em conformidade com a norma.

Em decorrência dessa análise, foi reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$854.476. A Administração entende que esse incremento na PECLD reflete o melhor cenário da expectativa de perdas esperadas do seu contas a receber de clientes.

A exposição da Companhia a riscos de crédito relacionados a clientes é divulgada na Nota 31.

7. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Tributos e contribuições a compensar	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
ICMS a compensar ^(a)	59.465	82.698	142.163	45.317	62.603	107.920
PIS e COFINS a compensar ^(b)	471.628	3.180.898	3.652.526	986.292	3.241.542	4.227.834
INSS	4.283	-	4.283	4.017	-	4.017
Outros	16.644	-	16.644	16.263	-	16.263
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES	552.020	3.263.596	3.815.616	1.051.889	3.304.145	4.356.034
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	212.363	410.583	622.946	179.756	370.559	550.315
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	212.363	410.583	622.946	179.756	370.559	550.315
TOTAL	764.383	3.674.179	4.438.562	1.231.645	3.674.704	4.906.349

^(a) Substancialmente representados por créditos de ICMS decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e intangível, os quais podem ser compensados em até 48 meses.

^(b) O saldo apresentado encontra-se líquido dos impostos a pagar apurados em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$36.062 (R\$52.745 em 31 de dezembro de 2021) e acrescido do montante R\$44.141 referente a cancelamento de faturas. Ademais, em 31 de dezembro de 2021, incluía o montante de R\$4.206 referente a PIS/COFINS diferidos de órgãos públicos.

7.1 Créditos de PIS e COFINS após a exclusão do ICMS na base de cálculo

Em 18 de fevereiro de 2008, a Companhia impetrou o Mandado de Segurança nº 0012490-07.2008.4.02.5101 objetivando o reconhecimento do seu direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Em 07 de agosto de 2019, transitou em julgado, no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, a decisão, reconhecendo o direito da Companhia de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, com efeito retroativo a janeiro de 2002, devidamente atualizados pela Taxa Selic.

Em 09 abril de 2020, a Receita Federal do Brasil ("RFB") deferiu o pedido de habilitação dos créditos fiscais oriundos da exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS, o que motivou a reversão do IRPJ e CSLL diferidos, que foram oferecidos à tributação pelo IRPJ e pela CSLL correntes, bem como a reclassificação para o ativo circulante do montante estimado de créditos a serem recuperados nos próximos 12 meses. O início da compensação destes créditos ocorreu a partir de 30 de abril de 2020. Os créditos totais compensados até 31 de dezembro de 2022, somaram o montante de R\$3.068.931 (R\$2.134.789 em 31 de dezembro de 2021). Desse montante, R\$703.630 se referiam aos tributos federais incidentes sobre a habilitação dos referidos créditos fiscais.

Em 27 de junho de 2022, foi aprovada a Lei nº 14.385/2022, que determinou "a destinação integral, em proveito dos usuários de serviços públicos afetados na respectiva área de concessão ou permissão, dos valores objeto de repetição de indébito" relacionados à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Além disso, a referida Lei dispõe que a Aneel será responsável por estabelecer os critérios para a devolução dos tributos, por meio de RTE.

**Light****DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS 2022**Light SESA CNPJ 60.444.437/0001-46
Companhia de Capital Aberto

Conforme descrito na nota 1.2, em novembro de 2022, a ANEEL realizou a Consulta Pública nº 047/2022 e em dezembro de 2022 a ANEEL deliberou a RTE da Companhia. Os Administradores da Companhia, baseados na opinião dos seus assessores legais externos, concluíram que há inconstitucionalidades na Lei, porém a Administração da Companhia decidiu provisionar o montante de R\$2.375.221 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 os valores do crédito que poderá ser repassado aos consumidores, como medida de cautela, apesar do prognóstico de êxito estimado pelos assessores jurídicos externos para as ações judiciais.

Nos reajustes tarifários que entraram em vigor em 15 de março de 2021 e 15 de março de 2022, foram homologadas as devoluções de R\$374.196 e R\$1.050.000, respectivamente. Em 13 de dezembro de 2022, através da RTE que editou a Resolução Homologatória nº 3.144, foi homologada a devolução de R\$796.656 no período compreendido entre 14 de dezembro de 2022 e 14 de março de 2023.

Segue abaixo a apresentação dos efeitos contábeis relativos ao reconhecimento da devolução integral dos créditos decorrentes da exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS, incluindo sua atualização pela Selic, e dos valores a serem restituídos aos consumidores reconhecidos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Efeitos no balanço patrimonial	31.12.2022	31.12.2021
Créditos de PIS e COFINS sobre o ICMS	3.644.446	4.284.786
Valores a serem restituídos a consumidores ^(a)	(1.752.676)	(3.395.800)
Provisão para contingências - crédito de PIS/COFINS sobre ICMS a devolver ao consumidor ^(b)	(2.742.784)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido ^(c)	367.563	-
Total	(483.451)	888.986

Efeitos no resultado dos exercícios	2022	2021
Provisão para contingências - crédito de PIS/COFINS sobre ICMS a devolver ao consumidor	(1.081.068)	-
Atualização monetária da provisão para contingência	(1.661.716)	-
Receita financeira - Atualização dos créditos de PIS e COFINS (Nota 30)	80.343	14.912
PIS e COFINS sobre receita (despesa) financeira	(3.736)	(693)
Imposto de renda e contribuição social diferido ^(c)	367.563	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	1.270	(4.834)
TOTAL	(2.297.344)	9.385

^(a) Refere-se a parcela incontroversa do montante a devolver aos consumidores, considerando que o período máximo aplicável para cálculo de tal devolução será de 10 anos. Após reajuste tarifário, ocorrido em março de 2023, a Companhia reclassificou R\$1.104.698 para o curto prazo, em virtude da expectativa de compensação desse montante nos próximos 12 meses.

^(b) Refere-se a parcela em discussão judicial que compreende o período dos créditos superiores a 10 anos.

^(c) Como consequência do registro, a Companhia constituiu ativo diferido somente sobre a parcela da provisão para contingências no montante de R\$367.563, haja vista a atualização desse litígio não se tratar de parcela dedutível nas bases do IRPJ e CSLL. Todavia, a Companhia baixou o montante reconhecido após avaliação de recuperabilidade dos ativos diferidos e diante da expectativa de não realização do montante reconhecido, conforme descrito na nota 8.

7.2 Não incidência do IRPJ/CSLL sobre atualização pela Selic dos indêbitos tributários

Em 24 de setembro de 2021, o STF em julgamento de recurso extraordinário com repercussão geral, decidiu favoravelmente aos contribuintes sobre a não incidência do imposto de renda e contribuição social sobre a atualização da Selic nos casos de restituição de impostos pagos a maior (repetição de indébito), trazendo impactos relevantes, principalmente, para a tributação dos ganhos do ICMS na base do PIS e COFINS.

De forma geral, as entidades que possuíam ação questionando esta tese até a data de julgamento do STF já teriam direito a não tributar a atualização da Selic nos ganhos tributários. Entidades que não possuíam ação questionando o tema até o julgamento do STF, devem aguardar o resultado de eventual modulação dos efeitos da decisão.

A Companhia possui mandado de segurança, no qual discute o direito à repetição dos montantes de IRPJ e CSLL que incidiram sobre os valores correspondentes à Selic aplicada em seus indêbitos tributários e depósitos judiciais, desde agosto de 2016, bem como pleiteia o afastamento definitivo dessa incidência tributária.

Com base na decisão do STF e conforme ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (equivalente à norma internacional IFRIC 23), reavaliou a expectativa de ganho do direito em relação aos indêbitos tributários e reconheceu em setembro de 2021, como receita de IRPJ e CSLL corrente e diferido, o montante de R\$536.170 sendo (i) R\$365.170 à título de IRPJ e CSLL a recuperar referente aos períodos que a Companhia apurou lucro real, apresentados no ativo não circulante; e (ii) R\$171.761 pela recomposição do prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social referentes aos períodos em que a Companhia apurou base fiscal negativa para os períodos de cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação, aumentando o ativo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2022, o montante de IRPJ e CSLL a recuperar atualizados monetariamente é de R\$410.583 (R\$370.559 em 31 de dezembro de 2021).

Importante ressaltar, que o montante apurado pela Companhia levou em consideração as atualizações financeiras sobre os valores a serem restituídos aos consumidores, ou seja, a Companhia considerou em suas exclusões os mesmos efeitos os quais havia considerado quando do reconhecimento dos créditos sobre a exclusão do ICMS da base do PIS e da COFINS, ou seja, líquido do passivo a restituir.

8. TRIBUTOS DIFERIDOS

Diferenças temporárias	31.12.2022			31.12.2021		
	Ativo Diferido	Passivo Diferido	Líquido Diferido	Ativo Diferido	Passivo Diferido	Líquido Diferido
PECLD	1.510.408	-	1.510.408	1.130.072	-	1.130.072
Provisões para contingências	792.024	-	792.024	168.163	-	168.163
Prejuízos fiscais	445.904	-	445.904	280.236	-	280.236
Base negativa de contribuição social	163.552	-	163.552	103.912	-	103.912
Benefício Pós-emprego (Nota 22)	71.857	-	71.857	-	-	-
Provisão para PLR	6.026	-	6.026	15.690	-	15.690
Outros	194.134	-	194.134	2.430	-	2.430
Instrumentos financeiros derivativos swaps	93.967	-	93.967	-	(44.880)	(44.880)
Remuneração do ativo financeiro da concessão	-	(784.530)	(784.530)	-	(771.486)	(771.486)
Provisão para não recuperabilidade de diferido	(1.634.376)	-	(1.634.376)	-	-	-
ATIVO/ (PASSIVO) TRIBUTÁRIO DIFERIDO BRUTO	1.643.496	(784.530)	858.966	1.700.503	(816.366)	884.137
Apresentação pelo líquido	(784.530)	784.530	-	(816.366)	816.366	-
ATIVO/ (PASSIVO) TRIBUTÁRIO DIFERIDO LÍQUIDO	858.966	-	858.966	884.137	-	884.137

8.1. Reconhecimento de provisão para não recuperabilidade de ativos diferidos

A Companhia tem como prática contábil a revisão dos ativos fiscais diferidos em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado.

**Light****DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS 2022**Light SESA - CNPJ 60.444.437/0001-46
Companhia de Capital Aberto

Em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia identificou a existência de indicadores de não recuperabilidade dos seus tributos diferidos, considerando principalmente os prejuízos fiscais dos últimos exercícios, o prejuízo apurado no exercício corrente, as projeções de resultado com base em orçamento financeiro e o prazo de vencimento do contrato de concessão da Companhia em julho de 2026.

Importante destacar que Companhia possui clientes cativos e volume de energia distribuída estável e previsível, além de uma tarifa regulada pela ANEEL, que considera a recuperação dos custos não gerenciáveis e uma margem de lucro. Entretanto, considerando (i) a necessidade de processo formal de renovação da concessão e (ii) a necessidade de negociação dos termos e condições da nova concessão com a ANEEL, a Administração entende que a renovação da concessão está fora do seu controle. Em virtude dessa análise, em dezembro de 2022, a Companhia registrou provisão de perda para não recuperabilidade de parte de seus ativos diferidos no montante de R\$1.634.376.

Segue abaixo a movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

Diferenças temporárias	Saldo em 31.12.2020	Reconhecido no Resultado	Reconhecido no Patrimônio Líquido	Saldo em 31.12.2021	Reconhecido no Resultado	Reconhecido no Patrimônio Líquido	Saldo em 31.12.2022
PECLD	912.892	217.180	-	1.130.072	380.336	-	1.510.408
Provisões para contingências	217.797	(49.634)	-	168.163	623.861	-	792.024
Prejuízos fiscais	66.141	214.095	-	280.236	165.668	-	445.904
Base negativa de contribuição social	26.838	77.074	-	103.912	59.640	-	163.552
Benefício Pós-Emprego (Nota 22)	1.811	-	(1.811)	-	-	71.857	71.857
Provisão para PLR	12.254	3.436	-	15.690	(9.664)	-	6.026
Outros	5.229	(2.799)	-	2.430	191.704	-	194.134
Instrumentos financeiros derivativos swaps	-	-	-	-	93.967	-	93.967
Provisão para não recuperabilidade de diferido	-	-	-	-	(1.562.519)	(71.857)	(1.634.376)
TOTAL DO IR E CSLL DIFERIDOS – ATIVO	1.242.962	459.352	(1.811)	1.700.503	(57.007)	-	1.643.496
Instrumentos financeiros derivativos	(244.223)	199.343	-	(44.880)	44.880	-	-
Remuneração do ativo financeiro da concessão	(576.247)	(195.239)	-	(771.486)	(13.044)	-	(784.530)
TOTAL DO IR E CSLL DIFERIDOS – PASSIVO	(820.470)	4.104	-	(816.366)	31.836	-	(784.530)

Segue abaixo o estudo técnico de viabilidade de realização fiscal conforme cronograma anual de realização a seguir:

2023	2024	2025	2026	Total
82.802	101.755	168.001	1.290.938	1.643.496

8.2 Conciliação dos tributos no resultado.

Conciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para imposto de renda e contribuição social:

Conciliação dos tributos no resultado	2022	2021
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(5.633.610)	(435.780)
Alíquota nominal de IRPJ e CSLL	34%	34%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL ÀS ALIQUOTAS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE	1.915.427	148.165
Outros efeitos de imposto de renda e contribuição social sobre as adições e exclusões permanentes	(586.389)	20.324
Não incidência do IRPJ/CSLL sobre atualização pela Selic dos débitos tributários	47.612	508.304
Incentivos fiscais ^(a)	3.144	2.615
Provisão para Não Recuperabilidade de diferido	(1.562.519)	-
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO	(182.725)	679.408
IRPJ e CSLL corrente no resultado	(157.554)	215.952
IRPJ e CSLL diferido no resultado	(25.171)	463.456
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL	-3%	156%

^(a) Refere-se a Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313/91) e Programa de Alimentação ao Trabalhados (PAT – Lei 6.321/76), que ambos isoladamente possibilitam a aplicação de até 4% do imposto de renda devido

9. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DO SETOR

Componentes financeiros	31.12.2022			31.12.2021		
	Saldo em amortização	Saldo em constituição	Total	Saldo em amortização	Saldo em constituição	Total
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	23.042	95.430	118.472	14.963	5.697	20.660
Custo de aquisição de energia	206.037	(319.661)	(113.624)	(62.283)	937.998	875.715
Encargo do Serviço do Sistema – ESS/EER	135.992	387.100	523.092	9.509	861.318	870.827
PROINFA	5.359	-	5.359	925	-	925
Transporte de energia elétrica – Itaipu	503	15.807	16.310	4.521	2.781	7.302
Transporte de energia pela rede básica	8.213	124.846	133.059	99.155	34.367	133.522
Itens da Parcela A	379.146	303.522	682.668	66.790	1.842.161	1.908.951
Valores a serem restituídos a consumidores - Crédito de PIS/COFINS	(949.525)	-	(949.525)	(73.763)	-	(73.763)
Sobrecontratação de energia e exposição involuntária	(62.529)	460.439	397.910	(48.629)	(108.495)	(157.124)
Neutralidade da Parcela A	(4.104)	51.900	47.796	(43.512)	(58.981)	(102.493)
Devoluções tarifárias ^(a)	(186.652)	856.358	669.706	(5.335)	(32.166)	(37.501)
Outros itens financeiros ^(b)	(87.874)	(1.472.817)	(1.560.691)	(171.904)	(162.247)	(334.151)
Itens financeiros	(1.290.684)	(104.120)	(1.394.804)	(343.143)	(361.889)	(705.032)
TOTAL	(911.538)	199.402	(712.136)	(276.353)	1.480.272	1.203.919
Ativo circulante			157.860			1.171.882
Ativo não circulante			41.542			308.390
Passivo circulante			(911.538)			(276.353)

^(a) Em 31 de dezembro de 2022, o item de devoluções tarifárias em amortização é composto basicamente pela devolução do financeiro referente a escassez hídrica no montante de R\$146.600 e pela redução do bônus redução de consumo no montante de R\$33.374. O item de devoluções tarifárias em constituição é composto basicamente pelo conta de escassez hídrica no montante de R\$763.671 e do bônus de importação no montante de R\$128.169 que serão recebidos no próximo reajuste de tarifário de março de 2023.

^(b) Em 31 de dezembro de 2022, a linha de outros itens financeiros em constituição é composta basicamente pela bandeira tarifária no montante de R\$1.006.761 (R\$1.136.729 em 31 de dezembro de 2021).

**Light****DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS 2022**Light SESA CNPJ 60.444.437/0001-46
Companhia de Capital Aberto

Segue abaixo a movimentação dos saldos de ativos e passivos financeiros do setor nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

SALDO EM 31.12.2020	73.719
Constituição ^(a)	1.211.646
Amortização ^(a)	289.593
Recebimento de recursos de CCRBT ^(a)	(50.312)
Valores a serem restituídos a consumidores - Crédito de PIS/COFINS ^(b)	(374.196)
Atualização Selic (Nota 30)	53.469
SALDO EM 31.12.2021	1.203.919
Constituição ^(a)	(359.418)
Amortização ^(a)	818.814
Recebimento de recursos de CCRBT ^{(a) (d)}	(482.372)
Recebimento referente a importação no período de Jul/ Ago de 2021 ^(c)	(45.011)
Valores a serem restituídos a consumidores - Crédito de PIS/COFINS ^(b)	(1.846.656)
Atualização Selic (Nota 30)	(1.412)
SALDO EM 31.12.2022	(712.136)

^(a) Saldos reconhecidos no resultado em receita líquida, na rubrica "ativos e passivos financeiros do setor" (vide Nota 28), que incluíram os recursos da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT).

^(b) Valor reclassificado da rubrica valores a serem restituídos a consumidores.

^(c) Saldo referente ao custo com importação de energia elétrica nos meses de julho e agosto de 2021. A autorização de importação de energia foi uma das medidas de enfrentamento da situação de escassez hídrica.

^(d) Inclui o montante de R\$317.600, aportados pela Eletrobrás em 27 de julho de 2022, referente ao repasse dos recursos da CDE nos termos do inciso I do art. 4º, da Lei nº 14.182/2002. Conforme regulamentação da ANEEL, o montante será repassado para modicidade tarifária no processo tarifário subsequente.

9.1 Reajustes tarifários

Em 14 de março de 2022, foi aprovado pela ANEEL o processo de reajuste das tarifas da Companhia. O resultado, homologado através da Resolução Homologatória nº 3.014/2022, representa um reajuste tarifário médio para o consumidor de 14,68%, e engloba todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial, rural e outras). O índice de reajuste é constituído de dois componentes: (i) estrutural, que passa a integrar a tarifa, de 13,32%, compreendido pelos custos não gerenciáveis (Parcela A) e gerenciáveis (Parcela B); e (ii) componente financeiro negativo que somam 1,34%, aplicado exclusivamente aos próximos 12 meses, onde foi considerado a devolução dos valores oriundos de créditos tributários referentes ao trânsito em julgado da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS no montante de R\$1.050.000. As novas tarifas entraram em vigor a partir de 15 de março de 2022.

Em 13 de dezembro de 2022, foi aprovado pela ANEEL a Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) da Companhia, para aplicar os efeitos da lei nº 14.385 de 27 de junho de 2022, que determinou a devolução dos créditos de PIS/COFINS nas tarifas. Foi considerado a devolução dos valores oriundos de créditos tributários referentes ao trânsito em julgado da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS no montante de R\$796.656. Com a aplicação da lei, a devolução dos tributos em Revisão Tarifária Extraordinária resulta em um efeito médio na tarifa de -5,89%. As novas tarifas entraram em vigor a partir de 15 de dezembro de 2022.

10. OUTROS CRÉDITOS

Outros créditos	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Contribuição iluminação pública	219.090	-	219.090	182.671	-	182.671
Dispêndios a reembolsar	27.914	-	27.914	31.905	-	31.905
Desativações e alienações em curso	19.132	-	19.132	22.894	-	22.894
Subvenções governamentais (a)	68.974	-	68.974	61.464	-	61.464
Restituição de valores cobrados - Acordo Furnas	49.337	-	49.337	120.000	-	120.000
Subvenção por redução de consumo (b)	-	-	-	169.215	-	169.215
Outros	3.284	154	3.438	3.288	1.078	4.366
TOTAL	387.731	154	387.885	591.437	1.078	592.515

(a) Inclui subvenção de baixa renda e subvenção CDE.

(b) Refere-se ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica, com o objetivo de estabelecer medidas emergenciais para o enfrentamento da atual situação de escassez hídrica (Ofício circular nº 38/2022 - SFF/ANEEL).

Restituição de valores cobrados pelo fornecimento de energia elétrica – Acordo com Furnas Centrais Elétricas S.A. (“Furnas”)

Em 22 de dezembro de 2020, a Companhia celebrou acordo para encerrar a demanda judicial indenizatória contra Furnas que discutia a restituição de valores cobrados pelo fornecimento de energia elétrica no ano de 1986.

No acordo firmado, a Companhia aceitou receber R\$496.000 da seguinte forma: (i) R\$336.000, em parcela única, recebida em 28 de dezembro de 2020; (ii) R\$40.000, em parcela única, com vencimento em 05 de dezembro de 2021; e (iii) R\$120.000 a ser recebido durante o exercício de 2022, sendo o montante de R\$70.663, concluído como dação em pagamento de ativos homologados na revisão tarifária periódica ocorrida em 14 de março de 2022.

11. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Ativo indenizável ao final da concessão	Ativo financeiro bruto	Obrigações especiais	Ativo financeiro líquido
SALDO EM 31.12.2020	6.441.567	(1.244.254)	5.197.313
Adições (a)	1.131.895	(30.640)	1.101.255
Valor justo - atualização VNR (nota 28)	701.008	(126.777)	574.231
Baixas	(50.811)	-	(50.811)
SALDO EM 31.12.2021	8.223.659	(1.401.671)	6.821.988
Adições (a)	890.028	(21.354)	868.674
Valor justo - atualização VNR (nota 28)	(13.945)	52.310	38.365
Transferência para intangível (b)	-	12.900	12.900
Baixas	(44.633)	-	(44.633)
SALDO EM 31.12.2022	9.055.109	(1.357.815)	7.697.294

(a) Transferência proveniente da bifurcação dos ativos quando da entrada em serviço (vide Nota 15).

(b) Transferência para o Intangível proveniente da alteração das taxas de depreciação de obrigações especiais que consequentemente reduziram sua vida útil. A alteração das taxas ocorreu por conta da Revisão Tarifária Periódica de 14 de março de 2022.



Light



**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS 2022**

Light SESA - CNPJ 60.444.437/0001-46
Companhia de Capital Aberto

11.1 Revisão Tarifária Periódica ("RTP")

Em 14 de março de 2022, foi aprovado pela ANEEL o processo de Revisão Tarifária Periódica ("RTP"), como resultado da 5ª RTP, os itens associados ao serviço de distribuição de energia elétrica que compõem as tarifas da Companhia (destinados a cobrir custos operacionais eficientes, remuneração e depreciação dos investimentos, anuidades dos ativos não elétricos e receitas irrecuperáveis, descontados das outras receitas) homologados pela ANEEL somam R\$8.275 milhões. Esses mesmos itens, que compuseram a Parcela B repassada no último Reajuste Tarifário da Companhia, ocorrido em 15 de março de 2017, somavam R\$2.911 na referida data. No caso do repasse das perdas de energia, valor regulatório considerado neste processo é de 40,93% sobre o mercado de baixa tensão faturado, reduzindo ao longo do ciclo tarifário para a meta de 37,40%, em 2026. Além do recálculo dos itens associados ao serviço de distribuição e da redefinição dos percentuais de perdas regulatórias, as novas tarifas da Companhia refletem também uma atualização dos itens da Parcela A (associados à compra de energia, aos encargos setoriais e aos custos de transmissão), bem como dos componentes financeiros.

Em 31 de março de 2022, a Companhia registrou como estimativa do Valor Justo do Ativo Indenizável da Concessão (VNR) a perda referente à diferença entre o valor novo de reposição homologado pela Aneel e o saldo atualizado do ativo financeiro da concessão, no montante de R\$186.146, em contrapartida a receita operacional. Em 30 de junho de 2022, a Companhia reconheceu o montante adicional de R\$13.213 como perda efetiva referente à diferença entre o valor novo de reposição homologado pela Aneel e o saldo atualizado do ativo financeiro da concessão.

12. ATIVO DE CONTRATO

Ativos de infraestrutura em construção	Direito de uso da concessão	Obrigações especiais - direito de uso da concessão	Total
SALDO EM 31.12.2020	1.045.400	(62.032)	983.368
Adições	969.028	(18.944)	950.084
Transferências para intangível (nota 15)	(1.412.878)	37.680	(1.375.198)
SALDO EM 31.12.2021	601.550	(43.296)	558.254
Adições	1.150.682	(71.969)	1.078.713
Baixas	(8.087)	-	(8.087)
Transferências para intangível (nota 15)	(989.182)	25.062	(964.120)
SALDO EM 31.12.2022	754.963	(90.203)	664.760

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi incorporado a rubrica de ativo de contrato, a título de capitalização de juros, o montante de R\$10.104 (R\$17.656 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021), cuja taxa média de capitalização foi de 7,2% ao ano.

13. INVESTIMENTOS

Investimentos	31.12.2022	31.12.2021
Avaliado a valor justo ^(a)	39.451	29.659
Bens não vinculados a atividade de concessão ^(b)	4.170	4.465
TOTAL	43.621	34.124

^(a) A Companhia detém investimentos avaliados a valor justo nas seguintes empresas: Eletrobras, Eletronuclear, CHESF e Furnas Centrais Elétricas S.A..

^(b) Bens não vinculados a atividade de concessão é composto por edificação que se encontra disponível para locação

14. IMOBILIZADO

Imobilizado	31.12.2022				31.12.2021
	Taxa média anual (%)	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Distribuição ^(a)	4,69	23.356	(20.667)	2.689	547
Administração	7,96	573.242	(368.971)	204.271	191.700
Comercialização	7,96	10.247	(9.211)	1.036	1.240
		606.845	(398.849)	207.996	193.487
Obrigações especiais	4,02	(398)	127	(271)	(288)
EM SERVIÇO		606.447	(398.722)	207.725	193.199
Administração		118.102	-	118.102	116.109
EM CURSO		118.102	-	118.102	116.109
TOTAL		724.549	(398.722)	325.827	309.308

^(a) Imobilizado da distribuição refere-se a equipamentos que não estão vinculados a concessão.

Segue abaixo a mutação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Imobilizado	Em serviço				Em curso	Total do Imobilizado
	Custo	Depreciação acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	
Saldo em 31.12.2020	508.376	(340.709)	(305)	167.362	108.170	275.532
Adições	-	-	-	-	76.682	76.682
Baixas	(1.387)	1.202	-	(185)	(1)	(186)
Depreciação	-	(28.940)	17	(28.923)	-	(28.923)
Transferências entre curso e serviço	51.881	-	-	51.881	(51.881)	-
Transferências do / (para o) intangível	3.064	-	-	3.064	(16.861)	(13.797)
Saldo em 31.12.2021	561.934	(368.447)	(288)	193.199	116.109	309.308
Adições	-	-	-	-	75.889	75.889
Baixas	(299)	272	-	(27)	-	(27)
Depreciação	-	(30.674)	17	(30.657)	-	(30.657)
Transferências entre curso e serviço	42.844	-	-	42.844	(42.844)	-
Transferências do / (para o) intangível	2.366	-	-	2.366	(31.052)	(28.686)
Saldo em 31.12.2022	606.845	(398.849)	(271)	207.725	118.102	325.827

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi incorporado ao ativo imobilizado, a título de capitalização de juros.

14.1 Taxas anuais de depreciação:

As principais taxas anuais de depreciação, com base na estimativa da vida útil dos bens, são as seguintes:

DISTRIBUIÇÃO	%	ADMINISTRAÇÃO	%
Banco de capacitores	6,67	Edificações	3,33
Chave de distribuição	6,67	Equipamento geral	6,25
Condutor do sistema	3,57	Veículos	14,29
Disjuntor	3,03		
Edificações	3,33		
Estrutura do sistema	3,57		
Medidor	7,69		
Regulador de tensão	4,35		
Religador	4,00		
Transformador	4,00		

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável para os ativos imobilizados em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

Para os ativos imobilizados que não possuem garantia de indenização, os itens são depreciados pelo método linear respeitando a vida útil do bem.

15. INTANGÍVEL

Intangível	31.12.2022			31.12.2021
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Direito de uso da concessão	8.814.697	(6.755.652)	2.059.045	2.455.780
Outros ^(a)	1.272.943	(1.034.481)	238.462	190.089
	10.087.640	(7.790.133)	2.297.507	2.645.869
Obrigações especiais	(799.084)	472.115	(326.969)	(353.088)
EM SERVIÇO	9.288.556	(7.318.018)	1.970.538	2.292.781
Outros ^(a)	178.571	-	178.571	163.079
EM CURSO	178.571	-	178.571	163.079
TOTAL	9.467.127	(7.318.018)	2.149.109	2.455.860

^(a) Inclui, basicamente, softwares e licenças

Segue abaixo a mutação do intangível nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Intangível	Em serviço				Em curso			Total do Intangível
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldo em 31.12.2020	9.499.516	(6.797.802)	(397.042)	2.304.672	154.638	-	154.638	2.459.310
Adições	-	-	-	-	133.626	(12.811)	120.815	120.815
Baixas	(223.204)	331.713	-	108.509	-	-	-	108.509
Amortização	-	(584.319)	63.805	(520.514)	-	-	-	(520.514)
Transferências entre curso e serviço	121.894	-	(12.811)	109.083	(121.894)	12.811	(109.083)	-
Transferências do / (para o) imobilizado	17.088	-	-	17.088	(3.291)	-	(3.291)	-
Transferências do ativo de contrato	1.412.878	-	(37.680)	1.375.198	-	-	-	1.375.198
Transferências para o ativo financeiro da concessão ^(a)	(1.131.895)	-	30.640	(1.101.255)	-	-	-	(1.101.255)
Saldo em 31.12.2021	9.696.277	(7.050.408)	(353.088)	2.292.781	163.079	-	163.079	2.455.860
Adições	-	-	-	-	121.964	(26.094)	95.870	95.870
Baixas	(96.774)	79.753	-	(17.021)	-	-	-	(17.021)
Amortização	-	(636.316)	68.821	(567.495)	-	-	-	(567.495)
Transferências de outros créditos (Acordo Furnas - Nota 10)	253.825	(183.162)	-	70.663	-	-	-	70.663
Transferências entre curso e serviço	104.106	-	(26.094)	78.012	(104.106)	26.094	(78.012)	-
Transferências do (para o) imobilizado (Nota 14)	31.052	-	-	31.052	(2.366)	-	(2.366)	28.686
Transferências do ativo de contrato (Nota 12)	989.182	-	(25.062)	964.120	-	-	-	964.120
Transferências para o ativo financeiro da concessão (Nota 11) ^(a)	(890.028)	-	21.354	(868.674)	-	-	-	(868.674)
Transferências do ativo financeiro da concessão (Nota 11) ^(b)	-	-	(12.900)	(12.900)	-	-	-	(12.900)
Saldo em 31.12.2022	10.087.640	(7.790.133)	(326.969)	1.970.538	178.571	-	178.571	2.149.109

^(a) Transferência para o ativo financeiro da concessão proveniente da bifurcação dos ativos quando da entrada em serviço e transferência do ativo financeiro da concessão referente às obrigações especiais, vide Nota 12.

16. FORNECEDORES

Fornecedores	31.12.2022	31.12.2021
Comercialização no mercado de curto prazo	58.159	237.945
Encargos de uso da rede elétrica	134.577	105.250
Energia livre - ressarcimento às geradoras ^(a)	133.936	119.169
Leilões de energia	336.373	525.331
Itaipu binacional	250.285	367.675
UTE Norte Fluminense	293.903	383.722
Materiais e serviços	245.552	309.242
TOTAL	1.452.785	2.048.334

^(a) A energia livre refere-se a valores a pagar as geradoras de energia elétrica referente às perdas ocorridas no período de racionamento de energia entre junho de 2001 a fevereiro de 2002. A Companhia possui Mandados de Segurança contra os despachos SFF/ANEEL nº 2.517/2010 e SFF/ANEEL nº 1.068/2010, e o montante vem sendo atualizado mensalmente pela Selic.

17. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR

Tributos e contribuições a pagar	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a pagar ^(a)	93.734	140.946	234.680	246.287	155.346	401.633
Parcelamento - Lei 11.941/09	22.635	20.497	43.132	23.295	44.259	67.554
Outros	11.064	-	11.064	6.823	-	6.823
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR	127.433	161.443	288.876	276.405	199.605	476.010
IRRF a pagar	238	-	238	120	-	120
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A PAGAR	238	-	238	120	-	120
TOTAL	127.671	161.443	289.114	276.525	199.605	476.130

^(a) O ICMS a pagar, registrado no passivo não circulante, é decorrente de faturas parceladas.

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Financiador	Circulante			Não circulante	Total	
	Principal	Encargos	Total		31.12.2022	31.12.2021
TN - Par Bond	-	2.623	2.623	203.070	205.693	219.995
TN - Caução - Par Bond	-	-	-	(191.899)	(191.899)	(207.905)
TN - Discount Bond	-	780	780	141.696	142.476	151.957
TN - Caução - Discount Bond	-	-	-	(134.742)	(134.742)	(144.759)
4131 Citibank 2021	-	56	56	208.708	208.764	223.229
Bonds 2021	-	3.297	3.297	2.087.080	2.090.377	2.235.727
Subtotal - Moeda estrangeira	-	6.756	6.756	2.313.913	2.320.669	2.478.244
Custo de Captação	-	-	-	(21.568)	(21.568)	(27.730)
Custos - Moeda estrangeira	-	-	-	(21.568)	(21.568)	(27.730)
MOEDA ESTRANGEIRA - TOTAL	-	6.756	6.756	2.292.345	2.299.101	2.450.514
FINEP - Inovação e Pesquisa	-	-	-	-	-	9.681
Nota Promissória - 5ª NP	-	-	-	-	-	110.065
FIDC 2018 Série A	227.674	2.142	229.816	121.939	351.755	559.913
FIDC 2018 Série B	103.494	379	103.873	51.747	155.620	244.970
Cotas Subordinadas FIDC	-	-	-	(34.789)	(34.789)	(35.050)
Retenção FIDC	(31.424)	-	(31.424)	-	(31.424)	(30.016)
Fianças bancárias diversas	-	70	70	-	70	64
Subtotal - Moeda nacional	299.744	2.591	302.335	138.897	441.232	859.627
Custo de Captação	(6.840)	-	(6.840)	(3.420)	(10.260)	(19.092)
Custos - Moeda nacional	(6.840)	-	(6.840)	(3.420)	(10.260)	(19.092)
MOEDA NACIONAL - TOTAL	292.904	2.591	295.495	135.477	430.972	840.535
TOTAL	292.904	9.347	302.251	2.427.822	2.730.073	3.291.049

Segue quadro abaixo com condições contratuais dos empréstimos e financiamentos existentes em 2022:

Financiador	Data de assinatura	Moeda	Taxa de juros a.a ^(a)	Taxa efetiva ^(a)	Amortização do principal		
					Forma de pagamento	Início	Término
TN - Par Bond	29.04.1996	US\$	USD + 6,00%	6,80%	Única	abr/24	abr/24
TN - Caução - Par Bond	29.04.1996	US\$	US Treasury	-	Única	abr/24	abr/24
TN - Discount Bond	29.04.1996	US\$	Libor 6M + 0,8125%	5,95%	Única	abr/24	abr/24
TN - Caução - Discount Bond	29.04.1996	US\$	US Treasury	-	Única	abr/24	abr/24
4131 Citibank 2021	29.09.2021	US\$	CDI + 1,85%	14,47%	Única	mar/25	mar/25
Bonds 2021	18.06.2021	US\$	143,43% CDI	17,77%	Única	jun/26	jun/26
FINEP - Inovação e Pesquisa	16.04.2014	R\$	0,04	4,00%	Mensal	mai/16	mai/22
Nota Promissória - 5ª NP Sesa	27.12.2019	R\$	CDI + 1,25%	13,79%	Anual	dez/20	dez/22
FIDC 2018 Série A	04.04.2018	Real	CDI + 1,20%	13,74%	Mensal	jul/19	jun/24
FIDC 2018 Série B	04.04.2018	Real	IPCA + 5,75%	11,87%	Mensal	jul/19	jun/24

^(a) Para as dívidas em moeda estrangeira foram considerados os custos em reais, conforme seus respectivos contratos de swap.

As principais operações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram:

- Em 17 de outubro de 2022 houve a liquidação da 13ª emissão de debêntures, série única da Companhia no valor de R\$ 599.662 mais juros devidos.
- Em 17 de outubro de 2022 houve a liquidação da 15ª emissão de debêntures, 2ª série da Companhia no valor de R\$ 80.000 mais juros devidos.
- Em 17 de outubro de 2022 houve a liquidação da 17ª emissão de debêntures, 1ª série da Companhia no valor de R\$ 500.400 mais juros devidos.
- Em 26 de dezembro de 2022 houve a quitação da 5ª nota promissória, 3ª série da Companhia no valor de R\$ 100.000 mais juros devidos.

Além das cauções dos contratos em moeda estrangeira celebrado com o Tesouro Nacional (TN), os empréstimos estão garantidos por avais da controladora Light S.A.. Ademais, foram cedidos direitos creditórios, presentes e futuros, da Companhia, sendo disponibilizado anualmente o limite máximo de R\$796.320, para constituição do FIDC.

Em 31 de dezembro de 2022, os empréstimos e financiamentos, têm avais, fianças ou garantias corporativas da controladora Light S.A, no montante de R\$2.299.141 (R\$2.446.699 em 31 de dezembro de 2021).

As parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos, classificadas no passivo não circulante e sem o custo de captação, e os custos com *fees de covenants (waivers)* têm os seguintes vencimentos:

Vencimentos	31.12.2022			31.12.2021		
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
2023	-	-	-	325.401	-	325.401
2024	138.897	18.125	157.022	135.754	16.074	151.828
2025	-	208.708	208.708	-	223.220	223.220
2026	-	2.087.080	2.087.080	-	2.232.200	2.232.200
TOTAL	138.897	2.313.913	2.452.810	461.155	2.471.494	2.932.649

A variação percentual das principais moedas estrangeiras e os percentuais dos principais indicadores, base de atualização dos empréstimos, financiamentos e debêntures, teve o seguinte comportamento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Moedas estrangeiras e indicadores	31.12.2022	31.12.2021
Variação do exercício		
USD - Dólar Americano	-6,50%	7,39%
Acumulado do exercício		
IGP-M	5,46%	17,79%
IPCA	5,78%	10,06%
SELIC	12,39%	4,39%
CDI	12,39%	4,39%
TJLP	7,20%	5,32%

Seguem abaixo as movimentações dos empréstimos e financiamentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Movimentação dos empréstimos e financiamentos	Principal	Encargos	Total
SALDO EM 31.12.2020	3.265.468	31.230	3.296.698
Captações	2.230.760	-	2.230.760
Variação monetária e cambial	265.480	-	265.480
Encargos financeiros provisionados	-	248.016	248.016
Encargos financeiros pagos	-	(260.673)	(260.673)
Amortização do principal	(2.484.638)	-	(2.484.638)
Custo de captação	24.702	-	24.702
Amortização do custo de captação	(30.565)	-	(30.565)
Cotas Subordinadas e Retenção – FIDC	(351)	-	(351)
Encargos capitalizados no ativo de contrato e imobilizado	-	1.620	1.620
SALDO EM 31.12.2021	3.270.856	20.193	3.291.049
Variação monetária e cambial	(147.790)	-	(147.790)
Encargos financeiros provisionados	-	198.778	198.778
Encargos financeiros pagos	-	(209.624)	(209.624)
Amortização do principal	(416.187)	-	(416.187)
Amortização do custo de captação	14.994	-	14.994
Cotas Subordinadas e Retenção – FIDC	(1.147)	-	(1.147)
SALDO EM 31.12.2022	2.720.726	9.347	2.730.073

O montante total do principal está apresentado líquido dos custos com a captação dos empréstimos e custos com *fees de covenants (waivers)*. Estes custos estão detalhados no quadro abaixo:

Movimentação dos custos de captação	Saldo a amortizar em 31.12.2020	Custo	Amortização do custo	Saldo a amortizar em 31.12.2021	Amortização do custo	Saldo a amortizar em 31.12.2022
BNDES – Capex	4.045	-	(4.045)	-	-	-
Nota Promissória - 5ª NP	3.985	-	(1.992)	1.993	(1.993)	-
FIDC 2018	23.940	-	(6.841)	17.099	(6.840)	10.259
Bonds 2018	8.989	-	(8.989)	-	-	-
Bonds 2019	-	30.565	(2.835)	27.730	(6.162)	21.568
TOTAL	40.959	30.565	(24.702)	46.822	(14.995)	31.827

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez relacionados a empréstimos e financiamentos é divulgada na Nota 31.

Covenants

A Companhia possui cláusulas que podem gerar antecipação do vencimento de dívidas em determinados contratos de empréstimos e financiamentos, inclusive vencimento cruzado. O vencimento antecipado só ocorre quando do não atendimento a pelo menos um dos *covenants* financeiros em dois trimestres consecutivos ou quatro trimestres intercalados ou quando do não cumprimento de determinados *covenants* não financeiros. Os empréstimos com o Citibank, BNDES e a 5ª Nota Promissória preveem a manutenção de indicadores de dívida líquida/EBITDA e cobertura de juros (*covenants*). Já os Bonds possuem cláusulas restritivas por incorrência de dívida (*covenants*). Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia atendeu aos *covenants* requeridos contratualmente.

19. DEBÊNTURES

Emissão	Circulante			Não Circulante		Total	
	Principal	Encargos	Total	Principal	Total	31.12.2022	31.12.2021
Debêntures 8ª Emissão	39.198	1.659	40.857	117.500	117.500	158.357	197.288
Debêntures 9ª Emissão Série B	116.355	854	117.209	-	-	117.209	222.044
Debêntures 13ª Emissão	-	-	-	-	-	-	583.657
Debêntures 15ª Emissão Série 1	-	9.572	9.572	684.261	684.261	693.833	657.242
Debêntures 15ª Emissão Série 2	-	-	-	-	-	-	81.653
Debêntures 16ª Emissão Série 1	-	-	-	-	-	-	134.875
Debêntures 16ª Emissão Série 2	211.475	12.431	223.906	211.475	211.475	435.381	430.845
Debêntures 16ª Emissão Série 3	-	1.850	1.850	62.500	62.500	64.350	63.680
Debêntures 17ª Emissão Série 1	-	-	-	-	-	-	510.003
Debêntures 17ª Emissão Série 2	25.000	1.522	26.522	25.000	25.000	51.522	50.986
Debêntures 17ª Emissão Série 4	-	1.949	1.949	183.659	183.659	185.608	175.809
Debêntures 19ª Emissão	-	15.891	15.891	604.390	604.390	620.281	587.544
Debêntures 20ª Emissão	-	13.647	13.647	722.843	722.843	736.490	697.464
Debêntures 21ª Emissão	119.988	26.284	146.272	240.012	240.012	386.284	374.897
Debêntures 22ª Emissão	-	9.914	9.914	1.029.392	1.029.392	1.039.306	984.415
Debêntures 23ª Emissão Série 1	-	7.965	7.965	263.500	263.500	271.465	267.147
Debêntures 23ª Emissão Série 2	-	8.284	8.284	268.500	268.500	276.784	272.331
Debêntures 24ª Emissão	-	40.111	40.111	1.300.000	1.300.000	1.340.111	-
Debêntures 25ª Emissão	-	222	222	50.308	50.308	50.530	-
Subtotal – Debêntures	512.016	152.155	664.171	5.763.340	5.763.340	6.427.511	6.291.880
Custo de captação	(23.949)	-	(23.949)	(53.222)	(53.222)	(77.171)	(89.243)
Custo fee de covenants	(785)	-	(785)	(1.005)	(1.005)	(1.790)	(3.111)
Custos – Debêntures	(24.734)	-	(24.734)	(54.227)	(54.227)	(78.961)	(92.354)
TOTAL	487.282	152.155	639.437	5.709.113	5.709.113	6.348.550	6.199.526

Segue quadro abaixo com as condições contratuais das debêntures existentes em 31 de dezembro de 2022:

Emissão	Data de assinatura	Moeda	Taxa de Juros a.a	Taxa efetiva	Amortização do principal		
					Forma de pagamento	31.12.2022	Término
8ª Emissão	24.08.2012	R\$	CDI + 1,18%	13,72%	Anual	Jun/2015	Jun/2026
9ª Emissão Série B	15.06.2013	R\$	IPCA + 5,74%	11,86%	Anual	Mai/2020	Mai/2023
13ª Emissão	01.11.2017	R\$	IPCA + 7,44%	N/A	Única	Out/2022	Out/2022
15ª Emissão Série 1	12.09.2018	R\$	IPCA + 6,83%	13,01%	Anual	Out/2024	Out/2025
15ª Emissão Série 2	12.09.2018	R\$	CDI + 2,20%	N/A	Anual	Out/2021	Out/2022
16ª Emissão Série 1	26.04.2019	R\$	CDI + 0,90%	N/A	Única	Abr/2022	Abr/2022
16ª Emissão Série 2	26.04.2019	R\$	CDI + 1,25%	13,79%	Anual	Abr/2023	Abr/2024
16ª Emissão Série 3	26.04.2019	R\$	CDI + 1,35%	13,91%	Única	Abr/2025	Abr/2025
17ª Emissão Série 1	11.10.2019	R\$	CDI + 1,50%	N/A	Única	Out/2022	Out/2022
17ª Emissão Série 2	11.10.2019	R\$	CDI + 1,75%	14,36%	Anual	Out/2023	Out/2024
17ª Emissão Série 4	11.10.2019	R\$	IPCA + 5,25%	11,34%	Anual	Out/2025	Out/2026
19ª Emissão	15.07.2020	R\$	IPCA + 5,8%	11,92%	Única	Jul/2025	Jul/2025
20ª Emissão	14.08.2020	R\$	IPCA + 5,0867%	11,17%	Única	Ago/2025	Ago/2025
21ª Emissão	09.02.2021	R\$	CDI + 2,60%	15,31%	Anual	Jan/2023	Jan/2025
22ª Emissão	05.04.2021	R\$	IPCA + 4,7543% a.a.	10,81%	Anual	Abr/2029	Abr/2031
23ª Emissão Série 1	15.10.2021	R\$	CDI + 1,65%	14,24%	Anual	Out/2024	Out/2026
23ª Emissão Série 2	15.10.2021	R\$	CDI + 1,95%	14,58%	Anual	Out/2027	Out/2028
24ª Emissão	25.03.2022	R\$	CDI + 1,95%	14,58%	Única	Abr/2024	Abr/2024
25ª Emissão CRI	30.11.2022	R\$	IPCA+7,1773% a.a.	13,38%	Anual	Nov/2028	Nov/2029

As principais operações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram:

- Em 26 de abril de 2022, foi realizada a 24ª emissão de debêntures da Companhia em série única no montante de R\$1.300.000, com vencimento em dois anos, amortização em parcela única e remuneração de CDI + 1,95% a.a. Os recursos decorrentes das debêntures foram utilizados para reforço de capital de giro e pagamento das dívidas vincendas.
- Em 08 de dezembro de 2022, foi liquidada a emissão de certificados de recebíveis imobiliários da Virgo Securitizadora S.A. ("CRI"), lastreada em recebíveis decorrentes da 25ª emissão de debêntures privadas da Companhia, no montante de R\$50.000, com vencimento em sete anos, amortização nos últimos dois anos e remuneração de IPCA + 7,1773% a.a. Os recursos decorrentes das debêntures serão utilizados para reembolso de gastos de natureza imobiliária e custos já incorridos e a incorrer de contratos de aluguéis, conforme definido em escritura.

Em 31 de dezembro de 2022, a totalidade das debêntures da Companhia têm avais, fianças ou garantias corporativas da controladora Light S.A..

As parcelas relativas ao principal das debêntures classificadas no passivo não circulante e sem o custo de emissão e os custos com *fees de covenants (waivers)*, têm os seguintes vencimentos:

Vencimentos	31.12.2022
2024	2.125.578
2025	2.070.702
2026	218.861
2027	134.250
2028	159.404
Após 2028	1.054.545
TOTAL	5.763.340

Seguem abaixo as movimentações das debêntures ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Movimentação de debêntures	Principal	Encargos	Total
SALDO EM 31.12.2020	5.198.125	60.223	5.258.348
Debêntures emitidas	1.808.381	-	1.808.381
Variação monetária e cambial	345.236	-	345.236
Encargos financeiros provisionados	-	306.229	306.229
Encargos financeiros pagos	-	(275.621)	(275.621)
Amortização do principal	(1.246.015)	-	(1.246.015)
Custo de emissão	(39.690)	-	(39.690)
Amortização do custo de emissão	26.621	-	26.621
Encargos capitalizados no ativo de contrato e imobilizado	-	16.037	16.037
SALDO EM 31.12.2021	6.092.658	106.868	6.199.526
Debêntures emitidas	1.350.000	-	1.350.000
Variação monetária e cambial	207.248	-	207.248
Encargos financeiros provisionados	-	629.003	629.003
Encargos financeiros pagos	-	(593.821)	(593.821)
Amortização do principal	(1.466.903)	-	(1.466.903)
Custo de emissão	(14.689)	-	(14.689)
Amortização do custo de emissão	28.082	-	28.082
Encargos capitalizados no ativo de contrato e imobilizado	-	10.104	10.104
SALDO EM 31.12.2022	6.196.396	152.154	6.348.550

**Light****DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS 2022**Light SESA CNPJ 60.444.437/0001-46
Companhia de Capital Aberto

O montante total do principal está apresentado líquido dos custos com a emissão das debêntures e custos com *fees de covenants (waivers)*. Estes custos estão detalhados no quadro abaixo:

Movimentação dos custos de emissão	Saldo a amortizar em 31.12.2020	Custo	Amortização do custo	Saldo a amortizar em 31.12.2021	Custo	Amortização do custo	Saldo a amortizar em 31.12.2022
8ª Emissão	2.919	-	(531)	2.388	-	(531)	1.857
9ª Emissão A	1.454	-	(1.454)	-	-	-	-
9ª Emissão B	3.623	-	(1.482)	2.141	-	(1.482)	659
13ª Emissão	7.436	-	(4.055)	3.381	-	(3.381)	-
15ª Emissão	26.879	-	(5.978)	20.901	-	(5.452)	15.449
16ª Emissão	2.464	-	(570)	1.894	-	(568)	1.326
17ª Emissão	5.662	-	(2.407)	3.255	-	(2.068)	1.187
18ª Emissão	1.857	-	(1.857)	-	-	-	-
19ª Emissão	14.177	-	(3.093)	11.084	-	(3.093)	7.991
20ª Emissão	12.814	-	(2.746)	10.068	-	(2.746)	7.322
21ª Emissão	-	3.775	(785)	2.990	-	(970)	2.020
22ª Emissão	-	33.576	(1.634)	31.942	-	(3.422)	28.520
23ª Emissão	-	2.338	(28)	2.310	537	(374)	2.473
24ª Emissão	-	-	(28)	-	12.300	(3.997)	8.303
25ª Emissão	-	-	-	-	1.852	-	1.852
TOTAL	79.285	39.689	(26.648)	92.354	14.689	(28.084)	78.959

As debêntures da Companhia não são objeto de repactuação programada. A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e liquidez relacionados a debêntures é divulgada na Nota 31.

Covenants

A Companhia possui cláusulas que podem gerar antecipação do vencimento de dívidas em determinados contratos de debêntures, inclusive vencimento cruzado. O vencimento antecipado só ocorre quando do não atendimento a pelo menos um indicador financeiro em dois trimestres consecutivos ou quatro trimestres intercalados ou quando do não cumprimento de determinados *covenants* não financeiros, como por exemplo, cláusulas de atendimento de nível mínimo de classificação de crédito avaliado por agências de rating. Todas as emissões de debêntures preveem a manutenção de indicadores de dívida líquida/EBITDA e cobertura de juros (*covenants*). Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia atendeu aos *covenants* requeridos conforme os termos das escrituras de emissões das debêntures.

20. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Segue abaixo o saldo das provisões, que compreendem as provisões para contingências com prognóstico provável e as provisões para honorários de êxito:

Provisões	31.12.2022			31.12.2021		
	Provisão	Honorários de êxito	Total	Provisão	Honorários de êxito	Total
Trabalhistas	99.475	356	99.831	90.944	428	91.372
Cíveis	721.454	63.312	784.766	179.226	68.092	247.318
Fiscais	182.659	33.047	215.706	75.592	27.353	102.945
Regulatórias	46.466	-	46.466	52.963	-	52.963
PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS	2.742.784	-	2.742.784	-	-	-
TOTAL	3.792.838	96.715	3.889.553	398.725	95.873	494.598

20.1 Provisões para contingências

As provisões para riscos, bem como as movimentações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, estão compostas da seguinte forma:

Provisões para perdas prováveis	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS	Total
SALDO EM 31.12.2020	98.001	208.491	170.959	50.719	-	528.170
Adições	10.886	206.438	-	-	-	217.324
Atualizações	-	8.923	914	2.244	-	12.081
Baixas por pagamentos	(11.205)	(240.399)	(89.484)	-	-	(341.088)
Baixas por reversões	(6.738)	(4.227)	(6.797)	-	-	(17.762)
SALDO EM 31.12.2021	90.944	179.226	75.592	52.963	-	398.725
Adições	30.768	822.796	73.118	56.509	1.081.068	2.064.259
Atualizações	19.058	19.628	80.181	1.678	1.661.716	1.782.261
Baixas por pagamentos	(15.067)	(288.391)	-	(7.414)	-	(310.872)
Baixas por reversões	(26.228)	(11.805)	(46.232)	(4.995)	-	(89.260)
Transferência para outros débitos	-	-	-	(52.275)	-	(52.275)
SALDO EM 31.12.2022	99.475	721.454	182.659	46.466	2.742.784	3.792.838

Em 31 de dezembro de 2022, está registrado em depósitos vinculados a litígios o total de R\$219.093 (R\$217.160 em 31 de dezembro de 2021), dos quais R\$58.343 (R\$45.363 em 31 de dezembro de 2021) referem-se às causas com provisão constituída.

Os demais depósitos referem-se a processos cujas probabilidades de perda são possíveis ou remotas. Segue abaixo o saldo dos depósitos judiciais:

Depósitos vinculados a litígios	31.12.2022		31.12.2021	
	Depósito Judiciais	Provisões com depósitos Judiciais	Depósito Judiciais	Provisões com depósitos Judiciais
Trabalhistas	44.571	14.677	49.385	15.184
Cíveis	103.657	7.431	101.738	4.035
Fiscais	70.865	36.235	66.037	26.144
TOTAL	219.093	58.343	217.160	45.363

20.1.1 Provisões trabalhistas

Valor provisionado (perda provável)	31.12.2022	31.12.2021
Funcionários próprios	49.863	49.038
Funcionários terceirizados	49.612	41.906
TOTAL	99.475	90.944

A provisão para os riscos trabalhistas é feita com base na avaliação dos respectivos advogados patronos, avaliando o risco de perda no decorrer do processo. O valor de provisão referente a empregados próprios oscila em razão do vínculo direto com a Companhia e seus consequentes direitos. No que se refere aos terceirizados, o risco envolve em sua maioria a responsabilidade subsidiária, o que significa que a Companhia só arcará com o pagamento no caso da ausência deste por parte da real empregadora, a empresa terceirizada.

Proc. No. 011624
 Folhas 11624
 Rubrica:

20.1.2 Provisões cíveis

No quarto trimestre de 2022, a Administração da Companhia concluiu a revisão metodológica do processo de reconhecimento de provisões para contingências do cível massivo e de processos relacionados a termo de ocorrência de irregularidade ("TOI") de modo a trazer uma representação mais acurada, frente a uma mudança de comportamento do judiciário relacionados aos processos e o tempo médio de processamento dos mesmos.

Desse modo, a Administração da Companhia entende que a mudança na apuração da provisão para contingências do cível massivo e dos processos relacionados a termo de ocorrência de irregularidade trará melhor tempestividade a contabilização, consonantes a mudança de comportamento que vem sendo observada no tempo médio de encerramento dos processos e nos tickets médios dos processos encerrados. O impacto da revisão metodológica no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi no montante de R\$379.000.

Valor provisionado (perda provável)	31.12.2022	31.12.2021
Ações Cíveis ^(a)	661.037	142.022
Juizado Especial Cível ^(b)	52.386	28.558
Plano Cruzado ^(c)	8.031	8.646
TOTAL	721.454	179.226

- (a) Provisão para as Ações Cíveis engloba processos quantificáveis, nos quais a Companhia é ré, e possui prognóstico de perda provável na avaliação dos respectivos advogados patronos. Grande parte das causas é relacionada a pleitos de danos materiais e morais pela postura ostensiva da empresa no combate às irregularidades na rede, além de questionamentos de valores pagos por consumidores. Dentre os valores provisionados destaca-se a ação indenizatória proposta pela Companhia Siderúrgica Nacional ("CSN") no último trimestre de 1995, onde a CSN ajuizou a ação 0129629-98.1995.8.19.0001 pleiteando, indenização por danos eventualmente sofridos e lucros cessantes, em razão de oscilações e interrupções no fornecimento de energia elétrica. A ação encontra-se em fase de liquidação de sentença onde a CSN pleiteia o valor atualizado de R\$747.120, valor este impugnado pela Light, em razão de diversos fundamentos, com destaque para (i) o fato da produção da CSN à época ter sido considerada 24 horas por dia 365 dias por ano, não considerando a ociosidade reconhecida do setor; (ii) a CSN não comprovar nos autos os lucros cessantes; (iii) o perito, designado no processo, utilizar premissas de lucro bruto em vez de lucro líquido. O recurso da Companhia em sede de execução foi julgado procedente em 22 de março de 2022 tendo a decisão homologatória do laudo pericial sido arulada, e determinado o retorno dos autos para a fase pericial. A CSN entrou com alguns recursos que foram rejeitados, restante pendente de julgamento o AREsp da CSN que foi autuado no STJ sob o nº 2269679. A exposição do risco provável para a Companhia em 31 de dezembro de 2022 é de R\$99.273 (R\$90.588 em 31 de dezembro de 2021).

- (a) As ações Cíveis e de Juizado Especial Cível, que envolvem discussões quanto às relações de consumo, tais como termo de ocorrência de irregularidade (TOI), interrupção da prestação do serviço, questionamentos referentes a fatura de energia elétrica, suspensão do fornecimento de energia por inadimplência, transferência de titularidade, negativação e queima de equipamentos, o provisionamento é feito a partir da separação dos sete principais motivos ofensores para a Companhia, que representam aproximadamente 93,9% da quantidade total de processos provisionados do Juizado Especial Cível, e aproximadamente 90,6% da quantidade total de processos provisionados da vara Cível.
- (b) São ações movidas contra a Companhia relativas ao aumento da tarifa de energia elétrica aprovado pelas Portarias nº 38, de 27 de fevereiro de 1986 e nº 45, de 04 de março de 1986, publicadas pelo extinto DNAEE - Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, que contrariavam o Decreto-lei nº 2.283/86 (decreto do Plano Cruzado), o qual previa que todos os preços ficariam congelados. Os autores dessas ações buscam a restituição dos valores supostamente pagos a maior nas faturas de energia elétrica quando da majoração das tarifas da Companhia no período em que houve o congelamento dos preços.

20.1.3 Provisões fiscais

Valor provisionado (perda provável)	31.12.2022	31.12.2021
ICMS – Créditos homologados ^(a)	28.641	46.232
LIR/LOI - Embargos à Execução	105.413	-
Outros	48.605	29.360
TOTAL	182.659	75.592

- (a) A Companhia provisionou o montante de R\$46.232, relativo a parte do valor autuado em processo por meio do qual o Estado do Rio de Janeiro pretende cobrar ICMS decorrente da utilização supostamente indevida de créditos do imposto, adquiridos pela Companhia de terceiros, e que haviam sido previamente homologados pela Secretaria Estadual de Fazenda. Em 31 de dezembro de 2022, o débito é de R\$638.602 (R\$620.330 em 31 de dezembro de 2021). Após reavaliação, os assessores jurídicos internos e externos classificaram o valor de R\$42.029, relativo ao principal (imposto), assim como o valor a ele proporcional, relativo aos honorários advocatícios da Procuradoria, no montante de R\$4.203, como sendo perda provável e, todo o restante do valor autuado, relativo a juros, correção monetária e honorários advocatícios proporcionais, como perda remota. O processo administrativo se encerrou em junho de 2015 com decisão desfavorável a Companhia. Esta contingência foi judicializada e atualmente aguarda-se julgamento dos Agravos em Recursos Especiais interpostos tanto pela Companhia, quanto pelo Estado do Rio de Janeiro em face do acórdão que manteve a cobrança do principal e excluiu a cobrança da correção monetária e dos juros de mora. Em agosto de 2022, a Companhia reavaliou a provisão e o montante provisionado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$28.641.



Light



**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS 2022**

Light SESA, CNPJ 60.444.437/0001-46
Companhia de Capital Aberto

- (b) **LIR/LOI - IRPJ/CSLL** - A discussão está relacionada ao método de tributação dos lucros das subsidiárias LIR e LOI no exterior, dado que a Companhia defendia, por meio de Mandado de Segurança, que o IRPJ e CSLL deveriam incidir apenas sobre os lucros e não sobre os resultados positivos de equivalência patrimonial. Para se valer dos benefícios do programa REFIS, a Companhia desistiu integralmente do Mandado de Segurança, renunciou ao direito de questionar o Método do Equivalência Patrimonial ("MEP") e alterou o procedimento para passar a tributar os resultados pelo referido método, previsto na Instrução Normativa nº 213/2002. O Fisco discordou de tal procedimento e autuou a Companhia quanto aos exercícios de 2004 a 2009, passando a exigir a tributação apenas sobre os lucros. Para o exercício de 2004, foi ajuizada Execução Fiscal, que teve decisão desfavorável de mérito no STJ, além de ter sido revogada a tutela obtida pela Companhia que suspendia a substituição da garantia apresentada nos autos (apólice de seguro) por depósito judicial. Em junho de 2022, a Companhia provisionou o montante de R\$103.157 em razão da decisão do STJ que julgou improcedente o seu Recurso Especial. Em 31 de dezembro de 2022, o valor atualizado é de R\$105.413.

20.1.4 Provisões regulatórias

Nesse tópico, a Companhia descreve as principais contingências regulatórias decorrentes de discussões administrativas com a ANEEL:

- Em 25 de outubro de 2022, a Companhia recebeu o despacho nº 3.089/2022 no qual a ANEEL deliberou que a distribuidora deverá providenciar a devolução em dobro das quantias pagas a maior por 26.562 unidades consumidoras condominiais entre janeiro de 2011 e agosto de 2012, em razão de reclassificação dessas unidades de tipo "Administração condominial" da classe Residencial para Comercial após o prazo regulatório previsto. Os valores originalmente cobrados a maior já foram integralmente devolvidos pela Companhia. Em 17 de novembro de 2022, a Companhia ingressou com Ação Ordinária com Pedido de Tutela Antecipada em Caráter Antecedente, obtendo decisão favorável, que suspende os efeitos do item II do despacho recebido. A Administração da Companhia, baseada na opinião dos seus assessores legais, entende que parte do desembolso de caixa por parte da Companhia determinado pelo despacho nº 3.089/2022 possui os prognósticos de perda provável e, em dezembro de 2022, reconheceu o montante de R\$45.900 referente a esta parcela. Baseada na opinião dos seus assessores legais, a Administração entende que a parte remanescente do desembolso de caixa por parte da Companhia determinado pelo despacho nº 3.089/2022 possui os prognósticos de perda possível e, portanto, não foi provisionado.
- A Companhia foi autuada pela ANEEL (Auto de Infração nº 01/2019-SFE/ANEEL) em decorrência de fiscalização ocorrida em setembro de 2017, relacionada à qualidade do atendimento comercial para a prestação de serviço adequado, conforme parâmetros estabelecidos na Resolução Normativa nº 414/2010. Foi aplicada multa no valor de R\$52.113, a qual foi reduzida para o montante de R\$37.069, por meio do Despacho nº 1.173/2022. Em 18 de maio de 2022, a Companhia efetuou o pagamento de R\$7.414, equivalente a 20% da multa. O saldo remanescente foi transferido para outros débitos e será pago em 36 parcelas mensais iniciadas em junho de 2022.

- A Companhia foi autuada pela ANEEL (Auto de Infração nº 026/2020-SFE/ANEEL) em decorrência de fiscalização ocorrida em fevereiro de 2020, relacionada aos indicadores de continuidade dos conjuntos de unidades consumidoras, estabelecidos no art. 1º da REA 6.236/2017 e em seu Contrato de Concessão. Foi aplicada multa no valor de R\$21.794, a qual foi reduzida para o montante de R\$16.659, por meio do Ofício nº 306/2020 da SFE/ANEEL. Em 27 de setembro de 2022, foi proferida a decisão final da Diretoria Colegiada da ANEEL para o pagamento de R\$16.650. A Companhia efetuou o pagamento de R\$1.592, equivalente a 20% da multa. O saldo remanescente foi transferido para outros débitos e será pago em 12 parcelas mensais iniciadas em novembro de 2022

20.1.5 Crédito de PIS/COFINS sobre ICMS a devolver ao consumidor

Conforme detalhado na nota explicativa 1.2, a Companhia reconheceu uma estimativa de contingência passiva relativa os valores do crédito que poderá ser repassado aos consumidores referentes ao crédito de PIS/COFINS sobre ICMS a devolver ao consumidor.

20.2 Provisões de honorários de êxito

A Administração da Companhia reavalia periodicamente os processos que possuem honorários de êxito previstos para os assessores jurídicos e, baseada na opinião de seus assessores legais, para o prognóstico de resolução dos processos, constitui provisão para os compromissos de honorários de êxito das causas com prognósticos de perdas possíveis, remotas e excepcionalmente prognóstico provável.

Segue abaixo quadro com a posição e a movimentação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Provisões para honorários de êxito	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Total
SALDO EM 31.12.2020	383	81.515	30.011	500	112.409
Adições	159	15.894	2.248	-	18.301
Atualizações	32	5.961	3.668	-	9.661
Baixas por pagamentos	(68)	(30.937)	(734)	(500)	(32.239)
Baixas por reversões	(78)	(4.341)	(7.840)	-	(12.259)
SALDO EM 31.12.2021	428	68.092	27.353	-	95.873
Adições	56	1.895	3.928	-	5.879
Atualizações	13	4.154	3.771	-	7.938
Baixas por pagamentos	(58)	(7.307)	(1.765)	-	(9.130)
Baixas por reversões	(83)	(3.522)	(240)	-	(3.845)
SALDO EM 31.12.2022	356	63.312	33.047	-	96.715

21. CONTINGÊNCIAS

As principais contingências com probabilidade de perda possível estão compostas da seguinte forma:

Contingências	31.12.2022		31.12.2021	
	Saldo	Quantidade de Processos ^(a)	Saldo	Quantidade de Processos ^(a)
Cíveis	1.375.392	870	1.317.602	42.504
Trabalhistas	403.148	1.226	356.418	1.260
Fiscais	10.130.060	852	8.728.033	799
TOTAL	11.908.600	2.948	10.402.053	44.563

^(a) Não auditado pelos auditores independentes

21.1 Cíveis

- A Companhia possui diversas ações judiciais de natureza cível que têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) irregularidades decorrentes de perdas comerciais (não técnicas); (ii) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza de seu valor; (iii) acidentes envolvendo a sua rede de eletricidade e/ou a prestação do serviço; (iv) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, ou de falta momentânea de energia: A Companhia figura como ré em ações cíveis discutindo a interrupção do serviço, quer seja motivada por caso fortuito ou de força maior, quer seja para fins de intervenção no sistema elétrico, entre outros motivos e, também, suspensão do serviço, quer seja por inadimplência, impedimento de acesso ou substituição do medidor, entre outros fatos ensejadores. Dentre essas ações, foi adicionado o montante de R\$647.848 com risco de perda possível em decorrência da ação indenizatória proposta pela CSN (0129629-98.1995.8.19.0001), cuja ação encontra-se em fase de liquidação de sentença; e (v) discussões que versam sobre os mais diversos temas, como funcionalidade dos medidores. Em 31 de dezembro de 2022, o montante total referente às ações é de R\$938.538 (R\$812.955 em 31 de dezembro de 2021).
- A Companhia possui uma ação (0477418-58.2011.8.19.0001) que foi ajuizada pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 30 de setembro de 2011, pleiteando aproximadamente R\$100.000 a título de indenização pelos alegados prejuízos materiais (danos emergentes e lucros cessantes), incorridos em razão de sete interrupções no fornecimento de energia elétrica ocorridas nos anos de 2009 a 2011 na sua Unidade Consumidora de Volta Redonda. Atualmente a ação encontra-se em fase de perícia, com laudo, em linhas gerais, favorável aos interesses da Companhia, tendo o perito se manifestado sobre os pedidos adicionais e impugnação da CSN de forma favorável à Companhia. A Companhia e CSN se manifestaram sobre esclarecimentos do perito e o processo foi remetido ao Juiz em 07 de junho de 2022. Em 17 de outubro de 2022, foi proferida Sentença que julgou totalmente improcedentes os pedidos da CSN, acolhendo os argumentos da Companhia e do laudo pericial de engenharia, quanto à inexistência de responsabilidade da Companhia pelos eventos indicados.

A CSN opôs Embargos de Declaração. Em 31 de dezembro de 2022, a exposição do risco é de R\$138.244 (R\$111.104 em 31 de dezembro de 2021).

- A Companhia também litiga em ação rescisória (0002731-81.2011.8.19.0000) movida pela CSN, em que se discute reajuste tarifário durante o congelamento de preços adotado pelo Plano Cruzado. A Light aguarda o julgamento de seu recurso em trâmite no STJ que objetiva impedir o processamento e julgamento da Ação Rescisória. Em 31 de dezembro de 2022, a exposição do risco é de R\$390.254 (R\$317.169 em 31 de dezembro de 2021).

21.2 Fiscais

- **IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - perdas comerciais** – A Companhia possui quatro autuações fiscais cobrando IRPJ e CSLL em razão da não adição dos valores de perdas não técnicas ao seu resultado, para fins de apuração do lucro real, sendo que: (i) a primeira autuação foi julgada procedente em parte em decisão de 1ª instância administrativa e o CARF julgou improcedente, por voto de qualidade, o Recurso Voluntário da Companhia. No momento, aguarda-se o julgamento do recurso da Companhia; e (ii) as outras três autuações foram julgadas procedentes em decisão de 1ª instância administrativa e foram objeto de Recurso Voluntário;

A Companhia também possui três outras autuações cobrando PIS e COFINS pela não realização do estorno dos créditos destas contribuições referentes aos valores de perdas não técnicas, sendo que (i) uma das autuações foi julgada improcedente em decisão de 1ª instância administrativa e aguarda julgamento de recurso de ofício; (ii) as outras duas autuações, recebidas em outubro e novembro de 2020, respectivamente, foram julgadas procedentes em decisão de 1ª instância e foram objeto de Recurso Voluntário. Em 31 de dezembro de 2022, o montante dessas discussões é de R\$5.832.296 (R\$5.316.345 em 31 de dezembro de 2021).

- **ICMS perdas comerciais** – A Companhia possui três autuações fiscais, duas ações Anulatórias, um Mandado de Segurança e uma Execução Fiscal que discutem a cobrança de ICMS, FECP e multa por não recolher o referido tributo diferido em operações anteriores à distribuição de energia elétrica, em razão da ocorrência de perdas comerciais. Em 31 de dezembro de 2022, o montante dessa discussão é de R\$882.765 (R\$952.562 em 31 de dezembro de 2021).
- **ICMS sobre subvenções do programa federal denominado “Baixa Renda”** – A Companhia possui três ações anulatórias, vinculadas às execuções fiscais e três autuações fiscais com o objetivo de discutir a incidência de ICMS sobre os valores pagos pela União Federal à Companhia SESA a título de subvenção econômica, direcionada aos consumidores de energia da subclasse baixa renda. Em 31 de dezembro de 2022, o montante dessa discussão é de R\$1.364.445 (R\$367.190 em 31 de dezembro de 2021).
- **IN 86** – A Companhia foi autuada para a cobrança de multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória, relacionada à entrega dos arquivos eletrônicos, no formato previsto na IN nº 86/2001, referentes aos anos-calendário de 2003 a 2005. Em 31 de dezembro de 2022, o montante dessa discussão é de R\$497.695 (R\$473.958 em 31 de dezembro de 2021).



Light



DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS 2022

Light SESA - CNPJ 60.444.437/0001-46
Companhia de Capital Aberto

- **LIR/LOI - IRPJ/CSLL** - A Companhia possuía Mandado de Segurança em que se discutia a forma de tributação dos lucros das subsidiárias LIR e LOI no exterior, mais especificamente defendia que o IRPJ e CSLL deveriam incidir apenas sobre os lucros e não sobre os resultados positivos de equivalência patrimonial. Para se valer dos benefícios do programa REFIS, a Companhia desistiu integralmente do Mandado de Segurança, renunciou ao direito de questionar o Método do Equivalência Patrimonial ("MEP") e alterou o procedimento para passar a tributar os resultados pelo referido método, previsto na Instrução Normativa nº 213/2002. O Fisco discordou de tal procedimento e autuou a Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, o montante dessa discussão é de R\$454.406 (R\$453.953 em 31 de dezembro de 2021).
- **Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal do Estado do Rio de Janeiro ("FEEF")** – A Companhia possui três autuações em razão da ausência de recolhimento, ao FEEF do ICMS correspondente a 10% dos benefícios fiscais destinados a terceiros, relativamente ao período de dezembro de 2016 a junho de 2017 e recebeu uma segunda autuação em relação ao período de julho de 2017 a julho de 2019. As três autuações estão aguardando julgamento da impugnação. A tese está sendo discutida pela Companhia por meio de Mandado de Segurança. Em 31 de dezembro de 2022, o montante dessa discussão é de R\$140.812 (R\$119.337 em 31 de dezembro de 2021).
- **Não homologação de compensações - CVA - (30 Processos Administrativos)** - Não homologação pela Receita Federal de compensações realizadas pela Companhia com créditos advindos de pagamento indevido ou a maior de PIS e COFINS, notadamente em razão da alteração do momento da tributação do PIS e da COFINS sobre a CVA. Apresentadas manifestações de inconformidade ainda pendentes de julgamento. Em 31 de dezembro de 2022, o montante dessas discussões é de R\$303.857 (R\$281.150 em 31 de dezembro de 2021).
- **Despachos decisórios (52 processos)** – Despachos decisórios proferidos pela Receita Federal para negar homologação a diversos pedidos de compensação realizados pela Companhia, para a utilização de créditos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL à alegação de que tais créditos seriam indevidos ou insuficientes para abarcar os débitos contra aos quais foram opostos. A Companhia apresentou manifestações de inconformidade em face aos aludidos Despachos Decisórios. Em 31 de dezembro de 2022, o montante dessas discussões é de R\$205.964 (R\$197.295 em 31 de dezembro de 2021).
- **Não homologação de compensações** – A companhia discute judicialmente a cobrança de supostos débitos de PIS e COFINS, decorrentes da glosa de créditos de mesma natureza realizada pela Receita Federal em 22 Processos Administrativos, decorrentes de compensações realizadas referentes aos períodos de março e abril de 2005, janeiro, fevereiro, março, maio, junho, julho, agosto e setembro de 2006 e janeiro e fevereiro de 2007. A companhia apresentou Embargos à Execução que foram julgados parcialmente procedentes. Aguarda-se a apreciação dos Embargos de Declaração apresentados pela Cia. Em 31 de dezembro de 2022, o montante dessas discussões é de R\$62.968 (R\$59.966 em 31 de dezembro de 2021).

21.3 Trabalhistas

Os principais pedidos objeto das ações trabalhistas envolvem as seguintes matérias: equiparação salarial, horas extras, acidente de trabalho, adicional de periculosidade, equiparação salarial e dano moral. Em 31 de dezembro de 2022, montantes envolvidos nestas discussões totalizam R\$192.712 (R\$184.708 em 31 de dezembro de 2021).

- **Ação Civil Pública Cadastro de Terceiros ("ACP") - 0100742-05.2018.5.01.0081:** O Ministério Público do Trabalho alega a existência de suposta restrição que impediria a contratação de ex-empregados terceirizados, desqualificados no passado, e por isso requer pagamento de danos a morais, bem como, obrigação para que a Companhia se abstenha de praticar tal ato. A sentença prolatada em junho de 2022 foi pela improcedência dos pedidos. Ministério Público do Trabalho interpôs Recurso Ordinário. Em 31 de dezembro de 2022, montantes envolvidos nestas discussões totalizam R\$52.366 (R\$52.366 em 31 de dezembro de 2021).
- **Ação Civil Pública Acidente de Trabalho Fatal com Terceiro ("ACPCiv") 0100809-47.2022.5.01.0010:** Trata-se de Ação Civil Pública Cível com pedido de tutela de evidência visando que os réus, Light e Consorcio Rio Energia, comprovem nos autos que após o acidente de trabalho que resultou no falecimento de um funcionário, tomou as medidas cabíveis a evitar novos acidentes, observando as normas de segurança e medicina do trabalho. Fase instrutória. Sem data de audiência de instrução designada. Em 31 de dezembro de 2022, montantes envolvidos nestas discussões totalizam R\$51.010. (R\$0 em 31 de dezembro de 2021).

22. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

22.1 Plano de pensão

As empresas do Grupo Light são patrocinadoras instituidoras da Fundação de Seguridade Social Braslight (Braslight), entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, cuja finalidade é garantir renda de aposentadoria aos empregados do Grupo Light vinculados à Fundação e de pensão aos seus dependentes. A Companhia possui planos do tipo: (i) benefício definido; (ii) benefício misto e (iii) contribuição definida.

Os planos de benefícios previdenciários administrados pela Braslight que são denominados A/B, C e D, implementados respectivamente em 1975, 1997 e 2010, tendo o Plano C recebido migração, na época de sua constituição, de 96% dos participantes ativos do Plano A/B.

- (i) Benefício definido (Plano A/B) - correspondem à diferença entre um percentual, variável de 80% a 100%, do maior valor entre a média dos últimos 12 e dos últimos 36 salários, atualizados para a data de início do benefício, e o valor do benefício concedido pelo INSS.

- (ii) Contribuição variável (Plano C) - os benefícios programáveis, durante a fase de capitalização, são do tipo "contribuição definida", sem vinculação com o INSS, e os benefícios de risco (auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte de participante ativo, inválido e em auxílio-doença), bem como os de renda continuada, estes uma vez concedidos, são do tipo "benefício definido". As duas parcelas têm seus patrimônios apurados em quotas e tratadas em conjunto denominadas Plano C Novo.
- (iii) Contribuição definida (Plano D) - Neste plano, os benefícios programados são do tipo "contribuição definida" antes e após a sua concessão e os benefícios não programados são do tipo "benefício definido", antes da concessão, e de "contribuição definida" após a concessão.

Ao participante que migrou do Plano A/B para o Plano C foi concedido um benefício saldado de renda vitalícia, com reversão em pensão, proporcional ao tempo de contribuição à Braslight na ocasião de migração, contado de sua última inscrição na Fundação, diferido para recebimento após o mesmo ter completado um conjunto de condições de habilitação. Esta parcela é denominada Subplano de Benefício Definido Saldado do Plano C.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi pago pela Companhia, referente à parcela do plano de contribuição definida, o montante de R\$4.155 (R\$4.340 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

22.2 Plano de saúde

As empresas do Grupo Light oferecem a seus funcionários e ex-colaboradores o benefício de assistência médica através da operadora Bracesco Saúde na modalidade de pré-pagamento. Nesse tipo de modalidade, a Companhia efetua o repasse das contribuições à operadora de acordo com uma tabela de preços pré-estabelecida por número de vidas (incluindo empregados e inválidos, titulares e dependentes). Da mesma forma, os aposentados e seus dependentes efetuam diretamente à operadora o recolhimento de suas contribuições individuais, também com base na mesma tabela de preços pré-estabelecida.

22.3 Avaliação atuarial

A Companhia contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, sendo a última efetuada para a data-base de 31 de dezembro de 2022.

As informações atuariais são conforme abaixo:

Informações atuariais	31.12.2022			31.12.2021		
	Plano de pensão	Plano de saúde	Total	Plano de pensão	Plano de saúde	Total
Valor presente das obrigações atuariais	(2.855.310)	(274.537)	(3.130.848)	(3.029.725)	-	(3.029.725)
Valor justo dos ativos do plano	2.945.941	-	2.945.941	3.035.994	-	3.035.994
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo	(89.631)	-	(89.630)	(6.269)	-	(6.269)
PASSIVO LÍQUIDO	-	(274.537)	(274.537)	-	-	-

As mudanças no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

Valor justo dos ativos do plano	Plano de pensão
SALDO EM 31.12.2020	3.479.197
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	215.695
Perdas atuariais nos ativos do plano	(382.027)
Contribuições da patrocinadora	320
Contribuições dos participantes	102
Benefícios pagos pelo plano/Companhia	(277.293)
SALDO EM 31.12.2021	3.035.994
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	256.635
Perdas atuariais nos ativos do plano	(51.335)
Contribuições da patrocinadora	301
Contribuições dos participantes	95
Benefícios pagos pelo plano/Companhia	(295.749)
SALDO EM 31.12.2022	2.945.941

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

Valor presente da obrigação	Plano de Pensão	Plano de saúde	Total
SALDO EM 31.12.2020	3.445.872	-	3.445.872
Custo do serviço corrente	(214)	-	(214)
Juros sobre a obrigação atuarial	213.405	-	213.405
Contribuições de participantes	102	-	102
Perdas atuariais reconhecidas	(352.147)	-	(352.147)
Benefícios pagos	(277.293)	-	(277.293)
SALDO EM 31.12.2021	3.029.725	-	3.029.725
Custo do serviço corrente	386	-	386
Custo de serviço passado	-	63.194	63.194
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	256.059	-	256.059
Contribuições dos participantes	95	-	95
Perda/Ganho atuarial reconhecidas	(134.206)	225.971	91.765
Benefícios pagos pelo plano/Companhia	(295.749)	(14.628)	(310.377)
SALDO EM 31.12.2022	2.856.310	274.537	3.130.847

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado, nos grupos de custos e despesas operacionais e resultado financeiro, são como segue:

Light SESA	31.12.2022			31.12.2021		
	Plano de pensão	Plano de saúde	Total	Plano de pensão	Plano de saúde	Total
Custo do serviço corrente	386	-	386	(214)	-	(214)
Custo de serviço passado	-	63.193	63.193	-	-	-
Juros sobre as obrigações atuariais	256.059	-	256.059	213.405	-	213.405
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	(256.635)	-	(256.635)	(215.695)	-	(215.695)
Ajuste de atualização de dívida Braslight	190	-	190	2.504	-	2.504
CUSTO ESPERADO ESTIMADO	-	63.193	63.193	-	-	-



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022

Light SESA CNPJ 60.444.437/0001-46
Companhia de Capital Aberto

A estimativa do atuário externo para a despesa a ser reconhecida para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

Light SESA	2023	
	Plano de pensão	Plano de saúde
Custo do serviço corrente	129	5.035
Juros sobre as obrigações atuariais	318.219	27.406
Juros sobre o efeito do teto de ativo e passivos adicionais	10.504	-
Rendimento esperado dos ativos do plano	(328.747)	-
Estimativa de despesa em 2023	105	32.441

As principais categorias de ativos do plano de pensão, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

Light SESA	31.12.2022	31.12.2021
Renda fixa	89,69%	83,58%
Renda variável	2,72%	11,64%
Investimentos estruturados	1,26%	1,00%
Imóveis	2,21%	2,29%
Empréstimos e financiamentos	1,83%	1,67%
Outros realizáveis	2,53%	0,05%
Provisões contingências	-0,24%	-0,23%
	100,00%	100,00%

O resultado real sobre os ativos dos planos foi uma perda de R\$51.335 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (perda de R\$382.027 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

A Braslight realiza periodicamente estudos de *Asset Liability Management* (ALM) dos planos de benefícios no intuito de reavaliar a estratégia de alocação dos investimentos frente às obrigações atuariais, com vistas a se proteger das alterações nos preços dos instrumentos financeiros, bem como evitar o descasamento dos fluxos de ativos e passivos, de forma que os recursos estejam disponíveis na data de pagamento dos benefícios e demais obrigações dos planos.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reconheceu na rubrica de outros resultados abrangentes o montante de R\$274.537 (reconhecido líquido de impostos no montante de R\$181.194) em decorrência da avaliação atuarial de plano de saúde dos participantes aposentados. A Companhia não reconheceu imposto por conta da expectativa de não recuperabilidade desse ativo diferido.

Abaixo são apresentados a conciliação dos saldos reconhecidos no balanço, um demonstrativo da movimentação do passivo atuarial líquido, no exercício, e o total da despesa reconhecida em outros resultados abrangentes:

SALDO EM 31.12.2021	-
Reconhecimento no resultado abrangente	211.344
Custo reconhecido no resultado (DRE)	63.193
SALDO EM 31.12.2022	274.537

22.4 Premissas atuariais

22.4.1 Plano de pensão

Plano de pensão	31.12.2022	31.12.2021
Taxa de desconto	11,71%(A/B) e 11,75%(C)	8,83% (A/B) e 8,92% (C)
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano	11,71%(A/B) e 11,75%(C)	8,83% (A/B) e 8,92% (C)
Taxa anual de inflação	5,31%	3,40%
Taxa de crescimento salarial nominal	7,42%	5,99%
Índice de reajuste nominal de benefícios concedidos de prestação continuada	5,31%	3,40%
Fator de capacidade	98,00%	98,00%
Taxa de rotatividade	Nula	Nula
Tábua geral de mortalidade ^(a)	AT - 83/ BR(A/B) e EMS 2010 (C)	AT - 83/ BR(A/B) e EMS 2010 (C)
Tábua de entrada em invalidez (planos A/B)	LIGHT - Fraca*0,80	LIGHT - Fraca*1,20
Tábua de entrada em invalidez (plano C saldado)	LIGHT - Fraca*0,80	LIGHT - Fraca*1,20
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 Masculina	AT-49 Masculina
Participantes ativos	923	1.016
Participantes aposentados e pensionistas	5.034	5.250

^(a) Tábua sem agravamento

22.4.2 Plano de saúde

Plano de saúde	31.12.2022
Taxa de desconto	9,90%
Taxa anual de inflação	3,50%
Taxa de crescimento de custos médicos	7,38%
Tábua geral de Mortalidade	BR-EMS 2010
Entradas de Invalidez	Light Fraca suavizada em 20%.
Participantes ativos	4.402
Idade média	39,23
Participantes aposentados e pensionistas	2.241
Idade média de funcionários aposentados	66,97

22.5 Análise de sensibilidade

22.5.1 Plano de Pensão

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são a taxa de desconto e a tábua de mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido.

Abaixo estão demonstrados os efeitos na obrigação de benefício definido caso a taxa de desconto fosse 1,00% mais baixa e caso a tábua de mortalidade fosse alterada para a tábua seguinte mais restritiva:

Taxa de desconto nominal	Premissa laudo	Redução de taxa de desconto	Impacto na obrigação do plano
Plano A/B	11,71%	-1,00%	81.149
Plano C	11,75%	-1,00%	167.743

Tabua de mortalidade	Premissa laudo	Alteração de tabua	Impacto na obrigação do plano
Plano A/B	AT-83	AT-2000	27.994
Plano C	EMS 2010	EMS 2010 Segregada por sexo Desagravada em 2 anos	114.427

22.4.2 Plano de saúde

Abaixo estão demonstrados os efeitos caso a taxa de desconto apresentasse uma variação de 1,0% e os custos médicos apresentasse um aumento e uma diminuição de 0,5%:

Premissa	Análise de sensibilidade	Impacto R\$
Taxa de desconto	10,40%	252.658
Taxa de desconto	9,40%	299.307
Crescimento dos custos médicos	Aumento de 0,5%	299.223
Crescimento dos custos médicos	Redução de 0,5%	252.566

23. OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO E ATIVO DE DIREITO DE USO

OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Terrenos e imóveis	784	719	1.503	725	926	1.651
Máquinas e equipamentos	803	1.332	2.135	556	1.516	2.072
Veículos	21.526	207.792	229.318	23.607	35.721	59.328
TOTAL	23.113	209.843	232.956	24.888	38.163	63.051

23.1 Movimentação dos ativos de direito de uso e das obrigações por arrendamento

Ativo direito de uso	Terranos e imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
SALDO EM 31.12.2020	2.064	1.885	95.865	99.814
Adições de arrendamentos	68	720	4.193	4.981
Remensurações	174	-	-	174
Depreciação	(789)	(609)	(43.959)	(45.357)
SALDO EM 31.12.2021	1.517	1.996	56.099	59.612
Atualização monetária	179	100,00	-	279
Adições de arrendamentos	464	602	246.394	247.460
Depreciação	(777)	(708)	(34.620)	(36.105)
Baixa de arrendamentos	-	-	(48.909)	(48.909)
SALDO EM 31.12.2022	1.383	1.990	218.964	222.337

Obrigações por arrendamento	Terrenos e Imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
SALDO EM 31.12.2020	2.184	1.906	99.780	103.870
Adições de arrendamentos	68	720	4.193	4.981
Remensurações	174	-	-	174
Pagamento da parcela	(938)	(730)	(50.201)	(51.869)
Despesa de juros	163	176	5.556	5.895
SALDO EM 31.12.2021	1.651	2.072	59.328	63.051
Atualização monetária	179	100	-	279
Adições de arrendamentos	464	602	246.394	247.460
Pagamento da parcela	(929)	(868)	(51.338)	(53.135)
Despesa de juros	138	229	26.627	26.994
Baixa de contratos de arrendamentos	-	-	(51.693)	(51.693)
SALDO EM 31.12.2022	1.503	2.135	229.318	232.956

23.2 Cronograma de vencimento das obrigações por arrendamento

Obrigações por arrendamento	31.12.2022	31.12.2021
2022	23.282	24.888
2023	25.314	21.556
2024	27.838	16.267
2025 em diante	156.522	340
Total	232.956	63.051

Para a realização da mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, a Companhia utilizou a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados. Essa vedação pode gerar distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro.

A Companhia apresenta abaixo os efeitos estimados considerando a inflação futura projetada:

Light SESA	Efeitos estimados
ATIVO DE DIREITO DE USO	
Conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16 (fluxo real)	222.337
Com efeito da Inflação (fluxo nominal)	284.040
OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO	
Conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16 (fluxo real)	232.956
Com efeito da Inflação (fluxo nominal)	294.659

24. ENCARGOS REGULATÓRIOS

Encargos Regulatórios	31.12.2022	31.12.2021
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	1.155	2.232
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	2.310	4.465
Programa de Eficiência Energética – PEE	198.792	178.521
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	29.775	70.287
Quota recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE ^(a)	43.649	42.732
Total	275.681	298.237

^(a) Refere-se ao recolhimento referente a CDE Conta-Covid, homologada pela ANEEL através do Despacho nº 939 de 5 de abril de 2021.



Light



**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS 2022**

Light SESA CNPJ 60.444.437/0001-46
Companhia de Capital Aberto

Proc. Nº 077124

Folhas 1169 ✓

Rubrica: 9

25. OUTROS DÉBITOS

Outros Débitos	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Adiantamento de clientes	38.662	-	38.662	54.633	-	54.633
Taxa de iluminação pública	267.065	-	267.065	234.285	-	234.285
Reserva para reversão	6.571	19.713	26.284	6.571	26.285	32.856
Restituições consumidores	82.932	-	82.932	88.141	-	88.141
Subvenção por redução voluntária do consumo (Nota 10)	-	-	-	169.215	-	169.215
Parcelamento ANEEL ^(a)	25.807	16.255	42.062	-	-	-
Penalidade regulatória – REN	52.600	-	52.600	-	-	-
Obrigações atuariais - Pensionistas	5.515	43.529	49.044	-	-	-
Outros	7.086	-	7.086	9.428	9.022	18.450
TOTAL	486.238	79.497	565.735	562.273	35.307	597.580

^(a)Referente aos parcelamentos dos Autos de Infração nº 01/2019 e nº 026/2020 - SFE/ANEEL. O montante do Auto de Infração nº 01/2019 será pago em 32 parcelas mensais iniciadas em junho de 2022 e o montante do Auto de Infração nº 026/2020 será pago 12 parcelas mensais iniciadas em novembro de 2022, conforme Nota 19.1.4.

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão; (iii) prestação serviços de operação e manutenção; (iv) contratos de serviços administrativos.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia são apresentados abaixo:

26.1 Ativos e receitas

Grupo do balanço, características do contrato e vínculo	Valor original	Período de vigência	Condições contratuais	Condições de rescisão ou término	Ativo		Receita	
					2022	2021	2022	2021
Cliente - Cobrança do encargo de uso de sistema de distribuição da Companhia com a Light Energia	N/A ^(a)	A partir de nov/2003. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	3.700	2.545	39.919	28.561
Cliente - Cobrança do encargo de uso da rede básica da Companhia com a Lightger	N/A ^(a)	A partir de dez/2010. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	-	-	-	473
Outros créditos - Aluguel de parte do edifício pertencente à Light SESA à Light Energia - Está sob controle comum	N/A ^(a)	A partir de jan/2006. Vencimento indeterminado	IGP-M	N/A	15	14	174	622
Os créditos - Aluguel de parte do edifício pertencente à Companhia à Light Conecta	N/A ^(a)	A partir de Out/2007. Vencimento indeterminado	IGP-M	N/A	1	1	2	7
Outros créditos - Aluguel de parte do edifício pertencente à Companhia à Lightcom	N/A ^(a)	A partir de out/2007. Vencimento set/2018	IGP-M	N/A	3	3	41	49
Compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre as partes relacionadas	N/A ^(a)	A partir de abril/2018. Vencimento indeterminado	ANEEL	ANEEL	76	11	1.836	940

Cliente - Cobrança do encargo de uso de sistema de distribuição da Light SESA com a Lajes Energia - Está sob controle Comum	N/A	A partir de março/2018 Vencimento indeterminado	ANEEL	ANEEL	43	39	509	419
Cliente - Cobrança do encargo de uso de sistema de distribuição e Energia da Companhia com a Light Conecta	N/A	A partir de Out/2018 Vencimento indeterminado	ANEEL	ANEEL	-	-	-	570

(a) Os contratos de encargo de uso de sistema de distribuição e encargo de uso da rede básica são faturados de acordo com a demanda de energia circulada na rede.
(b) Como resultado da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias ("follow-on") realizada pela controladora Light S.A. e concluído em 22 de janeiro de 2021, a CEMIG ao realizar a venda da totalidade das ações que detinha no capital social da Light S.A. deixou de ser parte relacionada da Companhia.

26.2 Passivos e despesas

Grupo do balanço, características do contrato e vínculo	Valor original	Período de vigência	Condições contratuais	Condições de rescisão ou término	Passivo		Despesa	
					2022	2021	2022	2021
Fornecedor - Compromisso com encargos de uso da rede básica da Companhia com a Light Energia	N/A ^(a)	A partir de dez/2002. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	297	256	(3.307)	(2.696)
Fornecedor - Compromisso com encargo de conexão da Companhia com a Light Energia	N/A ^(a)	A partir de dez/2005. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	270	244	(3.181)	(2.991)
Outros débitos - Compromisso com serviços de consultoria da Companhia com a Axiom	N/A ^(b)	A partir de dez/2010. Vencimento indeterminado	IGP-M	N/A	496	1.501	(8.189)	(15.550)
Compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre as partes relacionadas	N/A	A partir de abril/2018 Vencimento indeterminado	ANEEL	ANEEL	-	-	(9.449)	(3.164)

^(a) Os contratos de encargo de conexão e encargo de uso da rede básica são faturados de acordo com a demanda de energia circulada na rede.

^(b) O contrato de serviço é faturado de acordo com a necessidade de horas despendidas no serviço contratado

^(c) Como resultado da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias ("follow-on") realizada pela controladora Light S.A. e concluído em 22 de janeiro de 2021, a CEMIG ao realizar a venda da totalidade das ações que detinha no capital social da Light S.A. deixou de ser parte relacionada da Companhia

26.3 Remuneração dos administradores

Os montantes apresentados a seguir referem-se à remuneração da Diretoria, do Conselho de Administração, e do Conselho Fiscal, reconhecidos pelo regime de competência, relativo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Remuneração dos Administradores	31.12.2022	31.12.2021
Honorários e benefícios de curto prazo	11.785	12.014
Bônus	7.721	9.441
Encargos Sociais	2.382	3.472
Benefícios pós-emprego	408	513
Benefícios assistenciais	640	1.072
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	955	79
TOTAL	23.891	26.591



Light



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022

Light SESA - CNPJ 60.444.437/0001-46
Companhia de Capital Aberto

27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

27.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social da Light Serviços de Eletricidade S.A. é de R\$5.544.283 (R\$5.486.365 em 31 de dezembro de 2021) e está representado por 494.310.226 (quatrocentos e noventa e quatro bilhões, trezentos e dez milhões, duzentos e vinte e seis mil) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, de propriedade integral da Light S.A..

Em 30 de setembro de 2022, a controladora Light S.A. realizou um aumento do capital social, mediante a subscrição e integralização de 5.163.858.585 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, no montante de R\$ 57.919 (cinquenta e sete milhões, novecentos e dezoito mil, oitocentos e oitenta e quatro reais, e quarenta centavos)

Principais Acionistas	31.12.2022		31.12.2021	
	Quantidade de ações (unidades)	% Participação	Quantidade de ações (unidades)	% Participação
Light S.A.	494.310.225.787	100%	489.146.367.202	100%

27.2 Reservas

27.2.1 Reserva de capital

A Companhia oferece a seus administradores e a alguns colaboradores indicados pelo Conselho de Administração plano de opção de compra de ações da Companhia. As opções são precificadas pelo valor justo na data de concessão das outorgas, ajustadas a valor presente, e são reconhecidas de forma linear no resultado pelo prazo de concessão da opção em contrapartida ao patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2022, o montante de R\$7.277 (R\$7.277 em 31 de dezembro de 2021) é decorrente de opções outorgadas referente ao plano de opções.

27.2.2 Reservas de lucro

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória e foi constituída à base de 5% do lucro líquido de cada exercício, até os limites estabelecidos por Lei.

Reserva de retenção de lucros

Constituída com o lucro líquido remanescente após as destinações com base em orçamento de capital aprovado pelo Conselho de Administração e pelas Assembleias Gerais Ordinárias.

Reserva especial

Conforme artigo nº 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório não será obrigatório no exercício social em que a Diretoria informar à Assembleia geral ordinária ser o pagamento de dividendos incompatível com a situação financeira da Companhia.

Os lucros que deixarem de ser distribuídos serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que o permitir a situação financeira da companhia.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 28 de abril de 2020, foi aprovada a criação da reserva especial com o montante referente aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2019, no montante de R\$273.923.

27.3 Outros resultados abrangentes

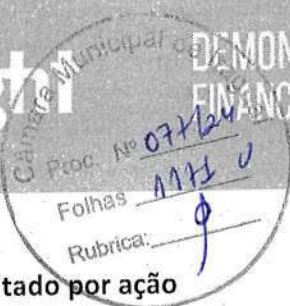
São reconhecidos os ganhos ou perdas atuariais decorrentes de alterações de premissas atuariais, como tábua de mortalidade, taxa de desconto das obrigações e também pelas variações no rendimento dos investimentos dos planos de benefício pós-emprego categorizado como de benefícios definidos e plano de saúde. Os montantes apresentados estão líquidos de impostos diretos, quando aplicável, a uma alíquota de 34%. As variações em outros resultados abrangentes relacionadas a ganhos ou perdas atuariais não são reclassificadas para o resultado em períodos subsequentes.

27.4 Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Os dividendos propostos originalmente no encerramento de cada um dos exercícios foram calculados como se segue:

Cálculo dos dividendos propostos	2022	2021
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(5.816.335)	243.628
Constituição de reserva legal (5%)	-	(12.181)
Base de cálculo dos dividendos	(5.816.335)	231.447
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	-	(57.862)
Lucros (prejuízos) retidos	(5.816.335)	173.585



27.5 Resultado por ação

A tabela a seguir concilia o resultado líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, com os montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

Resultado por ação	2022	2021
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(5.816.335)	243.628
Média ponderada do número de ações ordinárias (em unidades)	489.165.144.870	481.121.609.747
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ações ordinárias em reais	(0,0119)	0,00051

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não existiam diferenças entre o resultado por ação básico e diluído, uma vez que a Companhia não possuía nenhum instrumento com potencial dilutivo.

28. RECEITA LÍQUIDA

Receita líquida	2022	2021
Fornecimento e receita de uso da rede (Nota 28.1)	18.270.537	18.299.045
Suprimento de energia (Nota 28.2)	35.285	-
(-) Multa por violação de padrão de indicador de continuidade	(26.749)	(35.502)
(-) Bônus de redução voluntária do consumo	-	(169.215)
Receita de construção	1.146.446	967.268
Subvenção CDE	253.387	457.289
Bônus de redução voluntária do consumo	-	169.215
Aluguéis, serviços e outras	158.777	86.394
Valor justo do ativo financeiro de concessão (Nota 11)	38.365	574.231
Receita não faturada - Aportes da CCRBT (Nota 9)	482.372	50.312
Ativos e passivos financeiros do setor (Nota 9)	(22.976)	1.450.927
RECEITA BRUTA	20.335.444	21.849.964
ICMS	(4.236.327)	(4.944.295)
PIS / COFINS	(1.445.016)	(1.526.583)
Outros	(9.033)	(4.178)
IMPOSTOS SOBRE RECEITA	(5.690.376)	(6.475.056)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(2.252.968)	(1.550.271)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(10.875)	(12.045)
Fundo Nacional de Desenvolvimento - FNDCT	(21.750)	(24.096)
Eficiência Energética - PEE	(54.374)	(64.312)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(21.750)	(24.096)
Outros encargos - PROINFA	(93.818)	(63.908)
Outros encargos	(11.386)	(10.534)
ENCARGOS DO CONSUMIDOR	(2.466.921)	(1.749.262)
TOTAL DAS DEDUÇÕES	(8.157.297)	(8.224.318)
RECEITA LÍQUIDA	12.178.147	13.625.646

28.1 Fornecimento e receita de uso da rede

Fornecimento	2022			2021		
	Faturamento Bruto	ICMS	Faturamento Líquido	Faturamento Bruto	ICMS	Faturamento Líquido
Residencial	8.460.493	1.781.057	6.679.436	8.127.818	1.971.174	6.156.644
Industrial	430.567	114.417	316.150	458.747	145.932	312.815
Comercial	4.688.084	1.210.284	3.477.800	4.768.682	1.495.321	3.273.361
Rural	11.261	2.864	8.397	13.770	4.122	9.648
Poder público	1.341.512	285.988	1.055.524	1.190.046	307.425	882.621
Iluminação pública	365.250	96.291	268.959	457.098	146.842	310.256
Serviço público	719.649	192.781	526.868	862.904	273.903	589.001
Receita de uso da rede (livres)	2.684.589	552.645	2.131.944	2.459.698	599.576	1.860.122
Fornecimento não faturado	(430.868)	-	(430.868)	(39.718)	-	(39.718)
TOTAL FORNECIMENTO FATURADO	18.270.537	4.236.327	14.034.210	18.299.045	4.944.295	13.354.750

28.2 Suprimento de energia

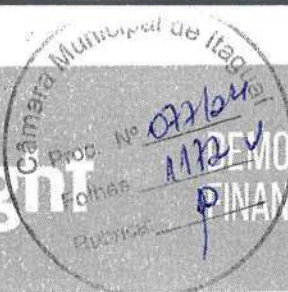
Suprimento de energia	2022			2021		
	Fornecimento faturado	ICMS	Total fornecimento	Fornecimento faturado	ICMS	Total fornecimento
Energia de curto prazo	35.285	-	35.285	-	-	-
TOTAL SUPRIMENTO	35.285	-	35.285	-	-	-

29. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Custos e despesas	Custos de operação		Despesas gerais e administrativas	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Pessoal e administradores	(267.121)	(252.518)	(98.239)	(127.970)
Materiais	(21.595)	(10.823)	(399)	(11.922)
Serviços de terceiros	(225.672)	(239.859)	(174.789)	(168.793)
Custos com energia elétrica (nota 29.1)	(8.722.576)	(9.905.209)	-	-
Depreciação e amortização	(574.126)	(540.102)	(43.006)	(23.788)
Provisão esperada para crédito de liquidação duvidosa (PECLD) (nota 6)	-	-	(1.116.505)	(597.354)
Provisão para contingências e depósitos judiciais (nota 20)	-	-	(1.989.001)	(181.491)
Custo de construção	(1.146.446)	(967.268)	-	-
Multas financeiras de clientes e fornecedores	107.873	107.837	-	-
Outras despesas e custos operacionais	(342)	(3.410)	(45.181)	(35.206)
TOTAL	(10.850.005)	(11.811.352)	(3.467.120)	(1.146.524)



Light



**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS 2022**

Light SESA CNPJ 60.444.437/0001-46
Companhia de Capital Aberto

29.1 Energia elétrica comprada para revenda

Energia elétrica comprada para revenda	2022	2021
Energia comprada para revenda		
Mercado de curto prazo CCEE	(807.698)	(1.352.230)
Itaipu – Binacional	(1.279.897)	(1.581.021)
UTE Norte Fluminense	(3.730.225)	(3.414.600)
Leilão de energia	(2.091.798)	(3.194.961)
Cotas de garantia física	(714.549)	(687.018)
Cota de nucleares	(281.878)	(198.718)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição		
Encargos uso da rede básica e NOS	(1.174.093)	(1.173.342)
Encargos de conexão – Transmissão	(102.510)	(98.862)
Transporte de energia – Itaipu	(122.760)	(130.650)
PROINFRA	(215.996)	(138.208)
Crédito de PIS/COFINS sobre compra	782.421	916.795
ICMS sobre compra	1.016.407	1.147.606
TOTAL	(8.722.576)	(9.905.209)

30. RESULTADO FINANCEIRO

Resultado financeiro	2022	2021
RECEITAS		
Acréscimo moratório sobre venda de energia	55.479	55.489
Rendimento sobre equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	228.506	100.952
Operações de swap	-	52.262
Atualização de depósitos judiciais	13.910	7.613
Atualização de ativos e passivos financeiros do setor (Nota 9)	-	53.469
Atualização dos créditos de PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo (Nota 7)	80.344	14.912
Atualização de ativos tributários	59.565	20.301
Outras receitas financeiras	25.670	14.007
TOTAL DAS RECEITAS FINANCEIRAS	463.474	319.005
DESPESAS		
Atualização monetária das provisões para contingências ^(a)	(1.790.204)	(21.742)
Despesas com passivos tributários	(8.369)	(6.363)
Atualização de ativos e passivos financeiros do setor (Nota 9)	(1.412)	-
Encargos de empréstimos, financiamentos, debêntures	(870.857)	(605.567)
Variação cambial e monetária de empréstimos, financiamentos e debêntures	(59.458)	(610.716)
Variação cambial sobre faturas de energia	-	(17.097)
Operações de swap	(686.358)	-
Ajuste a valor presente	(11.246)	-
PIS e COFINS sobre receita financeira	(20.965)	(14.716)
Outras despesas financeiras	(213.942)	(94.029)
TOTAL DAS DESPESAS FINANCEIRAS	(3.662.811)	(1.370.230)
RESULTADO FINANCEIRO	(3.199.337)	(1.051.225)

^(a) Inclui o montante de R\$1.661.716 referente a atualização da provisão para contingências dos créditos de PIS/COFINS sobre ICMS a devolver ao consumidor

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

31.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

A Companhia mensura ao valor justo utilizando vários métodos que incluem abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

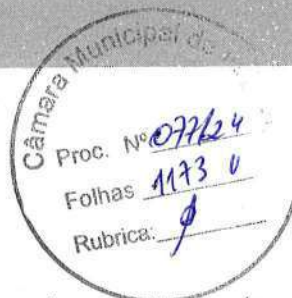
Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

Nível 3 - dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

O quadro abaixo apresenta os valores contábeis e valores justos dos principais ativos e passivos financeiros da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Principais ativos e passivos financeiros da Companhia	Níveis	31.12.2022		31.12.2021	
		Contabilizado	Valor Justo	Contabilizado	Valor Justo
ATIVOS FINANCEIROS (CIRCULANTES/NÃO CIRCULANTES)					
MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO					
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos (nota 4)		40.519	40.519	52.185	52.185
Contas a receber de clientes (nota 6)		2.291.890	2.291.890	3.484.766	3.484.766
Serviços prestados a receber		33.999	33.999	15.593	15.593
Depósitos judiciais		219.093	219.093	217.160	217.160
Ativos financeiros do setor (nota 9)		199.402	199.402	1.480.272	1.480.272
Outros créditos (nota 10)		387.885	387.885	592.515	592.515
MENSURADO A VALOR JUSTO POR MEIO DE RESULTADO					
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações Financeiras de liquidez Imediata (nota 4)	2	-	-	343.249	343.249
Títulos e valores mobiliários – (nota 5)	2	592.104	592.104	2.024.082	2.024.082
Ativo financeiro de concessões (nota 11)	3	7.697.294	7.697.294	6.821.988	6.821.988
Instrumentos financeiros swaps	2	-	-	132.000	132.000
TOTAL		11.462.186	11.462.186	15.163.810	15.163.810
PASSIVO FINANCEIROS (CIRCULANTES/NÃO CIRCULANTES)					
MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO					
Fornecedores (nota 16)		1.452.785	1.452.785	2.048.334	2.048.334
Empréstimos e Financiamentos (nota 18)		2.730.073	2.797.833	3.291.049	3.273.907
Debêntures (nota 19)		6.348.550	5.967.982	6.199.526	5.969.729
Obrigações por arrendamento mercantil (nota 23)		232.956	232.956	63.051	63.051
Passivos financeiros do setor (nota 9)		911.538	911.538	276.353	276.353
Encargos regulatórios (nota 24)		275.681	275.681	298.237	298.237
Outros débitos (nota 25)		565.735	565.735	597.580	597.580
MENSURADO A VALOR JUSTO POR MEIO DE RESULTADO					
Instrumentos financeiros swaps	2	276.374	276.374	-	-
TOTAL		12.793.692	12.480.883	12.774.130	12.527.191



31.2 Gerenciamento de riscos e objetivos alcançados

31.2.1 Risco de mercado

No curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a riscos de mercado relacionados a variações cambiais e taxas de juros. Segue abaixo o quadro com a abertura do principal da dívida por moeda e indexador (não inclui custos de captação e de emissão):

Moeda e Indexador	31.12.2022		31.12.2021	
	R\$	%	R\$	%
USD	2.313.913	25,6	2.471.494	26,0
TOTAL - MOEDA ESTRANGEIRA	2.313.913	25,6	2.471.494	26,0
CDI	3.167.548	35,1	2.928.400	30,8
IPCA	3.546.449	39,3	4.093.132	43,1
Outros	-	-	9.664	0,1
TOTAL - MOEDA NACIONAL	6.713.997	74,4	7.031.196	74,0
TOTAL	9.027.910	100,0	9.502.690	100,0

Para o montante da dívida em moeda estrangeira, foram contratados instrumentos de derivativos financeiros, na modalidade de *swap*, de acordo com a política para utilização de instrumentos derivativos aprovada pelo Conselho de Administração. Dessa forma, considerando os *swaps*, a exposição cambial da Companhia relacionada à dívida, em 31 de dezembro de 2022 é de 0,23% do total da dívida em moeda estrangeira (0,2% em 31 de dezembro de 2021).

31.2.2 Risco de taxa de câmbio

Para a parte dos empréstimos e financiamentos denominada em moeda estrangeira, a Companhia se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de "*swap*") para proteção do serviço associado a tais dívidas (principal mais juros e comissões) a vencer em até 24 meses. As captações realizadas através da Resolução BACEN 4.131 no contrato celebrado com o Citibank e a emissão dos *Bonds* no Mercado Internacional, já foram contratadas com *swap* para todo o prazo da dívida, devidamente pré-aprovadas pelo Conselho de Administração.

Segue abaixo o quadro com a composição das operações de derivativos existentes em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Instituição	Moeda	Companhia recebe	Companhia paga	Data de início	Data de vencimento	Valor Nominal (R\$) 31.12.2022	Valor Nominal (US\$) 31.12.2022	Swap (accrual) R\$ 31.12.2022	Swap valor justo (contábil) R\$ 31.12.2022	Valor Justo x Accrual 31.12.2022
Citibank (2021)	US\$	US\$ + Libor3M + 1,18%	CDI + 1,85%	30.09.2021	31.03.2025	208.708	40.000	8.002	7.645	(357)
Bradesco (Bond 2021)	US\$	US\$ + 4,3750 % a.a.	143,24% do CDI	18.06.2021	18.06.2026	2.087.080	400.000	(61.284)	268.727	330.011
TOTAL						2.295.788	440.000	(53.282)	276.372	329.654

Instituição	Moeda	Companhia recebe	Companhia paga	Data de início	Data de vencimento	Valor Nominal (R\$) 31.12.2021	Valor Nominal (US\$) 31.12.2021	Swap (accrual) (R\$) 31.12.2021	Swap valor justo (contábil) (R\$) 31.12.2021	Valor Justo x Accrual 31.12.2021
Citibank	US\$	US\$ + Libor3M + 1,18%	CDI + 1,85%	31.12.2021	31.03.2025	223.220	40.000	(6.498)	(2.845)	3.653
Bradesco (Bond 2021)	US\$	US\$ + 4,3750 % a.a.	143,24% CDI	18.06.2021	18.06.2026	2.232.200	400.000	(211.275)	(129.155)	82.120
TOTAL						2.455.420	440.000	(217.773)	(132.000)	85.773

O valor contabilizado encontra-se mensurado pelo seu valor justo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021. Todas as operações com instrumentos financeiros derivativos encontram-se registradas em câmaras de liquidação e custódia e não existe nenhuma margem depositada em garantia. As operações não possuem custo inicial.

A diferença entre o valor na curva (*accrual*) e o valor a mercado se dá pela distinta metodologia de cálculo, pois enquanto o saldo de *swap* na curva é calculado pelo valor do principal mais juros e câmbio atualizados até 31 de dezembro de 2022, o saldo do *swap* a mercado é calculado considerando a curva futura dos indicadores descontada pelo cupom cambial.

Em atendimento às práticas contábeis brasileiras e ao IFRS, o valor dos instrumentos de derivativos é registrado a valor justo, que se aproxima aos valores de mercado.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de câmbio, demonstrando os possíveis impactos no resultado financeiro da Companhia. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos saldos patrimoniais estivesse em aberto durante todo o período.

A metodologia utilizada para o “cenário provável” considerou a melhor estimativa da taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2023. Vale lembrar que, por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida em 31 de dezembro de 2022. É importante salientar que o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia, bem como o comportamento dos saldos de dívida e derivativos respeitará seus respectivos contratos.

Análise de sensibilidade da taxa de câmbio, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções da B3 e BNDES em 31 de dezembro de 2022.

Operação	Risco	Dívida - US\$ Mil	R\$		
			Provável Cenário (I)	Cenário (II) + 25%	Cenário (III) + 50%
PASSIVOS FINANCEIROS			(189.256)	(816.740)	(1.444.220)
TN - Par Bond	US\$	39.422	(16.775)	(72.392)	(128.009)
TN - Caução - Par Bond	US\$	(36.779)	15.650	67.537	119.425
TN - Discount Bond	US\$	27.306	(11.619)	(50.143)	(88.667)
TN - Caução - Discount Bond	US\$	(25.824)	10.989	47.421	83.854
4131 Citibank 2021	US\$	40.011	(17.025)	(73.473)	(129.920)
Bonds 2021	US\$	400.632	(170.476)	(735.690)	(1.300.903)
DERIVATIVOS			187.501	809.163	1.430.823
Swaps de moeda (ponta ativa)	US\$	(440.643)	187.501	809.163	1.430.823
TOTAL DE GANHO (PERDA)			(1.755)	(7.577)	(13.397)
Referência para Ativos e Passivos Financeiros				+25%	+50%
Cotação R\$/US\$ (em 31.12.2023)			5,64	7,05	8,46

31.2.3 Risco de taxa de juros

Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros não só sobre a despesa financeira associada aos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia, como também sobre as receitas financeiras oriundas de suas aplicações financeiras. A política para utilização de derivativos

aprovada pelo Conselho de Administração não compreende a contratação de instrumentos contra esse risco. No entanto, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de forma a avaliar a eventual necessidade de contratar derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas, sendo que, para estes casos, é solicitada aprovação prévia ao Conselho de Administração.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía contratos de *swap* de juros em aberto.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de juros, demonstrando os possíveis impactos no resultado antes dos impostos. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos saldos patrimoniais estivesse em aberto durante todo o período.

A metodologia utilizada para o “cenário provável” considerou a melhor estimativa da taxa de juros em 31 de dezembro de 2023. Vale lembrar que por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida e das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

É importante salientar que o comportamento dos saldos de dívida e derivativos respeitará seus respectivos contratos, bem como o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia.

Análise de sensibilidade das taxas de juros, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções da B3 e BNDES em 31 de dezembro de 2022.

Operação	R\$		
	Provável Cenário (I)	Cenário (II) + 25%	Cenário (III) + 50%
ATIVOS FINANCEIROS	(1.436)	(21.837)	(42.239)
Equivalentes de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários	(1.436)	(21.837)	(42.239)
PASSIVOS FINANCEIROS POR RISCOS	(55.353)	(233.611)	(411.868)
Libor6M	586	(1.098)	(2.782)
Libor3M	1	(2.487)	(4.975)
CDI	(34.768)	(148.632)	(262.495)
IPCA	(21.172)	(81.394)	(141.616)
DERIVATIVOS	(52.693)	(225.257)	(397.821)
Swaps de moedas (ponta passiva)	(47.168)	(201.639)	(356.110)
Swaps de taxa (ponta passiva)	(5.525)	(23.618)	(41.711)
TOTAL DE GANHO (PERDA)	(109.482)	(480.705)	(851.928)
Referência para ATIVOS FINANCEIROS		-25%	-50%
CDI (% em 31.12.2023)	13,41%	16,77%	20,12%
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS		-	-
CDI (% em 31.12.2023)	13,41%	16,77%	20,12%
IPCA (% em 31.12.2023)	6,34%	7,93%	9,51%
Selic (% em 31.12.2023)	13,41%	16,77%	20,12%
Libor3M (% em 31.12.2023)	4,71%	5,89%	7,07%
Libor6M (% em 31.12.2023)	4,69%	5,86%	7,03%

31.2.4 Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência dos seus consumidores ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia utiliza de todas as ferramentas de cobrança

permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negatização de clientes inadimplentes em empresas de proteção ao crédito e cobrança judicial. O risco de crédito das contas a receber encontra-se pulverizado considerando a base de clientes da Companhia. Uma análise de redução ao valor recuperável é efetuada a cada data de reporte usando uma matriz de provisão para avaliar as perdas de crédito esperadas. A exposição máxima ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2022 é o valor contábil de cada classe de ativos financeiros divulgada na Nota 6. A Companhia não possui ou mantém ativos que tenham sido dados em garantia por terceiros.

No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. A Companhia possui uma política de não manter a carteira concentrada em uma determinada instituição financeira. Desta forma, a política tem como princípio controlar a concentração da carteira através de limites impostos à Companhia, e acompanhar as instituições financeiras através do seu patrimônio líquido e de seus *ratings*.

Por meio de sua política a Companhia poderá aplicar os recursos em produtos de renda fixa, pós-fixados indexados ao CDI e Títulos públicos pós-fixados.

31.2.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade financeira em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações que fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os recursos captados são apresentadas nas Notas 18 e 19.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial, do mercado financeiro e de empresas ligadas, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

Conforme divulgado na nota 1.1, a Administração da Companhia está acompanhando atentamente todos os riscos relacionados a continuidade operacional do Grupo e gerencia o risco de liquidez por meio do acompanhamento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, acarretar perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica. O prolongamento da geração de energia por meio de termelétricas pode pressionar o aumento dos custos para as distribuidoras de energia, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa no curto prazo, que são recuperáveis dentro do arcabouço regulatório vigente, e pode impactar em aumentos tarifários futuros. Com a cobrança das bandeiras tarifárias, a Companhia diminui, em parte, uma maior exposição da variação do custo de compra de energia, reduzindo assim, o risco de liquidez.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais, as quais incluem

Juros futuros, quando aplicáveis, até a data dos vencimentos contratuais, são apresentadas conforme quadro abaixo:

Instrumentos a taxas de juros:	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pós-Fixadas					
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	(237.538)	(1.160.176)	(7.801.057)	(1.121.998)	(10.320.769)
Pré-Fixadas					
Empréstimos, Financiamentos e debêntures		(693)	(345.113)	-	(345.806)
Fornecedores	(1.574.885)	-	-	-	(1.574.885)
Swap	3.503	10.510	262.361	-	276.374
Total	(1.808.920)	(1.150.359)	(7.883.809)	(1.121.998)	(11.965.086)

31.2.6 Risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia

A venda ou compra de energia no mercado de curto prazo (MCP) para cobrir exposição positiva ou negativa da energia contratada para atendimento ao mercado cativo da Companhia é um risco inerente ao negócio de distribuição de energia elétrica.

O limite regulatório para o repasse integral aos consumidores, resultado da liquidação no MCP das exposições positivas (energia contratada acima do mercado cativo), valorada pela diferença entre o preço médio de compra de energia da distribuidora e o preço de liquidação de diferenças (PLD) é de 5% sobre a energia requerida regulatória da distribuidora. As exposições que, comprovadamente, decorram de fatores que fogem ao controle da distribuidora (exposições involuntárias), também, podem ser repassadas integralmente aos consumidores.

A estratégia para contratação de energia pela Companhia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

31.2.7 Riscos socioambientais

Os riscos socioambientais estão relacionados aos aspectos ambientais, à segurança da força de trabalho e da população, às questões relacionadas aos empregados, aos fornecedores e aos impactos na sociedade. Nesse sentido, a Companhia atua de forma contínua para promover a melhoria da sua gestão ambiental e social, de forma a mitigar esses riscos, por meio de diversos compromissos:

- (i) Atender à legislação ambiental vigente e aos padrões de qualidade ambiental por meio do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), baseado na ISO 14001, que avalia e monitora os aspectos e impactos do parque operacional da Companhia, mitigando o risco de multas, embargos de empreendimentos, acidentes, ações judiciais e danos à imagem da Light;
- (ii) Nas usinas e nas estruturas associadas ao parque gerador de energia da Companhia, além da certificação ISO 14001, atender às normas ISO 9001, de qualidade, e ISO 45001, de gestão de saúde e segurança ocupacional, formando um Sistema de Gestão Integrado (SGI);

- (iii) Investir na promoção da saúde e na prevenção de acidentes, aplicando recursos na melhoria de processos e procedimentos, capacitando e sensibilizando a força de trabalho, em paralelo a campanhas de comunicação relacionadas aos riscos da rede elétrica para a população e à importância da adoção de medidas pessoais de segurança;
- (iv) Oferecer benefícios aos empregados da Companhia que englobam planos de previdência privada, pela Braslight, assistência médica e odontológica extensivas a dependentes, auxílio alimentação e/ou refeição, auxílio natalino, auxílio-creche, complementação de auxílio doença, auxílio psicopedagógico para dependentes de empregados com necessidade de tratamentos neuropsíquicos, assistência social e psicológica, seguro de vida, auxílio funeral e bolsas de estudo de ensino médio técnico para empregados e dependentes;
- (v) Estreitar o relacionamento com as comunidades da área de concessão, fortalecendo o vínculo empresa/cliente e regularizando o fornecimento de energia e arrecadação nessas áreas, além de incentivar o cadastramento de moradores na Tarifa Social; e
- (vi) No âmbito da cadeia de valor da Light, garantir o alinhamento dos fornecedores com as diretrizes de direitos humanos, práticas trabalhistas e redução de impactos socioambientais que são adotadas pela Companhia, estabelecendo critérios para a seleção e gestão desses fornecedores que contemplam o cumprimento do Acordo de Responsabilidade Social e do Código de Ética e Conduta Empresarial da Companhia.

31.2.8 Riscos de continuidade da concessão

A Companhia conduz suas atividades de distribuição de energia elétrica de acordo com contratos de concessão e a legislação do setor elétrico, incluindo todas as resoluções emitidas pela ANEEL.

O quinto aditivo ao contrato de concessão da Companhia, celebrado em março de 2017 possui cláusulas que condicionam a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da Companhia, de novos critérios de eficiência com relação à qualidade da prestação do serviço e à sustentabilidade econômico-financeira da referida companhia.

Os critérios de eficiência com relação (i) à qualidade do serviço prestado são mensurados por indicadores que consideram a frequência e a duração média das interrupções do serviço de distribuição de energia, e os limites globais anuais definidos no referido aditivo; e (ii) à gestão econômica e financeira são mensurados por indicadores que consideram o nível de endividamento da companhia e limites os quais estão definidos no referido termo aditivo.

O inadimplemento do critério de qualidade da prestação do serviço será verificado nos casos em que houver o não atendimento dos indicadores por:

- (a) dois anos consecutivos no período entre 2018 e 2021 para o indicador de qualidade do serviço prestado;



Light



DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS 2022

Light SESA CNPJ 60.444.437/0001-46
Companhia de Capital Aberto

- (b) dois anos consecutivos no período entre 2018 e 2019 para o indicador de gestão econômico-financeira;
- (c) especificamente no ano de 2022 para o indicador de qualidade do serviço prestado;
- (d) especificamente no ano de 2020 para o indicador de gestão econômico-financeira;
- (e) por dois anos consecutivos a partir de 2021 para o indicador de gestão econômico-financeira; ou
- (f) por três anos consecutivos a partir de 2023 para o indicador de qualidade do serviço prestado.

O descumprimento em função dos itens (a), (b), (c) e (d) acima, implica na instauração de processo administrativo para extinção da concessão, enquanto o descumprimento em função dos itens (e) e (f), acarreta a abertura de processo de caducidade, no qual se procederá com a apuração da inadimplência da concessionária.

Para o exercício findos em 2018, 2019 e 2020, a Companhia atendeu aos indicadores de qualidade do serviço prestado e de sustentabilidade econômico-financeira.

Em 08 de setembro de 2022, a Companhia recebeu o Ofício nº 312/2022 da SFF/ANEEL com conclusões a respeito da apuração do indicador de sustentabilidade econômico-financeira do ano de 2021. Em resumo, o referido Ofício determinou que para cumprimento do Critério de Eficiência com relação à Gestão Econômico-Financeira fosse realizado um aporte no montante de R\$57.919. Em consequência, no dia 30 de setembro de 2022, em linha com a orientação expressa no Ofício em referência, e com o objetivo de pacificar o cumprimento das obrigações relacionados ao ano de 2021, a Companhia realizou um aporte de capital no montante de R\$57.919 na Companhia.

Para o exercício findo em 2022, ainda não foram mensurados de forma definitiva, uma vez que estes são mensurados quando da emissão das demonstrações contábeis regulatórias e a estimativa dos indicadores de sustentabilidade econômico-financeira para o exercício de 2022 indica o seu descumprimento.

Importante ressaltar que o próprio contrato de concessão e o Anexo VIII-A da Resolução Normativa nº 948, de 16 de novembro de 2021, apresentam mecanismos para restabelecimento da condição de sustentabilidade econômico-financeira, antes que seja iniciado o processo de caducidade da concessão, sendo os principais a limitação de distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio cujo valor e a exigência de aportes de capital dos acionistas controladores, em montante suficiente para atender à condição de sustentabilidade mínima. Neste contexto, a Administração da Light e seus acionistas podem providenciar ações e teriam certo prazo para restabelecer os indicadores de sustentabilidade econômico-financeiro para evitar o início do processo de caducidade da concessão da Companhia.

A Administração da Companhia entende que o potencial descumprimento em questão não inicia de forma imediata o processo de caducidade da concessão da Light SESA, mas requer monitoramento contínuo.

31.3 Gestão do capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A dívida líquida da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido é apresentada a seguir:

Gestão de capital	31.12.2022	31.12.2021
Dívida de financiamentos, empréstimos e debêntures	9.078.623	9.490.575
Instrumentos financeiros derivativos <i>swap</i>	276.374	(132.000)
Dívida bruta	9.354.997	9.358.575
(-) Caixa e equivalentes de caixa e TVM	632.623	2.419.516
Dívida líquida (A)	8.722.374	6.939.059
Patrimônio líquido (B)	1.197.065	7.166.825
Percentual de capital de terceiros - % (A÷ (B+A))	88%	49%

32. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía seguros com cobertura abrangendo seus principais ativos, dentre os quais podemos citar:

Seguro de riscos operacionais - cobre os danos causados às Usinas Hidroelétricas e Termoelétricas, incluindo, mas não limitada a todo seu maquinário, turbinas a vapor, turbinas a gás, geradores, caldeiras, transformadores, canais, túneis, barragens, vertedouros, obras civis, escritórios e depósitos. Todos os ativos estão segurados na modalidade de Riscos Operacionais, com cobertura "All Risks", incluindo-se linhas de transmissão e distribuição até 1.000 pés do local de geração.

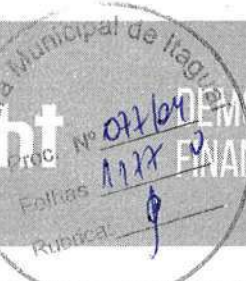
Seguro de responsabilidade civil de administradores e diretores (D&O) - tem por objetivo proteger os Executivos por perdas e danos resultantes do exercício das suas funções inerentes ao cargo ou posição como Conselheiros, Diretores e Administradores da Sociedade.

Seguro de responsabilidade civil e geral - objetiva o pagamento de indenização caso a Companhia venha a ser responsabilizada civilmente por meio de sentença transitada em julgado ou acordo autorizado pela seguradora, relativas a reparações por danos materiais e corporais involuntários, causados a terceiros e também aqueles relacionados à poluição, contaminação, vazamentos súbitos e ou acidentais.

A composição dos principais seguros considerada pela Diretoria é resumida conforme a seguir:

RISCOS	Data de Vigência		Importância Segurada	Prêmio Líquido
	De	Até		
Directors & Officers (D&O)	10.08.2022	10.08.2023	N/A	100.000
Responsabilidade Civil e Geral	02.01.2023	02.01.2024	N/A	20.000
Riscos Operacionais	03.02.2023	03.02.2024	11.879.397	300.000

Os seguros da Companhia não fazem parte do escopo de auditoria dos nossos auditores independentes.

**Light****DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS 2022**Light SESA CNPJ 60.444.437/0001-46
Companhia de Capital Aberto

33. COMPROMISSOS CONTRATUAIS

Contratos de compra de energia elétrica

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui os seguintes compromissos contratuais relevantes não reconhecidos nas demonstrações contábeis, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Ano	Total de contratos em R\$ ^(a)
2022	7.346
2023	7.144
2024	7.505
2025	5.900
2026	5.884

^(a) Não auditado pelos auditores independentes

34. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia realizou as atividades de investimento e financiamento que não envolveram caixa, conforme demonstrado abaixo.

Consolidado	31.12.2022	31.12.2021
Aquisição de ativo intangível em contrapartida a fornecedor	37.474	35.119
Adições de arrendamentos	247.460	4.981
Encargos capitalizados no ativo de contrato e imobilizado	10.104	17.656
Transferências para intangível (Acordo Furnas – Nota 10)	70.663	-

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

35.1 Revisão tarifária 2023

Em 15 de março de 2023, foi aprovado pela ANEEL o processo de reajuste das tarifas da Companhia. O resultado representa um reajuste tarifário médio para o consumidor de 7,0%, e engloba todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial, rural e outras). O índice de reajuste é constituído de dois componentes: (i) estrutural, que passa a integrar a tarifa, de 2,84%, compreendido pelos custos não gerenciáveis (Parcela A) e gerenciáveis (Parcela B); e (ii) componente financeiro negativo que somam 4,16%, aplicado exclusivamente aos próximos 12 meses. Neste reajuste está incluído o repasse aos consumidores de créditos tributários da exclusão do ICMS da base do PIS/Cofins, no valor de R\$1.777.129, em cumprimento à Lei 14.385/22. As novas tarifas entraram em vigor a partir de 15 de março de 2023.

Adicionalmente, na mesma ocasião da aprovação do reajuste, foi determinado que as áreas técnicas da ANEEL recebam e tratem os pleitos apresentados pela Companhia relacionados ao reconhecimento adequado das perdas não-técnicas regulatórias e ajustes de redução de mercado.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Wilson Martins Poit
Firmino Ferreira Sampaio Neto
Abel Alves Rochinha
Carlos Alberto da Cruz
Lavinia Rocha de Hollanda

CONSELHO FISCAL**EFETIVOS**

Luiz Paulo de Amorim
Sergio Xavier Fortes
Ary Waddington

SUPLENTE

Natalia Carneiro de Figueiredo
João Ricardo Pereira da Costa
Vago

DIRETORIA EXECUTIVA

Octavio Cortes Pereira Lopes - Diretor Presidente
Eduardo Guardianio Leme Gotilla - Diretor de Relações com Investidores
Carlos Vinicius de Sá Roriz - Diretor
Déborah Meirelles Rosa Brasil - Diretora
Alessandra Genu Dutra Amaral - Diretora
Thiago Freire Guth - Diretor

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE

Simone da Silva Cerutti de Azevedo
Contadora - Gerente de Contabilidade
CRC-RJ 103826/O-9



Light Serviços de Eletricidade S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Light Serviços de Eletricidade S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Light Serviços de Eletricidade S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Light Serviços de Eletricidade S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1.1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia apresentou no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 prejuízo líquido de R\$5.816.335 mil (lucro líquido de R\$243.628 mil em 31 de dezembro de 2021), consumo de caixa operacional líquido de R\$119.754 mil (geração de caixa operacional líquido de R\$137.756 mil em 31 de dezembro de 2021), capital circulante líquido negativo de R\$2.443.501 mil (capital circulante líquido positivo de R\$1.412.551 mil em 31 de dezembro de 2021) e possui R\$9.078.623 mil de empréstimos, financiamentos e debêntures (R\$9.490.575 mil em 31 de dezembro de 2021), sendo R\$941.688 mil registrados no curto prazo e R\$8.136.935 mil registrados no longo prazo. Conforme apresentado na nota explicativa nº 1.1 às demonstrações financeiras, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na respectiva nota explicativa, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a "organização Deloitte"), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.





Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e uso da rede elétrica

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3.16.1 e nº 28 às demonstrações financeiras, a receita da Companhia é oriunda principalmente do fornecimento de energia elétrica e uso da rede elétrica, reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega da energia e/ou quando o serviço é prestado. As receitas de fornecimento de energia elétrica e uso da rede elétrica são mensuradas de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e as tarifas vigentes. O processo ainda inclui a mensuração da receita não faturada ao consumidor, relacionada ao fornecimento de energia elétrica e uso da rede elétrica, calculada em base estimada, entre a data da leitura e a data do balanço patrimonial, utilizando determinadas premissas definidas pela Companhia.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido a relevância dos montantes envolvidos, aos julgamentos necessários para o reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e uso da rede elétrica, incluindo a mensuração da receita não faturada, bem como o uso intensivo de sistemas automatizados para processar e registrar essas receitas.

Nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e uso da rede elétrica incluíram, dentre outros: (a) entendimento sobre o fluxo de reconhecimento de receita considerando a natureza das receitas da Companhia, (b) entendimento e avaliação do desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos relevantes relacionados ao reconhecimento da receita de fornecimento de energia e uso da rede elétrica; (c) envolvimento de nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados para o reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e uso da rede elétrica; (d) procedimentos analíticos que compreenderam o desenvolvimento de expectativa independente com base nas tarifas vigentes e quantidade de energia elétrica faturada sobre a ocorrência, integridade e exatidão das receitas de fornecimento de energia elétrica e uso da rede elétrica reconhecidas pela Companhia, analisando as flutuações que não estejam alinhadas com as nossas expectativas independentes; (e) teste de transações de receita, em base amostral, comparando os valores reconhecidos com os documentos suporte sobre a ocorrência, integridade e exatidão das receitas reconhecidas pela Companhia, bem como se elas foram contabilizadas no período de competência correto; (f) avaliação e desafio se o método utilizado pela Companhia para mensurar a receita não faturada de fornecimento de energia elétrica e uso da rede elétrica foi aplicado de forma apropriada e se os cálculos foram aplicados consistentemente e estão matematicamente adequados; (g) avaliação se as premissas utilizadas no cálculo da receita não faturada de fornecimento de energia e uso da rede elétrica foram aplicadas de forma apropriada e estão consistentes, especificamente ao volume de energia não faturado, incluindo o desenvolvimento de uma expectativa independente; e (h) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do Pronunciamento contábil CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e uso da rede elétrica e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Infraestrutura de distribuição de energia elétrica

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3.7, nº 3.8, nº 3.10, nº 11, nº 12 e nº 15 às demonstrações financeiras, os investimentos na infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia são registrados como ativo de contrato durante a fase de construção, seguindo o pronunciamento técnico CPC 47 /IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente e, quando da entrada em operação, os valores são bifurcados, conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 - Contratos de Concessão, entre ativo financeiro, relativo a parcela da infraestrutura que não será amortizada até o final da concessão e para a qual há um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, e ativo intangível, correspondente a parcela da infraestrutura que será recuperada através da tarifa definida pelo poder concedente durante a vigência do contrato de concessão.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido a relevância dos montantes envolvidos, a complexidade dos conceitos envolvidos na aplicação dessas normas, do julgamento inerente ao processo de mensuração e dos montantes envolvidos, os quais fazem parte do critério utilizado pelo poder concedente para a determinação das tarifas de energia elétrica.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (a) entendimento sobre o fluxo de reconhecimento dos investimentos na infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, (b) avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes relacionados à mensuração e registro dos ativos de infraestrutura da distribuição; (c) o exame, em base amostral, dos documentos suporte das adições ocorridas no exercício; (d) desenvolvimento de expectativa independente utilizando índices obtidos de forma independente para a mensuração do valor justo do ativo financeiro da concessão, analisando as flutuações que não estejam alinhadas com as nossas expectativas independentes; (e) desenvolvimento de expectativa independente sobre o saldo de amortização dos ativos intangíveis da concessão considerando as taxas de amortização aplicáveis; (f) o exame em base amostral, da bifurcação do ativo contratual entre intangível e ativo financeiro da concessão; (g) teste de realização dos ativos de infraestrutura considerando a Base de Remuneração Regulatória ("BRR") homologada pela ANEEL no processo de Revisão Tarifária Periódica em 14 de março de 2022 com informações sobre os ativos de infraestrutura na data base de 30 de setembro de 2021 e movimentações até a data do balanço patrimonial e (h) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do Pronunciamento contábil CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 01 (R1) / IAS 36 Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o julgamento inerente ao processo de mensuração e os saldos relacionados à infraestrutura de distribuição de energia elétrica, bem como as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Registro de passivo decorrente da promulgação da Lei nº 14.385/2022

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1.2 e nº 7.1 às demonstrações financeiras, em 27 de junho de 2022, foi promulgada a Lei nº 14.385/2022 que determinou que a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL deverá promover, nos processos tarifários, a destinação integral, em proveito dos usuários de serviços públicos afetados na respectiva área de concessão ou permissão, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras de energia elétrica relacionados às ações judiciais transitadas em julgado que versam sobre a exclusão do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS da base de cálculo da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

Este assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido: (a) a relevância dos valores; (b) a complexidade e (c) o elevado grau de julgamento envolvido para avaliar e desafiar as premissas da Companhia sobre o reconhecimento do passivo decorrente da promulgação da Lei nº 14.385/2022.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) a avaliação dos processos relacionados ao reconhecimento do passivo decorrente da promulgação da Lei nº 14.385/2022; (b) procedimentos analíticos que compreenderam o desenvolvimento de expectativa independente sobre a ocorrência, integridade e exatidão do passivo decorrente da promulgação da Lei nº 14.385/2022 reconhecidos pela Companhia, analisando as flutuações que não estejam alinhadas com as nossas expectativas independentes; (c) indagações à Administração e aos assessores legais externos da Companhia, além da avaliação dos pareceres legais acerca do tema; (d) o envolvimento de nossos especialistas legais nas indagações à Administração e aos advogados externos, na avaliação dos pareceres legais e nos desafios às premissas utilizadas pela Administração; (e) o envolvimento de especialistas em normas técnicas e profissionais de contabilidade na análise da aplicação da prática contábil à transação; e (f) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do Pronunciamento contábil CPC25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o reconhecimento do passivo decorrente da promulgação da Lei nº 14.385/2022, assim como as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado ("DVA"), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Informações comparativas - valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo, em 31 de dezembro de 2021, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 24 de março de 2022, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

2023RJ021085

Marcelo Salvador
Contador
CRC nº 1 MG 089422/O-0



Rio de Janeiro, 27 de março de 2023

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE
DEZEMBRO DE 2022 E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Os Diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, bem como concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu, referenciadas no Relatório dos Auditores Independentes.

Octavio Cortes Pereira Lopes
Diretor Presidente

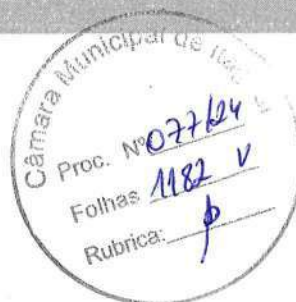
Eduardo Guardiano Leme Gotilla
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Déborah Meirelles Rosa Brasil
Diretora

Carlos Vinicius de Sá Roriz
Diretor

Alessandra Genu Dutra Amaral
Diretora

Thiago Freire Guth
Diretor

**Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente****PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com o disposto no artigo 163, da Lei nº 6.404/76, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras, todos os documentos relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, da Companhia.

Nossos exames das demonstrações citadas no parágrafo anterior foram complementados, ainda, por análise de documentos e, substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal pelos Auditores Independentes e pela Administração da Companhia.

Desta forma, tendo em conta, ainda, o parecer dos Auditores Independentes Deloitte, emitido em 27 de março de 2023, o CONSELHO FISCAL, por unanimidade, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apresentados à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas para deliberação.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2023.

Luiz Paulo de Amorim

Sérgio Xavier Fortes

Ary Waddington



LIGHT Serviços de Eletricidade S.A.

- ✓ **Relatório da Administração**
- ✓ **Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023**
- ✓ **Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras**
- ✓ **Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e Relatório dos Auditores Independentes**
- ✓ **Relatório anual resumido do Comitê de Auditoria**
- ✓ **Parecer do Conselho Fiscal**



Mensagem da Administração

O ano de 2023 foi para a Light um momento de enfrentar desafios com os quais a empresa convivia há alguns anos.

Como é de conhecimento público, problemas estruturais da área de concessão e o ambiente de altas taxas de juros no Brasil nos últimos anos levaram a Companhia a um desequilíbrio econômico e financeiro que culminou num processo de recuperação judicial, iniciado em maio.

Apesar dessa situação, a Light continuou cumprindo o seu objetivo principal: garantir um atendimento de qualidade na distribuição de energia para as cerca de 12 milhões de pessoas na sua área de concessão, que reúne 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro.

A Light SESA encerrou 2023 como a 2ª melhor distribuidora do país em FEC e a 4ª melhor no DEC, dentre aquelas com mais de 1 milhão de clientes. Esses dois indicadores da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) medem, respectivamente, a frequência e a duração de eventuais interrupções de energia ao consumidor.

A Companhia também permaneceu adimplente com todas as suas obrigações fiscais e regulatórias; bem como com o pagamento de seus funcionários e fornecedores. Ou seja, a normalidade da operação da distribuidora foi assegurada.

Em junho, ciente da sua qualidade e vocação operacional e do compromisso com a sociedade, a Light solicitou ao Ministério de Minas e Energia e à Aneel a renovação da sua concessão, que vence em 2026.

A Light quer continuar por muitos anos prestando serviços de qualidade para a população do Rio de Janeiro. A história de desenvolvimento econômico, industrial e social dessa cidade se mistura com a história centenária de pioneirismo e empreendedorismo da Companhia.

Durante todo o ano de 2023, como integrante da diretoria executiva da Light, estive à frente da área de regulação da Companhia e participei de todas as suas discussões estratégicas.

Em janeiro de 2024, assumi o cargo de diretor presidente da Light SA, com a missão de liderar os trabalhos para garantir a sustentabilidade da Companhia e da Concessão no longo prazo. Estamos buscando condições para que a Light se mantenha saudável operacionalmente, financeiramente e economicamente. Para que a Companhia continue a ser relevante e protagonista no cenário nacional e no Rio de Janeiro. Essas condições devem ficar mais claras durante este ano e serão criadas a partir do desfecho das duas principais discussões definidas pela empresa em 2023.

No âmbito das negociações com credores, buscamos um plano de recuperação judicial que dê saúde financeira à Light e viabilize a recuperação da empresa, garantindo tanto o pagamento das dívidas quanto os investimentos necessários para a qualidade da operação. Essas conversas estão evoluindo e acreditamos numa solução próxima, visto que a assembleia de credores está marcada para 25 de abril.

Na outra frente, a Light segue em conversas com o Poder Concedente para a renovação da concessão por meio de um contrato que leve em consideração o momento atual do setor e também as especificidades do Rio de Janeiro, que experimentou nos últimos anos uma



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – LIGHT SESA – 2023

acentuada retração de mercado e onde o índice de furtos de energia está acima da média nacional.

Mesmo nessas condições, a Light segue trabalhando com afinco e entregou em 2023 um forte resultado operacional.

A arrecadação total sem se considerar a energia recuperada (ex-REN) atingiu 97,6% em dezembro/23, com crescimento de 1,0 p.p. em relação a dezembro de 2022. E o mercado faturado da Companhia avançou 483 GWh em 2023 para 25.710GWh, puxado pelo consumo residencial e comercial, muito em função das altas temperaturas – a média de 2023 foi de 25,4°C, superior em 1,1°C em relação a 2022. O aumento do consumo por conta do calor, em particular no último trimestre do ano, também levou a um aumento das perdas não técnicas, que subiram 6,2 pp para 64,51%.

Os resultados mostram o comprometimento não só da administração com a qualidade e o combate a perdas, mas de todo o corpo de colaboradores da Light. A dedicação desta equipe pode ser vista por todos no trabalho incansável e em tempo recorde para colocar de pé uma rede emergencial para garantir o abastecimento de energia à Ilha do Governador no início de 2024.

A Light deslocou cerca de 240 colaboradores para o trabalho na Ilha e destinou cerca de R\$ 100 milhões para a renovação completa da rede elétrica que atende a região. Neste ano, o investimento estimado em toda a área de concessão supera os R\$ 800 milhões.

O comprometimento com a qualidade do serviço está na ordem do dia de todos. E a Companhia não vai medir esforços para garantir o bom atendimento à população. Nos últimos 5 anos, a concessionária investiu cerca de R\$ 4 bilhões em manutenção, expansão de rede e combate a perdas.

Gostaria de agradecer a todos -- funcionários, colaboradores, credores, acionistas, fornecedores -- pela confiança, trabalho e dedicação em torno da transformação da Light.

Alexandre Nogueira Ferreira
CEO

Recuperação Judicial

Apesar da atuação nacionalmente reconhecida, marcada pela excelência na prestação de serviço de utilidade pública, e os esforços sempre envidados para otimizar as obrigações da Companhia e prezar pela preservação das suas operações, a Companhia vinha apresentando situação operacional e financeira complexa, incluindo, elevado nível de endividamento, geração de caixa historicamente insuficiente para honrar os compromissos e proximidade do final do contrato de concessão e incertezas quanto à sua renovação.

Entre os fatores que contribuíram para este cenário podemos citar: (a) as perdas não-técnicas, que têm se mantido em patamar expressivo, principalmente pelo grande volume de perdas em Áreas de Severa Restrição Operacional (ASRO). ASROs são regiões dominadas por algum tipo de poder paralelo, nas quais a companhia não consegue operar em ações de combate a perdas ou inadimplência ; (b) queda no mercado consumidor de quase 20% desde



2014 em virtude da degradação econômica da área de concessão; (c) a parcela de consumidores que pagam por energia elétrica no Rio de Janeiro tem diminuído gradativamente nos últimos anos; (d) os investimentos feitos pelo Grupo Light não tiveram retorno na proporção que se esperava deles; (e) a Companhia teve seu planejamento financeiro impactado pela lei que determinou a devolução integral, aos consumidores, de créditos tributários conquistados após a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS; e (f) a pandemia de Covid-19, que atingiu fortemente o mercado global e doméstico.

Em 12 de maio de 2023, a controladora Light S.A. apresentou o pedido principal de Recuperação Judicial na 3ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro, processo nº 0843430-58.2023.8.19.0001, pedido este aprovado pelo Conselho de Administração e posteriormente ratificado em AGE ocorrida em 07 de junho de 2023. Em 15 de maio de 2023, o juízo da 3ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro deferiu o processamento da recuperação judicial da controladora Light S.A..

Embora a Light SESA e a Light Energia não estejam em recuperação judicial, a existência de coobrigação nas dívidas submetidas à reestruturação e a necessidade de resguardar seu patrimônio, considerando o aspecto social de seu serviço essencial, a preservação das empresas e a viabilidade de sua atividade econômica, embasaram tal proteção a elas apenas nas dívidas espelhadas, não afetando, portanto, nenhuma obrigação que seja exclusiva das concessionárias, como as setoriais, consumeristas, trabalhista e outras.

Em 14 de julho de 2023, a controladora Light S.A. na condição de devedora recuperanda, e a Companhia e a Light Energia exclusivamente como intervenientes – coobrigadas pelos créditos concursais, protocolaram Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”).

Eventos subsequentes:

- a. Em reunião realizada em 23 de fevereiro de 2024, o Conselho de Administração da Light S.A. aprovou os termos e condições revisados do plano de recuperação judicial modificativo (“PRJ Modificativo”, bem como a apresentação do PRJ Modificativo nos autos da Recuperação Judicial. Até a data da aprovação deste documento o Plano de Recuperação Judicial Modificativo ainda não foi votado (aprovado/reprovado) em Assembleia Geral de Credores e, portanto, ainda não homologado judicialmente.
- b. Em 06 de março de 2024, a Companhia recebeu auto de infração emitido pela ANEEL no valor de R\$28.394 mil, por não prestar serviço adequado quanto ao fornecimento de energia elétrica aos consumidores de sua área de concessão. O auto de infração se encontra sob análise dos nossos assessores jurídicos que até o momento avaliam o risco como perda possível.

Perfil Corporativo

A Light Serviços de Eletricidade S.A. – Light SESA, atua no segmento de distribuição de energia e possui uma concessão que abrange 31 municípios do estado do Rio de Janeiro, atendendo a cerca de 12 milhões de pessoas e aproximadamente 4,4 milhões de clientes no final de 2023.



Desempenho Operacional

Reajustes Tarifários

No ano de 2023, em 14 de março, a diretoria da ANEEL aprovou índice de reajuste tarifário para a sua controlada Light SESA com efeito médio de 7,00%, sendo 6,05% para clientes atendidos na alta tensão e 7,40% para consumidores na baixa tensão. As novas tarifas entraram em vigor no dia 15 de março de 2023. Neste reajuste foi incluído o repasse aos consumidores de créditos tributários da exclusão do ICMS da base do PIS/Cofins, no valor de R\$1,77 bilhão, em cumprimento à Lei 14.385/22.

Evento subsequente: Em 12 de março de 2024, a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) através da Resolução Homologatória nº 3.310, homologou o reajuste tarifário, com efeito médio de 3,54%. As novas tarifas entraram em vigor a partir de 15 de março de 2024. O aumento médio para os clientes na baixa tensão foi de 4,05% e para os clientes da alta tensão foi de 2,45%.

Evolução do Mercado

Consumo Faturado por Classe (GWh)	4T23	4T22	Δ%	2023	2022	Δ%
Cativo	3.952	3.651	8,2%	15.158	15.188	-0,2%
Residencial	2.242	1.905	17,7%	8.297	7.954	4,3%
Industrial	74	90	-18,1%	314	382	-17,7%
Comercial	969	970	-0,1%	3.835	4.008	-4,3%
Outros	667	665	-2,7%	2.711	2.845	-4,7%
Uso de Rede	2.832	2.575	10,0%	10.847	10.202	6,3%
Industrial	1.194	1.152	3,7%	4.745	4.887	-2,9%
Comercial	919	780	17,8%	3.353	2.981	12,5%
Outros ⁽¹⁾	398	284	40,0%	1.381	955	44,6%
Concessionárias	321	359	-10,7%	1.368	1.380	-0,8%
Mercado Faturado Total⁽¹⁾	6.784	6.227	9,0%	26.005	25.391	2,4%

Em 2023, o mercado faturado total ajustado¹ apresentou alta de 2,4% em relação ao mesmo período do ano anterior devido, principalmente, ao crescimento das classes Residencial (+343 GWh) e Comercial (+199 GWh). O maior consumo da classe Residencial pode ser atribuído a maior temperatura média em 2023, principalmente no 4T23, enquanto na classe Comercial Livre, destaca-se o crescimento do consumo nos segmentos de supermercados, transporte e condomínios (shoppings, prédios comerciais, etc).

A temperatura média em 2023 foi de 25,4°C, superior em 1,1°C ao registrado no ano anterior. As elevadas temperaturas foram observadas, principalmente, no segundo semestre, quando o efeito do El Niño foi mais presente. No 4T23, a temperatura média foi de 26,8°C, um aumento de 2,2°C em relação à média do 4T22.

¹ Mercado faturado ajustado inclui o volume de geração distribuída compensada (+443 GWh) e simultânea (+295 GWh) no segmento Uso de Rede, classe “outros” e o ajuste de 742 GWh referente a cancelamentos não recorrentes de REN Termos de Ocorrência e Inspeção (“TOIs”) em 2023.



Perdas de Energia

Em 2023, as perdas totais ex-REN aumentaram em 1.252 GWh quando comparado ao registrado no ano anterior, acompanhando o aumento observado na carga fio, de 1.972 GWh, no mesmo período. O indicador de perdas totais ex-REN sobre a carga fio atingiu 29,0% em 2023, alta de 2,0 p.p. em relação a 2022.

Já o indicador de perdas não-técnicas ex-REN sobre o mercado de referência (PNT/MR) atingiu 64,5% no ano, com alta de 6,2 p.p. em relação a 2022. Grande parte dessa variação (854 GWh) pode ser atribuída ao aumento da temperatura média. No ano, o indicador PNT/MR ficou 24,5 p.p. acima dos 40,04% repassados na tarifa conforme os parâmetros definidos pela ANEEL na Revisão Tarifária Periódica (RTP) de março de 2022. A diferença entre a perda real e a perda regulatória neste período gerou impacto negativo de aproximadamente R\$999 milhões no EBITDA da Companhia.

| Evolução das Perdas Totais [GWh] |
12 meses

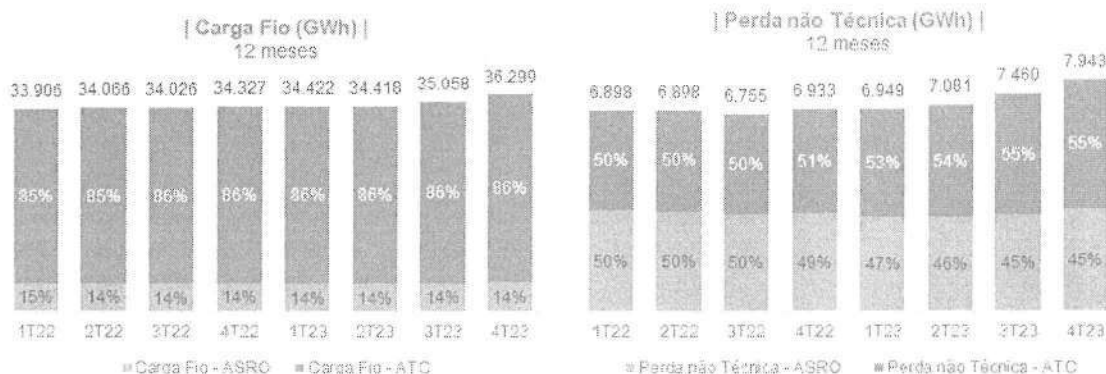


Importante destacar que a expansão da Geração Distribuída (GD) segue contribuindo para a contração do mercado de referência e, consequentemente, impactando negativamente o indicador de PNT/MR. Em 2023, a GD foi responsável pela redução no faturamento da Companhia em aproximadamente 739 GWh (sendo 443 GWh referente a energia compensada). Considerando este impacto no mercado de referência, o indicador PNT/MR foi de 60,9% em 2023 e 56,4% em 2022.

Em linha com a revisão estratégica do plano de perdas da Companhia comentada anteriormente, no acumulado do ano ocorreram 327 mil normalizações, 41% inferior ao ano passado (554 mil). Com isso, a REN bruta totalizou 96 GWh em 2023, ante 305 GWh em 2022. A Incorporação de Energia (IEN) realizada ao longo do ano contribuiu com um aumento total de 113 GWh no faturamento (ante 201 GWh em 2022).

Em 2023, a carga fio em Áreas de Severas Restrições à Operação (ASRO) totalizou 5.110 GWh, o equivalente a 14% de toda carga fio da Companhia no ano. A perda não-técnica

nestas mesmas localidades atingiu 3.554 GWh no mesmo período, representando 45% do total de perdas não-técnicas em 2023.



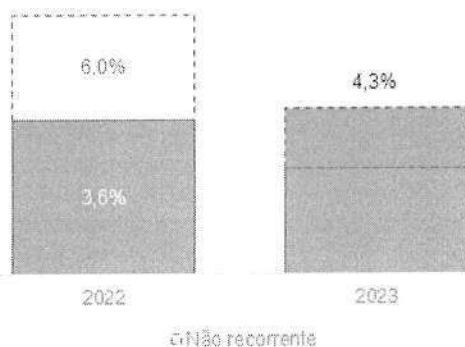
Arrecadação

O índice de arrecadação total ex-REN (12 meses) atingiu 97,6% em dezembro/23, apresentando avanço de 1,0 p.p. em relação ao mesmo período de 2022 (96,6%), impulsionado, principalmente, pelo segmento de Varejo, responsável por mais de 60% da arrecadação da Companhia.

A melhora do indicador dos segmentos varejo e grandes clientes privados nos últimos períodos está associada à reformulação das iniciativas de arrecadação implementadas na Companhia ao longo de 2023. Por conta da alta temperatura observada, principalmente no 2S23, a Distribuidora deslocou diversas equipes antes utilizadas para ações de combate à inadimplência para o atendimento de ocorrências que visavam a qualidade do fornecimento.

| Taxa de Arrecadação por segmento |
Valores excluem REN; 12 meses



[PECLD Ajustada / Receita Bruta]
12 meses

O indicador PECLD ajustado por itens não recorrentes sobre Receita Operacional Bruta (12 meses) encerrado em dezembro/23 foi de 4,3%, 0,7 p.p. acima do índice ajustado registrado em dezembro/22.

Qualidade dos Serviços

Indicador	2023	2022	Limites estabelecidos pela ANEEL
DEC	6,76	6,32	7,19
FEC	3,00	3,07	4,86

A qualidade dos serviços prestados pela Distribuidora segue como uma das prioridades estratégicas da Companhia. A despeito de todos os esforços para recuperação das margens e maior sustentabilidade financeira, a Companhia permanece focada na melhoria operacional, evoluindo em iniciativas de modernização das redes e subestações, assim como em ações de manutenção, soluções de gerenciamento de equipes de campo, entre outras iniciativas visando a entrega de um bom patamar de qualidade.

Em 2023, os indicadores DEC e o FEC permaneceram dentro dos limites estabelecidos pela ANEEL no contrato de concessão. Na média móvel dos últimos 12 meses encerrados em dezembro/23, o indicador DEC permaneceu 0,43 hora abaixo do limite de 7,19 horas (-6,0%), enquanto o FEC foi 1,86 ponto abaixo do limite de 4,86x (-38,3%).

Quando comparado ao ano anterior, a piora no indicador DEC reflete o aumento na quantidade de interrupções não programadas relacionadas a condições climáticas adversas, que se mantiveram ao longo do ano e influenciaram no tempo de reestabelecimento.

Atendimento ao Cliente

A Light manteve, em 2023, o esforço para a continuidade da evolução dos canais digitais, buscando melhorias nos procedimentos e processos de atendimento, bem como na automatização de tarefas, relatórios e indicadores. Essas ações permitem um acompanhamento mais assertivo da execução de serviços.

A transformação digital vivida pela Companhia tem como um dos pontos altos a rápida evolução do relacionamento com o cliente de varejo. Em 2022, todos os serviços de atendimento estavam disponibilizados de forma totalmente on-line. Entre as soluções implantadas, os principais serviços possuem fluxos totalmente digitais, validando documentos automaticamente e consultando os sistemas da empresa em tempo real. Em 2023, fortalecemos a digitalização e investimos em facilitar a navegabilidade nos canais digitais, o que representou 44% de aumento da digitalização dos serviços priorizados neste ano, sendo eles os que têm maior volume de procura e oportunidades de progresso.

A mudança mais evidente ocorreu na Unidade de Resposta Audível (URA) do *call center*, realizada em 2022, com a adoção de tecnologia de inteligência artificial, capaz até mesmo de identificar quando é necessário transferir chamadas para agentes humanos. Além dos ganhos em experiência do usuário, as medidas trouxeram um salto em produtividade e em redução de custos. A Companhia apresentou uma redução do atendimento telefônico em 15%, consequência do impulsionamento do atendimento digital. A Light investiu entre 2021 e 2023 em projetos de transformação digital de R\$ 16 milhões, sendo R\$ 7.96 milhões em 2023.

Disponível pelo Whatsapp, Lia, a representante virtual da Light, contabilizou 10,2 milhões de atendimentos em 2023, um aumento superior a 20%. Suas funcionalidades, no ano, respondiam a 19 diferentes tipos de problemas, de aviso de falta de luz e acompanhamento de serviços a parcelamento de débitos.

Em 2023, o Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP) da Light chegou ao patamar de 64,7, uma melhoria de 21,4% em relação a 2022. Essa pesquisa anual, promovida pela ABRADEE, tem como objetivo conhecer a satisfação do cliente residencial urbano nas cinco áreas de atuação, que são: fornecimento de energia, informação e comunicação, conta de luz, atendimento ao consumidor e imagem. A Companhia melhorou seu resultado em todas as categorias, e obteve o índice mais alto (79,0) na categoria "Conta de luz".

Responsabilidade com o Meio Ambiente

A Light tem como diretriz o uso racional dos recursos naturais e a visão da transição energética para uma matriz de baixo carbono.

Desde 2001, os cuidados com os impactos ambientais estão previstos no Sistema de Gestão Ambiental (SGA), um conjunto de normas baseado na ISO 14001, que regula as principais atividades da Light.

Em sua estrutura de gestão, a Companhia mantém uma equipe dedicada aos cuidados ambientais. O acompanhamento do tema conta com o Comitê de ESG+, vinculado ao Conselho de Administração. Essa estrutura e suas iniciativas estão diretamente vinculadas à Diretoria, responsável por acompanhar os compromissos relacionados a questões ambientais e prestar contas ao Conselho de Administração.

Investimentos

Os investimentos em 2023 totalizaram R\$824 milhões, sendo destinados, em especial, a atividades ligadas ao programa de combate às perdas, manutenção da rede para garantia da qualidade do serviço e novas ligações. Na comparação com o ano anterior, os investimentos foram 35% menores em 2023 devido a adoção, em Dez/22, de estratégia de priorização de



investimentos de maior resultado financeiro no curto prazo, reduzindo, portanto, projetos que demandam maior volume de recursos financeiros e possuem retorno no médio/longo prazo, como é o caso de ações de blindagem de rede.

Comentário Financeiro

Desempenho Financeiro

Informações Financeiras Seleccionadas (R\$ MM)	2022	2022	Variação %
Receita Operacional Líquida	12.047	11.032	9,2%
Custos/Despesas Operacionais	(11.414)	(13.171)	-13,3%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(62)	(295)	-79,0%
Resultado Financeiro	(843)	(3.199)	-73,6%
Resultado antes dos impostos e equivalência patrimonial	152	(5.634)	-
IR/CSLL	(324)	(183)	77,0%
Equivalência patrimonial	-	-	-
Resultado Líquido	(172)	(5.816)	-97,0%
EBITDA CVM	1.661	(1.817)	-

Obs: Não considera Receita e Custo de Construção

Receita Líquida

No ano, a receita líquida da distribuidora, desconsiderando a receita de construção, totalizou R\$12.470 milhões, com alta de 9,2% frente a 2022. Tal crescimento se deu tanto pelo aumento do faturamento do mercado livre, assim variação positiva da conta de variação de itens da parcela A (CVA).

Em 2023, os custos e despesas, desconsiderando os custos de construção, totalizaram R\$11.414 milhões, um recuo de 13,3% na comparação com 2022. Essa variação pode ser explicada, principalmente, pelo reconhecimento, em 2022, de (i) provisão para devolução de créditos de PIS/COFINS aos consumidores, conforme Lei 14.385/22, no montante (-R\$1.081 milhões), além de (ii) revisão na metodologia e estimativa de PECLD (-R\$855 milhões) e (iii) revisão na metodologia e estimativa de provisão para contingência Cível, no montante de (-R\$379 milhões).

EBITDA CVM²

Em 2023, o EBITDA CVM foi de R\$1.661 milhões, apresentando avanço de R\$3.478 milhões quando comparado ao resultado negativo de R\$1.817 apurado em 2022. O aumento pode ser atribuído, principalmente, aos eventos não recorrentes que impactaram negativamente o resultado de 2022, incluindo provisões no valor de -R\$2.513 milhões, sendo referentes, em especial, ao (i) reconhecimento de provisão para devolução de créditos de PIS/COFINS aos

² EBITDA não é uma medida reconhecida pelo BRGAAP ou pelos IFRS e é utilizado como medida adicional de desempenho de suas operações, e não deve ser considerado isoladamente ou como uma alternativa ao Lucro Líquido ou Lucro Operacional, como indicador de desempenho operacional ou como indicador de liquidez. De acordo com a Instrução da CVM 527/2012, o EBITDA CVM apresentado é calculado a partir do lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, despesas financeiras líquidas, depreciação e amortização.



consumidores, conforme Lei 14.385/22, no montante de (-R\$1.081 milhões), (ii) revisões nas metodologias e estimativas de PECLD, no montante de (-R\$855 milhões), bem como (iii) revisões nas metodologias para contingências Cível, no montante de (-R\$379 milhões).

Adicionalmente o EBTIDA foi impactado positivamente pelo crescimento de mercado livre, como citado, bem como impactado negativamente pelo aumento de PMSO da Distribuidora no montante de R\$90,4 milhões, comparando 2023 vis a vis 2022. A piora no PMSO se deve à menor capitalização de mão de obra, bem como o aumento de custos de despesas com equipes em atendimento emergencial.

Resultado Líquido

Em 2023, a Light SESA apurou um resultado líquido de -R\$172 milhões, R\$6.645 milhões acima do registrado no ano anterior. O incremento se deve, principalmente, aos eventos não recorrentes citados anteriormente na seção EBITDA, bem como do impacto financeiro, negativo, da atualização financeira da provisão de devolução dos créditos de PIS/COFINS aos consumidores, que impactou negativamente a despesa financeira em -R\$1.722 milhões em 2022.

Endividamento

A dívida líquida totalizou R\$9.262 milhões, com aumento de 6,2% em relação a 2022 (R\$8.722 milhões) explicado, principalmente, por conta do provisionamento dos juros e correção monetária, citado abaixo, e parcialmente compensado pela amortização do FIDC ao longo de 2023. Já as disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa mais títulos e valores mobiliários) totalizou R\$421 milhões em 2023, com queda de 33,5% ante o ano anterior.

Cabe ressaltar que a Companhia está com sua exigibilidade suspensa desde o ajuizamento da Tutela Cautelar Antecedente, em 10 de abril de 2023 e, por isso, permanecem com seus saldos congelados dentro do processo de recuperação judicial. A Companhia provisionou os juros e correção monetária que teriam sido incorridos desde o pedido de recuperação judicial de acordo com os termos e condições originalmente previstas nos contratos das dívidas financeiras ora concursais e, efetuou a reclassificação dos valores para o passivo circulante.

Outras Informações

Audidores independentes

Em conformidade com a Resolução CVM nº 162/22, a Companhia declara que mantém contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. ("Deloitte"), firmado em 20 de abril de 2022, com vigência de 60 meses. Em 2023, a Deloitte prestou serviços de auditoria para a Companhia pelo montante de R\$ 1335 mil, compreendendo a auditoria das demonstrações financeiras (incluindo revisões trimestrais) e outros serviços relacionados à auditoria, tais como auditoria de demonstrações regulatórias e procedimentos previamente acordados sobre relatório controle patrimonial. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – LIGHT SESA – 2023

1 - Base de Cálculo	2023			2022		
	Valor (mil reais)			Valor (mil reais)		
Receita líquida (RL)	13.110.826			12.178.147		
Despesa operacional (DE)	690.533			12.418.313		
Política de pagamento única (PPU)	421.558			343.960		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil R\$)	% sobre TFB	% sobre RL	Valor (mil R\$)	% sobre TFB	% sobre RL
Alimentação	43.307	10%	0%	35.584	8%	0%
Encargos sociais compulsórios	58.356	14%	0%	54.021	13%	0%
Previdência privada	4.432	1%	0%	4.461	1%	0%
Saúde	30.945	7%	0%	27.459	6%	0%
Segurança e saúde no trabalho	455	0%	0%	456	0%	0%
Educação	1.238	0%	0%	3.175	0%	0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	305	0%	0%	73	0%	0%
Centros de auxílio técnico	373	0%	0%	959	0%	0%
Participação nos lucros ou resultados	40.662	10%	0%	25.670	6%	0%
Outros	3.319	1%	0%	3.087	1%	0%
Total - Indicadores sociais internos	181.194	49%	1%	141.258	39%	1%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil R\$)	% sobre RL	% sobre RL	Valor (mil R\$)	% sobre RL	% sobre RL
Educação	2.084	0%	0%	4.380	0%	0%
Cultura	43.260	4%	0%	36.445	1%	0%
Saúde e saneamento	643	0%	0%	-	0%	0%
Capacidade	34.682	8%	0%	38.767	2%	0%
Outros	43.682	4%	0%	41.794	2%	0%
Total das contribuições para a sociedade	124.451	13%	1%	120.828	5%	1%
Trabalho (incluindo energias sociais)	3.067.191	30%	32%	3.873.100	34%	45%
Total - Indicadores sociais externos	5.186.643	52%	40%	5.991.928	36%	49%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil R\$)	% sobre RL	% sobre RL	Valor (mil R\$)	% sobre RL	% sobre RL
Investimentos relacionados com a operação de empresa	14.576	1%	0%	7.059	0%	0%
Total dos investimentos em meio ambiente	14.576	1%	0%	7.059	0%	0%
Quanto ao estabelecimento de "metas sociais" para minimizar impactos, o consumo e gestão na produção/ operação e aumentar a eficiência na utilização de recursos naturais, a empresa:	1 - Não possui meta 1 - Cumprir de 5% a 75% 1 - Não possui meta 1 - Cumprir de 21 a 75% 2 - Cumprir de 0 a 50% 2 - Cumprir de 76 a 100% 2 - Cumprir de 0 a 50% 2 - Cumprir de 76 a 100%					
5 - Indicadores do Cogo Fundosol						
Nº de empregados(as) ao final do período	4.010			4.243		
Nº de admissões durante o período	769			291		
Nº de empregados(as) recém-contratados	7.440			7.440		
Nº de estrangeiros	38			25		
Nº de empregados(as) acima de 40 anos	1.034			854		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	612			811		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	27%			25%		
Nº de negócios que trabalham na empresa	2.527			2.728		
% de cargos de chefia ocupados por negócios	26%			19%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	127			163		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício de cidadania empresarial	2023			Meta 2024		
Relação entre o maior e o menor remuneração na empresa	34,45			n/D		
Numero total de acidentes de trabalho	27			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	1 - direção	2 - direção e gerências	3 - todos(as) empregados(as)	1 - direção	2 - direção e gerências	3 - todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e saúde no ambiente de trabalho foram definidos por:	1 - direção e gerências	2 - todos(as) empregados(as)	3 - todos(as) empregados(as) + OGP	1 - direção e gerências	2 - todos(as) empregados(as)	3 - todos(as) empregados(as) + OGP
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	1 - não se enquadra	2 - segue os normativos da OIT	3 - incentiva e segue a OIT	1 - não se enquadra	2 - segue os normativos da OIT	3 - incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	1 - direção	2 - direção e gerências	3 - todos(as) empregados(as)	1 - direção	2 - direção e gerências	3 - todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	1 - direção	2 - direção e gerências	3 - todos(as) empregados(as)	1 - direção	2 - direção e gerências	3 - todos(as) empregados(as)
Na gestão dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa	1 - não se enquadra	2 - não se enquadra	3 - não se enquadra	1 - não se enquadra	2 - não se enquadra	3 - não se enquadra
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	1 - não se enquadra	2 - não se enquadra	3 - não se enquadra	1 - não se enquadra	2 - não se enquadra	3 - não se enquadra
Numero total de reclamações e ações de cunho judicial:	na empresa	ao Procon	na justiça	na empresa	ao Procon	na justiça
% de reclamações e ações atendidas ou conciliadas:	na empresa	ao Procon	na justiça	na empresa	ao Procon	na justiça
Valor estimado total a distribuir (em mil R\$)	Em 2023: 9.449.802			Em 2022: 6.846.761		
Distribuição do Valor Empregado (VLE)	31,47% governo 3,64% colaboradores 64,89% acionistas 13,71% terceiros 2,81% prejuízo			33,49% governo 6,67% colaboradores 60,00% acionistas 13,71% terceiros 2,81% prejuízo		
7 - Outras informações	n/D			n/D		



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**



BALANÇO PATRIMONIAL	1
BALANÇO PATRIMONIAL	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	4
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	6
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	7
1. CONTEXTO OPERACIONAL	8
2. BASE DE PREPARAÇÃO	14
3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS	15
4. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO	27
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	27
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	27
7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	28
8. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	29
9. TRIBUTOS DIFERIDOS	31
10. OUTROS CRÉDITOS	33
11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS	33
12. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO	37
13. ATIVO CONTRATUAL - INFRAESTRUTURA EM CONSTRUÇÃO	37
14. INVESTIMENTOS	37
15. IMOBILIZADO	38
16. INTANGÍVEL	39
17. FORNECEDORES	39
18. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR	40
19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	40
20. DEBÊNTURES	43
21. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	45
22. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO	55
23. OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO E ATIVO DE DIREITO DE USO	60
24. ENCARGOS REGULATÓRIOS	61
25. OUTROS DÉBITOS	61
26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	62
27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	63
28. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	65
29. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	66
30. RESULTADO FINANCEIRO	66
31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS	67
32. SEGUROS	74
33. COMPROMISSOS CONTRATUAIS	75
34. MEIO AMBIENTE	75
35. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA	76
36. EVENTOS SUBSEQUENTES	76

LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e equivalente de caixa	5	289.403	40.519
Títulos e valores mobiliários	6	131.418	592.104
Contas a receber de clientes	7	1.194.766	886.059
Estoques		49.468	68.628
Tributos e contribuições a recuperar	8	1.078.398	764.383
Ativos financeiros setoriais	11	-	157.860
Despesas pagas antecipadamente		25.482	22.994
Serviços prestados a receber		32.870	33.999
Outros créditos	10	463.689	387.731
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		3.265.494	2.954.277
Contas a receber de clientes	7	1.403.292	1.405.831
Tributos e contribuições a recuperar	8	2.634.726	3.674.179
Tributos diferidos	9	534.343	858.966
Depósitos judiciais		364.967	219.093
Ativos financeiros setoriais	11	-	41.542
Ativo financeiro da concessão	12	8.745.526	7.697.294
Outros créditos	10	-	154
Ativo contratual – infraestrutura em construção	13	401.712	664.760
Investimentos	14	3.986	43.621
Imobilizado	15	292.694	325.827
Intangível	16	1.790.486	2.149.109
Ativo de direito de uso	23	203.070	222.337
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		16.374.802	17.302.713
TOTAL DO ATIVO		19.640.296	20.256.990

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

PASSIVO	Notas	31.12.2023	31.12.2022
Fornecedores	17	1.619.416	1.452.785
Tributos e contribuições a pagar	18	157.731	127.671
Empréstimos e financiamentos	19	2.227.727	302.251
Debêntures	20	6.810.665	639.437
Saldos remanescentes de instrumentos financeiros derivativos swaps	31	461.325	14.013
Passivos financeiros setoriais	11	205.121	911.538
Benefícios pós-emprego	22	27.882	-
Obrigações trabalhistas		94.538	60.353
Valores a serem restituídos a consumidores	8	741.205	1.104.698
Obrigações por arrendamento	23	28.014	23.113
Encargos regulatórios	24	340.190	275.681
Outros débitos	25	588.261	486.238
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		13.302.075	5.397.778
Empréstimos e financiamentos	19	-	2.427.822
Debêntures	20	-	5.709.113
Saldos remanescentes de instrumentos financeiros derivativos swaps	31	-	262.361
Tributos e contribuições a pagar	18	76.229	161.443
Provisões para contingências	21	3.954.239	3.889.553
Obrigações por arrendamentos	23	194.683	209.843
Benefícios pós-emprego	22	265.089	274.537
Valores a serem restituídos a consumidores	8	-	647.978
Partes relacionadas	26	347.616	-
Passivos financeiros setoriais	11	407.113	-
Outros débitos	25	59.636	79.497
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		5.304.605	13.662.147
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	27		
Capital social		5.544.284	5.544.284
Reserva de capital		7.277	7.277
Reservas de lucros		-	1.770.305
Prejuízos acumulados		(4.217.824)	(5.816.335)
Outros resultados abrangentes		(300.121)	(308.466)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.033.616	1.197.065
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		19.640.296	20.256.990

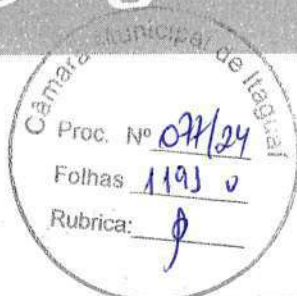
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
 (Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

Demonstrações de Resultados	Notas	31.12.2023	31.12.2022
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	28	13.110.826	12.178.147
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		(10.978.878)	(10.850.005)
Custos com energia elétrica	29.1	(9.195.134)	(8.722.576)
Custos de operação	29	(1.783.744)	(2.127.429)
LUCRO BRUTO		2.131.948	1.328.142
Despesas gerais e administrativas	29	(1.075.391)	(3.467.120)
Outras despesas operacionais		(61.524)	(295.295)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		995.033	(2.434.273)
RESULTADO FINANCEIRO	30	(842.963)	(3.199.337)
Receita financeira		535.266	676.931
Despesa financeira		(1.378.229)	(3.876.268)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IR E CSLL		152.070	(5.633.610)
Imposto de renda e contribuição social correntes	9	760	(157.554)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	(324.624)	(25.171)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(171.794)	(5.816.335)
 PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - R\$	 27	 (0,00035)	 (0,01189)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

Demonstração de Resultado Abrangente	Nota	31.12.2023	31.12.2022
Prejuízo do exercício		(171.794)	(5.816.335)
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado em períodos subsequentes			
Ganho (perda) sobre passivos atuariais, líquido dos efeitos fiscais	27.6	8.345	(211.344)
TOTAL DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO		(163.449)	(6.027.679)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

Light SESA CNPJ 60.444.437/0001-46
Companhia de Capital Aberto

LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	Notas	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS		RESERVA ESPECIAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	TOTAL
				RESERVA LEGAL	RETENÇÃO DE LUCROS				
Saldos em 31 dezembro de 2021		5.486.365	7.277	228.025	1.268.357	273.923	-	(97.122)	7.166.825
Aumento de capital	27.1	57.919	-	-	-	-	-	-	57.919
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(5.816.335)	-	(5.816.335)
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado em exercícios subsequente - benefícios pós-emprego	27.6	-	-	-	-	-	-	-	-
Perda de passivo atuarial, líquido dos efeitos fiscais		-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 dezembro de 2022		5.544.284	7.277	228.025	1.268.357	273.923	(5.816.335)	(211.344)	(211.344)
Transferências de reservas - absorção de prejuízo acumulados	27.2	-	-	(228.025)	(1.268.357)	(273.923)	1.770.305	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(171.794)	-	(171.794)
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado em exercícios subsequente - benefícios pós-emprego	27.6	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganho de passivo atuarial, líquido de tributos		-	-	-	-	-	-	8.345	8.345
Saldos em 31 dezembro de 2023		5.544.284	7.277	-	-	-	(4.217.824)	(300.121)	1.033.616

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.





LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa	Notas	31.12.2023	31.12.2022
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais		865.984	(119.754)
Lucro (prejuízo) antes do IR e CSLL		152.070	(5.633.610)
Ajustado por:			
Despesa de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures e amortização dos custos	19/20	753.722	870.857
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	7 e 29	452.368	1.116.505
Depreciação e amortização	29	666.179	617.132
Ganho na venda ou baixa de intangível, imobilizado, investimento e arrendamento		74.857	57.192
Ganho (perdas) cambiais e monetárias de atividades financeiras	30	(9.129)	59.458
Provisão e atualização para contingências e de depósitos judiciais		312.376	1.030.171
Provisão e atualização para contingência – Valores a devolver ao consumidor		135.567	2.742.784
Atualização financeira dos créditos de PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS		(167.021)	(76.608)
Ajuste a valor presente e antecipações de recebíveis		(12.155)	11.246
Juros sobre obrigações de arrendamento	23	26.932	26.994
Variação swap		189.402	686.358
Benefício pós emprego (plano de saúde)		26.779	63.193
Valor justo do ativo financeiro da concessão	12 e 29	(353.413)	(38.365)
Constituição e atualização de ativos e passivos financeiros do setor	11	40.117	360.830
Variações nos ativos e passivos		(1.422.667)	(2.013.891)
Títulos e valores mobiliários		(5.205)	(155.456)
Contas a receber de clientes e outras		(753.614)	65.125
Tributos, contribuições e impostos, líquidos		931.292	403.357
Ativos e passivos financeiros do setoriais		(1.244.717)	(291.431)
Estoques		19.160	(9.234)
Serviços prestados a receber		8.362	(18.406)
Despesas pagas antecipadamente		(2.488)	5.346
Depósitos vinculados a litígios		(149.805)	(7.656)
Outros créditos		(75.800)	133.965
Fornecedores		147.518	(597.904)
Obrigações trabalhistas		34.185	(33.490)
Encargos Regulatórios		64.509	(22.556)
Pagamento das provisões para contingências		(373.941)	(320.002)
Outros débitos		76.776	(84.120)
Instrumentos financeiros derivativos swaps		(4.451)	(277.984)
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	19 e 20	(94.448)	(803.445)
Caixa Líquido gerado (consumido) nas atividades de investimento		(186.113)	366.843
Recebimento na venda de investimento		24.799	-
Aquisições de bens do ativo imobilizado		(23.117)	(58.467)
Aquisições de bens do ativo intangível e do ativo de contratual		(653.686)	(1.162.124)
Resgate/aplicação) de aplicações financeiras		465.891	1.587.434
Caixa Líquido consumido (gerado) nas atividades de financiamento		(430.987)	(602.004)
Aumento de capital	27.1	-	57.919
Pagamento de Dividendos		-	(57.862)
Pagamento de obrigações por arrendamento		(50.756)	(53.135)
Captação, líquida dos custos de captação de empréstimos, financiamentos e debêntures e das cotas subordinadas – FDIC	19 e 20	65.939	1.334.164
Partes relacionadas	26	347.616	-
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	19 e 20	(793.786)	(1.883.090)
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa		248.884	(354.915)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		40.519	395.434
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		289.403	40.519

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

Demonstração do Valor Adicionado	Notas	31.12.2023	31.12.2022
Receitas		19.914.176	19.218.939
Venda de mercadorias, produtos e serviços	28	19.726.049	19.188.998
Receitas referentes à construção de ativos próprios		640.495	1.146.446
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa		(452.368)	(1.116.505)
Insumos adquiridos de terceiros		(10.333.856)	(12.218.519)
Custo dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	29.1	(9.195.134)	(8.722.576)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(1.138.722)	(3.495.943)
Valor adicionado bruto		9.580.320	7.000.420
Retenções		(666.179)	(617.133)
Depreciação e amortização	29	(666.179)	(617.133)
Valor adicionado líquido produzido		8.914.141	6.383.287
Valor adicionado recebido em transferência		535.266	676.931
Receitas financeiras	30	535.266	676.931
Valor adicionado total a distribuir		9.449.407	7.060.219
Distribuição do valor adicionado		9.449.407	7.060.219
Pessoal		438.906	470.398
Remuneração direta		297.169	335.172
Benefícios		114.508	100.508
FGTS		26.565	34.276
Outros		664	442
Impostos, taxas e contribuições		7.698.210	8.455.280
Federais		4.490.558	4.200.808
Estaduais		3.186.191	4.236.394
Municipais		21.461	18.078
Remuneração de capitais de terceiros		1.484.085	3.950.876
Juros		1.383.575	3.850.040
Aluguéis		100.510	100.836
Remuneração de capitais próprios		(171.794)	(5.816.335)
Prejuízo do exercício		(171.794)	(5.816.335)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Light Serviços de Eletricidade S.A. (“Companhia” ou “Light SESA”) é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ – Brasil. A Companhia tem como objeto social a distribuição de energia elétrica, cuja concessão foi efetivada em julho de 1996 e o vencimento será em julho de 2026.

A área de concessão abrange 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro, incluindo a capital, atendendo a cerca de 4,4 milhões de unidades consumidoras faturadas, correspondentes a uma população de cerca de 10 milhões de clientes (dados não revisados pelos auditores independentes). A energia elétrica requerida para atendimento a seu mercado é adquirida da Eletrobras (Itaipu Binacional), em Leilões de Energia Existente, da UTE Norte Fluminense, da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e do PROINFA.

1.1 Continuidade operacional

Seguem as principais informações das demonstrações financeiras:

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Prejuízo do exercício	(171.794)	(5.816.335)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	865.984	(119.754)
Capital circulante líquido negativo	(10.036.581)	(2.443.501)
Empréstimos, financiamentos, debentures, instrumentos financeiros derivativos swaps remanescentes e instrumentos financeiros derivativos swaps classificados no circulante	9.499.717	955.701

A Administração entende que a Companhia apresenta situação operacional e financeira complexa com:

- elevado nível de endividamento;
- geração de caixa operacional historicamente insuficiente para honrar os compromissos;
- elevado índice de perdas não técnicas (furto de energia) e inadimplência;
- dificuldade de atuação em áreas de severa restrição operacional;
- proximidade do final do contrato de concessão e incerteza quanto à renovação.

Esta situação foi agravada pelo (a):

- aumento das taxas de juros SELIC nos últimos anos;
- efeitos da determinação de devolução de cerca de R\$2,8 bilhões de créditos decorrentes da exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS, como explicitado em mais detalhes nas notas explicativas nºs 8.1 e 21.1.5;
- deterioração macroeconômica da área de concessão desde 2015 e mais recentemente agravada pela pandemia de COVID-19.

A Administração informa que não possui linhas de créditos contratadas e disponíveis para utilização em 31 de dezembro de 2023 ou até a data de aprovação destas demonstrações financeiras.

A concessão da Companhia, vencerá em junho de 2026. A Administração entende que determinados cenários para o futuro do Grupo Light dependem: (i) da necessidade de processo formal de renovação da concessão; e (ii) da necessidade de negociação dos termos e condições da nova concessão, que não estão sob controle da Administração do Grupo Light.

O contrato de concessão da Companhia requer a apuração de indicadores de sustentabilidade econômico-financeiro, segundo normas da ANEEL. A ANEEL, por meio do Despacho 2.076 de 27 de junho de 2023, suspendeu os ritos relacionados ao processo de apuração de cumprimento dos referidos indicadores de todas as distribuidoras de energia elétrica. Desta forma, os indicadores de sustentabilidade econômico-financeiro da Companhia para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 mensurados pela Companhia, cujo resultado indicou descumprimento para o exercício de 2022 ainda não foi homologado de forma definitiva pela ANEEL. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as apurações encontram-se suspensas.

A Controladora Light S.A. – Em Recuperação Judicial ingressou com o pedido de recuperação judicial que, entre outros fatores, ensejou o vencimento antecipado dos empréstimos, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos, conforme previsto contratualmente, razão pela qual encontram-se classificados no passivo circulante em 31 de dezembro de 2023. A Controladora Light S.A. – Em Recuperação Judicial, obteve o deferimento do pedido de recuperação judicial, nos termos da Lei nº 11.101/05 que disciplina recuperações judiciais e, portanto, os pagamentos das parcelas das dívidas estão suspensos e não foram realizados pela Companhia nas datas contratuais originais.

A Administração tem envidado e continuará a envidar esforços para permitir a continuidade operacional da Companhia, que incluem, em adição ao pedido de recuperação judicial e solicitação de prorrogação de concessões abaixo descritos, uma combinação de estratégias que compreendem principalmente: (i) utilização de recursos próprios existentes no período; (ii) a Controladora Light S.A. – Em Recuperação Judicial poderá aportar recursos para a Companhia oriundos da venda de ativos, cuja venda possui elementos que não estão totalmente sob o controle da Administração do Grupo Light; (iii) utilização de recursos oriundos do fluxo de caixa operacional, cuja estabilidade é razoavelmente previsível pela existência de base sólida de clientes cativos, volume de energia relativamente previsível, tarifas estabelecidas pela ANEEL e concessão de distribuição de energia elétrica válida até junho de 2026; (iv) utilização de recursos oriundos do fluxo de caixa operacional de outras companhias do Grupo Light; (v) obtenção de extensão de prazos de pagamento junto a fornecedores e credores, cuja extensão não está sob o controle da Administração do Grupo Light e pode implicar em custos financeiros adicionais em decorrência de multas, custos para obtenção de waivers, novos encargos financeiros ou na declaração de vencimentos antecipados; (vi) utilização de recursos oriundos de captação junto a instituições financeiras ou mercado de capitais, cujo cenário apresenta restrições tendo em vista os rebaixamentos dos ratings do Grupo Light pelas agências de ratings que podem implicar em elevados custos de captação de novas dívidas e até mesmo significar a indisposição dos credores em efetuar novos empréstimos e financiamentos para o Grupo Light; (vii) utilização de recursos oriundos de aumento de capital, cujo êxito não está sob o controle da Administração do Grupo Light; (viii) redução dos investimentos em infraestrutura que não implique em prejuízo na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica e indicadores de qualidade exigidos pelo contrato de concessão da Companhia; (ix) atuação no âmbito regulatório para o reconhecimento adequado das perdas não-técnicas regulatórias e ajustes de redução de mercado; (x) atuação no âmbito jurídico/legal para reversão da destinação integral dos créditos de

(xi) renovação da concessão em bases sustentáveis.

Neste contexto, para apoiar e assessorar o Grupo Light a lograr as diversas estratégias mencionadas acima, a Administração contratou consultores, assessores legais, regulatórios e financeiros. As duas principais iniciativas em andamento são:

1.1.1 Recuperação Judicial

Conforme amplamente divulgado ao mercado, o Grupo Light vem avaliando alternativas e empreendendo esforços na busca do equacionamento de suas obrigações financeiras. Embora siga avançando nesse sentido, e não obstante os esforços empreendidos nos últimos meses, os desafios oriundos da atual situação econômico-financeira do Grupo Light se mantêm, o que demandou a tomada de outras medidas para proteção da Companhia e seus *stakeholders* até que seja possível implementar o equacionamento do endividamento e a readequação da estrutura de capital dela.

Em 10 de abril de 2023, a Administração ajuizou Medida Cautelar, através da qual ficaram suspensas a exigibilidade de obrigações financeiras, bem como também ficaram suspensos os efeitos de decretação de vencimento antecipado ou amortização acelerada de dívidas, entre outras determinações.

Em 12 de maio de 2023, a Controladora Light S.A. – Em Recuperação Judicial apresentou o pedido principal de Recuperação Judicial na 3ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro, processo nº 0843430-58.2023.8.19.0001, pedido este aprovado pelo Conselho de Administração e posteriormente ratificado em AGE ocorrida em 07 de junho de 2023.

Em 15 de maio de 2023, o juízo da 3ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro deferiu o processamento da recuperação judicial da Controladora Light S.A. – Em Recuperação Judicial, e, considerando a emenda relativa ao pedido de tutela provisória de urgência em caráter incidental ao pedido principal de recuperação judicial, deferiu, com amparo no poder geral de cautela previsto no art. 297 do CPC, a proteção das concessionárias para garantir à efetividade da recuperação judicial unicamente à holding porque as dívidas da recuperanda Light S.A. – Em Recuperação Judicial foram constituídas em coobrigação com aquelas, até a homologação judicial do Plano de Recuperação Judicial a ser deliberado em Assembleia Geral de Credores. Embora a Light SESA e a Light Energia não estejam em recuperação judicial, a existência de coobrigação nas dívidas submetidas à reestruturação e a necessidade de resguardar seu patrimônio, considerando o aspecto social de seu serviço essencial, a preservação das empresas e a viabilidade de sua atividade econômica, embasaram tal proteção a elas apenas nas dívidas espelhadas, não afetando, portanto, nenhuma obrigação que seja exclusiva das concessionárias, como as setoriais, consumeristas, trabalhista e outras.

Foram interpostos recursos (agravos de instrumento) questionando a decisão que deferiu o pedido de recuperação judicial da Controladora Light S.A. – Em Recuperação Judicial e estendeu os efeitos do *stay period* previsto na Lei nº 11.101 de 2005, à Light SESA e a Light Energia. Todos os recursos tiveram seus pedidos de efeito suspensivo negado pelo Desembargador Relator e ainda não foram julgados definitivamente pela 12ª Câmara de Direito Privado do TJ/RJ.

Com o deferimento do pedido, ficaram mantidos todos os contratos e instrumentos relevantes para a operação do Grupo Light e de suas controladas, como fianças, seguros garantia e contratos de venda de energia; foram suspensas a eficácia das cláusulas de rescisão de contrato tendo como causa o próprio pedido de RJ; assim como foi determinado a manutenção e adimplemento das obrigações operacionais e setoriais da Light SESA e Light Energia; todas as ações e execuções contra a Controladora Light S.A. – Em Recuperação Judicial foram suspensas, e foi proibida qualquer forma de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição judicial ou extrajudicial sobre seus bens, oriunda de demandas judiciais ou extrajudiciais cujos créditos ou obrigações sujeitem-se à recuperação judicial, ratificando os efeitos da tutela cautelar deferida em 12 de abril de 2023. Ademais, ficou determinado que a Controladora Light S.A. – Em Recuperação Judicial apresentasse o plano de recuperação no prazo legal.

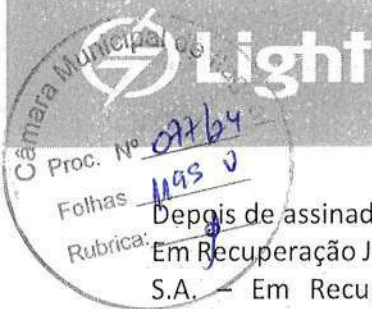
A Lei nº 11.101/05 regulamenta os prazos e o processo de recuperação judicial. Em 14 de julho de 2023, a Controladora Light S.A. – Em Recuperação Judicial na condição de devedora recuperanda, e a Companhia e a Light Energia exclusivamente como intervenientes – coobrigadas pelos créditos concursais, protocolaram Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”).

O PRJ originalmente proposto apresentou diversas opções de pagamento aos seus credores, uma vez que a dívida do Grupo Light é composta por um universo heterogêneo de credores: são mais de 40 mil investidores pessoa física e mais de 250 fundos de investimento e instituições financeiras, nacionais e estrangeiros¹.

Em 10 de outubro de 2023, o juízo deferiu a prorrogação do *stay period* à Controladora Light S.A. – Em Recuperação Judicial e a manutenção da proteção da Light SESA e Light Energia, por mais 180 dias, contados a partir do dia 12 de outubro de 2023, com previsão de término em 09 de abril de 2024.

Em 21 de fevereiro de 2024, em razão do final do prazo no Acordos de Confidencialidade assinado por conta das negociação (*blowout*), a Controladora Light S.A. – Em recuperação Judicial divulgou fato relevante em que informa, que a Controladora Light S.A. – Em Recuperação Judicial esteve engajada em extensas interações e negociações mantidas com alguns de seus principais credores financeiros e outros stakeholders, com vistas ao atingimento de um acordo quanto a termos e condições de uma nova proposta para reestruturação de seu endividamento financeiro, a ser apresentada pela Controladora Light S.A. – Em Recuperação Judicial, na forma de uma versão atualizada do seu plano de recuperação, no âmbito do seu processo de recuperação judicial, autuado sob o nº 0843430-58.2023.8.19.0001, em trâmite perante a 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

No contexto das referidas interações e negociações, a Controladora Light S.A. – Em Recuperação Judicial celebrou acordos de confidencialidade (“Acordos de Confidencialidade”) com determinados credores detentores de bonds e/ou debêntures emitidos pela Companhia e pela Light Energia S.A., para fins de compartilhamento de informações materiais não públicas (“Informações Confidenciais”).



Depois de assinados os Acordos de Confidencialidade, representantes da Controladora Light S.A. – Em Recuperação Judicial e seus assessores jurídicos e financeiros (“Assessores da Controladora Light S.A. – Em Recuperação Judicial”) realizaram reuniões pessoalmente, por telefone ou por videoconferência com os credores detentores dos títulos referidos acima e seus assessores jurídicos e financeiros para discutir a reestruturação de dívidas sujeitas à Recuperação Judicial e possíveis medidas e estruturas a serem adotadas pela Controladora Light S.A. – Em Recuperação Judicial e suas subsidiárias para o seu soerguimento. De acordo com os termos e condições dos Acordos de Confidencialidade, a Controladora Light S.A. – Em Recuperação Judicial obrigou-se perante os referidos credores tornar públicas, após um período estabelecido nos Acordos de Confidencialidade, certas Informações Confidenciais fornecidas a eles pela Companhia (“Materiais”).

Os materiais consistem em apresentações elaboradas pela Controladora Light S.A. – Em Recuperação Judicial e seus assessores financeiros com informações financeiras e os termos e condições propostos pela Companhia para a reestruturação do seu endividamento financeiro.

Em reunião realizada em 23 de fevereiro de 2024, o Conselho de Administração da Controladora Light S.A. - Em Recuperação Judicial na condição de devedora recuperanda, a Controladora Light S.A. – Em Recuperação Judicial e a Light Energia exclusivamente como intervenientes – coobrigadas pelos créditos concursais, aprovou os termos e condições revisados do plano de recuperação judicial modificativo (“PRJ Modificativo”), no âmbito do processo de recuperação judicial da Controladora Light S.A. – Em Recuperação Judicial, autuado sob o nº 0843430-58.2023.8.19.0001, em curso perante a 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, bem como a apresentação do PRJ Modificativo nos autos da Recuperação Judicial.

O PRJ Modificativo visa a adequar determinados termos e condições anteriormente propostos com vistas a um maior alinhamento com os interesses dos credores da Controladora Light S.A. – Em Recuperação Judicial e outros stakeholders, a superação da atual situação econômico-financeira da Controladora Light S.A. – Em Recuperação Judicial e seus eventuais reflexos e, sobretudo, a continuidade da prestação dos serviços essenciais no âmbito das concessões de titularidade do Grupo Light, a preservação de valor e a promoção de sua função social.

O referido PRJ Modificativo prevê, o aporte de recursos na Controladora Light S.A. – Em Recuperação Judicial, mediante aumento de capital; a capitalização de determinados créditos, mediante a emissão de títulos conversíveis; bem como o pagamento integral de detentores de créditos de menor montante.

Em 26 de fevereiro de 2024, determinados credores apresentaram manifestação, por meio da qual alegaram necessária a postergação das Assembleias Geral de Credores (“AGCs”) designadas para os dias 21 e 28 de março de 2024, para que houvesse tempo hábil para o procedimento de individualização dos créditos até a realização das referidas AGCs.

Em 05 de março de 2024, a Controladora Light S.A. – Em Recuperação Judicial apresentou manifestação, não se opondo a postergação das AGCs, conforme proposto por determinados credores. Ainda, pleiteou (i) a postergação do *stay period* até o encerramento definitivo das AGCs; bem como (ii) a homologação do edital do Administrador Judicial de individualização dos créditos.

Em 08 de março de 2024, o Juízo deferiu a postergação das AGCs, para os dias 25 de abril de 2024 e 03 de maio de 2024, em primeira e segunda convocação, respectivamente.

Em 15 de março de 2024, a controladora Light S.A. – Em Recuperação Judicial reiterou o requerimento de que os efeitos do *stay period* sejam prorrogados até o encerramento definitivo das AGCs, que aguarda deliberação do Juízo.

Até a data da aprovação destas demonstrações financeiras o Plano de Recuperação Judicial Modificativo ainda não foi votado (aprovado/reprovado) pelos credores, considerando as novas datas previstas para a Assembleia Geral de Credores e, portanto, ainda não homologado judicialmente.

1.1.2 Prorrogação das concessões e aspectos regulatórios

No âmbito regulatório, em 02 de junho de 2023, a Companhia, requereu a prorrogação da outorga da concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica pelo período de 30 (trinta) anos, com fundamento no art. 4º, §3º, da Lei nº 9.074/1995 e no Contrato de Concessão nº 001/1996 DNAEE. A prorrogação do prazo da concessão de distribuição está sob controle e critério exclusivo do poder concedente. Em 22 de junho de 2023, por meio da Portaria 737, o Ministério das Minas e Energia (MME) instaurou a Consulta Pública nº 152 com vistas a colher subsídios para prorrogação das concessões de distribuição de energia vincendas.

A Controladora Light S.A. – Em Recuperação Judicial tem mantido a ANEEL atualizada de todas as discussões, incluindo sobre o tema relacionado ao plano de recuperação judicial da Controladora Light S.A. – Em Recuperação Judicial, com a finalidade principal de manter o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia. Importante ressaltar que a Companhia se mantém adimplente com todas as suas obrigações operacionais e intrasetoriais, atendendo as metas de qualidade estabelecidas pela ANEEL quanto à prestação de serviço público de energia elétrica à população.

A Companhia possui em aberto com a ANEEL um processo administrativo em curso de monitoramento econômico-financeiro da Companhia, no âmbito do qual se discutem diferentes aspectos que vêm afetando a Companhia, incluindo, como é de conhecimento do mercado em geral, o problema estrutural da concessão decorrente das peculiaridades da área por ela coberta, marcada por elevadíssimos índices de perdas não técnicas.

Em 2 de maio de 2023, a Companhia submeteu um plano de recuperação das condições econômico-financeira para avaliação e consideração da ANEEL. Em 04 de julho de 2023, a Companhia recebeu o Termo de Intimação (TI) 003/2023 relativo ao plano de recuperação. Até a data de aprovação destas demonstrações financeiras, a resposta da Companhia ao mencionado TI, enviada em 19 de julho de 2023, encontra-se em análise, em processo específico, pela ANEEL.

1.1.3 Considerações da Administração

Essas demonstrações financeiras foram elaboradas baseadas no princípio da continuidade operacional, e contemplam a realização dos ativos e liquidação dos passivos no curso normal dos negócios. Adicionalmente, a aprovação do plano de recuperação judicial modificativo ou qualquer

Alteração ao plano, poderá impactar materialmente os valores e as classificações de ativos e passivos registrados nessas demonstrações financeiras, as quais também não contemplam nenhum ajuste relacionado a recuperabilidade de ativos ou mensuração de passivos ou quaisquer outros ajustes que possam ser necessários caso a Companhia não continue operacional ou como resultado do plano de recuperação judicial.

A continuidade operacional da Companhia está sujeita ao sucesso do plano de recuperação judicial, e muito embora a Administração continue perseguindo e envidando os melhores esforços nas diversas estratégias mencionadas acima, não há garantia de que a Companhia obtenha êxito, visto que parte relevante dos elementos das estratégias não está sob o controle da Administração da Companhia, existindo, portanto, uma incerteza sobre o sucesso delas. Os eventos e condições, anteriormente mencionados, individual ou coletivamente, indicam, no julgamento da Administração da Companhia, a existência de incerteza significativa quanto à capacidade de continuidade operacional das empresas do Grupo Light.

1.2 Concessões

A Companhia, por ser uma concessionária de distribuição de energia elétrica e não controlar os ativos subjacente, aplica o IFRIC 12/ICPC 01. A Companhia utiliza o modelo bifurcado em virtude das empresas do segmento serem remuneradas: (i) pelo Poder Concedente, no tocante ao valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão (ativo financeiro da concessão); e (ii) pelos usuários, pela parte que lhes cabe dos serviços de construção e pela prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica (ativo intangível).

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

Em 25 de março de 2024, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras

2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros derivativos (Nota explicativa nº 31), mensurados pelos seus valores justos e pelos seus valores justos menos despesas com vendas, de acordo com as normas aplicáveis, respectivamente.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards – IASB, requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem divergir dessas estimativas. As revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estão sendo ajustadas e nos exercícios prospectivos.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes:

Notas	Estimativas e julgamentos significativos
1.1	Continuidade operacional
7	Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)
8	Realização dos créditos de PIS e COFINS sobre ICMS e valores a serem restituídos a consumidores
8	Recuperação do IRPJ e CSSL diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias
11	Ativos e passivos financeiros setoriais
12	Ativo financeiro da concessão
15	Imobilizado
16	Intangível
21	Provisões para contingências
22	Benefícios pós-emprego
28.1	Fornecimento não faturado
29.1	Provisão para compra de energia elétrica comprada para revenda
31	Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

3.1 Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata e um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica com equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data de contratação;

3.2 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos, inicialmente, pelo seu valor justo acrescidos dos custos incorridos para sua obtenção. Um ativo financeiro deve após o seu reconhecimento inicial ser mensurado pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou valor justo por meio do resultado.

Valor justo por meio do resultado

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição. São mensurados pelo valor novo de reposição ("VNR"), equivalentes ao valor justo na data das demonstrações financeiras. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação são reconhecidos no resultado.

Nesta categoria encontram-se também os certificados de depósito bancário (CDB), as cotas de fundos de investimento e os instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos financeiros derivativos (operações de *swap*) são instrumentos mantidos para regular as exposições de riscos de variação de moeda estrangeira, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

Custo amortizado

Os ativos financeiros são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo e estão sujeitos a *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas dos passivos financeiros são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

Encontram-se nesta categoria o numerário disponível, os valores a receber com clientes, serviços prestados a receber, depósitos vinculados a litígios, ativos e passivos financeiros setoriais, valores a receber de partes relacionadas, outros créditos, fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures, obrigações por arrendamento mercantil e outros débitos.

Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e

- A Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge. A Companhia não adota a contabilidade de hedge (*hedge accounting*) e designa seus derivativos como:

Hedge do valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco protegido.

Para *hedges* de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do hedge, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto.

Se o item objeto de *hedge* for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado;

3.3 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo fornecimento de energia elétrica, e o suprimento de energia elétrica, faturada e a faturar, comercialização de energia, acréscimos moratórios, juros oriundos de atraso no pagamento, encargos de uso da rede elétrica e energia comercializada a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). O valor a faturar é apurado por estimativa reconhecido pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras.

As contas a receber de clientes são reconhecidas ao valor faturado e deduzidas das perdas esperada em créditos de liquidação duvidosa (PECLD). O Grupo utiliza uma matriz de provisão para calcular a PECLD para as contas a receber. A matriz de provisão considera um *aging list* de 12 meses segregado por classe de consumo e uma projeção de expectativa de recebimento para os próximos 36 meses, a partir de uma base estatística de expectativa de recebimentos, a qual proporciona uma melhor aderência a expectativa de recebimento efetivo dos montantes em aberto no contas a receber da Companhia. A aplicação da matriz está segregada em faturamento regular e parcelado e faturas oriundas da aplicação de Termos de Ocorrência de Inspeção ("TOI") geradas através da identificação de irregularidades na medição de consumo de determinado cliente, por classe de consumo (residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público). O Grupo revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Além disso, quando aplicável, para o segmento de poder público, iluminação pública e serviço público são consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo critério julgamental que reporte a expectativa de perda esperada para esses clientes;

3.4 Estoques

Os estoques estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem aos seus custos de aquisição ou seus valores de realização. Quando aplicável, o saldo será deduzido de provisões para perdas;

3.5 Ativos e passivos financeiros setoriais

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados (Parcela A e outros componentes financeiros) que são incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

Esses valores serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção da concessão;

3.6 Investimentos

A Companhia detém investimentos avaliados a valor justo, que representam algumas participações societárias em outras empresas.

Anualmente, a Companhia avalia se há evidência objetiva de que o investimento sofreu perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), sendo que esta perda é o resultado da diferença entre o valor recuperável do investimento e o seu valor contábil;

3.7 Ativo financeiro da concessão

A Companhia reconhece um ativo financeiro decorrente do contrato de concessão quando possui um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente ou da parte por ele indicada ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenização pelos serviços de construção efetuados e não recebidos por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Tais ativos financeiros correspondem à parcela dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão e são avaliados com base no Valor Novo de Reposição (VNR), equivalente ao valor justo, acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") e tendo como referência os valores homologados pela ANEEL da base de remuneração de ativos nos processos de revisão tarifária.

3.8 Ativo contratual – infraestrutura em construção

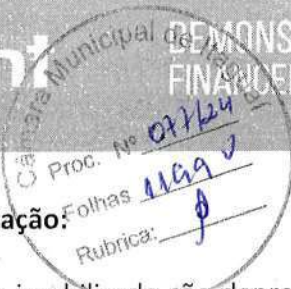
Os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Companhia de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores ou receber uma indenização ao final da concessão para os ativos ainda não amortizados. Assim, os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível.

3.9 Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, encargos financeiros capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e de perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição de um ativo. Os custos de ativos construídos pela Companhia incluem:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre os ativos qualificáveis.



3.9.1 Depreciação:

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear, em contrapartida ao resultado do exercício, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente conforme estabelece a Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015 (vigente a partir de 01 de janeiro de 2016). As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 15.

Eventuais ajustes nos métodos de depreciação, nas vidas úteis ou nos valores residuais são reconhecidos e ajustados de forma prospectiva.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos originários da alienação e o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos em outras receitas e ou despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício;

3.10 Intangível

Para os ativos intangíveis de distribuição de energia elétrica, a parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão, usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Os ativos intangíveis compreendem, principalmente, os softwares adquiridos de terceiros e os ativos referentes aos contratos de concessão. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangíveis, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na demonstração de resultado.

3.11 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas no exercício, em face de que o valor recuperável excede ao seu valor contábil na data da avaliação.

As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia, nas premissas macroeconômicas e aprovadas pela Administração

3.12 Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento e aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração, exceto para arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor individual

3.12.1 Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento mensurados pelo valor presente. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

3.12.2 Passivos de arrendamento

Os passivos de arrendamentos são inicialmente mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo dos contratos. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas.

3.12.3 Estimativa da taxa incremental de arrendamentos

Os arrendamentos vigentes não possuem sua taxa de juros implícita prontamente identificável, motivo pelo qual a Companhia considera a taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos de arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao tomar empréstimos, por prazo semelhante, para obter os recursos necessários para a aquisição de ativos com valores similares ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A Companhia calcula a taxa incremental usando dados observáveis, quando disponíveis.

3.13 Benefícios pós emprego

3.13.1 Plano de pensão

A Companhia possui planos previdenciários para complementação de aposentadoria e pensão de contribuição definida e de benefício definido. Os planos são financiados por meio de contribuições de participantes e patrocinadora aos fundos de pensão, conforme determinado por cálculos atuariais periódicos.

As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesa com pessoal quando incorridas.

A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente, para cada plano, através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferirão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.



Light



DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS 2023

Light SESA CNPJ 60.444.437/0001-46
Companhia de Capital Aberto

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o maior valor entre a dívida pactuada com a Fundação de Seguridade Social Braslight para amortização das obrigações atuariais e o valor presente da obrigação atuarial, calculada por meio de laudo atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano.

Anualmente é realizado um cálculo para avaliação atuarial dos planos existentes por atuário independente. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais (remensurações do valor líquido de passivo ou ativo de benefício definido) são reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes e não são transferidos para lucros ou prejuízos acumulados.

3.13.2 Benefícios de curto prazo a empregados

As obrigações de benefícios de curto prazo a empregados referem-se aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros, e é provisionada em conformidade com o acordo coletivo na rubrica de despesa com pessoal (Participação dos Empregados e Administradores) no resultado do exercício.

3.13.3 Plano de assistência médica

A Companhia patrocina, plano de assistência médica aos aposentados e desligados que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento a Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tenha direito enquanto empregado ativo.

Os ganhos e perdas atuariais que refletem mudanças no valor presente da obrigação resultantes de ajustes de diferenças atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes diretamente no patrimônio líquido.

3.14 Imposto de renda e contribuição social

Compreendem aos impostos de renda e a contribuição social do exercício, que são mensurados ao valor esperado a ser pago as autoridades fiscais, utilizando as alíquotas aplicáveis, sendo calculados com base no lucro real. O imposto de renda e a contribuição social corrente é apresentado líquido, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando o montante antecipadamente pago excede o total devido na data do relatório. São calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) de cada entidade tributável e às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente.

Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado na Companhia.

3.14.1 Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social corrente é apresentado líquido, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando o montante antecipadamente pago excede o total devido na data do relatório. São calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) de cada entidade tributável e às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente.

3.14.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos utilizando as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas Demonstrações Financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos somente na medida em que seja provável que exista lucro tributável, para o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais compensados.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado anualmente e baixado quando não for mais provável que lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele.

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, seja no resultado, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido e são apresentados pelo resultado líquido no balanço, havendo o direito legal e a intenção de compensá-lo quando da apuração dos tributos correntes, relacionados às mesmas entidades e autoridades tributárias.

3.15 Provisões

3.15.1 Geral

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável.

3.15.2 Provisões para contingência

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, logo, as provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos econômicos seja requerida para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e a opinião da Administração, quando aplicável. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.16 Reconhecimento de receitas

As receitas da Companhia são reconhecidas quando uma obrigação de performance for satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado a essa obrigação de performance. A Companhia reconhece a receita proveniente de um contrato com cliente quando a expectativa de recebimento for provável, levando em consideração a intenção de pagamento do cliente.

O IFRS 15 CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida em contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e; (v) reconhecimento da receita quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

As receitas dos contratos de construção são reconhecidas com a satisfação da obrigação de desempenho ao longo do tempo, considerando o atendimento de um dos critérios abaixo:

- (a) O cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho;
- (b) O desempenho por parte da entidade cria ou melhora o ativo (por exemplo, produtos em elaboração) que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado;
- (c) O desempenho por parte da entidade não cria um ativo com uso alternativo para a entidade e a entidade possui direito executável (enforcement) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

3.16.1 Receita de fornecimento de energia elétrica, receita de operações de venda na “CCEE” e receita de uso da rede de distribuição.

As receitas de venda de energia são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação, com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. A Companhia mensura e reconhece as receitas de fornecimento de energia para os consumidores finais de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia.

A receita não faturada de fornecimento de energia elétrica corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada tomando como base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do período de apuração conforme os ciclos de leitura. O efeito nas demonstrações financeiras da diferença entre a estimativa e o realizado é considerado imaterial.

A receita de operações de venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos valor justo da contraprestação a receber no momento em que as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças (PLD).

As receitas de uso da rede de distribuição (TUSD) recebidas de outras concessionárias e de consumidores livres são contabilizadas quando há o uso da rede de distribuição pelo cliente. A receita pela distribuição não faturada é contabilizada com base na receita auferida, porém, com faturas emitidas nos primeiros dias do mês subsequente.

3.16.2 Receita de serviços

As receitas de serviços são reconhecidas à medida que as obrigações de performances determinadas em contrato são transferidas ao cliente e a possibilidade do recebimento da contraprestação financeira for provável;

3.16.3 Receita de construção

A receita de construção corresponde à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura, consubstanciada nos investimentos em ativos da concessão realizados pela Companhia no exercício. O reconhecimento dessa receita está diretamente relacionado aos gastos incorridos com a construção dos ativos da infraestrutura de concessão. Considerando que o modelo regulatório vigente não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas por meio de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura, sendo assim a margem de construção adotada foi estabelecida como sendo igual a zero;

3.16.4 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras, juros sobre atraso no recebimento de clientes, atualização de ativos e passivos financeiros setoriais e variações de *swaps*. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e debêntures, ajustes de desconto a valor presente e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos;

3.17 Ajuste a valor presente de ativos

Os itens sujeitos ao desconto a valor presente são referentes a contas a receber de clientes. A Companhia realizou cálculo do valor presente para os saldos com prazos de pagamento superiores a 180 dias. A taxa de desconto utilizada pela Administração para o desconto a valor presente para esses itens é de aproximadamente 10,0% a.a., semelhante ao custo médio de captação de recursos da Companhia nos últimos anos e ao encargo financeiro cobrado de seus clientes;

3.18 Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)

Os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço; e



3.19 Demonstração do valor adicionado

Preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o Pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, para as Companhia abertas, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.20 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB – International Accounting Standards

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2023 estão descritos abaixo e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas.

Revisão e normas impactadas	Descrição	Impactos contábeis
IFRS 3 / CPC 15	Referência a estrutura conceitual	Sem impactos relevantes
IAS 37 / CPC 25	Contrato oneroso	Sem impactos relevantes
IAS 16 / CPC 27	Imobilizado	Sem impactos relevantes
IAS 2 CPC 16	Estoque	Sem impactos relevantes
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS's 2018-2020	Melhorias IFRS 1/CPC 37, IFRS 9/CPC 48, IFRS 16/CPC 06 (R2) e IAS 41/CPC 29	Sem impactos relevantes

3.21 Normas emitidas, mas ainda não vigentes.

As normas em discussão no IASB, mas ainda não em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas a seguir e todas são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024. A Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

Norma	Descrição da alteração	Impactos contábeis
IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	Alteração referente a classificação e divulgação de passivo com cláusulas de <i>covenants</i> como circulante ou não circulante. O passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas <i>covenants</i> cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante. Outra alteração esclarece que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo.	A Companhia avaliará os impactos
Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2)	As alterações tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture.	A Companhia avaliará os impactos
IFRS 16/ CPC 6 (R2).	Alteração referente a requerimentos que especificam que o vendedor arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda, de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	A Companhia avaliará os impactos
IAS 7/ CPC 3 (R2).	Alteração referente a divulgação das Operações de Risco Sacado, Desconto de títulos, <i>Reverse factoring</i> , <i>Confirming</i> e/ ou assemelhadas, que envolvam as Companhias e seus fornecedores. Com esta alteração, os acordos de financiamento ou postergação de prazo de fornecedores por uma Companhia, serão divulgados e permitirá que os investidores observem como esse uso desses instrumentos afetou as operações da Companhia.	A Companhia avaliará os impactos

4. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seus desempenhos, e para o qual estão disponíveis nas demonstrações financeiras.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica no Estado do Rio de Janeiro, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalente de caixa	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e bancos	98.285	40.519
Aplicações financeiras de liquidez imediata (CDB)	191.118	-
TOTAL	289.403	40.519

A remuneração média das aplicações é de 91,7 % do CDI em 31 de dezembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía aplicações financeiras de liquidez imediata.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 31.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A carteira de aplicações financeiras é formada por Certificados de Depósito Bancário (CDB) e fundos de investimentos (exclusivos). A rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 equivale a 101,0% do CDI (102,7% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

Títulos e valores mobiliários	31.12.2023	31.12.2022
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	66.356	447.718
Fundo de Investimento (não exclusivos)	65.062	144.386
TOTAL	131.418	592.104

Os títulos e valores mobiliários são representados por: (i) garantias oferecidas para participação em leilões de energia; (ii) valores provenientes de venda de ativos que ficam retidos para reinvestimentos na rede elétrica; (iii) fundos de investimentos exclusivos; e (iv) aplicações que têm seus vencimentos superiores a três meses da data de aplicação, com perda de valor em caso de resgate antecipado.



7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Inclui, o fornecimento de energia elétrica, suprimento de energia elétrica, faturada e a faturar, comercialização de energia, acréscimos moratórios, juros oriundos de atraso no pagamento, encargos de uso da rede elétrica e energia comercializada a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Contas a receber de clientes	31.12.2023			31.12.2022		
	Receíveis	PECLO	Total	Receíveis	PECLO	Total
Classe de consumo						
Residencial	4.022.685	(3.257.975)	764.710	4.066.018	(3.274.771)	791.247
Industrial	119.565	(84.975)	34.590	133.536	(108.801)	24.735
Comercial	1.107.471	(702.601)	404.870	1.032.420	(676.590)	355.830
Rural	6.404	(4.887)	1.517	6.488	(5.064)	1.424
Poder público	361.448	(151.336)	210.112	347.793	(191.927)	155.866
Iluminação pública	147.430	(55.599)	91.831	193.955	(104.236)	89.719
Serviço público	183.155	(10.747)	172.408	183.687	(13.039)	170.648
Fornecimento faturado	5.948.158	(4.268.120)	1.680.038	5.963.897	(4.374.428)	1.589.469
Fornecimento não faturado	890.882	(12.472)	878.410	681.430	(10.159)	671.271
Suprimento e encargos de uso da rede elétrica	39.875	(265)	39.610	32.433	(1.283)	31.150
TOTAL	6.878.915	(4.280.857)	2.598.058	6.677.760	(4.385.870)	2.291.890
Circulante			1.194.766			886.059
Não circulante			1.403.292			1.405.831

7.1. Principais saldos em aberto

Classe de consumo – Serviço público

Em 31 de dezembro de 2023, a SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. ("SuperVia") é devedora de R\$ 160.355 (R\$145.173 em 31 de dezembro de 2022). A Supervia possui um Plano de Recuperação Judicial que foi homologado em 06 de junho de 2022. Algumas condições foram acordadas como: (i) faturas dos serviços prestados pela Companhia entre 09 de junho de 2022 e 09 de junho de 2024 vencerão em 45 dias após emissão; e (ii) dívida constituída até 07 de junho de 2021 será quitada em 48 parcelas a partir de janeiro de 2025.

Classe de consumo – Poder público

Em 31 de dezembro de 2023, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro ("PCRJ") possui débitos de R\$180.209 (R\$204.690 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$131.147 estão vencidos. O saldo total em aberto são referentes a faturas de energia elétrica do período entre agosto de 2018 a novembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2023, Companhia possui o montante de R\$119.735 (R\$129.889 em 31 de dezembro de 2022) registrado como perda esperada para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo em aberto.

7.2 Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

As movimentações da PECLD de clientes nos exercícios de 2023 e de 2022 são como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	(3.286.908)
Adições	(1.101.292)
Baixas realizadas no exercício – contas de energia elétrica	2.330
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(4.385.870)
Adições (nota explicativa nº 29)	(459.601)
Baixas realizadas no exercício – contas de energia elétrica	564.614
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(4.280.857)

A exposição da Companhia a riscos de crédito relacionados a clientes é divulgada na nota explicativa nº 31.

8. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Referem-se a créditos tributários originários de saldos negativos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo intangível/imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária aplicável.

Tributos e contribuições a compensar	31.12.2023	31.12.2022
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS ^(a)	123.778	142.163
PIS e COFINS a compensar (nota explicativa nº 10.1) ^(b)	2.952.169	3.652.526
INSS	3.109	4.283
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	17.079	622.946
Outros	616.989	16.644
TOTAL	3.713.124	4.438.562
Circulante	1.078.398	764.383
Não circulante	2.634.726	3.674.179

^(a) Substancialmente representados por créditos de ICMS decorrentes de aquisições de ativo intangível e imobilizado, os quais podem ser compensados em 48 meses.

^(b) O saldo encontra-se líquido dos impostos a pagar apurados em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$85.378 (R\$36.062 em 31 de dezembro de 2022). Em 31 de dezembro de 2022, o montante encontra-se acrescido de R\$44.141 referente a cancelamento de faturas.

8.1 Créditos de PIS e COFINS após a exclusão do ICMS na base de cálculo

Em 18 de fevereiro de 2008, a Companhia impetrou o Mandado de Segurança nº 0012490-07.2008.4.02.5101 objetivando o reconhecimento do seu direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Em 07 de agosto de 2019, transitou em julgado, no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, a decisão, reconhecendo o direito da Companhia de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, com efeito retroativo a janeiro de 2002, devidamente atualizados pela Taxa Selic.

Em 09 abril de 2020, a Receita Federal do Brasil (“RFB”) deferiu o pedido de habilitação dos créditos fiscais oriundos da exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS, o que motivou a reversão do IRPJ e CSLL diferidos, que foram oferecidos à tributação pelo IRPJ e pela CSLL correntes, bem como a reclassificação para o ativo circulante do montante estimado de créditos a serem recuperados nos próximos 12 meses. O início da compensação destes créditos ocorreu a partir de 30 de abril de 2020. Em 31 de dezembro de 2023, os créditos compensados somam o montante de R\$3.948.771 (R\$3.068.931 em 31 de dezembro de 2022). Desse montante, R\$703.630 se referem aos tributos federais incidentes sobre a habilitação dos referidos créditos fiscais.



Em 27 de junho de 2022, foi promulgada a Lei nº 14.385/22, a qual altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para disciplinar o repasse de valores de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica. A nova Lei incluiu o art. 3º-B, na Lei nº 9.427/1996, para determinar a destinação integral em proveitos dos usuários afetados, dos créditos oriundos das ações em que as distribuidoras de energia elétrica obtiveram a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS.

A Administração, baseada na opinião dos seus assessores legais externos, concluiu que há inconstitucionalidades na Lei, decidiu provisionar o montante de R\$2.375.221, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, relativo aos valores dos créditos que poderão ser repassados aos consumidores, como medida de cautela, apesar do prognóstico de êxito estimado pelos assessores jurídicos externos para as ações judiciais.

Nos reajustes tarifários que entraram em vigor em 15 de março de 2021, 15 de março de 2022 e 15 de março de 2023, foram homologadas as devoluções de R\$374.196, R\$1.050.000 e R\$1.777.129, respectivamente.

Segue abaixo a apresentação dos efeitos contábeis relativos ao reconhecimento da devolução integral dos créditos decorrentes da exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS, incluindo sua atualização pela Selic, e dos valores a serem restituídos aos consumidores reconhecidos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

Efeitos no balanço patrimonial	31.12.2023	31.12.2022
Créditos de PIS e COFINS sobre o ICMS	3.037.546	3.644.446
Valores a serem restituídos a consumidores ^(a)	(741.205)	(1.752.676)
Provisão para contingências - crédito de PIS/COFINS sobre ICMS a devolver ao consumidor ^(b)	(2.878.351)	(2.742.784)
Imposto de renda e contribuição social diferido ^(c)	367.563	367.563
Total	(214.447)	(483.451)

Efeitos no resultado dos exercícios	31.12.2023	31.12.2022
Provisão para contingências - crédito de PIS/COFINS sobre ICMS a devolver ao consumidor	-	(1.081.068)
Atualização monetária da provisão para contingência	(135.566)	(1.661.716)
Receita financeira - Atualização dos créditos de PIS e COFINS (nota explicativa nº 30)	272.940	293.801
Despesa financeira - Atualização dos valores a serem restituídos a consumidores (nota explicativa nº 30)	(97.773)	(213.458)
PIS e COFINS sobre resultado financeiro	(8.145)	(3.736)
Imposto de renda e contribuição social diferido ^(c)	-	367.563
Imposto de renda e contribuição social	2.769	1.270
Efeito no resultado do exercício	34.225	(2.297.344)

^(a) Refere-se a parcela incontroversa do montante a devolver aos consumidores, considerando que o período máximo aplicável para cálculo de tal devolução será de 10 anos. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reclassificou R\$1.104.698 para o curto prazo, em virtude da expectativa de compensação desse montante nos próximos 12 meses. Após reajuste tarifário, ocorrido em março de 2023, o montante de R\$1.104.698 foi reclassificado para a rubrica de ativos e passivos financeiros do setoriais, em valores a serem restituídos a consumidores - Crédito de PIS/COFINS.

^(b) Refere-se a parcela em discussão judicial que compreende o período dos créditos superiores a 10 anos.

^(c) Como consequência do registro, a Companhia constituiu ativo diferido somente sobre a parcela da provisão para contingências no montante de R\$367.563, haja vista a atualização desse litígio não se tratar de parcela dedutível nas bases do IRPJ e CSLL. Todavia, a Companhia baixou o montante reconhecido após avaliação de recuperabilidade dos ativos diferidos e diante da expectativa de não realização do montante reconhecido, conforme descrito na nota explicativa 9.

8.2. Não incidência do IRPJ/CSLL sobre atualização pela Selic dos indêbitos tributários

Em 24 de setembro de 2021, o STF em julgamento de recurso extraordinário com repercussão geral, decidiu favoravelmente aos contribuintes sobre a não incidência do imposto de renda e contribuição social sobre a atualização da Selic nos casos de restituição de impostos pagos a maior (repetição de indébito), trazendo impactos relevantes, principalmente, para a tributação dos ganhos do ICMS na base do PIS e COFINS.

De forma geral, as entidades que possuíam ação questionando esta tese até a data de julgamento do STF já teriam direito a não tributar a atualização da Selic nos ganhos tributários. Entidades que não possuíam ação questionando o tema até o julgamento do STF, devem aguardar o resultado de eventual modulação dos efeitos da decisão.

A Companhia possui mandado de segurança, no qual discute o direito à repetição dos montantes de IRPJ e CSLL que incidiram sobre os valores correspondentes à Selic aplicada em seus indébitos tributários e depósitos judiciais, desde agosto de 2016, bem como pleiteia o afastamento definitivo dessa incidência tributária.

Com base na decisão do STF e conforme ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (equivalente à norma internacional IFRIC 23), reavaliou a expectativa de ganho do direito em relação aos indébitos tributários e reconheceu em setembro de 2021, como receita de IRPJ e CSLL corrente e diferido, o montante de R\$536.170 sendo (i) R\$365.170 à título de IRPJ e CSLL a recuperar referente aos períodos que a Companhia apurou lucro real, apresentados no ativo não circulante; e (ii) R\$171.761 pela recomposição do prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social referentes aos períodos em que a Companhia apurou base fiscal negativa para os períodos de cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação, aumentando o ativo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2023, o montante de IRPJ e CSLL a recuperar atualizados monetariamente é de R\$499.371 (R\$410.583 em 31 de dezembro de 2022).

Importante ressaltar, que o montante apurado pela Companhia levou em consideração as atualizações financeiras sobre os valores a serem restituídos aos consumidores, ou seja, a Companhia considerou em suas exclusões os mesmos efeitos os quais havia considerado quando do reconhecimento dos créditos sobre a exclusão do ICMS da base do PIS e da COFINS, ou seja, líquido do passivo a restituir.

9. TRIBUTOS DIFERIDOS

Tributos diferidos	31.12.2023			31.12.2022		
	Ativo diferido	Passivo diferido	Líquido diferido	Ativo diferido	Passivo diferido	Líquido diferido
PECLD	1.473.171	-	1.473.171	1.510.408	-	1.510.408
Provisões para contingências	747.444	-	747.444	792.024	-	792.024
Prejuízos fiscais	507.860	-	507.860	445.904	-	445.904
Base negativa de contribuição social	185.856	-	185.856	163.552	-	163.552
Benefício pós-emprego	69.020	-	69.020	71.857	-	71.857
Provisão para PLR	15.404	-	15.404	6.026	-	6.026
Outros	197.016	-	197.016	194.134	-	194.134
Instrumentos financeiros derivativos swaps	156.850	-	156.850	93.967	-	93.967
Remuneração do ativo financeiro da concessão	-	(882.879)	(882.879)	-	(784.530)	(784.530)
Provisão para não recuperabilidade de diferido	(1.935.399)	-	(1.935.399)	(1.634.376)	-	(1.634.376)
ATIVO/ (PASSIVO) TRIBUTÁRIO DIFERIDO BRUTO	1.417.222	(882.879)	534.343	1.643.496	(784.530)	858.966
Apresentação pelo líquido	(882.879)	882.879	-	(784.530)	784.530	-
ATIVO TRIBUTÁRIO DIFERIDO LÍQUIDO	534.343	-	534.343	858.966	-	858.966

9.1. Reconhecimento de provisão para não recuperabilidade de ativos diferidos

A Companhia adota como prática contábil a revisão dos ativos fiscais diferidos no encerramento de cada exercício social e realiza eventual provisão para perda por não recuperabilidade na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser consumido.

Em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia identificou a existência de indicadores de não recuperabilidade dos tributos diferidos, considerando principalmente os prejuízos fiscais dos últimos exercícios, o prejuízo apurado no exercício corrente, as projeções de resultado com base em orçamento financeiro e o prazo de vencimento do contrato de concessão da Companhia em julho de 2026.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia registrou provisão de perda por não recuperabilidade de parte de seus ativos diferidos no montante de R\$1.935.399 (R\$1.634.376 em 31 de dezembro de 2022).

O estudo técnico de viabilidade de realização fiscal aponta a seguinte estimativa futura:

Diferenças temporárias	Saldo em 31.12.2021	Reconhecido no Resultado	Reconhecido no Patrimônio Líquido	Saldo em 31.12.2022	Reconhecido no Resultado	Reconhecido no Patrimônio Líquido	Saldo em 31.12.2023
PECLD	1.130.072	380.336	-	1.510.408	(37.237)	-	1.473.171
Provisões para contingências	168.163	623.861	-	792.024	(44.580)	-	747.444
Prejuízos fiscais	280.236	165.668	-	445.904	61.956	-	507.860
Base negativa de contribuição social	103.912	59.640	-	163.552	22.304	-	185.856
Benefício Pós-Emprego (Nota explicativa nº22)	-	-	71.857	71.857	-	(2.837)	69.020
Provisão para PLR	15.690	(9.664)	-	6.026	9.378	-	15.404
Outros	2.430	191.704	-	194.134	2.882	-	197.016
Instrumentos financeiros derivativos swaps	-	93.967	-	93.967	62.883	-	156.850
Provisão para não recuperabilidade de diferido	-	(1.562.519)	(71.857)	(1.634.376)	(303.860)	2.837	(1.935.399)
TOTAL DO IR E CSLL DIFERIDOS – ATIVO	1.700.503	(57.007)	-	1.643.496	(226.274)	-	1.417.222
Instrumentos financeiros derivativos	(44.880)	44.880	-	-	-	-	-
Remuneração do ativo financeiro da concessão	(771.486)	(13.044)	-	(784.530)	(98.349)	-	(882.879)
TOTAL DO IR E CSLL DIFERIDOS – PASSIVO	(816.366)	31.836	-	(784.530)	(98.349)	-	(882.879)

O estudo técnico de viabilidade de realização fiscal conforme cronograma anual de realização é como segue:

2025	2026	Total
170.492	1.246.730	1.417.222

9.2 Conciliação dos tributos no resultado

Conciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para imposto de renda e contribuição social:

Conciliação dos tributos no resultado	31.12.2023	31.12.2022
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	152.071	(5.633.610)
Alíquota nominal de IRPJ e CSLL	34%	34%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL ÀS ALIQUOTAS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE	(51.704)	1.915.427
Outros efeitos de IRPJ e CSLL sobre as adições e exclusões permanentes	(52.124)	(586.389)
Não incidência do IRPJ/CSLL sobre atualização pela Selic dos débitos tributários	83.824	47.612
Incentivos fiscais ^(a)	-	3.144
Provisão para não recuperabilidade de diferido	(303.860)	(1.562.519)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO	(323.864)	(182.725)
IRPJ e CSLL corrente no resultado	760	(157.554)
IRPJ e CSLL diferido no resultado	(324.624)	(25.171)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	213%	-3%

(a) Refere-se a Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313/91) e Programa de Alimentação ao Trabalhados (PAT – Lei 6.321/76), que ambos isoladamente possibilitam a aplicação de até 4% do imposto de renda devido.

10. OUTROS CRÉDITOS

Outros créditos	31.12.2023	31.12.2022
Contribuição iluminação pública	256.510	219.090
Dispêndios a reembolsar	31.407	27.914
Desativações e alienações em curso	10.159	19.132
Subvenções governamentais de baixa renda e subsídios tarifários	98.279	68.974
Restituição de valores cobrados - Acordo Furnas	49.337	49.337
Outros	17.997	3.438
TOTAL	463.689	387.885
Circulante	463.689	387.731
Não circulante	-	154

11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

Ativos e passivos financeiros setoriais	31.12.2023			31.12.2022		
	Saldo em amortização	Saldo em constituição	Total	Saldo em amortização	Saldo em constituição	Total
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	11.770	(1.884)	9.886	23.042	95.430	118.472
Custo de aquisição de energia	(104.123)	(263.662)	(367.785)	206.037	(319.661)	(113.624)
Encargo do Serviço do Sistema – ESS/EER	(21.801)	242.321	220.520	135.992	387.100	523.092
PROINFA	(1.144)	-	(1.144)	5.359	-	5.359
Transporte de energia elétrica – Itaipu	2.905	45.722	48.627	503	15.807	16.310
Transporte de energia pela rede básica	18.785	237.931	256.716	8.213	124.846	133.059
Itens da Parcela A	(93.608)	260.428	166.820	379.146	303.522	682.668
Valores a serem restituídos a consumidores - Crédito de PIS/COFINS	(284.228)	-	(284.228)	(949.525)	-	(949.525)
Sobrecontratação de energia e exposição involuntária	101.166	(149.484)	(48.318)	(62.529)	460.439	397.910
Neutralidade da Parcela A	5.159	(200.040)	(194.881)	(4.104)	51.900	47.796
Devoluções tarifárias	(7.087)	(41.164)	(48.251)	(186.652)	856.358	669.706
Outros itens financeiros ^(a)	73.477	(276.853)	(203.376)	(87.874)	(1.472.817)	(1.560.691)
Itens financeiros	(111.513)	(667.541)	(779.054)	(1.290.684)	(104.120)	(1.394.804)
Ativos (passivos) financeiros setoriais	(205.121)	(407.113)	(612.234)	(911.538)	199.402	(712.136)
Ativo (passivo) circulante	-	-	(205.121)	-	-	(753.678)
Ativo (passivo) não circulante	-	-	(407.113)	-	-	41.542

^(a) Em 31 de dezembro de 2022, a linha de outros itens financeiros em constituição é composta basicamente pela bandeira tarifária no montante de R\$1.006.761

As movimentações dos saldos de ativos e passivos financeiros setoriais nos exercícios de 2023 e de 2022, são como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.203.919
Constituição ^(a)	(359.418)
Amortização ^(a)	818.814
Recebimento de recursos de CCRBT ^(a)	(482.372)
Recebimento referente a importação no período de Jul/ Ago de 2021 ^(c)	(45.011)
Valores a serem restituídos a consumidores - Crédito de Pis/Cofins ^(b)	(1.846.656)
Atualização Selic (nota explicativa nº 30)	(1.412)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(712.136)
Constituição ^(a)	(108.468)
Amortização ^(a)	1.319.564
Recebimento de recursos de CCRBT ^{(a) (d)}	(74.847)
Valores a serem restituídos a consumidores - Crédito de Pis/Cofins ^(b)	(1.104.698)
Atualização Selic (nota explicativa nº 30)	68.351
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(612.234)

^(a) Saldos reconhecidos no resultado do exercício na receita operacional líquida, na rubrica "ativos e passivos financeiros setoriais" (vide Nota explicativa nº 27), que incluíram os recursos da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT).

^(b) Após reajuste tarifário, ocorrido em março de 2023, esse montante foi transferido da rubrica de Valores a serem restituídos a consumidores para a rubrica de ativos e passivos financeiros setoriais.

^(c) Em 2022, saldo referente ao custo com importação de energia elétrica nos meses de julho e agosto de 2021. A autorização de importação de energia foi uma das medidas de enfrentamento da situação de escassez hídrica.

11.1 Reajustes, revisões tarifárias e outros assuntos regulatórios

11.1.1 Reajustes tarifários

Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária é dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar os custos gerenciáveis conforme regra prevista no contrato de concessão.

As tarifas da Companhia foram reajustadas através da Resolução nº de 3.176, de 14 de março de 2023, com efeito médio percebido pelos consumidores de 7,00%, tendo entrado em vigor a partir de 15 de março de 2023.

11.1.2 Revisões tarifárias

As revisões tarifárias periódicas da Companhia ocorrem a cada cinco anos. Nesse processo a ANEEL procede ao recálculo completo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado das concessionárias, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas.

Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

A última revisão tarifária ordinária foi aprovada pela Resolução nº 3.014, de 15 de março de 2022 com efeito médio para o consumidor de 14,68% com vigência a partir de 15 de março de 2022.

Revisões Tarifárias Extraordinárias - RTE

Em dezembro de 2022 a ANEEL, aprovou a Revisão Tarifária Extraordinária da Companhia, distribuidora de energia elétrica, atendendo à aplicação da Lei nº 14.385 de 27 de junho 2022, que tratou da devolução, aos consumidores, de créditos fiscais associados ao excesso de tributo decorrente da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS.

Essas revisões tarifárias utilizam créditos tributários de PIS/Confins. A devolução é possível devido à decisão judicial favorável obtida pelas concessionárias distribuidoras para reduzir a base de cálculo das contribuições. Essas ações já foram julgadas e os créditos tributários foram habilitados pela Receita Federal, o que dá segurança jurídica para sua aplicação. A nova tarifa foi aplicada a partir de 15 de dezembro de 2022.

Na RTE foi considerado o ajuste em relação a diferença entre o saldo compensado até o momento e os valores já devolvidos aos consumidores, via tarifa, nos processos tarifários anteriores, atualizados por Selic e descontados os tributos incidentes.

11.1.3 Bandeiras tarifárias

A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional -SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia – TE.

O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por:

Bandeira Tarifária Verde;
Bandeira Tarifária Amarela;
Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2; e
Bandeira Escassez Hídrica.

A tarifa sofre acréscimo a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês, conforme valores estabelecidos na tabela abaixo.

Bandeira	Atual R\$/Kwh Resolução nº 3.051/2022 ^(a)	Proposta CP nº 26/2023 ^(b)
Amarela	2,89	1,88
Vermelha 1	6,50	4,46
Vermelha 2	9,79	7,87

^(a) A ANEEL aprovou, em 21 de junho de 2022, por meio da Resolução Homologatória nº 3.051, os novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de julho de 2022.

^(b) Devido ao cenário favorável para geração de energia por hidrelétricas, entre outros fatores, no dia 06 de outubro de 2023 foi aberta a Consulta Pública nº 26/23 no âmbito da Aneel, onde foram propostas reduções de valores nos patamares das bandeiras que variam entre 20% e 37%.

Em 2023 e 2022 as bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

Meses	31.12.2023	31.12.2022
Janeiro	Verde	Escassez Hídrica
Fevereiro	Verde	Escassez Hídrica
Março	Verde	Escassez Hídrica
Abril	Verde	Escassez Hídrica /Verde
Maio	Verde	Verde
Junho	Verde	Verde
Julho	Verde	Verde
Agosto	Verde	Verde
Setembro	Verde	Verde
Outubro	Verde	Verde
Novembro	Verde	Verde
Dezembro	Verde	Verde

11.1.4 Outros assuntos regulatórios

11.1.4.1 Sobrecontratação

O Brasil vivencia uma situação de sobrecontratação de energia generalizada desde o ano de 2016, que tem afetado grande parte das empresas distribuidoras de energia elétrica do país. Por um lado, além das incertezas no crescimento da demanda por razões econômicas, o mercado regulado passou a ser extremamente afetado pelo aumento no volume das migrações dos consumidores cativos para o mercado livre e pelo crescimento da geração distribuída. De outro lado, dado o modelo centralizado de contratação, a carteira das distribuidoras carrega contratos de longo prazo com pouca flexibilidade.

Neste contexto, a metodologia de apuração dos resultados de sobrecontratação ainda está sendo discutida entre a ANEEL e as Distribuidoras, por consequência impedindo a homologação dos valores para os anos de 2019 a 2023.

No âmbito deste processo, destaca-se abaixo o histórico recente:

- 1) Em 08 de abril de 2021, a Procuradoria Federal junto à ANEEL se manifestou contrariamente ao posicionamento exarado, até então, pela área técnica e diretoria, tendo, no âmbito do Parecer n. 00079/2021/PFANEEL/PGF/AGU, opinado pela necessidade de alterações dos valores dos montantes de involuntariedade originalmente calculados, diante de análises aprofundadas dos seguintes pontos: (i) possibilidade ou não de aplicação do critério econômico na avaliação da sobrecontratação involuntária; (ii) diferenciação do conceito do máximo esforço para exposição e sobrecontratação involuntárias; e (iii) possibilidade de avaliação retroativa de migrações de consumidores livres e especiais ao ACL;
- 2) Ato seguinte, em 26 de novembro de 2021, e em atendimento à análise da Procuradoria Federal da ANEEL, foi publicada pela Superintendência de Regulação Econômica e Estudos de Mercado - SRM da ANEEL a Nota Técnica nº 121/2021-SRM/SGT/ANEEL, contendo a nova metodologia de apuração e valores de involuntariedades, bem como recomendando a apreciação da matéria pela Diretoria da Agência.
- 3) Em agosto de 2022, a Diretoria da ANEEL, através do Despacho 2.168/2022, acatou os pedidos de reconsideração interpostos pelas distribuidoras em face do Despacho nº 2.508/2020 e revisou os montantes de involuntariedade das distribuidoras para os anos de 2016 e 2017.
- 4) Em 10 de novembro de 2023 o despacho nº 4.395 da ANEEL estabeleceu os montantes de involuntariedades das distribuidoras para 2018.

Após a publicação dos Despachos 2.168/2022 e 4.395/2023, a Administração atualizou as suas estimativas quanto aos ativos e passivos financeiros setoriais referentes à sobrecontratação de energia dos exercícios de 2018 a 2023, proporcionalizando um efeito no resultado.

O saldo registrado contabilmente no passivo não circulante e ainda não repassado para a tarifa é indicado na tabela abaixo:

Sobrecontratação ^(b)	31.12.2023	31.12.2022
Ajuste da sobrecontratação 2017	-	82.372
Ajuste da sobrecontratação 2018	38.729	32.286
Ajuste da sobrecontratação 2020	(87.558)	(77.459)
Ajuste da sobrecontratação 2021	92.234	81.596
Ajuste da sobrecontratação 2022	(328.939)	(291.000)
	(285.534)	(172.205)

^(a) Valores atualizados pela taxa Selic, que no exercício foi R\$4.749 (R\$638 no exercício de 2022) contabilizados em receita financeira, na rubrica de atualização de ativos e passivos financeiros setoriais (nota explicativa nº 30).

^(b) No exercício de 2023 não foi apurado ajuste de sobrecontratação.

12. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

As movimentações do ativo indenizável ao final da concessão nos exercícios de 2023 e 2022, são como segue:

Ativo indenizável ao final da concessão	Ativo financeiro	Obrigações especiais	Ativo financeiro líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021 - ativo não circulante	8.223.659	(1.401.671)	6.821.988
Adições ^(a)	890.028	(21.354)	868.674
Valor justo - atualização VNR (nota explicativa nº 28)	(13.945)	52.310	38.365
Transferências	-	12.900	12.900
Baixas	(44.633)	-	(44.633)
Saldo em 31 de dezembro de 2022 - ativo não circulante	9.055.109	(1.357.815)	7.697.294
Adições ^(a)	775.589	(34.425)	741.164
Valor justo - atualização VNR (nota explicativa nº 28)	416.318	(62.905)	353.413
Baixas	(46.345)	-	(46.345)
Saldo em 31 de dezembro de 2023 - ativo não circulante	10.200.671	(1.455.145)	8.745.526

^(a) Adição originada referente a bifurcação dos ativos quando da transferência para o ativo intangível em serviço, conforme nota explicativa nº 16

13. ATIVO CONTRATUAL - INFRAESTRUTURA EM CONSTRUÇÃO

As movimentações do ativo contratual nos exercícios de 2023 e de 2022, são como segue:

Ativo contratual	Direito de uso da concessão	Obrigações especiais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	601.550	(43.296)	558.254
Adições ^(a)	1.150.682	(71.969)	1.078.713
Baixas	(8.087)	-	(8.087)
Transferências para intangível (nota explicativa nº 15)	(989.182)	25.062	(964.120)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	754.963	(90.203)	664.760
Adições ^(a)	640.986	(51.268)	589.718
Transferências para intangível (nota explicativa nº 15)	(891.551)	38.785	(852.766)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	504.398	(102.686)	401.712

^(b) Transferência proveniente da bifurcação dos ativos quando da transferência para o ativo intangível em serviço (nota explicativa nº 18).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi incorporado ao ativo contratual, a título de capitalização de juros, o montante de R\$37.471 (R\$10.104 em 31 de dezembro de 2022), cuja taxa média de capitalização foi de 7,1% ao ano (7,2% em 31 de dezembro de 2022)

14. INVESTIMENTOS

Investimentos	31.12.2023	31.12.2022
Avaliado a valor justo ^(a)	112	39.451
Bens não vinculados a atividade de concessão ^(b)	3.874	4.170
TOTAL	3.986	43.621

^(a) A Companhia detém investimentos avaliados a valor justo nas seguintes empresas: Eletronuclear, CHESF e Furnas Centrais Elétricas S.A.. Em 2023, a Companhia vendeu as ações que detinha da empresa Eletrobras.

^(b) Bens não vinculados a atividade de concessão é composto por edificação que se encontra disponível para locação.

15. IMOBILIZADO

Imobilizado	31.12.2023				31.12.2022
	Taxa Média Anual %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Distribuição ^(a)	4,69	23.674	(20.712)	2.962	2.689
Administração	7,96	644.201	(397.362)	246.839	204.271
Comercialização	7,96	10.247	(9.411)	836	1.036
Obrigações especiais	4,02	678.122	(427.485)	250.637	207.996
EM SERVIÇO				(256)	(271)
Administração		677.723	(427.342)	250.381	207.725
EM CURSO		42.313	-	42.313	118.102
TOTAL DO IMOBILIZADO		42.313	-	42.313	118.102
		720.036	(427.342)	292.694	325.827

^(a) Imobilizado da distribuição refere-se a equipamentos que não estão vinculados a concessão.

Segue abaixo a mutação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

Imobilizado	Em serviço				Em curso	Total do Imobilizado
	Custo	Depreciação acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	561.934	(368.447)	(288)	193.199	116.109	309.308
Adições	-	-	-	-	75.889	75.889
Baixas	(299)	272	-	(27)	-	(27)
Depreciação	-	(30.674)	17	(30.657)	-	(30.657)
Transferências entre curso e serviço	42.844	-	-	42.844	(42.844)	-
Transferências do / (para o) intangível	2.366	-	-	2.366	(31.052)	(28.686)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	606.845	(398.849)	(271)	207.725	118.102	325.827
Adições	-	-	-	-	38.823	38.823
Baixas	(2.680)	1.134	-	(1.547)	(1.955)	(3.502)
Depreciação	-	(29.771)	16	(29.754)	-	(29.754)
Transferências entre curso e serviço	73.647	-	-	73.647	(73.647)	-
Transferências do / (para o) intangível	310	-	-	310	(39.010)	(38.700)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	678.122	(427.486)	(255)	250.381	42.313	292.694

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi incorporado ao ativo imobilizado, a título de capitalização de despesas com contratos de arrendamento (IFRS 16), o montante de R\$15.706 (R\$17.422 em 31 de dezembro de 2022).

15.1 Taxas anuais de depreciação:

As principais taxas anuais de depreciação, com base na estimativa da vida útil dos bens, são as seguintes:

DISTRIBUIÇÃO		ADMINISTRAÇÃO	
	%		%
Banco de capacitores	6,67	Edificações	3,33
Chave de distribuição	6,67	Equipamento geral	6,25
Condutor do sistema	3,57	Veículos	14,29
Disjuntor	3,03		
Edificações	3,33		
Estrutura do sistema	3,57		
Medidor	7,69		
Regulador de tensão	4,35		
Religador	4		
Transformador	4		

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável para os ativos imobilizados em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

Para os ativos imobilizados que não possuem garantia de indenização, os itens são depreciados pelo método linear respeitando a vida útil do bem.

16. INTANGÍVEL

Intangível	31.12.2023			31.12.2022
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Direito de uso da concessão	8.851.843	(7.276.974)	1.574.869	2.059.045
Outros ^(a)	1.461.291	(1.131.607)	329.684	238.462
Obrigações especiais	(803.444)	542.752	(260.692)	(326.969)
EM SERVIÇO	9.509.690	(7.865.829)	1.643.861	1.970.538
Outros ^(a)	146.625	-	146.625	178.571
EM CURSO	146.625	-	146.625	178.571
TOTAL DO INTANGÍVEL	9.656.315	(7.865.829)	1.790.486	2.149.109

^(a) Inclui basicamente softwares e licenças.

As movimentações do intangível nos exercícios de 2023 e de 2022, são como segue:

Intangível	Em serviço				Em curso			Total do Intangível
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	9.696.277	(7.050.408)	(353.088)	2.292.781	163.079	-	163.079	2.455.860
Adições	-	-	-	-	121.964	(26.094)	95.870	95.870
Baixas	(96.774)	79.753	-	(17.021)	-	-	-	(17.021)
Amortização	-	(636.316)	68.821	(567.495)	-	-	-	(567.495)
Transferências de outros créditos (Acordo Furnas)	253.825	(183.162)	-	70.663	-	-	-	70.663
Transferências	104.106	-	(26.094)	78.012	(104.106)	26.094	(78.012)	-
Transferências do (para o) imobilizado	31.052	-	-	31.052	(2.366)	-	(2.366)	28.686
Transferências do ativo contratual	989.182	-	(25.062)	964.120	-	-	-	964.120
Transferências para o ativo financeiro da concessão ^(a)	(890.028)	-	21.354	(868.674)	-	-	-	(868.674)
Transferências do ativo financeiro da concessão (Nota 11)	-	-	(12.900)	(12.900)	-	-	-	(12.900)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	10.087.640	(7.790.133)	(326.969)	1.970.538	178.571	-	178.571	2.149.109
Adições	-	-	-	-	120.552	-	120.552	120.552
Baixas	(81.666)	71.071	-	(10.595)	-	-	-	(10.595)
Amortização	-	(689.519)	70.637	(618.882)	-	-	-	(618.882)
Transferências	151.988	-	-	151.988	(151.988)	-	(151.988)	-
Transferências do (para o) imobilizado	39.210	-	-	39.210	(510)	-	(510)	38.700
Transferências do ativo contratual	891.551	-	(38.785)	852.766	-	-	-	852.766
Transferências para o ativo financeiro da concessão ^(a)	(775.589)	-	34.425	(741.164)	-	-	-	(741.164)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	10.313.134	(8.408.581)	(260.692)	1.643.861	146.625	-	146.625	1.790.486

^(a) Transferência para o ativo financeiro da concessão referente a bifurcação dos ativos quando da entrada em serviço e transferência do ativo financeiro da concessão referente às obrigações especiais, vide Nota explicativa nº 12.

^(b) Transferência do ativo financeiro da concessão após atualização das taxas de depreciação de obrigações especiais em decorrência da Revisão Tarifária Periódica de 14 de março de 2022.

17. FORNECEDORES

Fornecedores	31.12.2023	31.12.2022
Comercialização no mercado de curto prazo	167.909	58.159
Encargos de uso da rede elétrica	155.184	134.577
Energia livre - ressarcimento às geradoras ^(a)	151.400	133.936
Leilões de energia	448.766	336.373
Itaipu binacional	189.780	250.285
UTE Norte Fluminense	291.125	293.903
Materiais e serviços	215.252	245.552
TOTAL - CIRCULANTE	1.619.416	1.452.785

^(a) Energia livre - ressarcimento às geradoras - refere-se a valores pagar as geradoras de energia elétrica referente às perdas ocorridas no período de racionamento de energia entre junho de 2001 a fevereiro de 2002. A Companhia possui Mandados de Segurança contra os despachos SFF/ANEEL nº 2.517/2010 e SFF/ANEEL nº 1.068/2010, e o montante vem sendo atualizado mensalmente pela taxa Selic.

**Light**

Prefeitura Municipal de Itajaí
 Prop. No 072/24
 Rubrica: 1209

**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS 2023**

Light SESA CNPJ 60.444.437/0001-46
 Companhia de Capital Aberto

18. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR

Tributos e contribuições a pagar	31.12.2023	31.12.2022
ICMS a pagar	194.296	234.680
Parcelamento - Lei 11.941/09	16.491	43.132
Outros	23.111	11.064
IRRF a pagar	62	238
TOTAL	233.960	289.114
Circulante	157.731	127.671
Não circulante	76.229	161.443

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A Companhia está com a exigibilidade de seus empréstimos e financiamentos suspensos desde o ajuizamento da Tutela Cautelar Antecedente, em 10 de abril de 2023 e, por isso, permanecem com seus saldos congelados dentro do processo de recuperação judicial. A Companhia provisionou os juros e correção monetária que teriam sido incorridos desde o pedido de recuperação judicial de acordo com os termos e condições originalmente previstas nos contratos das dívidas financeiras ora concursais e, efetuou a reclassificação dos valores para o passivo circulante.

Financiador	Principal	Encargos	31.12.2023	31.12.2022
TN - Par Bond	188.421	2.434	190.855	205.693
TN - Caução - Par Bond	(181.793)	-	(181.793)	(191.899)
TN - Discount Bond	131.474	1.779	133.253	142.476
TN - Caução - Discount Bond	(126.336)	-	(126.336)	(134.742)
4131 Citibank 2021	193.652	9.665	203.317	208.764
Bonds 2021	1.936.520	87.547	2.024.067	2.090.377
Subtotal - Moeda estrangeira	2.141.938	101.425	2.243.363	2.320.669
Custo de captação	(15.406)	-	(15.406)	(21.568)
Custos - Moeda estrangeira	(15.406)	-	(15.406)	(21.568)
MOEDA ESTRANGEIRA - TOTAL	2.126.532	101.425	2.227.957	2.299.101
FIDC 2018 Série A	-	-	-	351.755
FIDC 2018 Série B	-	-	-	155.620
Cotas Subordinadas FIDC	-	-	-	(34.789)
Retenção FIDC	(274)	-	(274)	(31.424)
Fianças bancárias diversas	-	44	44	70
Subtotal - Moeda nacional	(274)	44	(230)	441.232
Custo de Captação	-	-	-	(10.260)
Custos - Moeda nacional	-	-	-	(10.260)
MOEDA NACIONAL - TOTAL	(274)	44	(230)	430.972
TOTAL	2.126.258	101.469	2.227.727	2.730.073
Circulante			2.227.727	302.251
Não circulante			-	2.427.822

As condições contratuais dos empréstimos e financiamentos existentes em 31 de dezembro de 2023, são como segue:

Financiador	Data de assinatura	Moeda	Taxa de juros a.a	Taxa efetiva	Amortização do principal		
					Forma de pagamento	Início	Término
TN - Par Bond	29.04.1996	US\$	USD + 6,00%	6,00%	Única	abr/24	abr/24
TN - Caução - Par Bond	29.04.1996	US\$	US Treasury	-	Única	abr/24	abr/24
TN - Discount Bond	29.04.1996	US\$	Libor 6M + 0,8125%	6,39%	Única	abr/24	abr/24
TN - Caução - Discount Bond	29.04.1996	US\$	US Treasury	-	Única	abr/24	abr/24
4131 Citibank 2021	29.09.2021	US\$	Libor 3M + 1,18%	6,56%	Única	mar/25	mar/25
Bonds 2021 Sesa	18.06.2021	US\$	USD + 4,375%	4,38%	Única	jun/26	jun/26
FIDC 2018 Série A	04.04.2018	Real	CDI + 1,20%	1,50%	Única	mai/26	mai/26
FIDC 2018 Série B	04.04.2018	Real	IPCA + 5,75%	14,40%	Mensal	jul/19	jun/24

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC") foi constituído em 04 de junho de 2018, com objetivo de rolagem das dívidas vincendas, cessão de direitos creditórios da Companhia e prazo de 6 anos originalmente. O FIDC foi emitido com duas séries de Cotas Seniores: (i) 1ª série, com taxa de CDI + 1,20% a.a. e; (ii) 2ª série, com taxa de IPCA + 5,75% a.a. Além das Cotas Seniores, foi realizada em junho de 2018 a emissão das Cotas Subordinadas do FIDC no montante de R\$35.104. As Cotas Subordinadas não foram objeto de distribuição pública e foram integralizadas exclusivamente pela Companhia com o objetivo de atender às condições precedentes para integralização de Cotas Seniores do FIDC (atendimento à relação mínima de 102,5% e composição das reservas iniciais do FIDC), e com isto viabilizar a emissão de Cotas Seniores e consequentemente a cessão de direitos creditórios da Companhia para o FIDC.

Em 15 de setembro de 2023, a Companhia amortizou integralmente as Cotas Seniores do FIDC, devido ao processo de amortização acelerada decorrente do rebaixamento do seu rating. As Cotas Subordinadas permitiam amortizações intermediárias, em casos de excesso de subordinação no FIDC, e tiveram resgate parcial em 18 de setembro de 2023 no valor líquido de R\$32.862 restando ainda um saldo em aberto de R\$274. As Cotas Seniores e Cotas Subordinadas não integram os créditos concursais sujeitos à recuperação judicial.

Além das cauções dos contratos em moeda estrangeira celebrado com o Tesouro Nacional (TN), os empréstimos estão garantidos por avais da Controladora Light S.A. – Em Recuperação Judicial Ademais, foram cedidos direitos creditórios, presentes e futuros da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2023, os empréstimos e financiamentos, têm avais, fianças ou garantias corporativas da Controladora Light S.A. – Em Recuperação Judicial, no montante de R\$2.227.384 (R\$2.299.141 em 31 de dezembro de 2022).

A variação percentual das principais moedas estrangeiras e os percentuais dos principais indicadores, base de atualização dos empréstimos, financiamentos e debêntures, teve o seguinte comportamento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

Moedas estrangeiras e indicadores	31.12.2023	31.12.2022
USD - Dólar Americano	-7,2%	-6,50%
IGP-M	-3,2%	5,46%
IPCA	4,6%	5,78%
SELIC	13,0%	12,39%
CDI	13,0%	12,39%
TJLP	6,6%	7,20%

As movimentações dos empréstimos e financiamentos nos exercícios de 2023 e de 2022, são como segue:

Movimentação dos empréstimos e financiamentos	Principal	Encargos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.270.856	20.193	3.291.049
Variação monetária e cambial	(147.790)	-	(147.790)
Encargos financeiros provisionados	-	198.778	198.778
Encargos financeiros pagos	-	(209.624)	(209.624)
Amortização do principal	(416.187)	-	(416.187)
Amortização do custo de captação	14.994	-	14.994
Cotas Subordinadas e Retenção – FIDC	(1.147)	-	(1.147)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.720.726	9.347	2.730.073
Variação monetária e cambial	(167.971)	-	(167.971)
Encargos financeiros provisionados	-	140.292	140.292
Encargos financeiros pagos	-	(48.170)	(48.170)
Amortização do principal ^(a)	(508.858)	-	(508.858)
Amortização do custo de captação	16.422	-	16.422
Cotas Subordinadas e Retenção – FIDC	65.939	-	65.939
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.126.258	101.469	2.227.727

^(a) Inclui a amortização do FIDC e as amortizações efetuadas anteriormente ao deferimento do Pedido de Recuperação Judicial, em 15 de maio de 2023.

O montante total do principal está apresentado líquido dos custos com a captação dos empréstimos e custos com *fees de covenants (waivers)*. Estes custos estão detalhados no quadro abaixo:

Movimentação dos custos de captação	Saldo a amortizar em 31.12.2021	Amortização do custo	Saldo a amortizar em 31.12.2022	Amortização do custo	Saldo a amortizar em 31.12.2023
Nota Promissória - 5ª NP	1.993	(1.993)	-	-	-
FIDC 2018	17.099	(6.840)	10.259	(10.259)	-
Bonds 2019	27.730	(6.162)	21.568	(6.163)	15.405
TOTAL	46.822	(14.995)	31.827	(16.422)	15.405

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez relacionados a empréstimos e financiamentos é divulgada na nota explicativa nº 31.

Covenants

A Companhia possui cláusulas que podem gerar antecipação do vencimento de dívidas em determinados contratos de empréstimos e financiamentos, inclusive vencimento cruzado. O vencimento antecipado ocorre quando do não atendimento a pelo menos um indicador dos chamados "covenants financeiros" em dois trimestres consecutivos ou quatro trimestres intercalados, e também quando do não atendimento de determinados "covenants não financeiros", como o pedido de recuperação judicial.

Em 15 de maio de 2023, foi deferido à Controladora Light S.A. – Em Recuperação Judicial o Pedido de Recuperação Judicial, ensejando o não cumprimento do indicador de "covenants não financeiros" e consequentemente o vencimento antecipado das dívidas da Companhia. No entanto, em razão da Recuperação Judicial, restou suspensa a exigibilidade das obrigações financeiras relativas aos contratos celebrados pelas partes envolvidas; os efeitos de decretação de vencimento antecipado e/ou amortização acelerada de obrigações já ocorridas; a eficácia de suas respectivas cláusulas, impedindo-se novas e futuras decretações nesse sentido, e os efeitos de qualquer direito ou pretensão de compensação contratual.

20. DEBÊNTURES

A Companhia está com a exigibilidade de suas debêntures suspensas desde o ajuizamento da Tutela Cautelar Antecedente, em 10 de abril de 2023 e, por isso, permanecem com seus saldos congelados dentro do processo de recuperação judicial. A Companhia provisionou os juros e correção monetária que teriam sido incorridos desde o pedido de recuperação judicial de acordo com os termos e condições originalmente previstas nos contratos das dívidas financeiras ora concursais e, efetuou a reclassificação dos valores para o passivo circulante.

Emissão	Principal	Encargos	Total	31.12.2023	31.12.2022
8ª Emissão	-	-	-	-	158.357
9ª Emissão Série B	121.838	7.852	129.690	129.690	117.209
15ª Emissão Série 1	715.792	58.757	774.549	774.549	693.833
16ª Emissão Série 2	422.950	75.315	498.265	498.265	435.381
16ª Emissão Série 3	62.500	11.216	73.716	73.716	64.350
17ª Emissão Série 2	50.000	9.215	59.215	59.215	51.522
17ª Emissão Série 4	192.122	12.108	204.230	204.230	185.608
19ª Emissão	632.870	53.850	686.720	686.720	620.281
20ª Emissão	756.904	32.884	789.788	789.788	736.490
21ª Emissão	240.013	36.425	276.438	276.438	386.284
22ª Emissão	1.077.898	61.490	1.139.388	1.139.388	1.039.306
23ª Emissão Série 1	263.500	48.387	311.887	311.887	271.465
23ª Emissão Série 2	268.500	50.426	318.926	318.926	276.784
24ª Emissão	1.300.000	244.148	1.544.148	1.544.148	1.340.111
25ª Emissão	52.626	3.979	56.605	56.605	50.530
Subtotal – Debêntures	6.157.513	706.052	6.863.565	6.863.565	6.427.511
Custo de captação	(52.900)	-	(52.900)	(52.900)	(77.171)
Custo fee de covenants	-	-	-	-	(1.790)
Custos – Debêntures	(52.900)	-	(52.900)	(52.900)	(78.961)
TOTAL	6.104.613	706.052	6.810.665	6.810.665	6.348.550
Circulante				6.810.665	639.437
Não circulante				-	5.709.113

As condições contratuais das debêntures consolidadas existentes em 31 de dezembro de 2023, são como segue:

Emissão	Data de assinatura	Moeda	Taxa de juros a.a.	Taxa efetiva	Amortização do principal		
					Forma de pagamento	Início	Término
9ª Emissão Série B	15.06.2013	R\$	IPCA + 5,74%	10,63%	Anual	Mai/2020	Mai/2023
15ª Emissão Série 1	12.09.2018	R\$	IPCA + 6,83%	11,77%	Anual	Out/2024	Out/2025
16ª Emissão Série 2	26.04.2019	R\$	CDI + 1,25%	14,45%	Anual	Abr/2023	Abr/2024
16ª Emissão Série 3	26.04.2019	R\$	CDI + 1,35%	14,57%	Única	Abr/2025	Abr/2025
17ª Emissão Série 2	11.10.2019	R\$	CDI + 1,75%	15,02%	Anual	Out/2023	Out/2024
17ª Emissão Série 4	11.10.2019	R\$	IPCA + 5,25%	10,11%	Anual	Out/2025	Out/2026
19ª Emissão	15.07.2020	R\$	IPCA + 5,8%	10,69%	Única	Jul/2025	Jul/2025
20ª Emissão	14.08.2020	R\$	IPCA + 5,0867%	9,94%	Única	Ago/2025	Ago/2025
21ª Emissão	09.02.2021	R\$	CDI + 2,60%	15,98%	Anual	Jan/2023	Jan/2025
22ª Emissão	05.04.2021	R\$	IPCA + 4,7543% a.a.	9,60%	Anual	Abr/2029	Abr/2031
23ª Emissão Série 1	15.10.2021	R\$	CDI + 1,65% a.a.	14,90%	Anual	Out/2024	Out/2026
23ª Emissão Série 2	15.10.2021	R\$	CDI + 1,95% a.a.	15,24%	Anual	Out/2027	Out/2028
24ª Emissão	25.03.2022	R\$	CDI + 1,95% a.a.	15,24%	Única	Abr/2024	Abr/2024
9ª Emissão Série B	30.11.2022	R\$	IPCA+7,1773% a.a.	12,13%	Anual	Nov/2028	Nov/2029

As principais operações financeiras nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 foram:

Em 28 de março de 2023, houve o pré-pagamento da 8ª emissão de debênture, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, em série única, a qual foi objeto de oferta privada de distribuição, no montante de R\$156.698.

Em 31 de dezembro de 2023, a totalidade das debêntures da Companhia têm avais, fianças ou garantias corporativas da Controladora Light S.A. – Em Recuperação Judicial.

As movimentações das debêntures consolidadas nos exercícios de 2023 e de 2022, são como segue:

Movimentação de debêntures	Principal	Encargos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	6.092.658	106.868	6.199.526
Debêntures emitidas	1.350.000	-	1.350.000
Variação monetária	207.248	-	207.248
Encargos financeiros provisionados	-	629.003	629.003
Encargos financeiros pagos	-	(593.821)	(593.821)
Amortização do principal	(1.466.903)	-	(1.466.903)
Custo de emissão	(14.689)	-	(14.689)
Amortização do custo de emissão	28.082	-	28.082
Encargos capitalizados no ativo contratual e imobilizado	-	10.104	10.104
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.196.396	152.154	6.348.550
Variação monetária	158.842	-	158.842
Encargos financeiros provisionados	-	570.947	570.947
Encargos financeiros pagos	-	(46.278)	(46.278)
Amortização do principal ^(a)	(119.988)	-	(119.988)
Amortização de partes relacionadas (Nota explicativa nº 26)	(156.698)	(8.242)	(164.940)
Amortização custo de emissão	26.061	-	26.061
Encargos capitalizados no ativo contratual e imobilizado	-	37.471	37.471
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.104.613	706.052	6.810.665

^(a) Inclui as amortizações efetuadas anteriormente ao deferimento do Pedido de Recuperação Judicial, em 15 de maio de 2023.

O montante total do principal está apresentado líquido dos custos com a emissão das debêntures e custos com *fees de covenants (waivers)*. Estes custos estão detalhados no quadro abaixo:

Movimentação dos custos de emissão	Saldo a amortizar em 31.12.2021	Custo	Amortização do custo	Saldo a amortizar em 31.12.2022	Amortização do custo	Saldo a amortizar em 31.12.2023
Debêntures 8ª Emissão	2.388	-	(531)	1.857	(1.857)	-
Debêntures 9ª Emissão B	2.141	-	(1.482)	659	(659)	-
Debêntures 13ª Emissão	3.381	-	(3.381)	-	-	-
Debêntures 15ª Emissão	20.901	-	(5.452)	15.449	(5.452)	9.997
Debêntures 16ª Emissão	1.894	-	(568)	1.326	(568)	758
Debêntures 17ª Emissão	3.255	-	(2.068)	1.187	(373)	814
Debêntures 19ª Emissão	11.084	-	(3.093)	7.991	(3.093)	4.898
Debêntures 20ª Emissão	10.068	-	(2.746)	7.322	(2.746)	4.576
Debêntures 21ª Emissão	2.990	-	(970)	2.020	(970)	1.050
Debêntures 22ª Emissão	31.942	-	(3.422)	28.520	(3.422)	25.098
Debêntures 23ª Emissão	2.310	537	(374)	2.473	(424)	2.049
Debêntures 24ª Emissão	-	12.300	(3.997)	8.303	(6.227)	2.076
Debêntures 25ª Emissão	-	1.852	-	1.852	(268)	1.584
TOTAL	92.354	14.689	(28.084)	78.959	(26.059)	52.900

As debêntures da Companhia não são objeto de repactuação programada. A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e liquidez relacionados a debêntures é divulgada na nota explicativa nº 31.

Covenants

A Companhia possui cláusulas que podem gerar antecipação do vencimento de dívidas em determinados contratos de debêntures, inclusive vencimento cruzado. O vencimento antecipado ocorre quando do não atendimento a pelo menos um indicador dos chamados "covenants financeiros" em dois trimestres consecutivos ou quatro trimestres intercalados, e também quando do não atendimento de determinados "covenants não financeiros", como o pedido de recuperação judicial. Todas as emissões de debêntures preveem a manutenção de indicadores de dívida líquida/EBITDA e cobertura de juros (*covenants*).

Em 15 de maio de 2023, foi deferido à Controladora Light S.A. – Em Recuperação Judicial o Pedido de Recuperação Judicial, ensejando o não cumprimento do indicador de "covenants não financeiros" e consequentemente o vencimento antecipado das dívidas da Companhia. No entanto, em razão da Recuperação Judicial, restou suspensa a exigibilidade das obrigações financeiras relativas aos contratos celebrados pelas partes envolvidas; os efeitos de decretação de vencimento antecipado e/ou amortização acelerada de obrigações já ocorridas; a eficácia de suas respectivas cláusulas, impedindo-se novas e futuras decretações nesse sentido, e os efeitos de qualquer direito ou pretensão de compensação contratual.

21. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia tem ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Os processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria trabalhista, cível, fiscal, ambiental e regulatória.

21.1 Perdas Prováveis

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável. A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento.

As movimentações para perdas prováveis nos exercícios de 2023 e de 2022, são como segue:

Provisões para perdas prováveis	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS	Honorários de êxito	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	90.944	179.226	75.592	52.963	-	95.873	494.598
Adições	30.768	822.796	73.118	56.509	1.081.068	5.879	2.070.138
Atualizações	19.058	19.628	80.181	1.678	1.661.716	7.938	1.790.199
Pagamentos	(15.067)	(288.391)	-	(7.414)	-	(9.130)	(320.002)
Reversões	(26.228)	(11.805)	(46.232)	(4.995)	-	(3.845)	(93.105)
Transferência para outros débitos	-	-	-	(52.275)	-	-	(52.275)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	99.475	721.454	182.659	46.466	2.742.784	96.715	3.889.553
Adições	41.922	246.169	5.796	4.727	-	11.426	310.040
Atualizações	30.743	30.160	17.977	3.557	135.567	7.619	225.623
Pagamentos	(22.323)	(342.427)	-	(1.315)	-	(7.876)	(373.941)
Reversões	(47.062)	(38.831)	-	-	-	(5.758)	(91.651)
Transferências para outros débitos	-	-	-	(5.385)	-	-	(5.385)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	102.755	616.525	206.432	48.050	2.878.351	102.126	3.954.239

Em 31 de dezembro de 2023, está registrado em depósitos vinculados a litígios o total de R\$364.367 (R\$219.093 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$168.973 (R\$58.343 em 31 de dezembro de 2022) referem-se às causas com provisão constituída.

Os demais depósitos referem-se a processos cujas probabilidades de perda são possíveis ou remotas. Segue abaixo o saldo dos depósitos judiciais:

Depósitos vinculados a litígios	31.12.2023		31.12.2022	
	Depósitos Judiciais	Provisão com Depósitos Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão com Depósitos Judiciais
Trabalhistas	50.124	13.647	44.571	14.677
Cíveis	123.822	6.411	103.657	7.431
Fiscais	191.021	148.915	70.865	36.235
TOTAL – CIRCULANTE	364.967	168.973	219.093	58.343

21.1.1 Trabalhistas

Valor provisionado (perda provável)	31.12.2023	31.12.2022
Funcionários próprios	49.433	49.863
Funcionários terceirizados	53.322	49.612
TOTAL	102.755	99.475

A provisão para os riscos trabalhistas é feita com base na avaliação dos respectivos advogados patronos, avaliando o risco de perda no decorrer do processo. O valor de provisão referente a empregados próprios oscila em razão do vínculo direto com a Companhia e seus consequentes direitos.

No que se refere aos terceirizados, o risco envolve em sua maioria a responsabilidade subsidiária, o que significa que a Companhia só arcará com o pagamento no caso da ausência deste por parte da real empregadora, a empresa terceirizada.

21.1.2 Cíveis

Valor provisionado (perda provável)	31.12.2023	31.12.2022
Ações Cíveis ^(a)	568.823	661.037
Juizado Especial Cível ^(b)	38.043	52.386
Plano Cruzado ^(c)	9.659	8.031
TOTAL	616.525	721.454

- (a) Provisão para as Ações Cíveis engloba processos quantificáveis, nos quais a Companhia é ré, e possui prognóstico de perda provável na avaliação dos respectivos advogados patronos. Grande parte das causas é relacionada a pleitos de danos materiais e morais pela postura ostensiva da empresa no combate às irregularidades na rede, além de questionamentos de valores pagos por consumidores. Dentre os valores provisionados destaca-se a ação indenizatória proposta pela Companhia Siderúrgica Nacional ("CSN") no último trimestre de 1995, onde a CSN ajuizou a ação 0129629-98.1995.8.19.0001 pleiteando, indenização por danos eventualmente sofridos e lucros cessantes, em razão de oscilações e interrupções no fornecimento de energia elétrica. A ação encontra-se em fase de liquidação de sentença onde a CSN pleiteia o valor de R\$816.831, valor este impugnado pela Light. O recurso da Companhia em sede de execução foi julgado procedente em 22 de março de 2022 tendo a decisão homologatória do laudo pericial sido anulada, e determinado o retorno dos autos para a fase pericial. A CSN entrou com alguns recursos que foram rejeitados, restando pendente de julgamento os Embargos de Declaração opostos, em 01 de dezembro de 2023 contra decisão do STJ que não conheceu os Embargos de Divergência da CSN. Recurso remetido à Ministra Presidente do STJ em 11 de dezembro de 2023 para decisão. A exposição do risco provável para a Companhia em 31 de dezembro de 2023 é de R\$106.810 (R\$99.273 em 31 de dezembro de 2022).
- (b) As ações Cíveis e de Juizado Especial Cível, que envolvem discussões quanto às relações de consumo, tais como termo de ocorrência de irregularidade (TOI), interrupção da prestação do serviço, questionamentos referentes a fatura de energia elétrica, suspensão do fornecimento de energia por inadimplência, transferência de titularidade, negativação e queima de equipamentos, o provisionamento é feito a partir da separação dos sete principais motivos ofensores para a Companhia, que representam aproximadamente 93,3% da quantidade total de processos provisionados do Juizado Especial Cível, e aproximadamente 89,3% da quantidade total de processos provisionados da vara Cível.
- (c) São ações movidas contra a Companhia relativas ao aumento da tarifa de energia elétrica aprovado pelas Portarias nº 38, de 27 de fevereiro de 1986 e nº 45, de 04 de março de 1986, publicadas pelo extinto DNAEE - Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, que contrariavam o Decreto-lei nº 2.283/86 (decreto do Plano Cruzado), o qual previa que todos os preços ficariam congelados. Os autores dessas ações buscam a restituição dos valores supostamente pagos a maior nas faturas de energia elétrica quando da majoração das tarifas da Companhia no período em que houve o congelamento dos preços.

21.1.3 Fiscais

Valor provisionado (perda provável)	31.12.2023	31.12.2022
ICMS – Créditos homologados ^(a)	28.641	28.641
LIR/LOI - Embargos à Execução ^(b)	109.883	105.413
Outros	67.909	48.605
TOTAL	206.433	182.659

- (a) A Companhia provisionou o montante de R\$46.232, relativo à parte do valor autuado em processo por meio do qual o Estado do Rio de Janeiro pretende cobrar ICMS decorrente da utilização supostamente indevida de créditos do imposto, adquiridos pela Companhia de terceiros, e que haviam sido previamente homologados pela Secretaria Estadual de Fazenda. Em 31 de dezembro de 2023, o débito é de R\$658.741 (R\$638.602 em 31 de dezembro de 2022).

Após reavaliação, os assessores jurídicos internos e externos classificaram o valor de R\$42.029, relativo ao principal (imposto), assim como o valor a ele proporcional, relativo aos honorários advocatícios da Procuradoria, no montante de R\$4.203, como sendo perda provável e, todo o restante do valor autuado, relativo a juros, correção monetária e honorários advocatícios proporcionais, como perda remota. O processo administrativo se encerrou em junho de 2015 com decisão desfavorável a Companhia. Esta contingência foi judicializada e atualmente aguarda-se julgamento dos Agravos em Recursos Especiais interpostos tanto pela Companhia, quanto pelo Estado do Rio de Janeiro em face do acórdão que manteve a cobrança do principal e excluiu a cobrança da correção monetária e dos juros de mora. Em agosto de 2022, a Companhia reavaliou a provisão e o montante provisionado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$28.641 (R\$28.641 em 31 de dezembro de 2022). A correção monetária dessa causa tem prognóstico remoto e consequentemente o montante não foi atualizado.

- (b) **LIR/LOI - IRPJ/CSLL** - A discussão está relacionada ao método de tributação dos lucros das subsidiárias LIR e LOI no exterior, dado que a Companhia defendia, por meio de Mandado de Segurança, que o IRPJ e CSLL deveriam incidir apenas sobre os lucros e não sobre os resultados positivos de equivalência patrimonial. Para se valer dos benefícios do programa REFIS, a Companhia desistiu integralmente do Mandado de Segurança, renunciou ao direito de questionar o Método do Equivalência Patrimonial ("MEP") e alterou o procedimento para passar a tributar os resultados pelo referido método, previsto na Instrução Normativa nº 213/2002. O Fisco discordou de tal procedimento e autuou a Companhia quanto aos exercícios de 2004 a 2009, passando a exigir a tributação apenas sobre os lucros. Para o exercício de 2004, foi ajuizada Execução Fiscal, que teve decisão desfavorável de mérito no STJ, além de ter sido revogada a tutela obtida pela Companhia que suspendia a substituição da garantia apresentada nos autos (apólice de seguro) por depósito judicial. Em junho de 2022, a Companhia provisionou o montante de R\$103.157 em razão da decisão do STJ que julgou improcedente o seu Recurso Especial. Em 30 de junho de 2023, a Companhia realizou depósito judicial no montante de R\$107.683, em substituição à apólice de seguro garantia. Em 31 de dezembro de 2023, o valor atualizado é de R\$109.883 (R\$105.413 em 31 de dezembro de 2022).

21.1.4 Regulatórias

A Companhia descreve as principais contingências regulatórias decorrentes de discussões administrativas com a ANEEL:

Em 25 de outubro de 2022, a Companhia recebeu o despacho nº 3.089/2022 no qual a ANEEL deliberou que a distribuidora deverá providenciar a devolução em dobro das quantias pagas a maior por 26.562 unidades consumidoras condominiais entre janeiro de 2011 e agosto de 2012, em razão de reclassificação dessas unidades de tipo "Administração condominial" da classe Residencial para Comercial após o prazo regulatório previsto. Os valores originalmente cobrados a maior já foram integralmente devolvidos pela Companhia. Em 17 de novembro de 2022, a Companhia ingressou com Ação Ordinária com Pedido de Tutela Antecipada em Caráter Antecedente, obtendo decisão favorável, que suspende os efeitos do item II do despacho recebido. A Administração da Companhia, baseada na opinião dos seus assessores legais, entende que parte do desembolso de caixa por parte da Companhia determinado pelo despacho nº 3.089/2022 possui os prognósticos de perda provável e, em dezembro de 2022, reconheceu o montante de R\$45.900, e em referente a esta parcela.

Baseada na opinião dos seus assessores legais, a Administração entende que a parte remanescente do desembolso de caixa por parte Companhia determinado pelo despacho nº 3.089/2022, no montante de R\$89.100, possui os prognósticos de perda possível e, portanto, não foi provisionado. Em 31 de dezembro de 2023, o valor atualizado é de R\$48.050 (R\$45.900 em 31 de dezembro de 2022).

21.1.5 Crédito de PIS/COFINS sobre ICMS a devolver ao consumidor

Em 27 de junho de 2022, foi promulgada a Lei nº 14.385/22, a qual altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para disciplinar o repasse de valores de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica. A nova Lei incluiu o art. 3º-B, na Lei nº 9.427/1996, para determinar a destinação integral em proveitos dos usuários afetados, dos créditos oriundos das ações em que as distribuidoras de energia elétrica obtiveram a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS.

A ANEEL estabeleceu os critérios para operacionalização da devolução dos créditos de PIS/COFINS levando em consideração, dentre outros aspectos, o valor total do crédito utilizado em compensação e a capacidade máxima de compensação desses créditos. A devolução dos créditos aos consumidores se dará por meio dos processos tarifários anuais.

Os Administradores da Companhia, baseados na opinião dos seus assessores legais externos, concluíram que a ANEEL não observou os estritos contornos da lei, além de que há inconstitucionalidades na Lei. Desta forma, foram traçadas estratégias de atuação judicial que envolvem medidas judiciais diferentes, a serem sucessivamente apresentadas perante o Poder Judiciário, respeitando-se uma ordem lógica-jurídica.

A Companhia impetrou o Mandado de Segurança nº 5062961-48.2022.4.02.5101, em trâmite perante a 30ª Vara Federal do Rio de Janeiro, com objetivo de evitar a saída de recursos antes da efetiva homologação da compensação tributária pela Receita Federal do Brasil - RFB. Sentença denegou a segurança em 25 de agosto de 2023 por inadequação da via eleita. Em 28 de agosto 2023, Recurso de Agravo de Instrumento que havia sido interposto pela Companhia contra o indeferimento da liminar não foi conhecido em razão da perda do objeto pela superveniência de sentença. Atualmente, aguarda-se o julgamento do recurso de apelação interposto pela Companhia em 25 de setembro de 2023.

A Companhia também impetrou o Mandado de Segurança nº 5090279-06.2022.4.02.5101/RJ, agora em trâmite perante o Tribunal Regional Federal da 2ª Região, para que a ANEEL, antes de determinar repasse dos créditos aos consumidores, identifique os "usuários de serviços públicos afetados na respectiva área de concessão", de forma que a destinação dos créditos em disputa observe a efetiva proporção em que cada usuário tenha sido "afetado" anteriormente pelo eventual recolhimento de tributo. Foi proferida sentença denegando a segurança, a qual foi objeto de recurso de apelação interposto em 26 de maio de 2023. ANEEL apresentou contrarrazões em 22 de agosto de 2023. Recurso aguarda julgamento pelo Tribunal.

Paralelamente, a Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica (ABRADEE) ajuizou a Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 7.324, perante o Supremo Tribunal Federal, a qual está sob relatoria do Ministro Alexandre de Moraes.

Em 16 de dezembro de 2022, o Ministro Relator, "*diante da relevância da matéria constitucional suscitada e de seu especial significado para a ordem social e a segurança jurídica*" adotou rito abreviado para célere decisão no processo, ainda pendente de julgamento. ADI foi remetida ao Ministro Relator em 27 de setembro de 2023.

A par desses acontecimentos jurídicos, a ANEEL em 14 de março de 2023, aprovou a Resolução Homologatória nº 3.176/2023, com o reajuste tarifário anual de 2023 da Cia., com previsão de repasse ao consumidor de R\$1.060.361 relativo ao crédito em questão, naquele ciclo tarifário.

A Administração da Companhia decidiu provisionar no exercício de 2022 os valores do crédito que poderá ser repassado aos consumidores, como medida de cautela, apesar do prognóstico de êxito estimado pelos assessores jurídicos externos para as ações judiciais ser *provável*.

A Administração da Companhia ressalta que seguirá adotando medidas judiciais necessárias para resguardar os direitos da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2023 o valor provisionado é de R\$2.878.351 (R\$2.742.784, em 31 de dezembro de 2022).

21.1.6 Provisões de honorários de êxito

A Administração da Companhia reavalia periodicamente os processos que possuem honorários de êxito previstos para os assessores jurídicos e, baseada na opinião de seus assessores legais, para o prognóstico de resolução dos processos, constitui provisão para os compromissos de honorários de êxito das causas com prognósticos de perdas possíveis, remotas e excepcionalmente prognóstico provável.

As movimentações para provisão de honorários de êxito nos exercícios de 2023 e de 2022, são como segue:

Provisões para honorários de êxito	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	428	68.092	27.353	95.873
Adições	56	1.895	3.928	5.879
Atualizações	13	4.154	3.771	7.938
Pagamentos	(58)	(7.307)	(1.765)	(9.130)
Reversões	(83)	(3.522)	(240)	(3.845)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	356	63.312	33.047	96.715
Adições	162	10.868	396	11.426
Atualizações	111	3.359	4.149	7.619
Pagamentos	(50)	(6.593)	(1.233)	(7.876)
Reversões	(80)	(5.042)	(636)	(5.758)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	499	65.904	35.723	102.126

Os prognósticos de perdas adotados pela Companhia e suas controladas são baseados na opinião de seus consultores jurídicos.

21.2 Perdas Possíveis

A Companhia possui processos de natureza cível, trabalhista e fiscal em andamento cujo probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Contingências	31.12.2023		31.12.2022	
	Saldo	Quantidade de Processos ^(a)	Saldo	Quantidade de Processos ^(a)
Cíveis	1.594.689	905	1.375.392	870
Trabalhistas	389.902	1.048	403.148	1.226
Fiscais	13.718.263	1.073	10.130.060	852
TOTAL	15.702.854	3.026	11.908.600	2.948

^(a) Não auditado pelos auditores independentes

21.3 Cíveis

A Companhia possui diversas ações judiciais de natureza cível que têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) irregularidades decorrentes de perdas comerciais (não técnicas); (ii) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza de seu valor; (iii) acidentes envolvendo a sua rede de eletricidade e/ou a prestação do serviço; (iv) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, ou de falta momentânea de energia: A Companhia figura como ré em ações cíveis discutindo a interrupção do serviço, quer seja motivada por caso fortuito ou de força maior, quer seja para fins de intervenção no sistema elétrico, entre outros motivos e, também, suspensão do serviço, quer seja por inadimplência, impedimento de acesso ou substituição do medidor, entre outros fatos ensejadores. Dentre essas ações, foi adicionado o montante de R\$710.020 com risco de perda possível em decorrência da ação indenizatória proposta pela CSN (0129629-98.1995.8.19.0001), cuja ação encontra-se em fase de liquidação de sentença; e discussões que versam sobre os mais diversos temas, como funcionalidade dos medidores. Em 31 de dezembro de 2023, o montante total referente às ações é de R\$881.129 (R\$793.471 em 31 de dezembro de 2022).

A Companhia possui uma ação (0477418-58.2011.8.19.0001) que foi ajuizada pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 30 de setembro de 2011, pleiteando aproximadamente R\$100.000 a título de indenização pelos alegados prejuízos materiais (danos emergentes e lucros cessantes), incorridos em razão de sete interrupções no fornecimento de energia elétrica ocorridas nos anos de 2009 a 2011 na sua Unidade Consumidora de Volta Redonda. Finalizada a prova pericial o processo foi remetido ao Juiz em 07 de junho de 2022. Em 17 de outubro de 2022, foi proferida Sentença que julgou totalmente improcedentes os pedidos da CSN, acolhendo os argumentos da Companhia e do laudo pericial de engenharia, quanto à inexistência de responsabilidade da Companhia pelos eventos indicados. A CSN opôs Embargos de Declaração, que foram rejeitados e, após, interpôs Recurso de Apelação, ainda não julgado. Em 31 de dezembro de 2023, a exposição do risco é de R\$163.110 (R\$138.244 em 31 de dezembro de 2022).

A Companhia também litiga em ação rescisória (0002731-81.2011.8.19.0000) movida pela CSN, em que se discute reajuste tarifário durante o congelamento de preços adotado pelo Plano Cruzado. A Companhia aguarda o julgamento de seu Recurso/Reclamação no STF que objetiva impedir o processamento e julgamento da Ação Rescisória. Em 31 de dezembro de 2023, a exposição do risco é de R\$455.666 (R\$390.254 em 31 de dezembro de 2022).



21.4 Trabalhistas

Os principais pedidos objeto das ações trabalhistas envolvem as seguintes matérias: equiparação salarial, horas extras, acidente de trabalho, adicional de periculosidade e dano moral. Em 31 de dezembro 2023, montantes envolvidos nestas discussões totalizam R\$191.408 (R\$192.712 em 31 de dezembro de 2022).

- **Ação Civil Pública Cadastro de Terceiros ("ACP") - 0100742-05.2018.5.01.0081:** O Ministério Público do Trabalho alega a existência de suposta restrição que impediria a contratação de ex-empregados terceirizados, desqualificados no passado, e por isso requer pagamento de danos a morais, bem como, obrigação para que a Companhia se abstenha de praticar tal ato. A sentença prolatada em junho de 2022 foi pela improcedência dos pedidos. Ministério Público do Trabalho interpôs Recurso Ordinário. A Companhia apresentou as contrarrazões e os autos estão conclusos para julgamento. Em 14 de dezembro de 2023 foi publicado Acórdão dando provimento ao Recurso Ordinário do Ministério Público do Trabalho, declarando a nulidade da sentença por negativa de prestação jurisdicional quanto ao tema relativo às abordagens policiais pela terceirizada de segurança, anulando a decisão de origem, e determinando o retorno dos autos à Vara para que o Juízo a quo enfrente o tema em questão". Em 31 de dezembro de 2023, montantes envolvidos nestas discussões totalizam R\$52.366 (R\$52.366 em 31 de dezembro de 2022).
- **Ação Civil Pública Acidente de Trabalho Fatal com Terceiro ("ACPCiv") 0100809-47.2022.5.01.0010:** Ação Civil Pública Acidente de Trabalho Fatal com Terceiro ("ACPCiv") 0100809-47.2022.5.01.0010: Trata-se de Ação Civil Pública Cível com pedido de tutela de evidência visando que os réus, Light e Consorcio Rio Energia, comprovem nos autos que após o acidente de trabalho que resultou no falecimento de um funcionário tomou as medidas cabíveis a evitar novos acidentes, observando as normas de segurança e medicina do trabalho. Fase instrutória. Audiência de instrução presencial designada para dezembro de 2023. Audiência de instrução presencial redesignada para junho de 2024. Em 31 de dezembro de 2023, montantes envolvidos nestas discussões totalizam R\$51.010 (R\$51.010 em 31 de dezembro de 2022).

21.5 Fiscais

- **IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - perdas comerciais** – A Companhia possui cinco autuações fiscais cobrando IRPJ e CSLL em razão da não adição dos valores de perdas não técnicas ao seu resultado, para fins de apuração do lucro real, sendo que: (i) a primeira autuação foi julgada procedente em parte em decisão de 1ª instância administrativa e o CARF julgou improcedente, por voto de qualidade, o Recurso Voluntário da Companhia. No momento, aguarda-se o julgamento do recurso da Companhia; e (ii) três autuações foram julgadas procedentes em decisão de 1ª instância administrativa e foram objeto de Recurso Voluntário; e (iii) a quinta autuação foi recebida pela Companhia em dezembro de 2023 e está com prazo para apresentação de impugnação em curso.

A Companhia também possui quatro outras autuações cobrando PIS e COFINS pela não realização do estorno dos créditos destas contribuições referentes aos valores de perdas não técnicas, sendo que (i) uma das autuações foi julgada improcedente em decisão de 1ª instância administrativa e aguarda julgamento de recurso de ofício; (ii) as duas autuações, recebidas em outubro e novembro de 2020, respectivamente, foram julgadas procedentes em decisão de 1ª instância e foram objeto de Recurso Voluntário; ; e (iii) a quarta autuação foi recebida pela Companhia em dezembro de 2023 e está com prazo para apresentação de impugnação em curso.

O montante dessas discussões é de R\$8.778.516 (R\$5.832.296 em 31 de dezembro de 2022).

- **ICMS perdas comerciais** – A Companhia possui três autuações fiscais, duas ações Anulatórias, um Mandado de Segurança e uma Execução Fiscal que discutem a cobrança de ICMS, FECF e multa por não recolher o referido tributo diferido em operações anteriores à distribuição de energia elétrica, em razão da ocorrência de perdas comerciais. Em 31 de dezembro de 2023, o montante dessa discussão é de R\$945.671 (R\$882.765 em 31 de dezembro de 2022).
- **ICMS sobre subvenções econômicas** – A Companhia possui três ações anulatórias, vinculadas às execuções fiscais e três autuações fiscais com o objetivo de discutir a incidência de ICMS sobre os valores pagos pela União Federal à Companhia a título de subvenção econômica, direcionada para determinadas classes de consumo, dentre as quais destaca-se a subvenção para a cobertura dos descontos conferidos aos consumidores classificados como de "Baixa Renda". Em 31 de dezembro de 2023, o montante dessa discussão é de R\$1.540.578 (R\$1.364.445 em 31 de dezembro de 2022).
- **IN 86** – A Companhia foi autuada para a cobrança de multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória, relacionada à entrega dos arquivos eletrônicos, no formato previsto na IN nº 86/2001, referentes aos anos-calendário de 2003 a 2005. Em 31 de dezembro de 2023, o montante dessa discussão é de R\$523.852 (R\$497.695 em 31 de dezembro de 2022).
- **LIR/LOI - IRPJ/CSLL** - A Companhia possuía Mandado de Segurança em que se discutia a forma de tributação dos lucros das subsidiárias LIR e LOI no exterior, mais especificamente defendia que o IRPJ e CSLL deveriam incidir apenas sobre os lucros e não sobre os resultados positivos de equivalência patrimonial. Para se valer dos benefícios do programa REFIS, a Companhia desistiu integralmente do referido Mandado de Segurança, renunciou ao direito de questionar o Método do Equivalência Patrimonial ("MEP") e alterou o procedimento para passar a tributar os resultados pelo referido método, previsto na Instrução Normativa nº 213/2002.

O Fisco discordou de tal procedimento e autuou a Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, o montante dessa discussão é de R\$456.449 (R\$454.406 em 31 de dezembro de 2022).

- **Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal do Estado do Rio de Janeiro ("FEEF")** – A Companhia possui três autuações em razão da ausência de recolhimento, ao FEEF do ICMS correspondente a 10% dos benefícios fiscais destinados a terceiros, relativamente ao período de dezembro de 2016 a julho de 2019. As três autuações estão aguardando julgamento da impugnação. A tese está sendo discutida pela Companhia por meio de Mandado de



Light

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS 2023

Light SESA CNPJ 60.444.437/0001-46
Companhia de Capital Aberto

Segurança. Em 31 de dezembro de 2023, o montante dessa discussão é de R\$155.570 (R\$140.812 em 31 de dezembro de 2022).

- **Não homologação de compensações - CVA - (30 Processos Administrativos)** - Não homologação pela Receita Federal de compensações realizadas pela Companhia com créditos advindos de pagamento indevido ou a maior de PIS e COFINS, notadamente em razão da alteração do momento da tributação do PIS e da COFINS sobre a CVA. Apresentadas manifestações de inconformidade ainda pendentes de julgamento. Em 31 de dezembro de 2023, o montante dessas discussões é de R\$328.878 (R\$303.856 em 31 de dezembro de 2022).
- **Despachos decisórios (52 processos)** – Despachos decisórios proferidos pela Receita Federal para negar homologação a diversos pedidos de compensação realizados pela Companhia, para a utilização de créditos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL à alegação de que tais créditos seriam indevidos ou insuficientes para abarcar os débitos contra aos quais foram opostos. A Companhia apresentou manifestações de inconformidade em face aos aludidos Despachos Decisórios. Em 31 de dezembro de 2023, o montante dessas discussões é de R\$215.530 (R\$205.964 em 31 de dezembro de 2022).
- **Não homologação de compensações** – A companhia discute judicialmente a cobrança de supostos débitos de PIS e COFINS, decorrentes da glosa de créditos de mesma natureza realizada pela Receita Federal em 22 Processos Administrativos, decorrentes de compensações realizadas referentes aos períodos de março e abril de 2005, janeiro, fevereiro, março, maio, junho, julho, agosto e setembro de 2006 e janeiro e fevereiro de 2007. A companhia apresentou Embargos à Execução que foram julgados parcialmente procedentes. Os Embargos de Declaração apresentados pela Companhia foram rejeitados. Aguarda-se julgamento do recurso de apelação apresentado pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, o montante dessas discussões é de R\$66.278 (R\$62.968 em 31 de dezembro de 2022).
- **Glosa de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL utilizados para liquidação de débitos no âmbito do Programa de Regularização Tributária "PERT"** – A Receita Federal emitiu, em maio de 2023, despacho decisório que manteve a glosa dos créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL constantes no recibo de adesão ao PERT e determinou a exclusão da Companhia do programa (PERT). A Companhia apresentou manifestação de inconformidade, pendente de julgamento. Em 31 de dezembro de 2023, o montante dessa discussão é de R\$248.174.

22. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

Composição dos saldos do déficit atuarial dos planos de pensão (aposentadoria) e plano de saúde.

Informações atuariais	Light SESA					
	Plano de pensão		Plano de saúde		Total	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Plano de Pensão:						
Contribuição variável (Plano C)	11.906	-	-	-	11.906	-
Plano de saúde	-	-	281.065	274.537	281.065	274.537
Passivo líquido	11.906		281.065	274.537	292.971	274.537
Circulante	1.175	-	26.707	-	27.882	-
Não circulante	10.731	-	254.358	274.537	265.089	274.537

22.1 Plano de pensão

As empresas do Grupo Light são patrocinadoras instituidoras da Fundação de Seguridade Social Braslight (Braslight), entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, cuja finalidade é garantir renda de aposentadoria aos empregados do Grupo Light vinculados à Fundação e de pensão aos seus dependentes. A Companhia possui planos do tipo: (i) benefício definido; (ii) benefício misto e (iii) contribuição definida.

Os planos de benefícios previdenciários administrados pela Braslight que são denominados A/B, C e D, implementados respectivamente em 1975, 1997 e 2010, tendo o Plano C recebido migração, na época de sua constituição, de 96% dos participantes ativos do Plano A/B.

- (i) Benefício definido (Plano A/B) - correspondem à diferença entre um percentual, variável de 80% a 100%, do maior valor entre a média dos últimos 12 e dos últimos 36 salários, atualizados para a data de início do benefício, e o valor do benefício concedido pelo INSS.
- (ii) Contribuição variável (Plano C) - os benefícios programáveis, durante a fase de capitalização, são do tipo "contribuição definida", sem vinculação com o INSS, e os benefícios de risco (auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte de participante ativo, inválido e em auxílio-doença), bem como os de renda continuada, estes uma vez concedidos, são do tipo "benefício definido". As duas parcelas têm seus patrimônios apurados em quotas e tratadas em conjunto denominadas Plano C Novo.
- (iii) Contribuição definida (Plano D) - Neste plano, os benefícios programados são do tipo "contribuição definida" antes e após a sua concessão e os benefícios não programados são do tipo "benefício definido", antes da concessão, e de "contribuição definida" após a concessão.

Ao participante que migrou do Plano A/B para o Plano C foi concedido um benefício saldado de renda vitalícia, com reversão em pensão, proporcional ao tempo de contribuição à Braslight na ocasião de migração, contado de sua última inscrição na Fundação, diferido para recebimento após o mesmo ter completado um conjunto de condições de habilitação. Esta parcela é denominada Subplano de Benefício Definido Saldado do Plano C.

**Light****DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS 2023**Light SESA CNPJ 60.444.437/0001-46
Companhia de Capital Aberto

Foi reconhecido no resultado do exercício de 2023, na rubrica de despesa de pessoal e administradores a parcela do plano de contribuição definida no montante de R\$3.846 (R\$4.155 no em 31 de dezembro de 2022). Adicionalmente, no exercício foi contabilizado em outros resultados abrangentes o montante de R\$12.089 em decorrência da avaliação atuarial de plano de pensão. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo de passivo atuarial referente a este benefício é R\$11.906.

22.2 Plano de saúde

As empresas do Grupo Light oferecem a seus funcionários e ex-colaboradores o benefício de assistência médica que ao longo do exercício foi realizado através da operadora Bradesco Saúde na modalidade de pré-pagamento. A partir do mês de dezembro de 2023 a Companhia optou por contratar a Amil Assistência Médica para operar o plano. Nesse tipo de modalidade, a Companhia efetua o repasse das contribuições à operadora de acordo com uma tabela de preços pré-estabelecida por número de vidas (incluindo empregados e inválidos, titulares e dependentes). Da mesma forma, os aposentados e seus dependentes efetuam diretamente à operadora o recolhimento de suas contribuições individuais, também com base na mesma tabela de preços pré-estabelecida.

Foi reconhecido no resultado do exercício de 2023, na rubrica de outras despesas, o montante de R\$ R\$26.962 (R\$63.193 em 31 de dezembro de 2022). Adicionalmente, no exercício de 2023, foi reconhecido na rubrica de outros resultados abrangentes uma reversão no montante de R\$20.434 (R\$225.971 em 31 de dezembro de 2022) em decorrência da avaliação atuarial de plano de saúde dos participantes aposentados. A Companhia não reconheceu ativo fiscal diferido sobre tais valores por conta da expectativa de não recuperabilidade.

Em 31 de dezembro de 2023 o saldo de passivo atuarial referente ao Plano de saúde é de R\$281.065 (R\$274.537 em 31 de dezembro de 2022)

22.3 Avaliação atuarial

A Companhia contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, efetuada para a data-base de 31 de dezembro de 2023.

As informações atuariais são conforme abaixo:

Informações atuariais	31.12.2023			31.12.2022		
	Plano de pensão	Plano de saúde	Total	Plano de pensão	Plano de saúde	Total
Valor presente das obrigações atuariais	3.001.068	281.065	3.282.133	2.856.310	274.537	3.130.847
Plano A/B	1.301.612	-	-	1.274.165	-	-
Plano C	1.699.456	-	-	1.582.145	-	-
Valor justo dos ativos do plano	(3.059.064)	-	(3.059.064)	(2.945.941)	-	(2.945.941)
Plano A/B	(1.371.514)	-	-	1.350.824	-	-
Plano C	(1.687.550)	-	-	1.595.117	-	-
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo	69.901	-	69.901	89.630	-	89.630
Plano A/B	69.901	-	-	76.657	-	-
Plano C	-	-	-	12.973	-	-
PASSIVO LÍQUIDO	11.905	281.065	292.970	-	274.537	274.537
Circulante			27.882			-
Não circulante			265.088			274.537

As mudanças no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

Valor justo dos ativos do plano de pensão	Plano de pensão
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.035.994
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	256.635
Perdas atuariais nos ativos do plano	(51.335)
Contribuições da patrocinadora	301
Contribuições dos participantes	95
Benefícios pagos pelo plano/Companhia	(295.749)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.945.941
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	328.747
Ganhos atuariais nos ativos do plano	82.338
Contribuições da patrocinadora	249
Contribuições dos participantes	98
Benefícios pagos pelo plano/Companhia	(298.309)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.059.064

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

Valor presente da obrigação	Plano de Pensão	Plano de saúde	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.029.725	-	3.029.725
Custo do serviço corrente	386	-	386
Custo de serviço passado	-	63.194	63.194
Juros sobre a obrigação atuarial	256.059	-	256.059
Contribuições dos participantes	95	-	95
Perda/Ganho atuarial reconhecidas	(134.206)	225.971	91.765
Benefícios pagos pelo plano/Companhia	(295.749)	(14.628)	(310.377)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.856.310	274.537	3.130.847
Custo do serviço corrente	129	5.034	5.163
Custo de serviço passado	-	-	-
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	318.219	27.406	345.625
Contribuições dos participantes	98	-	98
Perda/Ganho atuarial reconhecidas	124.621	(20.433)	104.188
Benefícios pagos pelo plano/Companhia	(298.309)	(5.479)	(303.788)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.001.068	281.065	3.282.133

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado, nos grupos de custos e despesas operacionais e resultado financeiro, são como segue:

Light SESA	31.12.2023			31.12.2022		
	Plano de pensão	Plano de saúde	Total	Plano de pensão	Plano de saúde	Total
Custo do serviço corrente	129	5.034	5.163	386	-	386
Custo de serviço passado	-	-	-	-	63.193	63.193
Juros sobre as obrigações atuariais	318.219	27.406	345.625	256.059	-	256.059
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	(328.747)	-	(328.747)	(256.635)	-	(256.635)
Ajuste de atualização de dívida Braslight	10.504	-	10.504	190	-	190
CUSTO ESPERADO ESTIMADO	105	32.440	32.545	-	63.193	63.193

A estimativa do atuário externo para a despesa a ser reconhecida para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2024 é como segue:

Estimativa de despesa para o exercício seguinte	2024		
	Plano de pensão	Plano de saúde	Total
Custo do serviço corrente	64	266	330
Juros sobre as obrigações atuariais	154.314	26.441	180.755
Rendimento esperado dos ativos do plano	(153.204)	-	(153.204)
TOTAL	1.174	26.707	27.881

**Light****DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS 2023**Light SESA - CNPJ 60.444.437/0001-45
Companhia de Capital Aberto

As principais categorias de ativos do plano de pensão, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

Light SESA	31.12.2023	31.12.2022
Renda fixa	91,04%	89,69%
Renda variável	0,99%	2,72%
Investimentos estruturados	1,12%	1,26%
Imóveis	2,22%	2,21%
Empréstimos e financiamentos	1,83%	1,83%
Outros realizáveis	3,00%	2,53%
Provisões contingências	-0,20%	-0,24%
	100,00%	100,00%

O resultado real sobre os ativos dos planos foi uma perda de R\$82.338 (de R\$51.335 findo em 31 de dezembro de 2022).

A Braslight realiza periodicamente estudos de *Asset Liability Management* (ALM) dos planos de benefícios no intuito de reavaliar a estratégia de alocação dos investimentos frente às obrigações atuariais, com vistas a se proteger das alterações nos preços dos instrumentos financeiros, bem como evitar o descasamento dos fluxos de ativos e passivos, de forma que os recursos estejam disponíveis na data de pagamento dos benefícios e demais obrigações dos planos.

Abaixo são apresentados a conciliação dos saldos reconhecidos no balanço, um demonstrativo da movimentação do passivo atuarial líquido, no exercício, e o total da despesa reconhecida em outros resultados abrangentes:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	-
Reconhecimento no resultado do exercício	63.193
Reconhecimento no resultado abrangente	211.344
Saldo em 31 de dezembro de 2022	274.537
Reconhecimento no resultado do exercício	26.779
Reconhecimento no resultado abrangente	(8.345)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	292.971

22.4 Premissas atuariais

22.4.1 Plano de pensão

Plano de pensão	31.12.2023	31.12.2022
Taxa de desconto	9,39%(A/B) e 9,46%(C)	11,71%(A/B) e 11,75%(C)
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano	9,39%(A/B) e 9,46%(C)	11,71%(A/B) e 11,75%(C)
Taxa anual de inflação	3,90%	5,31%
Taxa de crescimento salarial nominal	5,98%	7,42%
Índice de reajuste nominal de benefícios concedidos de prestação continuada	3,90%	5,31%
Fator de capacidade	100,00%	98,00%
Taxa de rotatividade	Nula	Nula
Tábua geral de mortalidade ^(a)	AT - 83/ BR(A/B) e EMS 2010 (C)	AT - 83/ BR(A/B) e EMS 2010 (C)
Tábua de entrada em invalidez (planos A/B)	LIGHT - Fraca*0,80	LIGHT - Fraca*0,80
Tábua de entrada em invalidez (plano C saldado)	LIGHT - Fraca*0,80	LIGHT - Fraca*0,80
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 Masculina	AT-49 Masculina
Participantes ativos	760	923
Participantes aposentados e pensionistas	4.950	5.034

^(a) Tábua sem agravamento

22.4.2 Plano de saúde

Plano de saúde	31.12.2023	31.12.2022
Taxa de desconto	9,58%	9,90%
Taxa anual de inflação	3,90%	3,50%
Taxa de crescimento de custos médicos	7,80%	7,38%
Tábua Mortalidade	BR-EMS 2010	BR-EMS 2010
Entradas de Invalidez	Light Fraca 0,80	Light Fraca suavizada em 20%.
Participantes ativos	4.231	4.402
Idade média	39	39,23
Participantes aposentados e pensionistas	1.234	2.241
Idade média de funcionários aposentados	72	66,97

22.5 Análise de sensibilidade

22.5.1 Plano de Pensão

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são a taxa de desconto e a tábua de mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido.

Abaixo estão demonstrados os efeitos na obrigação de benefício definido caso a taxa de desconto fosse 1,00% mais baixa e caso a tábua de mortalidade fosse alterada para a tábua seguinte mais restritiva:

Taxa de desconto nominal (a.a.)	Premissa laudo	Redução de taxa de desconto	Impacto na obrigação do plano
Plano A/B	9,39%	-1,00%	84.914
Plano C	9,46%	-1,00%	165.002

Tábua de mortalidade	Premissa laudo	Alteração de tábua	Impacto na obrigação do plano
Plano A/B	AT-83	AT-2000	26.825
Plano C	EMS 2010	EMS 2010 Segregada por sexo Desagravada em 2 anos	162.784

22.5.2 Plano de saúde

A análise de sensibilidade do valor presente das obrigações atuariais a alterações das principais premissas atuariais são como seguem:

Premissa	Análise de sensibilidade	Impacto R\$
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(17.646)
Taxa de desconto	Redução de 0,5%	19.586
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	18.376
Expectativa de vida	Redução de 1 ano	(17.869)
Crescimento Real de Salários / HCCTR	Aumento de 0,5%	19.105
Crescimento Real de Salários / HCCTR	Redução de 0,5%	(17.370)

23. OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO E ATIVO DE DIREITO DE USO

Obrigações por arrendamento	31.12.2023	31.12.2022
Terrenos e imóveis	9.332	1.503
Máquinas e equipamentos	699	2.135
Veículos	212.666	229.318
TOTAL	222.697	232.956
Circulante	28.014	23.113
Não circulante	194.683	209.843

23.1 Movimentação dos ativos de direito de uso e das obrigações por arrendamento

As movimentações do ativo de direito de uso nos exercícios de 2023 e de 2022, são como segue:

Ativo direito de uso	Terrenos e imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.517	1.996	56.099	59.612
Atualização monetária	179	100	-	279
Adições de arrendamentos	464	602	246.394	247.460
Depreciação	(777)	(708)	(34.620)	(36.105)
Baixa de arrendamentos	-	-	(48.909)	(48.909)
Saldo em 31 de dezembro de 2022 - Ativo não circulante	1.383	1.990	218.964	222.337
Remensuração ^(a)	20	158	3.970	4.148
Adições de arrendamentos	10.551	-	-	10.551
Depreciação	(2.913)	(710)	(29.334)	(32.957)
Baixa de arrendamentos	(207)	(802)	-	(1.009)
Saldo em 31 de dezembro de 2023 - Ativo não circulante	8.834	636	193.600	203.070

^(a) Atualização monetária e remensuração.

As movimentações das obrigações por arrendamento nos exercícios de 2023 e de 2022, são como segue:

Obrigações por arrendamento	Terrenos e imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.651	2.072	59.328	63.051
Remensuração	179	100	-	279
Adições de arrendamentos	464	602	246.394	247.460
Pagamento da parcela	(929)	(868)	(51.338)	(53.135)
Despesa de juros	138	229	26.627	26.994
Baixa de contratos de arrendamentos	-	-	(51.693)	(51.693)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.503	2.135	229.318	232.956
Remensuração	20	158	3.970	4.148
Adições de arrendamentos	10.551	-	-	10.551
Pagamento da parcela	(3.726)	(868)	(46.162)	(50.756)
Despesa de juros	1.216	176	25.540	26.932
Baixa de contratos de arrendamentos	(232)	(902)	-	(1.134)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	9.332	699	212.666	222.697
Circulante				28.014
Não circulante				194.683

^(a) Atualização monetária e remensuração.

23.2 Cronograma de vencimento das obrigações por arrendamento

Obrigações por arrendamento	31.12.2023	31.12.2022
2024	28.014	23.282
2025	30.966	25.314
2026	34.672	27.838
2027	35.861	30.782
2028 em diante	93.184	125.740
Total	222.697	232.956

Para a realização da mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, a Companhia utilizou a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados. Essa vedação pode gerar distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro.

A Companhia apresenta abaixo os efeitos estimados considerando a inflação futura projetada:

Light SESA	Efeitos estimados em 31.12.2023
ATIVO DE DIREITO DE USO	
Conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16 (fluxo real)	203.070
Com efeito da Inflação (fluxo nominal)	236.298
OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO	
Conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16 (fluxo real)	222.697
Com efeito da Inflação (fluxo nominal)	255.925

24. ENCARGOS REGULATÓRIOS

Encargos Regulatórios	31.12.2023	31.12.2022
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	(2.357)	1.155
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	(4.713)	2.310
Programa de Eficiência Energética – PEE	260.018	198.792
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	29.716	29.775
Quota recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE ^(a)	56.501	42.686
Taxa de Fiscalização Aneel – TFSEE	1.025	963
TOTAL – CIRCULANTE	340.190	275.681

^(a) Refere-se ao recolhimento devido pela Companhia referente a CDE Conta-Covid, homologada pela ANEEL através do Despacho nº 939 de 5 de abril de 2021.

25. OUTROS DÉBITOS

Outros Débitos	31.12.2023	31.12.2022
Adiantamento de clientes	33.255	38.662
Taxa de iluminação pública	314.575	267.065
Reserva para reversão	19.713	26.284
Restituições consumidores	196.557	82.932
Parcelamento ANEEL ^(a)	21.025	42.062
Penalidade regulatória - REN	-	52.600
Outros ^(b)	62.772	56.130
TOTAL	647.897	565.735
Circulante	588.261	486.238
Não circulante	59.636	79.497

^(a)Referente aos parcelamentos dos seguintes Autos de Infração: (i) nº 01/2019, que será pago em 32 parcelas mensais iniciadas em junho de 2022, (ii) nº 026/2020, que será pago em 12 parcelas mensais iniciadas em novembro de 2022 e (iii) nº 018/2020, que será pago em 36 parcelas mensais iniciadas em junho de 2023.

^(b)Inclui, R\$41.409 (R\$49.044 em 31 de dezembro de 2022) referente a obrigações atuariais – pensionistas.

Câmara Municipal de Itapetininga
 Proc. Nº 077/24
 Folhas 12200
 Rubrica: A

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

26.1 Ativos e receitas

Grupo do balanço, características do contrato e vínculo	Valor original	Período de vigência	Condições contratuais	Condições de rescisão ou término	Ativo		Receita	
					31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Cliente - Cobrança do encargo de uso de sistema de distribuição da Companhia com a Light Energia	N/A ^(a)	A partir de nov/2003. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	3.789	3.700	44.002	39.919
Outros créditos - Aluguel de parte do edifício pertencente à Light SESA à Light Energia - Está sob controle comum	N/A ^(a)	A partir de jan/2006. Vencimento indeterminado	IGP-M	N/A	-	15	187	174
Outros créditos - Aluguel de parte do edifício pertencente à Companhia à Light Conecta	N/A ^(a)	A partir de Out/2007. Vencimento indeterminado	IGP-M	N/A	-	1	7	2
Outros créditos - Aluguel de parte do edifício pertencente à Companhia à Lightcom	N/A ^(a)	A partir de out/2007. Vencimento set/2018	IGP-M	N/A	-	3	42	41
Compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre as partes relacionadas	N/A ^(a)	A partir de out/2007. Vencimento set/2018	ANEEL	ANEEL	63	76	4.732	1.836
Cliente - Cobrança do encargo de uso de sistema de distribuição da Light SESA com a Lajes Energia - Está sob controle comum	N/A	A partir de março/2018 Vencimento indeterminado	ANEEL	ANEEL	49	43	541	509

^(a) Os contratos de encargo de uso de sistema de distribuição e encargo de uso da rede básica são faturados de acordo com a demanda de energia circulada na rede.

26.2 Passivos e despesas

Grupo do balanço, características do contrato e vínculo	Valor original	Período de vigência	Condições contratuais	Condições de rescisão ou término	Passivo		Despesa	
					31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Fornecedor - Compromisso com encargos de uso da rede básica da Companhia com a Light Energia	N/A ^(a)	A partir de dez/2002. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	363	297	(3.896)	(3.307)
Fornecedor - Compromisso com encargo de conexão da Companhia com a Light Energia	N/A ^(a)	A partir de dez/2005. Vencimento indeterminado	Preço praticado no mercado regulado	N/A	286	270	(3.390)	(3.181)
Outros débitos - Compromisso com serviços de consultoria da Companhia com a Axxiom	N/A ^(b)	A partir de dez/2010. Vencimento indeterminado	IGP-M	N/A	218	496	(3.538)	(8.189)
Compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre as partes relacionadas	N/A	A partir de abril/2018 Vencimento indeterminado	ANEEL	ANEEL	-	-	(9.400)	(9.449)
Pagamento antecipação debêntures realizado pela Light S.A	N/A ^(c)	A partir de Março/2023 Vencimento indeterminado	Fiadora da operação	N/A	164.940	-	-	-
Mútuo entre a Companhia e a Lightcom	N/A ^(d)	A partir de setembro/2023. Vencimento maio/2026	CDI +1,5%	N/A	182.676	-	(2.676)	-

^(a) Os contratos de encargo de conexão e encargo de uso da rede básica são faturados de acordo com a demanda de energia circulada na rede.

^(b) O contrato de serviço é faturado de acordo com a necessidade de horas despensadas no serviço contratado

^(c) Referente ao pagamento antecipação debêntures realizado pela Light S.A, na qualidade de garantidora da operação. O montante do principal é de R\$156.698 e juros de R\$8.242.

^(d) Referente ao contrato de mútuo firmado em 27 de outubro de 2023 entre a Companhia, na qualidade de mutuária e a Lightcom na condição de mutuante. Aprovado pela ANEEL através da Resolução homologatória nº3.764. O montante do principal é de R\$180.000 e encargos de R\$2.676, montante este reconhecido na demonstração do resultado do exercício, na rubrica de despesa financeira. O pagamento será efetuado em parcela única em 30 de maio de 2026.

26.3 Remuneração dos administradores

A remuneração da Diretoria, do Conselho de Administração, e do Conselho Fiscal, são como segue:

Remuneração dos Administradores	31.12.2023	31.12.2022
Honorários e benefícios de curto prazo	8.784	11.785
Encargos Sociais	1.456	2.382
Bônus	11.008	7.721
Benefícios pós-emprego	299	408
Benefícios assistenciais	855	640
Benefícios motivados pela cessação do cargo	1.053	955
VALOR TOTAL DA REMUNERAÇÃO	23.455	23.891

27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

27.1 Capital social

O capital social da Light Serviços de Eletricidade S.A. é de R\$5.544.284 (R\$5.544.284 em 31 de dezembro de 2022) e está representado por 494.310.226 (quatrocentos e noventa e quatro bilhões, trezentos e dez milhões, duzentos e vinte e seis mil) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, de propriedade integral da Light S.A..

Em 30 de setembro de 2022, a Controladora Light S.A. – Em Recuperação Judicial realizou um aumento do capital social, mediante a subscrição e integralização de 5.163.858.585 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, no montante de R\$ 57.919 (cinquenta e sete milhões, novecentos e dezoito mil, oitocentos e oitenta e quatro reais, e quarenta centavos).

27.2 Reservas

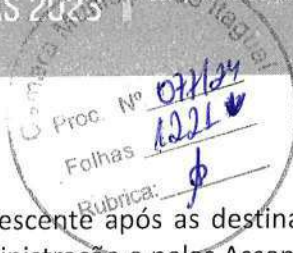
27.2.1 Reservas de capital

A Companhia oferece a seus administradores e a alguns colaboradores indicados pelo Conselho de Administração plano de opção de compra de ações da Companhia. As opções são precificadas pelo valor justo na data de concessão das outorgas, ajustadas a valor presente, e são reconhecidas de forma linear no resultado pelo prazo de concessão da opção em contrapartida ao patrimônio líquido.

27.2.2 Reservas de lucro

Reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder de 30% do capital social de que trata o § 1º do artigo 182. Esta reserva poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo da reserva foi utilizado para absorção de prejuízos acumulados.



Retenção de lucros

Constituída com o lucro líquido remanescente após as destinações com base em orçamento de capital aprovado pelo Conselho de Administração e pelas Assembleias Gerais Ordinárias. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo da reserva foi utilizado para absorção de prejuízos acumulados.

27.3 Reserva especial de dividendos

Corresponde aos dividendos mínimos obrigatórios calculados a razão de 25% do lucro líquido ajustado referente ao exercício de 2018 no montante de R\$273.923. De acordo com os termos do Art. 202 § 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, estes montantes, se não absorvidos por prejuízos acumulados em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que a situação financeira da Companhia permitir. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo da reserva foi utilizado para absorção de prejuízos acumulados.

27.4 Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

De acordo com os termos do artigo nº 189 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 a Companhia deve obrigatoriamente, antes de qualquer participação, deduzir do resultado do exercício os prejuízos acumulados de exercícios anteriores.

Em 31 de dezembro de 2023 não foi apurado base de cálculo de dividendos em face de apresentar prejuízos acumulados.

27.5 Resultado por ação

O resultado por ação básico e diluído é como segue;

	Resultado por ação	31.12.2023	31.12.2022
Prejuízo do exercício		(171.794)	(5.816.335)
Número de ações ordinárias (unidades mil)		489.165.145	489.165.145
Prejuízo básico e diluído por ações ordinárias em reais		(0,00035)	(0,01189)

No exercício não foram apuradas diferenças entre o resultado por ação básico e diluído, uma vez que a Companhia não possuía nenhum instrumento com potencial dilutivo.

27.6 Outros resultados abrangentes

Refere-se a contabilização dos ganhos ou perdas atuariais decorrentes de alterações de premissas atuariais, como tabela de mortalidade, taxa de desconto das obrigações e também pelas variações no rendimento dos investimentos dos planos de benefício pós-emprego categorizado como de benefícios definidos e plano de saúde. Os montantes apresentados estão líquidos de impostos diretos, quando aplicável, a uma alíquota de 34%. As variações em outros resultados abrangentes relacionadas a ganhos ou perdas atuariais não serão reclassificadas para o resultado dos exercícios subsequentes.

Segue a movimentação realizada no exercício:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	(97.122)
Perdas atuariais – benefício pós emprego	(211.344)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(308.466)
Perdas atuariais – benefício pós emprego	8.345
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(300.121)

28. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Receita operacional líquida	31.12.2023	31.12.2022
Fornecimento de energia elétrica e receita de uso da rede		
Residencial ^(a)	8.031.021	7.983.297
Industrial	347.990	430.567
Comércio, serviços e outras	4.128.018	4.688.086
Rural	9.127	11.261
Poder público	1.290.227	1.341.512
Iluminação pública	243.663	365.250
Serviço público	618.256	719.649
Receita de uso da rede (livres)	2.722.402	2.684.589
Fornecimento não faturado	209.454	46.328
Suprimento de energia		
Energia de curto prazo	20.113	35.285
Demais receitas		
Ativos e passivos financeiros setoriais (nota explicativa nº 11)	1.136.249	(22.976)
Receita de construção	640.495	1.146.446
Subvenção econômica CDE	394.342	253.387
Aluguéis, serviços e outras	153.303	158.775
Valor justo do ativo financeiro da concessão - VNR (nota explicativa nº 12)	353.413	38.365
Receita não faturada - Aportes da CCRBT (nota explicativa nº 11)	110.659	482.372
(-) Multa por violação de padrão de indicador de continuidade	(42.188)	(26.749)
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	20.366.544	20.335.444
ICMS ^(b)	(3.186.149)	(4.236.327)
PIS / COFINS	(1.544.643)	(1.445.016)
Outros	(7.536)	(9.033)
IMPOSTOS SOBRE RECEITA	(4.738.328)	(5.690.376)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(2.278.476)	(2.252.968)
Empresa de Pesquisa Energética -EPE	(12.017)	(10.875)
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FNDCT	(24.035)	(21.750)
Eficiência Energética – PEE	(60.087)	(54.374)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(24.035)	(21.750)
Outros encargos – PROINFA	(106.564)	(93.818)
Outros encargos	(12.176)	(11.386)
ENCARGOS DO CONSUMIDOR	(2.517.390)	(2.466.921)
TOTAL DAS DEDUÇÕES	(7.255.718)	(8.157.297)
RECEITA LÍQUIDA	13.110.826	12.178.147

^(a)Inclui, R\$276.150 (R\$222.957 em 31 de dezembro de 2022) referente a subvenção econômica dos consumidores classificados como baixa renda; e

^(b)A Lei complementar nº 194/22 reconheceu a essencialidade da energia elétrica e por meio do decreto nº 48.145/22, a partir de julho de 2022, a alíquota máxima de ICMS foi fixada em 18% (anteriormente era limitada em 32%). Em abril de 2023, foi determinado o retorno da cobrança do adicional de FECF - Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais, nos percentuais de 2% e 4%, passando a alíquota máxima de ICMS para 22%.



29. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Custos e despesas	Custos de operação		Despesas gerais e administrativas	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Pessoal e administradores	(304.336)	(267.121)	(117.223)	(98.239)
Materiais	(29.357)	(21.595)	(394)	(399)
Serviços de terceiros	(281.926)	(225.672)	(155.656)	(174.789)
Custos com energia elétrica (nota explicativa nº 29.1)	(9.195.134)	(8.722.576)	-	-
Depreciação e amortização	(618.792)	(574.126)	(47.387)	(43.006)
Provisão esperada para crédito de liquidação duvidosa (PECLD) ^(a)	-	-	(452.368)	(1.116.505)
Provisão para contingências	-	-	(284.259)	(1.989.001)
Custo de construção	(640.495)	(1.146.446)	-	-
Multas financeiras de clientes e fornecedores	116.288	107.873	-	-
Outras despesas e custos operacionais	(25.126)	(342)	(18.104)	(45.181)
TOTAL	(10.978.878)	(10.850.005)	(1.075.391)	(3.467.120)

^(a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, inclui adição de R\$459.601 referente a clientes (nota explicativa nº 7) e reversão de R\$7.232 referente a serviços prestados a receber.

29.1 Energia elétrica comprada para revenda

Custos com energia elétrica	R\$	
	31.12.2023	31.12.2022
Mercado de curto prazo CCEE	(953.597)	(807.698)
Itaipu – Binacional	(956.328)	(1.279.897)
UTE Norte Fluminense	(3.583.140)	(3.730.225)
(-) ICMS sobre compra de energia elétrica	744.136	1.016.407
Leilão de energia	(2.333.066)	(2.091.798)
Cotas de garantia física	(660.669)	(714.549)
Cota de nucleares	(290.856)	(281.878)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	-	-
Encargos uso da rede básica e NOS	(1.385.017)	(1.174.093)
Encargos de conexão – Transmissão	(89.320)	(102.510)
Transporte de energia – Itaipu	(162.878)	(122.760)
PROINFA	(147.011)	(215.996)
Crédito de PIS/COFINS sobre compra	622.612	782.421
TOTAL	(9.195.134)	(8.722.576)

30. RESULTADO FINANCEIRO

Resultado financeiro	31.12.2023	31.12.2022
RECEITA		
Acréscimo moratório sobre venda de energia	63.775	55.479
Rendimento sobre equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários	30.494	228.506
Atualização de depósitos judiciais	23.046	13.910
Atualização de ativos e passivos financeiros setoriais (nota explicativa nº 11)	68.351	-
Atualização dos créditos de PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo (nota explicativa nº 8)	272.940	293.801
Outras receitas financeiras	76.660	85.235
TOTAL DAS RECEITAS FINANCEIRAS	535.266	676.931
DESPESA		
Encargos de empréstimos, financiamentos, debêntures	(756.398)	(870.857)
Variação cambial e monetária de empréstimos, financiamentos e debêntures	9.129	(59.458)
Atualização monetária das provisões para contingências	(225.624)	(1.790.204)
Despesas com passivos tributários	(35.293)	(8.369)
Atualização de ativos e passivos financeiros setoriais (nota explicativa nº 11)	-	(1.412)
Operações de swap	(189.402)	(686.358)
PIS e COFINS sobre receita financeira	(23.488)	(20.965)
Atualização dos créditos de PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo (nota explicativa nº 8)	(97.773)	(213.458)
Ajuste a valor presente	12.155	(11.246)
Outras despesas financeiras	(71.535)	(213.941)
TOTAL DAS DESPESAS FINANCEIRAS	(1.378.229)	(3.876.268)
RESULTADO FINANCEIRO	(842.963)	(3.199.337)

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Para efeitos contábeis e de divulgação destas demonstrações financeiras, em decorrência do ajuizamento do Pedido de Recuperação Judicial da Controladora Light S.A. – Em Recuperação Judicial e do vencimento dos instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap”), os saldos a pagar destes instrumentos estão sendo apresentados no passivo circulante conforme os valores contidos nas notificações enviadas pelas contrapartes, com encargos financeiros até a data do efetivo vencimento de cada swap, excluídos os juros de mora e multas. Ressalta-se que o valor sujeito aos efeitos da recuperação judicial considerado devido pela Administração corresponde à lista de credores apresentada pelo Administrador Judicial em 20 de outubro de 2023, no montante bruto de R\$456.557. Contudo, este saldo considerado pela Administração ainda está sujeito a contestações pelos credores no âmbito da recuperação judicial.

31.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

A Companhia mensura ao valor justo utilizando vários métodos que incluem abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

Nível 3 - dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

O quadro abaixo apresenta os valores contábeis e valores justos dos principais ativos e passivos financeiros da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

Principais ativos e passivos financeiros da Companhia	Níveis	31.12.2023		31.12.2022	
		Contabilizado	Valor Justo	Contabilizado	Valor Justo
ATIVOS FINANCEIROS (CIRCULANTE/NÃO CIRCULANTE)					
MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota explicativa nº 5)		98.285	98.285	40.519	40.519
Consumidores, concessionárias, permissionárias e clientes (Nota explicativa nº 7)		2.598.058	2.598.058	2.291.890	2.291.890
Serviços prestados a receber		32.870	32.870	33.999	33.999
Depósitos judiciais		364.967	364.967	219.093	219.093
Ativos financeiros setoriais (Nota explicativa nº 11)		-	-	199.402	199.402
Outros créditos (Nota explicativa nº 10)		463.689	463.689	387.885	387.885
MENSURADO A VALOR JUSTO POR MEIO DE RESULTADO					
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações Financeiras de liquidez imediata (Nota explicativa nº 5)	2	191.118	191.118	-	-
Títulos e valores mobiliários – (Nota explicativa nº 6)	2	131.418	131.418	592.104	592.104
Ativo financeiro de concessões (Nota explicativa nº 12)	3	8.745.526	8.745.526	7.697.294	7.697.294
TOTAL		12.625.931	12.625.931	11.462.186	11.462.186
PASSIVO FINANCEIROS (CIRCULANTE/NÃO CIRCULANTE)					
MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO					
Fornecedores (Nota explicativa 17)		1.619.416	1.619.416	1.452.785	1.452.785
Empréstimos e Financiamentos (Nota explicativa nº 19)		2.227.727	1.811.667	2.730.073	2.797.833
Debêntures (Nota explicativa 20)		6.810.665	5.928.505	6.348.550	5.967.982
Obrigações por arrendamento mercantil (Nota explicativa nº 23)		222.697	222.697	232.956	232.956
Passivos financeiros setorial (Nota explicativa nº 11)		612.234	612.234	911.538	911.538
Encargos regulatórios (Nota explicativa nº 24)		340.190	340.190	275.681	275.681
Partes Relacionadas (Nota explicativa nº 26)		347.616	347.616	-	-
Outros débitos (Nota explicativa nº 25)		647.897	647.897	565.735	565.735
Saldos remanescentes de instrumentos financeiros derivativos swaps ⁽⁴⁾		461.325	461.325	-	-
MENSURADO A VALOR JUSTO POR MEIO DE RESULTADO					
Instrumentos financeiros derivativos swaps		-	-	276.374	276.374
TOTAL		13.289.767	11.991.547	12.793.692	12.480.883

^(a) Em 31 de dezembro de 2023, o montante refere-se ao valor a pagar em função da rescisão de forma unilateral dos instrumentos financeiros derivativos.



31.2 Gerenciamento de riscos e objetivos alcançados

31.2.1 Risco de mercado

No curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a riscos de mercado relacionados a variações cambiais e taxas de juros. Segue abaixo o quadro com a abertura do principal da dívida por moeda e indexador (não inclui custos de captação e de emissão):

Moeda e Indexador	31.12.2023		31.12.2022	
	Saldos	%	Saldos	%
USD	2.141.938	25,3	2.313.913	25,6
TOTAL - MOEDA ESTRANGEIRA	2.141.938	25,3	2.313.913	25,6
CDI	2.787.188	32,9	3.167.548	35,1
IPCA	3.550.049	41,9	3.546.449	39,3
TOTAL - MOEDA NACIONAL	6.337.237	74,7	6.713.997	74,4
TOTAL	8.479.175	100,0	9.027.910	100,0

31.2.2 Risco de taxa de câmbio

Para a parte dos empréstimos e financiamentos denominada em moeda estrangeira, a Companhia se utilizava de instrumentos financeiros derivativos (operações de "swap") para proteção do serviço associado a tais dívidas (principal mais juros e comissões) a vencer em até 24 meses.

Dessa forma, a exposição cambial da Companhia relacionada à dívida, em 31 de dezembro de 2023, é de 23,17 % do total da dívida em moeda estrangeira (0,19% em 31 de dezembro de 2022).

Segue abaixo o quadro com a composição das operações de derivativos que existiam em 31 de dezembro de 2022:

Moeda	Companhia recebe	Companhia paga	Data de início	Data de Vencimento	Valor Nominal R\$ 31.12.2022	Valor Nominal US\$ 31.12.2022	Swap (accrual) R\$ 31.12.2022	Swap valor justo (contábil) R\$ 31.12.2022	Valor justo x Accrual 31.12.2022
US\$	US\$ + Libor3M + 1,18%	CDI + 1,85%	30.09.2021	31.03.2025	208.708	40.000	8.002	7.645	(357)
US\$	US\$ + 4,3750 % a.a.	143,24% do CDI	18.06.2021	18.06.2026	2.087.080	400.000	(61.284)	268.727	330.011
TOTAL					2.295.788	440.000	(53.282)	276.372	329.654

A metodologia utilizada para o "cenário provável", considerou as estimativas obtidas para análise de sensibilidade de taxas de juros, utilizando-se das taxas e das projeções obtidas na B3, até 31 de dezembro de 2024, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos. Vale lembrar que por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideram-se os saldos da dívida e das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2023. É importante salientar que o comportamento dos saldos de dívida respeitará seus respectivos contratos, bem como o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da companhia.

Análise de sensibilidade da taxa de câmbio, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções da B3 em 28 de dezembro de 2023.

Operação	Risco	Dívida - US\$ Mil	R\$		
			Provável Cenário (I)	Cenário (II) + 25%	Cenário (III) + 50%
TN - Par Bond	US\$	39.422	(17.871)	(70.052)	(122.234)
TN - Caução - Par Bond	US\$	(37.550)	17.022	66.726	116.430
TN - Discount Bond	US\$	27.524	(12.477)	(48.910)	(85.342)
TN - Caução - Discount Bond	US\$	(26.095)	11.830	46.371	80.912
4131 Citibank 2021	US\$	41.996	(19.038)	(74.626)	(130.215)
Bonds 2021	US\$	418.083	(189.525)	(742.923)	(1.296.321)
Total			(210.059)	(823.414)	(1.436.770)
Referência para Ativos e Passivos Financeiros			-	+25%	+50%
Cotação R\$/US\$ (em 31.12.2024)			5,29	6,62	7,94

31.2.3 Risco de taxa de juros

Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros não só sobre a despesa financeira associada aos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia, como também sobre as receitas financeiras oriundas de suas aplicações financeiras. A política para utilização de derivativos aprovada pelo Conselho de Administração não compreende a contratação de instrumentos contra esse risco.

No entanto, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de forma a avaliar a eventual necessidade de contratar derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas, sendo que, para estes casos, é solicitada aprovação prévia ao Conselho de Administração.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de juros, demonstrando os possíveis impactos no resultado antes dos impostos. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos saldos patrimoniais estivesse em aberto durante todo o período.

A metodologia utilizada para o “cenário provável” considerou a melhor estimativa da taxa de juros em 31 de dezembro de 2024. Vale lembrar que por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida e das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2023. É importante salientar que o comportamento dos saldos de dívida e derivativos respeitará seus respectivos contratos, bem como o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia.

Análise de sensibilidade das taxas de juros, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções da B3 em 28 de dezembro de 2023.

Operação	R\$			
	Dívida R\$ Mil	Provável Cenário (I)	Cenário (II) + 25%	Cenário (III) + 50%
ATIVOS FINANCEIROS		(4.899)	2.792	10.484
Equivalentes de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários		(4.899)	2.792	10.484
PASSIVOS FINANCEIROS POR RISCOS	7.200.135	42.254	(99.919)	(242.091)
Libor6M	133.253	2.347	975	(397)
Libor3M	203.317	629	(1.937)	(4.503)
CDI	3.082.594	94.313	15.935	(62.442)
IPCA	3.780.971	(55.035)	(114.892)	(174.749)
TOTAL DE GANHO (PERDA)	7.200.135	37.355	(97.127)	(231.607)
Referência para ATIVOS FINANCEIROS			-25%	-50%
CDI (% em 31.12.2024)		9,99%	12,48%	14,98%
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS				
CDI (% em 31.12.2024)		9,99%	12,48%	14,98%
IPCA (% em 31.12.2024)		6,00%	7,50%	9,00%
Selic (% em 31.12.2024)		9,99%	12,48%	14,98%
Libor3M (% em 31.12.2024)		4,99%	6,24%	7,48%
Libor6M (% em 31.12.2024)		4,09%	5,11%	6,13%

31.2.4 Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência dos seus consumidores ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia utiliza de todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de clientes inadimplentes em empresas de proteção ao crédito e cobrança judicial.

O risco de crédito das contas a receber encontra-se pulverizado considerando a base de clientes da Companhia. Uma análise de redução ao valor recuperável é efetuada a cada data de reporte usando uma matriz de provisão para avaliar as perdas de crédito esperadas.

A exposição máxima ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2023 é o valor contábil de cada classe de ativos financeiros divulgada na nota explicativa nº 5. A Companhia não possui ou mantém ativos que tenham sido dados em garantia por terceiros.

No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. A Companhia possui uma política de não manter a carteira concentrada em uma determinada instituição financeira. Desta forma, a política tem como princípio controlar a concentração da carteira através de limites impostos à Companhia, e acompanhar as instituições financeiras através do seu patrimônio líquido e de seus *ratings*. Por meio de sua política a Companhia poderá aplicar os recursos em produtos de renda fixa, pós-fixados indexados ao CDI e Títulos públicos pós-fixados.

31.2.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade financeira em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações que fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os recursos captados são apresentadas nas notas explicativas nºs 19 e 20.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial, do mercado financeiro e de empresas ligadas, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

Conforme divulgado na nota 1.1, a Administração da Companhia está acompanhando atentamente todos os riscos relacionados a continuidade operacional do Grupo e gerencia o risco de liquidez por meio do acompanhamento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros.

O pedido de recuperação judicial, descrito na nota explicativa nº 1.1.1, é um elemento contratual que enseja o vencimento antecipado da dívida e vencimento antecipado cruzado das demais dívidas (*cross default/cross acceleration*). Considerando que a Controladora Light S.A. está em recuperação judicial, os pagamentos das parcelas das dívidas não foram realizados nas datas contratuais originais e estão suspensos tendo em vista o deferimento do processo de recuperação judicial.

As notas de crédito (*rating*) atribuídas à Companhia pelas agências de classificação de risco são como seguem:

Ratings	Nacional	Internacional	Data de publicação
Fitch	D (bra)	D	15.05.2023
S&P	D	-	12.04.2023

Em 16 e 17 de maio de 2023, a Moody's alterou os ratings nacionais e internacionais da Companhia para 'WR' (*withdrawn*).

Os ratings apresentados acima que apontam status de "default" é reflexo do deferimento do pedido da recuperação judicial da Controladora Light S.A. – Em Recuperação Judicial. As análises das agências de risco sobre a recuperação judicial pressupõem que a frágil situação financeira pode prejudicar sua capacidade de financiamento e os índices de alavancagem regulatória da Companhia, com potencial impacto negativo em suas operações e nas negociações para renovação de sua concessão.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, acarretar perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica.

O prolongamento da geração de energia por meio de termelétricas pode pressionar o aumento dos custos para as distribuidoras de energia, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa no curto prazo, que são recuperáveis dentro do arcabouço regulatório vigente, e pode impactar em aumentos tarifários futuros. Com a cobrança das bandeiras tarifárias, a Companhia diminui, em parte, uma maior exposição da variação do custo de compra de energia, reduzindo assim, o risco de liquidez.

Face ao atual cenário de recuperação judicial, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.1.1, as obrigações da Companhia relativas aos vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, serão negociados com os credores no âmbito do plano de recuperação judicial.

31.2.6 Risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia

A venda ou compra de energia no mercado de curto prazo (MCP) para cobrir exposição positiva ou negativa da energia contratada para atendimento ao mercado cativo da Companhia é um risco inerente ao negócio de distribuição de energia elétrica.

O limite regulatório para o repasse integral aos consumidores, resultado da liquidação no MCP das exposições positivas (energia contratada acima do mercado cativo), valorada pela diferença entre o preço médio de compra de energia da distribuidora e o preço de liquidação de diferenças (PLD) é de 5% sobre a energia requerida regulatória da distribuidora. As exposições que, comprovadamente, decorram de fatores que fogem ao controle da distribuidora (exposições involuntárias), também, podem ser repassadas integralmente aos consumidores.

A estratégia para contratação de energia pela Companhia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

31.2.7 Riscos de continuidade da concessão

A Companhia conduz suas atividades de distribuição de energia elétrica de acordo com contratos de concessão e a legislação do setor elétrico, incluindo todas as resoluções emitidas pela ANEEL. Conforme divulgado na nota 1.1.2, a Administração da Companhia está acompanhando atentamente todos os riscos relacionados a continuidade da concessão do Grupo.

O quinto aditivo ao contrato de concessão da Companhia, celebrado em março de 2017 possui cláusulas que condicionam a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da Companhia, de novos critérios de eficiência com relação à qualidade da prestação do serviço e à sustentabilidade econômico-financeira da referida companhia.

Os critérios de eficiência com relação (i) à qualidade do serviço prestado são mensurados por indicadores que consideram a frequência e a duração média das interrupções do serviço de distribuição de energia, e os limites globais anuais definidos no referido aditivo; e (ii) à gestão econômica e financeira são mensurados por indicadores que consideram o nível de endividamento da companhia e limites os quais estão definidos no referido termo aditivo.

O inadimplemento do critério de qualidade da prestação do serviço será verificado nos casos em que houver o não atendimento dos indicadores por:

- (a) dois anos consecutivos no período entre 2018 e 2021 para o indicador de qualidade do serviço prestado;
- (b) dois anos consecutivos no período entre 2018 e 2019 para o indicador de gestão econômico-financeira;
- (c) especificamente no ano de 2022 para o indicador de qualidade do serviço prestado;
- (d) especificamente no ano de 2020 para o indicador de gestão econômico-financeira;
- (e) por dois anos consecutivos a partir de 2021 para o indicador de gestão econômico-financeira; ou
- (f) por três anos consecutivos a partir de 2023 para o indicador de qualidade do serviço prestado.

O descumprimento em função dos itens (a), (b), (c) e (d) acima, implica na instauração de processo administrativo para extinção da concessão, enquanto o descumprimento em função dos itens (e) e (f), acarreta a abertura de processo de caducidade, no qual se procederá com a apuração da inadimplência da concessionária.

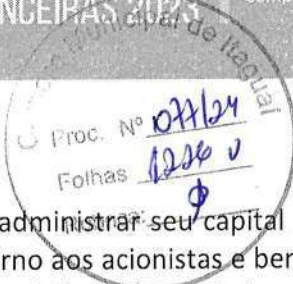
Para o exercício findos em 2019, 2020 e 2021, a Companhia atendeu aos indicadores de qualidade do serviço prestado e de sustentabilidade econômico-financeira.

O contrato de concessão da Companhia requer a apuração de indicadores de sustentabilidade econômico-financeiro, segundo normas da ANEEL. A ANEEL, por meio do Despacho 2.076 de 27 de junho de 2023, suspendeu os ritos relacionados ao processo de apuração de cumprimento dos referidos indicadores de todas as distribuidoras de energia elétrica. Desta forma, os indicadores de sustentabilidade econômico-financeiro da Companhia para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 mensurados pela Companhia, cujo resultado indicou descumprimento para aquele exercício ainda não foi homologado de forma definitiva pela ANEEL. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as apurações encontram-se suspensas.

Importante ressaltar que o próprio contrato de concessão e o Anexo VIII-A da Resolução Normativa nº 948, de 16 de novembro de 2021, apresentam mecanismos para restabelecimento da condição de sustentabilidade econômico-financeira, antes que seja iniciado o processo de caducidade da concessão, sendo os principais a limitação de distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio cujo valor e a exigência de aportes de capital dos acionistas controladores, em montante suficiente para atender à condição de sustentabilidade mínima. Neste contexto, a Administração da Light e seus acionistas podem providenciar ações e teriam certo prazo para restabelecer os indicadores de sustentabilidade econômico-financeiro para evitar o início do processo de caducidade da concessão da Companhia.

Em 30 de junho de 2023, a Companhia, requereu a prorrogação das outorgas da concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica conforme nota explicativa nº 1.1.2.

A Administração da Companhia entende que o potencial descumprimento em questão não inicia de forma imediata o processo de caducidade da concessão da Companhia, mas requer monitoramento contínuo.



31.3 Gestão do capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A dívida líquida da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido é apresentada a seguir:

Gestão de capital	31.12.2023	31.12.2022
Dívida de financiamentos, empréstimos e debêntures	9.221.068	9.078.623
Saldos remanescentes de instrumentos financeiros derivativos swaps ^(a)	461.324	276.374
Dívida bruta	9.682.392	9.354.997
(-) Caixa e equivalentes de caixa e TVM	420.587	632.623
Dívida líquida (A)	9.261.805	8.722.374
Patrimônio líquido (B)	1.129.195	1.197.065
Percentual de capital de terceiros - % (A÷ (B+A))	89%	88%

^(a) Refere-se ao montante líquido a pagar em função da rescisão de forma unilateral dos instrumentos derivativos.

32. SEGUROS

A política de seguros da Companhia, baseia-se na contratação de seguros com cobertura bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais, e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de sua operação, considerando a natureza de sua atividade. As premissas e riscos adotadas, dada a natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes. As principais coberturas são:

Seguro de riscos operacionais - cobre os danos causados às Usinas Hidroelétricas e Termoelétricas, incluindo, mas não limitada a todo seu maquinário, turbinas a vapor, turbinas a gás, geradores, caldeiras, transformadores, canais, túneis, barragens, vertedouros, obras civis, escritórios e depósitos. Todos os ativos estão segurados na modalidade de Riscos Operacionais, com cobertura "All Risks", incluindo-se linhas de transmissão e distribuição até 1.000 pés do local de geração.

Seguro de responsabilidade civil de administradores e diretores (D&O) - tem por objetivo proteger os Executivos por perdas e danos resultantes do exercício das suas funções inerentes ao cargo ou posição como Conselheiros, Diretores e Administradores da Sociedade.

Seguro de responsabilidade civil e geral - objetiva o pagamento de indenização caso a Companhia venha a ser responsabilizada civilmente por meio de sentença transitada em julgado ou acordo autorizado pela seguradora, relativas a reparações por danos materiais e corporais involuntários, causados a terceiros e também aqueles relacionados à poluição, contaminação, vazamentos súbitos e ou acidentais.

A composição dos principais seguros considerada pela Diretoria é resumida conforme a seguir:

RISCOS	Data de Vigência		Importância Segurada	Prêmio Líquido
	De	Até		
Directors & Officers (D&O)	16.10.2023	16.10.2024	N/A	100.000
Responsabilidade Civil e Geral	02.07.2023	02.01.2025	N/A	20.000
Riscos Operacionais	03.02.2024	03.02.2025	11.874.553	300.000

33. COMPROMISSOS CONTRATUAIS

Contratos de compra de energia elétrica

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos longo prazo com a venda de energia elétrica, como segue:

Ano	Total de contratos em R\$ ^(a)
2024	6.871.558
2025	5.986.570
2026	5.856.622
2027	5.790.671
2028	5.964.391

^(a) Não auditado pelos auditores independentes

34. MEIO AMBIENTE

A Companhia tem como diretriz o uso racional dos recursos naturais e a visão da transição energética para uma matriz de baixo carbono. Desde 2001, os cuidados com os impactos ambientais estão previstos no Sistema de Gestão Ambiental (SGA), um conjunto de normas baseado na ISO 14001, que regula as principais atividades da Light. Em sua estrutura de gestão, a Companhia mantém uma equipe dedicada aos cuidados ambientais. O acompanhamento do tema conta com o Comitê de ESG+, vinculado ao Conselho de Administração. Essa estrutura e suas iniciativas estão diretamente vinculadas à Diretoria, responsável por acompanhar os compromissos relacionados a questões ambientais e prestar contas ao Conselho de Administração.

A Companhia trata os impactos sociais e ambientais de seus serviços e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o ambiente, dentre as quais merecem destaque:

- Manutenção e segurança ambiental;
- Projetos ambientais;
- Licenciamento e atendimento a legislação ambiental;
- Reflorestamento e contenção de Taludes e Encostas;
- Implantação e Manutenção do Sistema de Gestão Ambiental (SGA).

No exercício de 31 de dezembro de 2023 os gastos com projetos descritos acima totalizaram R\$10.478 (R\$6.861 em 31 de dezembro de 2022). Os gastos em CAPEX foram contabilizados em ativo contratual no montante de R\$8.920 (R\$5.089 em 31 de dezembro de 2022). Adicionalmente, os gastos em OPEX foram contabilizados em outras despesas operacionais no montante de R\$1.558 (R\$1.772 em 31 de dezembro de 2022).

35. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA

Durante os exercícios de 2023 e de 2022, a Companhia realizou atividades de investimento e financiamento que não envolveram caixa, conforme demonstrado abaixo:

Transações que não envolvem caixa	31.12.2023	31.12.2022
Aquisição de ativo intangível em contrapartida a fornecedor	19.113	37.474
Adições de arrendamentos (Nota explicativa nº 23)	10.551	247.460
Despesas com contratos de arrendamento (IFRS 16) capitalizadas no imobilizado	15.706	17.422
Encargos capitalizados no ativo de contrato e imobilizado	37.471	10.104
Transferências para intangível (Acordo Furnas – Nota explicativa nº 10)	-	70.663

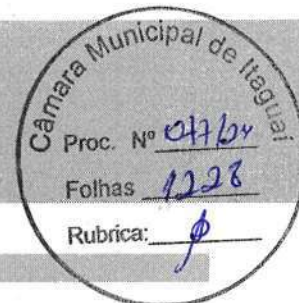
36. EVENTOS SUBSEQUENTES**36.1 Reajustes Tarifários**

Em 12 de março de 2024, a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) através da Resolução Homologatória nº 3.310, homologou o reajuste tarifário, com efeito médio de 3,54%. As novas tarifas entraram em vigor a partir de 15 de março de 2024. O aumento médio para os clientes na baixa tensão foi de 4,05% e para os clientes da alta tensão foi de 2,45%.

36.2 Auto de infração da Aneel

Em 06 de março de 2024, a Companhia recebeu auto de infração emitido pela ANEEL no valor de R\$28.394, por não prestar serviço adequado quanto ao fornecimento de energia elétrica aos consumidores de sua área de concessão.

O auto de infração se encontra sob análise dos nossos assessores jurídicos que até o momento avaliam o risco como perda possível.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Alexandre Nogueira Ferreira
Déborah Meirelles Rosa Brasil
Rodrigo Tostes Solon de Pontes
Eduardo Xavier Rodrigues

CONSELHO FISCAL**EFETIVOS**

Luiz Paulo de Amorim
Sergio Xavier Fortes
Ary Waddington

SUPLENTE

Natalia Carneiro de Figueiredo
João Ricardo Pereira da Costa
Luiz Felipe Monteiro Lemos

DIRETORIA EXECUTIVA

Rodrigo Ribeiro Pereira Brandão - Diretor Presidente
Rodrigo Tostes Solon de Pontes - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Carlos Vinicius de Sá Roriz - Diretor

CONTADOR

Vicente Côrtes de Carvalho – CRC/MG 042.523/O-7



Light Serviços de Eletricidade S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2023 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Light Serviços de Eletricidade S.A.

Abstenção de opinião

Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras da Light Serviços de Eletricidade S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia, pois devido à relevância do assunto descrito na seção intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Base para abstenção de opinião

Continuidade operacional

Conforme descrito na nota explicativa nº 1.1 às demonstrações financeiras, em 12 de maio de 2023, a controladora da Companhia, Light S.A. – Em Recuperação Judicial, apresentou pedido de recuperação judicial, e a Light Serviços de Eletricidade S.A. ("Light SESA") e a Light Energia S.A. ("Light Energia"), também controladas da Light S.A. – Em Recuperação Judicial, requereram como emenda a tutela provisória de urgência em caráter incidental ao pedido de recuperação judicial formulado pela Light S.A. – Em Recuperação Judicial, para garantir-lhes a extensão de efeitos protetivos. Esses pedidos foram deferidos em 15 de maio de 2023. A Light SESA apresentou, em 31 de dezembro de 2023, endividamento bruto de R\$9.499.717 mil, integralmente registrado no passivo circulante, e capital circulante líquido negativo de R\$10.036.581 mil.

Em 23 de fevereiro de 2024, a Light S.A. – Em Recuperação Judicial, na condição de devedora recuperanda, e a Light SESA e a Light Energia, exclusivamente como intervenientes – coobrigadas pelos créditos concursais, protocolaram Plano de Recuperação Judicial Modificativo ("PRJ Modificativo"). Até a presente data, o PRJ Modificativo não foi ainda nem aprovado pelos credores e nem homologado judicialmente.

Considerando que o PRJ Modificativo está sujeito à aprovação pela assembleia de credores e subsequente homologação pelo juízo da recuperação judicial, conforme divulgado nas notas explicativas, os quais não estão sobre controle da Light S.A. – Em Recuperação Judicial e de suas controladas Light SESA e Light Energia, e de seus possíveis efeitos pervasivos e cumulativos, estas circunstâncias não nos permitem, neste momento, reunir evidências apropriadas e suficientes para concluir se o pressuposto de continuidade operacional utilizado pela Companhia como base para a elaboração dessas demonstrações financeiras, é apropriado, incluindo se e como os ativos serão realizados, os passivos liquidados, bem como os julgamentos dos administradores da Companhia e suas divulgações nas demonstrações financeiras.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

**Outros assuntos***Demonstrações do valor adicionado*

Fomos contratados também para examinar, em conjunto com as demonstrações financeiras da Companhia, a demonstração do valor adicionado ("DVA") referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"). Entretanto, em decorrência da relevância do assunto descrito na seção anterior intitulada "Base para abstenção de opinião", também não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essa demonstração. Consequentemente, não expressamos uma opinião sobre a demonstração do valor adicionado referida anteriormente.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras da Companhia de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e a de emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido ao assunto descrito na seção intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2024

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Marcelo Salvador
Marcelo Salvador
Contador
CRC nº MG 089422/O-0



Rio de Janeiro, 25 de março de 2024

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E RELATÓRIO DOS AUDITOR INDEPENDENTE.

Os Diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e concordam com todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, bem como tomaram ciência da opinião dos auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu, referenciadas no Relatório do Auditor Independente.

Rodrigo Ribeiro Pereira Brandão
Diretor Presidente

Rodrigo Tostes Solon de Pontes
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Carlos Vinicius de Sa Roriz
Diretor



Anexo I

Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário da Light S.A. ("Companhia" ou "Light")

Ao longo do exercício de 2023, o Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia ("CAUDIT" ou "Comitê"), realizou reuniões ordinárias, conforme previstas no calendário anual de reuniões, aprovado pelo Conselho de Administração, e extraordinárias para análise dos assuntos de sua competência, em conformidade com o previsto no Estatuto Social da Companhia e no Regimento Interno do CAUDIT.

As reuniões contaram com a participação dos representantes dos auditores independentes (Deloitte), dos profissionais da Light responsáveis pela área de auditoria interna, riscos e *compliance*, do *Data Protection Officer* (DPO), tecnologia da informação, contabilidade, jurídico, bem como de membros da Diretoria, sem prejuízo da presença de outros profissionais da Companhia, quando necessário, para a análise de temas específicos.

No exercício de suas atribuições, destacam-se as seguintes atividades desempenhadas:

1. Análise e monitoramento da qualidade e integridade das Informações Trimestrais de Resultados ("ITR") e das Demonstrações Financeiras Padronizadas ("DFP"), previamente à sua publicação;
2. Avaliação da qualidade e integridade dos relatórios de controles internos fornecidos pela Companhia e pelos Auditores Independentes;
3. Acompanhamento dos trabalhos da Auditoria Independente realizados pela Deloitte Touche Tohmatsu Brasil e recomendações por ela emitidas;
4. Monitoramento da efetividade / qualidade dos trabalhos realizados pelas Auditoria Independente;
5. Recomendação de aprovação para o conselho do plano anual de auditoria interna;
6. Acompanhamento do Plano Anual de Auditoria Externa e Auditoria Interna;
7. Supervisão das atividades da Auditoria Interna da Companhia e de suas Controladas, incluindo o monitoramento da efetividade e da qualidade da metodologia e seus processos, além de avaliar a suficiência de recursos, apresentando propostas ao Conselho de Administração e à Diretoria de ações necessárias para aperfeiçoá-las;
8. Monitoramento dos planos de ação em aberto com criticidade muito alta e alta, realizando as recomendações necessárias;
9. Monitoramento dos programas de integridade / conformidade (*compliance*) e sua adequação à complexidade e aos riscos envolvidos nas atividades da Companhia;
10. Supervisão das atividades da área de Riscos e Controles Internos, incluindo o monitoramento da qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos da Companhia e de suas controladas, apresentando recomendações de



aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos, quando considerados necessários;

11. Supervisão das atividades da área de Compliance, incluindo a efetividade do monitoramento e integridade dos mecanismos de atuação preventiva e corretiva realizados pela área, no que se refere ao estabelecimento e divulgação das práticas de conformidade. Acompanhamento da apuração de denúncias recebidas pela Companhia, através de empresa terceirizada, e de suas controladas, apresentando recomendações de aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos, quando consideradas necessárias;
12. Acompanhamento das transações com partes relacionadas comunicadas pela Diretoria e divulgadas nas Demonstrações Financeiras, inclusive a revisão periódica da política de Partes Relacionadas para aprovação do Conselho de Administração;
13. Monitoramento dos trabalhos do *Data Protection Officer* e dos procedimentos relacionados à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);
14. Assessoramento ao Conselho de Administração na definição dos padrões de qualidade das Demonstrações Financeiras e dos controles internos; e
15. A análise prévia dos assuntos submetidos para deliberação do Conselho de Administração pertinentes ao Comitê, emitindo recomendações para auxílio aos conselheiros na tomada de decisão.

Os membros do Comitê de Auditoria são Abel Alves Rochinha, Hélio Paulo Ferraz, Raphael Manhães Martins e Ricardo Henrique Baras, sendo o Sr. Ricardo Henrique Baras o coordenador do Comitê.

O Regimento Interno do Comitê foi aprovado em 28.07.2021 para atualização de suas competências.

As funções do Comitê são desempenhadas com base nas informações recebidas da Diretoria, dos Auditores Independentes, das áreas de Auditoria Interna, *Compliance*, Controles Internos e Gestão de Riscos e dos responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras.

O Comitê reuniu-se em 15 (quinze) ocasiões no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2023, quando foram avaliados e analisados os temas de competência.

a) Auditoria Independente

O Comitê mantém com os auditores externos um canal de interlocução periódica para ampla discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes, de maneira que permita aos seus membros fundamentar opinião acerca da integridade das demonstrações contábeis e relatórios financeiros. Em 2023, o Comitê reuniu-se com os auditores externos da Companhia em 07 (sete) ocasiões. O Comitê avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas pelo auditor independente em 2023.

É importante ressaltar que no 3º trimestre de 2023 e nas demonstrações financeiras de 2023, os auditores independentes emitiram parecer com abstenção de opinião, devido



a PRJ Modificativo não ter sido ainda aprovada pelos credores e nem homologada judicialmente, podendo impactar na continuidade da empresa. Segue abaixo o texto dos auditores independentes:

"Considerando que o PRJ Modificativo está sujeito à aprovação pela assembleia de credores e subsequente homologação pelo juízo da recuperação judicial, conforme divulgado nas notas explicativas, os quais não estão sobre controle da Light S.A. – Em Recuperação Judicial e de suas controladas Light SESA e Light Energia, e de seus possíveis efeitos pervasivos e cumulativos, estas circunstâncias não nos permitem, neste momento, reunir evidências apropriadas e suficientes para concluir se o pressuposto de continuidade operacional utilizado pela Companhia como base para a elaboração dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas é apropriado, incluindo se e como os ativos serão realizados, os passivos liquidados, bem como os julgamentos dos administradores da Companhia e suas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas"

Cabe ressaltar que, durante o processo de revisão tivessem sido identificadas eventuais inconsistências materiais ou divergências em relação às demonstrações financeiras, que foram preparadas assumindo o regime de continuidade, estas seriam apontadas para o CAUDIT e seriam objeto de ressalva nos pareceres dos auditores ou comunicadas na folha de ajustes, conforme a materialidade

O Comitê acompanhou as atividades de auditoria externa independente a fim de avaliar a sua independência, a qualidade e a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia. Os resultados desses trabalhos, apresentados em reuniões do Comitê em 2023 não trouxeram ao conhecimento do Comitê a existência de riscos que possam afetar de forma relevante as Demonstrações Financeiras Anuais.

Com base nos exames e nas informações fornecidas pela Deloitte, o Comitê avaliou que houve objetividade e independência nos trabalhos dos Auditores Independentes, e não identificou situações que pudessem afetá-las.

b) Auditoria Interna

O Comitê também acompanhou o processo desenvolvido pela área de Auditoria Interna, por meio da realização de reuniões periódicas para acompanhamento da execução do plano do exercício de 2023. Além disso, avaliou e recomendou a aprovação do plano de seus trabalhos relativos ao exercício de 2023 para o Conselho de Administração, sendo aprovado em 20 de dezembro de 2022. Além disso, avaliamos como satisfatória as estruturas da Auditoria Interna da Companhia, assim como a qualidade de seu corpo técnico e gerencial e os resultados dos seus trabalhos.

O Comitê avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna. Os resultados dos trabalhos, apresentados em 06 (seis) reuniões do Comitê em 2023, não trouxeram ao conhecimento do Comitê a existência de riscos que possam afetar de forma relevante a sustentabilidade da Companhia ou suas demonstrações financeiras.

c) Controles Internos e Riscos

No entendimento do Comitê, a forma e as ações adotadas pela Companhia para monitorar os sistemas de controles internos e de riscos, em seus aspectos relevantes, estão em processo de evolução satisfatória.



d) Compliance

Avaliamos todos os pilares do programa de compliance e concluímos como satisfatórios os trabalhos realizados pela área.

Conforme informado pelo gestor da área responsável pela Auditoria Interna, Riscos e Compliance, as denúncias de descumprimento de normas têm o adequado tratamento de controle, avaliação e correção, não existindo tema material apurado ou em andamento que possa afetar as Demonstrações Financeiras da Companhia.

Este Comitê declara não ter ciência de qualquer denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Diretoria da Companhia que representem a existência ou evidência de fraudes, falhas ou erros que, pela sua materialidade, coloquem em risco a continuidade da Companhia ou a credibilidade e confiabilidade de suas demonstrações financeiras.

e) Parecer do Comitê

Considerando os sistemas de controles internos existentes, a abrangência e a eficácia dos trabalhos realizados pelos Auditores Independentes, assim como seu respectivo parecer, este Comitê de Auditoria, por unanimidade, entende que as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 da Light S.A. ("Demonstrações Financeiras de 2023") apresentam adequadamente a posição financeira e patrimonial da Light em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil, às normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), à legislação societária brasileira e às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, razão pela qual recomenda: o encaminhamento das Demonstrações Financeiras de 2023 para a análise do Conselho de Administração e consequente submissão à deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2024.

Ricardo Henrique Baras
(Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário)

Abel Alves Rochinha

Hélio Paulo Ferraz

Rafael Manhães Martins



PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A. EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

O Conselho Fiscal da Light Serviços de Eletricidade S.A. (Light S.E.S.A." ou "Companhia"), no uso de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com o disposto no artigo 163, da Lei nº 6.404/76, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras, todos os documentos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, da Companhia.

Nossos exames das demonstrações citadas no parágrafo anterior foram complementados, ainda, por análise de documentos e, substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal pelos Auditores Independentes e pela Administração da Companhia.

Desta forma, tendo em vista, ainda, o parecer dos Auditores Independentes Deloitte, emitido em 25 de março de 2024, o CONSELHO FISCAL, por unanimidade, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apresentados à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas para deliberação.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2024.

Luiz Paulo de Amorim

Sérgio Xavier Fortes

Ary Waddington

Ref. ao Ofício nº 043/2024

"Bruna Martins da Silva" <bruna.silva@reclameaqui.com.br>

3 de maio de 2024 às 13:48

Para: cpi@itaguai.rj.leg.br

Cc: "Jurídico" <juridico@reclameaqui.com.br>

Prezado,
Boa tarde!

Acuso o recebimento do presente ofício, informo que daremos andamento e em breve retorno com as informações solicitadas.

Qualquer dúvida estou à disposição.

Atenciosamente,

--

 inatura-Logonova.jpg

Bruna Silva
Jurídico

bruna.silva@reclameaqui.com.br



Ref. ao Ofício nº 043/2024

"Bruna Martins da Silva" <bruna.silva@reclameaqui.com.br>

3 de maio de 2024 às 13:48

Para: cpi@itaguai.rj.leg.br

Cc: "Jurídico" <juridico@reclameaqui.com.br>

Prezado,
Boa tarde!

Acuso o recebimento do presente ofício, informo que daremos andamento e em breve retorno com as informações solicitadas.

Qualquer dúvida estou à disposição.

Atenciosamente,

--

ReclameAQUI
www.reclameaqui.com.br

Bruna Silva
Jurídico

bruna.silva@reclameaqui.com.br



Não é possível entregar: Reiteração do Ofício nº03/2024

postmaster@ana.gov.br

Para: cpi@itaguai.rj.leg.br

6 de maio de 2024 às 12:32

Falha na entrega aos seguintes destinatários ou grupos:CONTATO@ana.gov.br

Não foi possível encontrar o endereço de email inserido. Verifique o endereço de email do destinatário e tente reenviar a mensagem. Se o problema persistir, contate o administrador de email.

**Informações de diagnóstico para administradores:**

Servidor de origem: COOPI-VR00366.agencia.gov.br

CONTATO@ana.gov.br

Remote Server returned '550 5.1.10 RESOLVER.ADR.RecipientNotFound; Recipient not found by SMTP address lookup'

Cabeçalhos de mensagem originais:

Received: from COOPI-VR00365.agencia.gov.br (172.20.24.121) by COOPI-VR00366.agencia.gov.br (172.20.24.122) with Microsoft SMTP Server (version=TLS1_2, cipher=TLS_ECDHE_RSA_WITH_AES_256_GCM_SHA384) id 15.2.1258.28; Mon, 6 May 2024 12:32:48 -0300

Received: from BRA01-CPZ-obe.outbound.protection.outlook.com (104.47.23.41) by COOPI-VR00365.agencia.gov.br (172.20.24.121) with Microsoft SMTP Server (version=TLS1_2, cipher=TLS_ECDHE_RSA_WITH_AES_256_GCM_SHA384) id 15.2.1258.28 via Frontend Transport; Mon, 6 May 2024 12:32:48 -0300

ARC-Seal: i=1; a=rsa-sha256; s=arcselector9901; d=microsoft.com; cv=none;

b=FKF1hTpWRdzK9SiQcrCZ9hiT6N/hU5AAwcAXiNsbIrnDcTb3YC0iTv6zHircsPPO06Eb178xDIrdS9b2Uc/MqPtM8068La1Zg/XkzsXF++m5/cOKHAZDyZnLC4a8Cm6GkDVzyznuV/NGe+YxNfyFjXQddupzOFfbMxUnkZBcd7IHxKgSnZ+veZB3HHdhQiE1SLMhEI9dBFCmUxq6T5ZeS45SahIqgen6Uvws08AJAR2dKYprE13KUtA9PbymHT6ogfubXG13QH8mCtMjUnVdWfMFLzmZsEySybHIqHZZCi9hwHkQh3GAnnUc9nDlArLLNB79U//tlqc+HagObqLA==

ARC-Message-Signature: i=1; a=rsa-sha256; c=relaxed/relaxed; d=microsoft.com; s=arcselector9901;

h=From:Date:Subject:Message-ID:Content-Type:MIME-Version:X-MS-Exchange-AntiSpam-MessageData-ChunkCount:X-MS-Exchange-AntiSpam-MessageData-0:X-MS-Exchange-AntiSpam-MessageData-1;

bh=xGtCJz0n3gFUwztCwVvh80wwfbaozZZgCz/iiiiMHcQ=;

b=G3mosb9/1myxyeARLFy+jZUzokDZPpc2cW0cTYu3/z1Eoqh+CQ/tlaRJPLgiB1W318JwRmHLU1Dr1lUwx1A92u3DyGcpyVVQaF2DYp55RrVBqgd4a5CoLrd+05iZghr0N4RmJuf18KxCo7w+ATZBECd5Ds5sLtmXphul3yohDrxstcP5TLmBbgX6MLKL7QLSeTJNtL305ofAotzfCLmwX7Rfquau6jI605nFK4F8yYJh7F0RY14+y1275pIn3eNQhS2+50yvltq5CHFQUd0YS31FKW+oJFFWJB6hgFKekNthCOpiz9ANpua9m60eJ76rB5MSugAiijCPWst7Q==

ARC-Authentication-Results: i=1; mx.microsoft.com 1; spf=pass (sender ip is 201.54.51.141) smtp.rcpttodomain=ana.gov.br smtp.mailfrom=itaguai.rj.leg.br; dmarc=pass (p=none sp=none pct=100) action=none header.from=itaguai.rj.leg.br; dkim=pass (signature was verified) header.d=itaguai.rj.leg.br; arc=none (0)

Received: from MN2PR05CA0037.namprd05.prod.outlook.com (2603:10b6:208:236::6) by CP5P284MB1646.BRAP284.PROD.OUTLOOK.COM (2603:10d6:103:c1::13) with Microsoft SMTP Server (version=TLS1_2, cipher=TLS_ECDHE_RSA_WITH_AES_256_GCM_SHA384) id 15.20.7544.41; Mon, 6 May 2024 15:33:55 +0000

Received: from BN3PEPF0000B072.namprd04.prod.outlook.com (2603:10b6:208:236::f2) by MN2PR05CA0037.outlook.office365.com (2603:10b6:208:236::6) with Microsoft SMTP Server (version=TLS1_2, cipher=TLS_ECDHE_RSA_WITH_AES_256_GCM_SHA384) id 15.20.7544.42 via Frontend Transport; Mon, 6 May 2024 15:33:53 +0000

Authentication-Results: spf=pass (sender IP is 201.54.51.141) smtp.mailfrom=itaguai.rj.leg.br; dkim=pass (signature was verified) header.d=itaguai.rj.leg.br; dmarc=pass action=none header.from=itaguai.rj.leg.br; compauth=pass reason=100

Received-SPF: Pass (protection.outlook.com: domain of itaguai.rj.leg.br designates 201.54.51.141 as permitted sender) receiver=protection.outlook.com; client-ip=201.54.51.141;

Câmara Municipal de Itaguaí
 Proc. No. 077624
 Fomes 4235 v
 Rubrica.

```
X-Spam-Result: default: False [-3.10 / 15.00];
BAYES_HAM(-3.00)[100.00%];
MIME_GOOD(-0.10)[multipart/mixed,multipart/alternative,text/plain];
NEURAL_HAM(0.00)[-1.000];
FROM_NO_DN(0.00)[];
RCVD_COUNT_ZERO(0.00)[0];
MIME_TRACE(0.00)[0:+,1:+,2:+,3:~,4:~];
FROM_EQ_ENVFROM(0.00)[];
MID_RHS_MATCH_FROM(0.00)[];
DKIM_SIGNED(0.00)[itagua1.rj.leg.br:s=08082022-yowAjrK2Ka];
TO_DN_NONE(0.00)[];
HAS_XOIP(0.00)[];
HAS_ATTACHMENT(0.00)[];
RCPT_COUNT_THREE(0.00)[4];
TO_MATCH_ENVRCPT_ALL(0.00)[];
ARC_NA(0.00)[]
```

2/3



=?utf-8?B?UEd5WlJhbXoyNm5QZ2pya2J0S1B5OVVZb1NmWTcrMy90VWxsa3kzOHVDS1p1?=
=?utf-8?B?emVud3drcU9xcFBaTW9jU1FoU1NmMzd4SDA2UWlQRWMrYTFQVnNhSXVnWFro?=
=?utf-8?B?ZithOwdTbhV6NFJ5VHNYSdJVQTJnWTCxUHNKWTdGWTFEznKrcXlNTjU3UWVv?=
=?utf-8?B?alJJQ1k1UFlmZnJjbGZlVFlVvJzhb0ZrdGthdnVjMXVEYzd3dzRjQVJnRzgr?=
=?utf-8?B?S1N5TURQWGE0d2h3NnQ4My9hdU5tSURqaTFzRGV6bGFQRk1RTXYrR0dCOFJ1?=
=?utf-8?B?eFpjcjUUVkkvTXhnsFJLVE93UmNiaEpYZGI5d29yV21xMjh1OEhRVDlMc090?=
=?utf-8?B?NTFHQ2sxOGdaRjU0ekZPR2ZEcHZUQ1BISk1GOVlZTURXYUFYVUSWblJ4U1NE?=
=?utf-8?B?dkxYS3lON2hHS0ZSbDhiQkRBuWZnVXJ0MzFrcVRGMHJ0d21sUnhPYWsvSThG?=
=?utf-8?B?UThxRExyek5WTmdGNVNbaUpSZmgvUEh4SHU3d0VtNUhtaWM3ejVwOG1odFA4?=
=?utf-8?B?Z1dQZ1VzMm8ya3FlZG5BMWlqdHhNUERuRDBTMGtHRzd3PT0=?=

X-Forefront-Antispam-Report:

CIP:201.54.51.141;CTRY:BR;LANG:pt;SCL:1;SRV:;IPV:;IPV:NLI;SFV:NSPM;H:naumailmtaout2.interlegis.leg.br;PTR:naumailmtaout2.interlegis.leg.br;CAT:NONE;SFS:(13230031);DIR:INB;

X-MS-Exchange-CrossTenant-OriginalArrivalTime: 06 May 2024 15:33:52.2357

(UTC)

X-MS-Exchange-CrossTenant-Network-Message-Id: 27fe2595-8d8d-4ff7-30f9-08dc6de1ef49

X-MS-Exchange-CrossTenant-Id: e0bb4012-810b-469a-8b4d-667fcd1baf88

X-MS-Exchange-CrossTenant-AuthSource: BN3PEPF000B072.namprd04.prod.outlook.com

X-MS-Exchange-CrossTenant-AuthAs: Anonymous

X-MS-Exchange-CrossTenant-FromEntityHeader: Internet

X-MS-Exchange-Transport-CrossTenantHeadersStamped: CP5P284MB1646

X-OrganizationHeadersPreserved: CP5P284MB1646.BRAP284.PROD.OUTLOOK.COM

X-CrossPremisesHeadersPromoted: COOPI-VR00365.agencia.gov.br

X-CrossPremisesHeadersFiltered: COOPI-VR00365.agencia.gov.br

X-OriginatorOrg: ana.gov.br

ENC: Reiteração do Ofício nº03/2024

"Neildo Figueiredo Pinheiro de Lima" <neildo.lima@ana.gov.br>

6 de maio de 2024 às 14:52

Para: "Cristiane Silvestre Leal" <cristiane.terceirizado@ana.gov.br>

Cc: "Nayra Regina de Moura Adami Pires" <nayra@ana.gov.br>, "Aldo César Martins Braido" <aldo.braido@ana.gov.br>, cpi@itaguai.rj.leg.br

Prezada Cristiane,

Juntar ofício anexo ao processo 02501.001849/2024-61 que reitera o Ofício nº03/2024 que já consta no processo, também juntar ao NUP 00765.000222/2024-66 e abrir tarefa para o Dr. Aldo Braido.

Obs: O ofício n. 02/2024 já foi respondido anteriormente, objeto da **COTA n. 00047/2024/COARF/PFEANA/PGF/AGU**.

Atenciosamente,



NEILDO FIGUEIREDO PINHEIRO DE LIMA

Coordenador

Procuradoria Federal junto à ANA

SPO, Área 5, Quadra 3, Bloco M, Sala 121, Brasília (DF)

(61) 2109-5173 | www.ana.gov.br | #AÁguaÉumaSó



/ anagovbr

De: cpi@itaguai.rj.leg.br <cpi@itaguai.rj.leg.br>

Enviado: segunda-feira, 6 de maio de 2024 12:33

Para: Alin João de Andrade <Alin.Andrade.terceirizado@ana.gov.br>; Neildo Figueiredo Pinheiro de Lima <neildo.lima@ana.gov.br>; Ouvidoria <ouvidoria@ana.gov.br>; CONTATO@ana.gov.br <CONTATO@ana.gov.br>

Assunto: Reiteração do Ofício nº03/2024

Ref.: Comissão Parlamentar de Inquérito 001/2024, ofícios nº 03/2024

Ilmo. Sr. Presidente,

Honrado em cumprimentá-lo, venho através deste e-mail encaminhar o ofício 096/2024, desta casa legislativa referente a Comissão Parlamentar 001/2024, reiterar o ofício referenciado.

Segue em anexo cópia do referido documento.

Gentileza acusar recebimento.

Reiteramos nossos votos de elevada estima e consideração.

Raphaella Silva Antunes

Assessora da Procuradoria
Matr.35073





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ
PODER LEGISLATIVO



Ofício nº 096/2024.

Ref. ao Ofício nº 03/2024.

Assunto: Reiteração da requisição de informações para as investigações da CPI 001/2024.

À Agência Nacional de Águas - ANA

a/c Veronica Sanchez da Cruz Rios

Diretora Geral

Sr. Diretora Geral,

Honrados em cumprimentá-los, vimos pelo presente, mui respeitosamente, **reiterar** a requisição à Vossa Senhoria que seja fornecido, no prazo de 5 dias úteis, **improrrogáveis**, a contar do recebimento do presente ofício, **os relatórios que foram requisitados nos ofícios em referência**, valendo salientar que tal requisição é imprescindível para catalogação de novas provas perante a investigação deflagrada por este Parlamento, conduzidas por esta Comissão Parlamentar de Inquérito, no tocante a má-prestação de serviço da concessionária supramencionada.

Advertimos que, a Comissão Parlamentar de Inquérito detém a prerrogativa legal de requisição dos documentos que estão sob vosso poder de guarda, motivo pelo qual é demasiadamente importante vossa colaboração com as investigações outrora mencionada, sob pena de serem efetivadas todas as medidas judiciais cabíveis para obtenção das mesmas.

Reiteramos ainda que a documentação deverá ser encaminhada em formato físico protocolado no Setor de Protocolo da Câmara Municipal de Itaguaí, localizado na Rua Amélia Louzada, 277 – Centro – CEP: 23.815.180, mediante resposta indicando o número do ofício ou, caso preferir, em formato digital, para o endereço eletrônico, indicando desde já que o limite máximo dos arquivos são 50 Mb, e caso ultrapasse o limite ora escrito, as informações não serão recebidas.

Sem mais para o momento, reitero meus protestos de elevada estima e distinta consideração

Itaguaí, 06 de maio de 2024.

Ver. José Domingos do Rozário.

Presidente da CPI 001/2024

Câmara Municipal de Itaguaí

Rua Amélia Louzada, 277 - Centro | CEP: 23815-180 | Itaguaí-RJ



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ
PODER LEGISLATIVO



Ofício nº 096/2024.

Ref. ao Ofício nº 03/2024.

Assunto: Reiteração da requisição de informações para as investigações da CPI 001/2024.

À Agência Nacional de Águas - ANA
a/c Veronica Sanchez da Cruz Rios
Diretora Geral

Sr. Diretora Geral,

Honrados em cumprimentá-los, vimos pelo presente, mui respeitosamente, **reiterar** a requisição à Vossa Senhoria que seja fornecido, no **prazo de 5 dias úteis, improrrogáveis**, a contar do recebimento do presente ofício, **os relatórios que foram requisitados nos ofícios em referência**, valendo salientar que tal requisição é imprescindível para catalogação de novas provas perante a investigação deflagrada por este Parlamento, conduzidas por esta Comissão Parlamentar de Inquérito, no tocante a má-prestação de serviço da concessionária supramencionada.

Advertimos que, a Comissão Parlamentar de Inquérito detém a prerrogativa legal de requisição dos documentos que estão sob vosso poder de guarda, motivo pelo qual é demasiadamente importante vossa colaboração com as investigações outrora mencionada, sob pena de serem efetivadas todas as medidas judiciais cabíveis para obtenção das mesmas.

Reiteramos ainda que a documentação devera ser encaminhada em formato físico protocolado no Setor de Protocolo da Câmara Municipal de Itaguaí, localizado na Rua Amélia Louzada, 277 – Centro – CEP: 23.815.180, mediante resposta indicando o número do ofício ou, caso preferir, em formato digital, para o endereço eletrônico, indicando desde já que o limite máximo dos arquivos são 50 Mb, e caso ultrapasse o limite ora escrito, as informações não serão recebidas.

Sem mais para o momento, reitero meus protestos de elevada estima e distinta consideração

Itaguaí, 06 de maio de 2024.

Ver. José Domingos do Rozário.

Presidente da CPI 001/2024

Câmara Municipal de Itaguaí

Rua Amélia Louzada, 277 - Centro | CEP: 23815-180 | Itaguaí-RJ

ENC: Registro da solicitação de ouvidoria nº 306.205.12824-41 na ANEEL

contato@itaguai.rj.leg.br

6 de maio de 2024 às 15:12

Para: cpi@itaguai.rj.leg.br

-----Mensagem original-----

De: naoresponda@aneel.gov.br <naoresponda@aneel.gov.br>

Enviada em: segunda-feira, 6 de maio de 2024 15:07

Para: contato@itaguai.rj.leg.br

Assunto: Registro da solicitação de ouvidoria nº 306.205.12824-41 na ANEEL



Senhor(a),

Agradecemos o contato com a Ouvidoria Setorial da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL .

Para maior agilidade no atendimento, esta Agência orienta seguir estes passos:

- 1) Inicialmente, fale primeiro com a sua distribuidora. Anote e guarde o protocolo de atendimento que ela lhe fornecer. O telefone encontra-se na sua conta de luz e a ligação é gratuita;
- 2) Se não obtiver retorno no prazo informado ou se discordar da resposta recebida, entre em contato com a Ouvidoria da distribuidora, a qual deverá apresentar esclarecimentos em até 15 dias. O telefone encontra-se na sua conta de luz e a ligação também é gratuita;
- 3) Caso a Ouvidoria da distribuidora não responda nesse prazo ou caso discorde da resposta recebida, entre em contato com esta Agência.

Sua reclamação foi registrada no Sistema de Gestão de Ouvidoria da ANEEL - SGO - sob o número 306.205.12824-41 e em breve retornaremos com um posicionamento sobre a questão apresentada.

Você poderá acompanhar o andamento de sua solicitação pelo aplicativo ANEEL CONSUMIDOR, o novo canal de atendimento da ANEEL, aderente às tecnologias atuais e às exigências do público digital.

ANEEL Consumidor é gratuito e está disponível para os sistemas operacionais Android e IOS, por meio dos seguintes endereços:

Android:

<https://play.google.com/store/apps/details?id=br.gov.aneel.ouvidoria>IOS: <https://itunes.apple.com/br/app/aneel-consumidor/id1376789654?mt=8>

Orientações adicionais também podem ser obtidas no endereço:

<https://www.gov.br/aneel/pt-br/consumidores>.

Atenciosamente,

Ouvidoria Setorial/ANEEL.

Superintendência de Mediação Administrativa e das Relações de Consumo.

Obs.: Ressaltamos que este endereço de e-mail é utilizado somente para o encaminhamento de respostas de solicitações de Ouvidoria e não está disponível para recebimento de mensagens.

Resposta ao ao Ofício n. 096/2024, referente ao Ofício n. 03/2024, por meio do qual a Comissão Parlamentar de Inquérito 001/2023

"Neildo Figueiredo Pinheiro de Lima" <neildo.lima@ana.gov.br>

7 de maio de 2024 às 10:04

Para: cpi@itaguai.rj.leg.br



AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO
PROCURADORIA

**OFÍCIO n. 00135/2024/COAAP/PFEANA/PGF/AGU**

Brasília, 07 de maio de 2024.

A Sua Excelência o Senhor

José Domingos do Rosário

Vereador

Câmara Municipal de Itaguai

Rua Amélia Louzada, 277, Centro

Itaguai/RJ

CEP 23815-180

E-mail: cpi@itaguai.rj.leg.br

NUP: 00765.000222/2024-66

INTERESSADOS: AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA

ASSUNTOS: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO

De ordem, e em atenção ao Ofício n. 096/2024, referente ao Ofício n. 03/2024, por meio do qual a Comissão Parlamentar de Inquérito 001/2023 da Câmara Municipal de Itaguai/RJ, reitera a requisição de informações, notadamente em relação aos relatórios que foram requisitados no ofício em referência, considerando ser imprescindíveis para catalogação de novas provas., sirvo-me do presente para reencaminhar manifestação de área

técnica responsável desta Agência, DESPACHO Nº 5/2024/COCOL/SSB e o OFÍCIO n. 00119/2024/COAAP/PFEANA/PGE/AGU, anexos.

Nesta oportunidade, reiteramos que a equipe desta Procuradoria e da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico encontram-se à disposição para auxiliá-lo e prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que entendam necessários.

Atenciosamente,



NEILDO FIGUEIREDO PINHEIRO DE LIMA

COORDENADOR

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00765000222202466 e da chave de acesso 7f3ef2c4

Documento assinado eletronicamente por NEILDO FIGUEIREDO PINHEIRO DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1491490102 e chave de acesso 7f3ef2c4 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): NEILDO FIGUEIREDO PINHEIRO DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 07-05-2024 10:02. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



NEILDO FIGUEIREDO PINHEIRO DE LIMA

Coordenador

Procuradoria Federal junto à ANA

SPO, Área 5, Quadra 3, Bloco M, Sala 121, Brasília (DF)

(61) 2109-5173 | www.ana.gov.br | #AÁguaÉumaSó

/ anagovbr





AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO
PROCURADORIA
SETOR POLICIAL, ÁREA 5, QUADRA 3, BLOCO M



OFÍCIO n. 00119/2024/COAAP/PFEANA/PGE/AGU

Brasília, 12 de abril de 2024.

A Sua Excelência o Senhor
José Domingos do Rosário
Vereador
Câmara Municipal de Itaguaí
Rua Amélia Louzada, 277, Centro
Itaguaí/RJ
CEP 23815-180
E-mail: cpi@itaguaí.rj.leg.br

NUP: 00765.000222/2024-66

INTERESSADOS: AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA

ASSUNTOS: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO

1. De ordem, e em atenção ao Ofício nº 02/2024, referente requisição de informações para as investigações da CPI 001/2024, por meio do qual a Comissão Parlamentar de Inquérito 001/2024 da Câmara Municipal de Itaguaí/RJ solicita informações, sirvo-me do presente para encaminhar-lhe manifestação de área técnica responsável desta Agência, DESPACHO Nº 5/2024/COCOL/SSB, anexa.

2. Nesta oportunidade, reiteramos que a equipe desta Procuradoria e da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico encontram-se à disposição para auxiliá-lo e prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que entendam necessários.

Atenciosamente,

NEILDO FIGUEIREDO PINHEIRO DE LIMA
COORDENADOR

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00765000222202466 e da chave de acesso 7f3ef2c4



Documento assinado eletronicamente por NEILDO FIGUEIREDO PINHEIRO DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1466914342 e chave de acesso 7f3ef2c4 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): NEILDO FIGUEIREDO PINHEIRO DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 12-04-2024 17:14. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



DESPACHO Nº 5/2024/COCOL/SSB
Documento nº 02500.019415/2024-27

Brasília, 12 de abril de 2024.

Ao Procurador-Geral

Assunto: resposta à solicitação de informações para a investigação da CPI 001/2024 da Câmara Municipal de Itaguaí-Rio de Janeiro sobre a concessionária Rio+ Saneamento

Referência: 02501.001849/2024-61

1. Trata-se de resposta ao Ofício n. 01/2024 da Câmara Municipal de Itaguaí-Rio de Janeiro, que solicita à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA o relatório das penalidades aplicáveis à Concessionária Rio+ Saneamento referentes ao Município de Itaguaí-RJ de 2021 a 2024, com o objetivo de catalogar as provas necessárias para embasar a investigação da Comissão Parlamentar de Inquérito, relativa à apuração da má-prestação de serviços pela concessionária supramencionada.
2. Primeiramente, esclarecemos que a competência da ANA, em matéria de saneamento básico, diz respeito à edição de normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico por seus titulares e suas entidades reguladoras e fiscalizadoras, conforme art. 4º-A da Lei nº 9.984, de 2000, e art. 25-A da Lei nº 11.445, de 2007, redação dada pela Lei nº 14.026, de 2020. Cabe à ANA o dever de zelar pela uniformidade regulatória do saneamento básico e pela segurança jurídica na prestação e na regulação dos serviços, a rigor do disposto no artigo 4º-A, § 7º da Lei nº 9.984, de 2000.
3. Sendo assim, informamos que a ANA não detém o relatório solicitado. No entanto, compete às entidades reguladoras infranacionais regular e fiscalizar as atividades das concessionárias prestadoras de serviços públicos de saneamento básico, no sentido de garantir a adequada prestação dos serviços. Por essas razões, a solicitação de informações e esclarecimentos sobre a prestação de serviços da concessionária Rio+ Saneamento no Município de Itaguaí/RJ deve ser encaminhada à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro/AGENERSA, Entidade Reguladora Infranacional competente.





4. Colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)
RICARDO BRASIL CHOUERI
Coordenador de Legislação

De acordo. Encaminhe-se à Procuradoria Federal junto à ANA

(assinado eletronicamente)
CÍNTIA LEAL MARINHO DE ARAUJO
Superintendente de Regulação de Saneamento Básico



AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO
PROCURADORIA



OFÍCIO n. 00135/2024/COAAP/PFEANA/PGE/AGU

Brasília, 07 de maio de 2024.

A Sua Excelência o Senhor
José Domingos do Rosário
Vereador
Câmara Municipal de Itaguaí
Rua Amélia Louzada, 277, Centro
Itaguaí/RJ
CEP 23815-180
E-mail: cpi@itaguaí.rj.leg.br

NUP: 00765.000222/2024-66

INTERESSADOS: AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA

ASSUNTOS: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO

1. De ordem, e em atenção ao Ofício n. 096/2024, referente ao Ofício n. 03/2024, por meio do qual a Comissão Parlamentar de Inquérito 001/2023 da Câmara Municipal de Itaguaí/RJ, reitera a requisição de informações, notadamente em relação aos relatórios que foram requisitados no ofício em referência, considerando ser imprescindíveis para catalogação de novas provas., sirvo-me do presente para reencaminhar manifestação de área técnica responsável desta Agência, DESPACHO Nº 5/2024/COCOL/SSB e o OFÍCIO n. 00119/2024/COAAP/PFEANA/PGE/AGU, anexos.
2. Nesta oportunidade, reiteramos que a equipe desta Procuradoria e da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico encontram-se à disposição para auxiliá-lo e prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que entendam necessários.

Atenciosamente,

NEILDO FIGUEIREDO PINHEIRO DE LIMA
COORDENADOR

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00765000222202466 e da chave de acesso 7f3cf2c4



Documento assinado eletronicamente por NEILDO FIGUEIREDO PINHEIRO DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1491490102 e chave de acesso 7f3ef2c4 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): NEILDO FIGUEIREDO PINHEIRO DE LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 07-05-2024 10:02. Número de Série: 65437255745187764576406211080. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Resposta Ofício nº 038/2024 (CPI 001/24) - Ref. NF 2024.00270820

"Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Itaguaí" <pjtcoitg@mprj.mp.br> 7 de maio de 2024 às 16:34

Para: cpi@itaguai.rj.leg.br

Cc: "Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Itaguaí" <pjtcoitg@mprj.mp.br>

Prezado Senhor Presidente,

De ordem da Exma. Promotora de Justiça da Tutela Coletiva de Itaguaí, sirvo-me do presente para informar que atualmente se encontra em trâmite nesta Promotoria de Justiça o Procedimento Administrativo nº 0006/23 (MPRJ 2022.00839346), que tem por escopo verificar a regularização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário ao Novo Marco Legal de saneamento básico pelo Município de Itaguaí e pela Concessionária Águas do Brasil (Rio Mais).

Sem prejuízo, cumpre esclarecer que problemas no abastecimento de água já foram apurados no âmbito de outros procedimentos que já foram arquivados, nos termos da certidão anexa.

Gentileza acusar o recebimento.

Atenciosamente,

Secretaria da Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Itaguaí

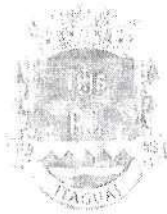
Rua General Bocaiúva, 462 - Centro - Itaguaí/RJ CEP:23815-310

Telefone: (21)3781-1248 e-mail: pjtcoitg@mprj.mp.br

**MPRJ**

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ
PODER LEGISLATIVO



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO 001/2024

OFÍCIO Nº 038/2024

Ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - Núcleo do Consumidor
a/c Dra. Christiane de Amorim Cavassa Freire
Coordenadora



Assunto: Requisição de Informações para as investigações da CPI 001/2024

Sr. Coordenadora,

Honrados em cumprimentá-lo, vimos pelo presente, *mui respeitosamente*, requisitar à vossa senhoria que seja fornecido, no prazo de **cinco dias úteis**, **improrrogáveis**, a contar do recebimento do presente ofício, **informações sobre procedimentos em curso que versem sobre o serviço de fornecimento de água no município de Itaguaí dos últimos 3 anos (2021 a 2024)**, salientando que tal requisição tem como finalidade a catalogação de provas perante a investigação deflagrada por esse Parlamento, conduzidas por esta Comissão Parlamentar de Inquérito, no tocante a má prestação de serviço da concessionária supramencionada.

Salientamos que a requisição dos documentos é demasiadamente importante para colaboração com as investigações outrora mencionada.

Informamos ainda que a documentação deverá ser encaminhada em formato físico protocolado no Setor de Protocolo da Câmara Municipal de Itaguaí localizado na Rua Amélia Louzada, 277 – Centro – CEP: 23.815.180, mediante resposta indicando o número do ofício ou, caso preferir, em formato digital, para o endereço eletrônico CPI-001@cm.itaguai.rj.gov.br, indicando desde já que o limite máximo dos arquivos são de **50 Mb** e, caso ultrapasse o limite ora descrito, as informações não serão recebidas.

Sem mais para o momento, reitero meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

20 de março de 2024


Ver. José Domingos do Rosario
Presidente da CPI 001/2024



PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DE ITAGUAÍ

Ref.: Notícia de Fato (NF) - MPRJ 2024.00270820

CERTIDÃO

Certifico que, após pesquisas em planilhas eletrônicas desta Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva, e tendo como parâmetro de busca a expressão 'Fornecimento de água no município de Itaguaí', foram localizados os procedimentos abaixo relacionados.

1. **NF (MPRJ 2023.01212445)** - COMUNICANTE FAZ CONTATO COM ESTE ÓRGÃO MINISTERIAL A FIM DE RECLAMAR SOBRE A FALTA DO FORNECIMENTO DE ÁGUA, CUJA EMPRESA RESPONSÁVEL É RIO MAIS SANEAMENTO. RESSALTA QUE APÓS A TROCA DO HIDRÔMETRO, CERCA DE OITO DIAS ENCONTRA-SE SEM O ABASTECIMENTO DE ÁGUA, NO QUAL FOI VISTO QUE EXISTE UM VAZAMENTO NO HIDRÔMETRO. CONTA QUE RESIDE NA RUA MARIA BATISTA AMORIM, NR 01 LOTE 22, CASA 10, PARQUE PRIMAVERA CHAPERO, ITAGUAÍ, RJ. MENCIONA QUE ENTROU EM CONTATO COM A CITADA O QUAL FOI GERADO O PROTOCOLO OS 1764902.0 EM 23/11/2023, ONDE FOI INFORMADA QUE UM TÉCNICO IRIA NO LOCAL NA DATA DE 28/11/2023. E ATÉ O MOMENTO NENHUMA SOLUÇÃO FOI TOMADA. POR ESSE MOTIVO RECORRE A ESSA OUVIDORIA. VISTO O EXPOSTO, SOLICITA QUE ESTE ÓRGÃO MINISTERIAL INTERVENHA NO CASO PARA AS DEVIDAS PROVIDÊNCIAS. **Situação atual: Arquivado.**
2. **PA 0006/23 (MPRJ 2022.00839346)** - Verificar a regularização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário ao Novo Marco Legal de saneamento básico pelo Município de Itaguaí e pela Concessionária Águas do Brasil (Rio Mais), observando todas as orientações constantes nos documentos de índices 03 e 05 deste PA. **Situação atual: Em tramitação.**
3. **NF (MPRJ 202101049568)** - Ouvidoria na qual o comunicante afirma que os moradores da Rua Arabela Rangel Pereira, no Bairro Engenho, estão sofrendo violação dos direitos humanos e risco a saúde por conta da falta d'água que permanece por aproximadamente um mês. **Situação atual: Arquivado.**
4. **NF (MPRJ 202200052122)** - Ouvidoria a respeito da falta d'água no Bairro Brisamar que permanece por mais de 3 meses. Os moradores afirmam sofrer risco à saúde e violação dos direitos humanos. Além disso, alguns moradores sofrem necessidades específicas e com a falta d'água isso se agrava. **Situação atual: Arquivado.**
5. **NF (MPRJ 2024.00093559)** - COMUNICANTE RECLAMA DA FALTA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO BAIRRO DE MAZOMBA, ITAGUAÍ. CITA QUE NA SEMANA PASSADA HOUVE FORTES CHUVAS E A PARTIR DE DOMINGO, DIA 04/02/2024, FOI INTERROMPIDO O SERVIÇO PELA CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DO RIO. DESTACA QUE ESSA PRÁTICA É COMUM DA EMPRESA QUE SEMPRE DEIXA OS CLIENTES DESASSITIDOS E SEM MENCIONAR O MOTIVO. RELATA QUE HÁ TRÊS SEMANAS OCORREU O MESMO FATO E, SEGUNDO RELATOS DE TERCEIROS, A PREVISÃO É DE QUE APENAS DEPOIS DO FERIADO O CARNAVAL O ABASTECIMENTO SERÁ RESTABELECIDO. ADICIONA QUE OS HABITANTES NÃO CONSEGUEM LIGAR PARA OS TELEFONES DA EMPRESA, POIS O SINAL TELEFÔNICO É MUITO RUIM. LOGO, ESTES PERMANECEM SEM ASSISTÊNCIA DA EMPRESA CITADA. ACRESCENTA TAMBÉM QUE OS MORADORES DO BAIRRO ENFRENTAM PROBLEMAS COM A EMPRESA DE ENERGIA ELÉTRICA ENEL, POIS SEMPRE QUE CHOVE HÁ QUEDA DE ENERGIA E A DENÚNCIA DEMORA A RESTABELECER O SERVIÇO. DIANTE DO EXPOSTO SOLICITA PROVIDÊNCIAS URGENTES. **Situação atual: Arquivado.**

**MPRJ****MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO****PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DE ITAGUAÍ**

6. **NF (MPRJ 2023.00092669)** - OUVIDORIA DA MULHER RECEBEMOS, EM 03 DE FEVEREIRO 2023, A DENÚNCIA DO SISTEMA INTEGRADO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS - SINDH / ONDH LIGUE 180 CUJO RELATO REPRODUZIMOS ABAIXO. TAMBÉM ANEXAMOS O PROTOCOLO DO ATENDIMENTO: 1597744, JUNTAMENTE COM O FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DE RISCO - FRIDA, NO SGO E NO MGP. PROTOCOLO DO ATENDIMENTO: 1597744 DATA DE REGISTRO DO ATENDIMENTO: 01-02-2023 CANAL DE ATENDIMENTO: TELEFÔNICO VÍTIMA: OHANA ESTÉFANI SUSPEITO: PREFEITURA ENDEREÇO: UF: RJ MUNICÍPIO: 330200 | ITAGUAÍ BAIRRO: BRISA MAR LOGRADOURO: RUA DURVALINA DUARTE SOUZA PONTO DE REFERÊNCIA: INDO PELA RIO SANTOS SENTIDO LINHA DO TREM DENÚNCIA : VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Fato relatado: DENUNCIANTE INFORMA SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO LOCAL DESCRITO ACIMA A VÍTIMA SOFRE A SEGUINTE VIOLAÇÃO: INTEGRIDADE.FÍSICA.EXPOSIÇÃO DE RISCO À SAÚDE INTEGRIDADE.FÍSICA.INSUBSISTÊNCIA MATERIAL A SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA AGRAVA-SE EM RAZÃO DA PRESENÇA DOS SEGUINTE ELEMENTOS: AGRAVANTE.POR CONDUTAS EXCESSIVAS/DESNECESSÁRIAS/DESACONSELHADAS AGRAVANTE.POR VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL DEMAIS OBSERVAÇÕES ACRESCIDAS PELO ATENDENTE: DENUNCIANTE INFORMA QUE A VÍTIMA DE 20 ANOS ESTÁ SEM ÁGUA HÁ UMA SEMANA, ELA TEM FILHOS PEQUENOS E NÃO TEM COMO FICAR COMPRANDO ÁGUA, OUTRAS PESSOAS JÁ ENTRARAM EM CONTATO COM A PREFEITURA QUE NÃO ATENDEM OU NÃO PASSAM INFORMAÇÕES. DENUNCIANTE RELATA QUE A VÍTIMA ESTÁ SEM ÁGUA HÁ UMA SEMANA. **Situação atual: Em arquivamento.**
7. **NF (MPRJ 2022.00685949)** - 'Trata-se de notícia de fato narrando em síntese que desde de o dia 08/07/2022 os moradores das Ruas 10, 11 e 12, situadas no Bairro Vila Geny, localizado no Município de Itaguaí/RJ, estão sofrendo com a falta de abastecimento de água, as vítimas tentaram realizar o contato com a empresa CEDAE, que é a responsável pelo serviço, contudo não lograram êxito. Ressalta-se que essa situação iniciou-se logo após o carnaval, quando ocorreu o abastecimento de água por alguns dias, e em seguida, os moradores ficaram novamente sem água por longos dias. **Situação atual: Em arquivamento.**
8. **NF (MPRJ 2023.01212445)** - COMUNICANTE FAZ CONTATO COM ESTE ÓRGÃO MINISTERIAL A FIM DE RECLAMAR SOBRE A FALTA DO FORNECIMENTO DE ÁGUA, CUJA EMPRESA RESPONSÁVEL É RIO MAIS SANEAMENTO. RESSALTA QUE APÓS A TROCA DO HIDRÔMETRO, CERCA DE OITO DIAS ENCONTRA-SE SEM O ABASTECIMENTO DE ÁGUA, NO QUAL FOI VISTO QUE EXISTE UM VAZAMENTO NO HIDRÔMETRO. CONTA QUE RESIDE NA RUA MARIA BATISTA AMORIM, NR 01 LOTE 22, CASA 10, PARQUE PRIMAVERA CHAPERÓ, ITAGUAÍ, RJ. MENCIONA QUE ENTROU EM CONTATO COM A CITADA O QUAL FOI GERADO O PROTOCOLO OS 1764902.0 EM 23/11/2023, ONDE FOI INFORMADA QUE UM TÉCNICO IRIA NO LOCAL NA DATA DE 28/11/2023. E ATÉ O MOMENTO NENHUMA SOLUÇÃO FOI TOMADA. POR ESSE MOTIVO RECORRE A ESSA OUVIDORIA. VISTO O EXPOSTO, SOLICITA QUE ESTE ÓRGÃO MINISTERIAL INTERVENHA NO CASO PARA AS DEVIDAS PROVIDÊNCIAS. **Situação atual: Arquivado.**
9. **NF (MPRJ 2024.00084135)** - PROTOCOLO DO ATENDIMENTO: 2343861 DATA DE REGISTRO DO ATENDIMENTO: 28/01/2024 CANAL DE ATENDIMENTO: TELEFÔNICO VÍTIMA: MARILENE BARBOSA SUSPEITO: AGUAS DO RIO UF: RJ MUNICÍPIO: ITAGUAÍ BAIRRO: MAZOMBA LOGRADOURO: ESTRADA DO MAZOMBA, RUA ENGENHEIRO, MUNDI, CASA 3000 PONTO DE REFERÊNCIA: PROXIMO AO ARAS DENÚNCIA: VIOLÊNCIA CONTRA PESSOA IDOSA RELATO DA OCORRÊNCIA DEMANDANTE INFORMA QUE VITIMA ESTÁ COM FALTA DE ÁGUA HA ALGUNS DIAS E A EMPRESA RESPONSÁVEL NÃO DÁ NENHUM AMPARO À COMUNIDADE. OCORRE TODAS ÀS VEZES QUE CHOVE. **Situação atual: Em arquivamento.**



MPRJ

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DE ITAGUAÍ

Ernani dos santos
Técnico - MPRJ
Mat. 2584

VISTA

FAÇO VISTA DESTE EXPEDIENTE PARA

Dra. Fernanda Nicolau Leandro Terciotti
Promotora de Justiça
Em 11/04/2024.

Ernani dos Santos
Técnico - MPRJ
Mat. 2584

Esclarecimentos à CPI 0001/2024, da Câmara Municipal de Itaguaí. Ofícios nº 016_23_26_27_33_34/2024.

"adriana carla silva dos santos 4009604" <adriana.santos@light.com.br>

7 de maio de 2024 às 17:35

Para: cpi@itaguaí.rj.leg.br

Cc: "andrea leite pires bastos 3146367" <andreabastos@light.com.br>, "daniel carvalho de mendonca 4009078" <daniel.mendonca@light.com.br>

À sua Excelência o Senhor

José Domingos do Rosário



Em atenção aos ofícios nº 015_16_23_26_27_33_34 /2024, a Light encaminha as respostas com os devidos esclarecimentos à CPI 0001/2024, da Câmara Municipal de Itaguaí.

Permanecemos à disposição.

ps: Pedimos por favor confirmar recebimento.

Atenciosamente,

Adriana Carla

Coordenação de Relações Institucionais

21 97227 8879

adriana.santos@light.com.br



0014/2024

Rio de Janeiro, 03 de maio de 2024

A sua Excelência o Senhor
Vereador José Domingos do Rosário
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito
Câmara municipal de Itaguaí
Rio de Janeiro - RJ

Referência: Ofício CPI nº. 016/23/26/27/33/2024

Senhor presidente,

A Light Serviços de Eletricidade S.A., doravante denominada de Light, empresa concessionária de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, inscrita no CNPJ sob o nº 60.444.437/0001-46, com sede na cidade do Rio de Janeiro-RJ, na Avenida Marechal Floriano nº 168, vem, por meio do presente documento, em atenção ao Ofício em referência, expor e informar acerca dos temas solicitados.

Inicialmente cumpre destacar que a Light atua em ambiente regulado, obedecendo rigorosamente ao fixado no seu Contrato de Concessão, nas Resoluções da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") e na legislação aplicável, objetivando sempre garantir a continuidade do fornecimento de energia elétrica dentro dos padrões de qualidade exigidos.

Em atenção ao assunto referenciado, segue esclarecimentos solicitados.

Cópia dos investimentos em manutenção dos últimos 3 anos (2021 a 2024), apontando objetivamente em quais atividades aconteceu a aplicação dos recursos referentes ao município de Itaguaí.

Nas tabelas abaixo, apresenta-se o detalhamento das principais atividades de Investimentos em manutenções corretivas, preventivas e emergenciais.



Manutenção Preventiva	Projetos	Valor
2021	31	272.522,15
2022	54	542.219,07
2023	2	8.085,81
Total	87	822.827,03

	Descrição	2021	2022	2023
	Material de estoque	1.959,83	90.595,26	50.153,00
	Linha energizada	20.913,24	105.232,88	32.627,00
	Linha desenergizada	10.661,91	33.041,55	1.143,00
	Aviso	0*	34328,38	0*
	Poda de arvores	0*	1067,34	0*
	Total	33.534,98	264.265,41	83.923,00

*Serviço efetuado por equipe própria da Light.

Plano de ampliação do fornecimento de serviço que atendam ao município de Itaguaí dos últimos 3 anos (2021 a 2024).

KM de abrangência

Acréscimo de quilometragem de rede referente ao Município de Itaguaí nos últimos anos.

MT	QTD REG	KM	%
2021	14.388	517,90	-
2022	14.928	531,40	2,61
2023	15.144	535,58	0,79
2024	15.152	535,61	0,01

BT	QTD REG	KM	%
2021	25.897	439,52	-
2022	25.979	440,58	0,24
2023	26.021	441,30	0,16
2024	26.038	441,36	0,01

Este documento foi assinado eletronicamente por daniel carvalho de mendonça.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://light.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 1590-6C5B-71EC-B428.



RAMAL	QTD REG	KM	%
2021	39.652	522,27	-
2022	42.108	577,18	10,51
2023	45.744	1311,97	127,31
2024	46.804	1343,18	2,38

Plano de qualidade no fornecimento do serviço para o município de Itaguaí dos últimos 3 anos (2021 a 2024)

Plano de manutenção de rede para município de Itaguaí nos últimos 3 anos (2021 a 2024).

Itaguaí é um município com 51 bairros, no qual abrange 3 conjuntos ANEEL, sendo: ITAGUAI, BRISAMAR, ZONA INDUSTRIAL* (parte atende ao município do Rio de Janeiro, bairro Santa Cruz e o município de Seropédica). Possui 8 subestações, 1.387 dispositivos de proteção (disjuntores, religadores, seccionadores e chaves fusíveis) e 1.506 transformadores.

Durante o período de 2021 a 2024, no município de Itaguaí, houve inspeção em 850km de rede e 15 transformadores de baixa tensão. Essas inspeções resultaram na realização de 17665 podas de árvores e 1618 serviços de rede, incluindo manutenções em linha morta e linha viva. Totalizando 19283 serviços executados.

ITAGUAI					
Serviço executado	2021	2022	2023	2024	Total Geral
Poda	4062	5971	6159	1473	17665
Serviço de rede	444	470	437	267	1618
Total Geral	4506	6441	6596	1740	19283

No ciclo de 2021 e 2024 Foram realizadas, 33 ações destinados a proteção e seletividade em nossa rede de distribuição, somado as manutenções, investimentos e ampliação de fornecimento compõe nosso plano de Qualidade de fornecimento.



Relatório de estações e subestações, incluindo informações de manutenções dos últimos 3 anos (2021 a 2024), localizadas ou que compõem a rede do município de Itaguaí.

No município de Itaguaí, contamos com 8 subestações. Durante o período de 2021 a 2024, foram realizadas 1.353 atividades dentro dessas subestações, abrangendo manutenções preventivas, corretivas e inspeções.

8 bairros atendidos
45 Mil instalações de baixa tensão
2 SETD (Subestação de Transmissão)
4 SESD (Subestações de Subtransmissão)
146 atendimentos corretivos
677 atendimentos preventivos

Sendo o que havia a informar, renovamos nossos votos de estima e consideração, colocando-nos à disposição de V.Exa. para prestar esclarecimentos adicionais que venham a ser necessários.

Respeitosamente,

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE

Daniel Carvalho de Mendonça
Superintendente de Relações Institucionais Light

Este documento foi assinado eletronicamente por Daniel Carvalho de Mendonça. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://light.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 1590-6C5B-71EC-B428.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas LIGHT. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://light.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/1590-6C5B-71EC-B428> ou vá até o site <https://light.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 1590-6C5B-71EC-B428



Hash do Documento

ADE9ACB08AAEA091195836F6D4A57D968155FFB39A5C78FCB258AD75AE7521EE



O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 07/05/2024 é(são) :

☒ daniel carvalho de mendonca (Signatário) - 636.173.901-53 em 07/05/2024 17:17 UTC-03:00

Tipo: Assinatura Eletrônica

Identificação: Por email: daniel.mendonca@light.com.br

Evidências

Client Timestamp Tue May 07 2024 17:17:22 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)

Geolocation Latitude: -22.90220445070275 Longitude: -43.187533999011805 Accuracy:

98.33470759699424

IP 191.57.2.70

Hash Evidências:

E66BE6AFDE1201FF2CD8C17F863FB06BBB6E2C9865B915C4E76AC32CD41C8C72





0015/2024

Rio de Janeiro, 02 de maio de 2024

A sua Excelência o Senhor
Vereador José Domingos do Rosário
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito
Câmara municipal de Itaguaí
Rio de Janeiro - RJ

Referência: Ofício CPI nº. 022/2024

Senhor presidente,

A Light Serviços de Eletricidade S.A., doravante denominada de Light, empresa concessionária de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, inscrita no CNPJ sob o nº 60.444.437/0001-46, com sede na cidade do Rio de Janeiro-RJ, na Avenida Marechal Floriano nº 168, vem, por meio do presente documento, em atenção ao Ofício em referência, expor e informar acerca dos temas solicitados.

Inicialmente cumpre destacar que a Light atua em ambiente regulado, obedecendo rigorosamente ao fixado no seu Contrato de Concessão, nas Resoluções da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") e na legislação aplicável, objetivando sempre garantir a continuidade do fornecimento de energia elétrica dentro dos padrões de qualidade exigidos.

Em atenção ao assunto referenciado, segue esclarecimentos solicitados.

Plano de ampliação da rede de atendimento ao cliente que atendam ao município de Itaguaí dos últimos 3 anos (2021 a 2024)

Em nossa loja no município de Itaguaí, temos uma equipe treinada pra orientar e atender nossos clientes com as tecnologias e facilidades disponíveis, trazendo agilidade e fácil acesso as solicitações, seja no atendimento Digital, Totem, ou mesa de atendimento. Atuamos conforme regulamentação da ANEEL, localizando nossos postos de acordo com



a quantidade de instalações ativas por município, e monitoramentos os índices qualitativos de atendimento, buscando melhoria continua e satisfação dos nossos clientes. Segue anexo (arquivo Informações CPI 001_2024_Itaguaí 29 04) os números de atendimento, com o registro do volume de atendimento e comparação com a capacidade, bem como o tempo médio de atendimento mês a mês.

Sendo o que havia a informar, renovamos nossos votos de estima e consideração, colocando-nos à disposição de V.Exa. para prestar esclarecimentos adicionais que venham a ser necessários.

Respeitosamente,

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE

Daniel Carvalho de Mendonça
Superintendente de Relações Institucionais Light

Este documento foi assinado eletronicamente por daniel carvalho de Mendonça.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://light.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 8B80-1609-A233-1087.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas LIGHT. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://light.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/8B80-1609-A233-1087> ou vá até o site <https://light.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 8B80-1609-A233-1087



Hash do Documento

05F61F68FE62B3BB0A8735EA20F129E20C3BF999E37F67CC5893B9D351EAE6AE

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 07/05/2024 é(são) :

- ☒ daniel carvalho de mendonca (Signatário) - 636.173.901-53 em 07/05/2024 17:17 UTC-03:00

Tipo: Assinatura Eletrônica

Identificação: Por email: daniel.mendonca@light.com.br

Evidências

Client Timestamp Tue May 07 2024 17:17:41 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)

Geolocation Latitude: -22.90220445070275 Longitude: -43.187533999011805 Accuracy: 98.33470759699424

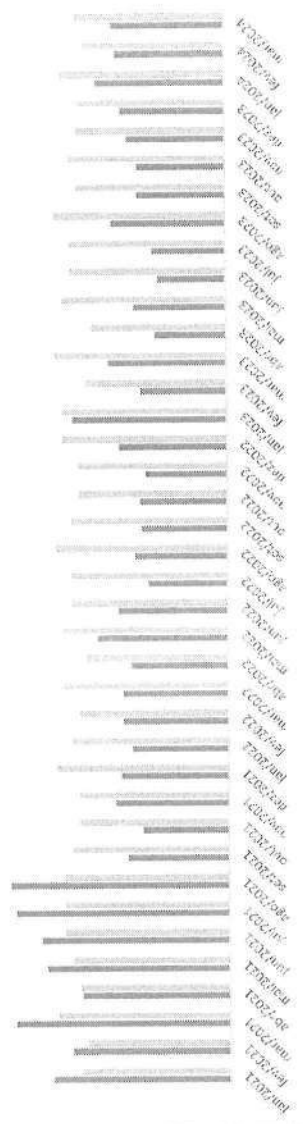
IP 191.57.2.70

Hash Evidências:

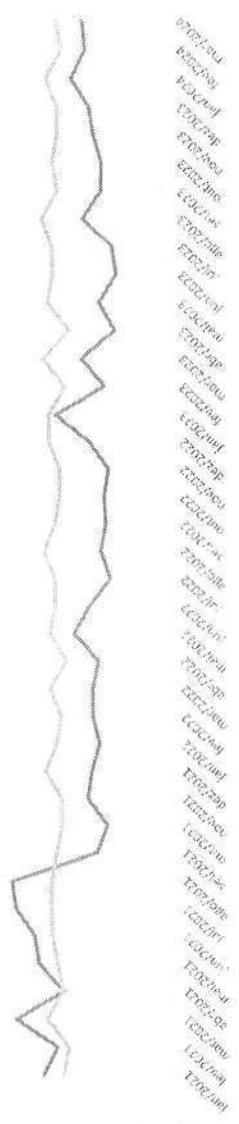
705F7CCC7EA0BE377242372984407C31F728DEEA8D24372D2A98E88B5F989876



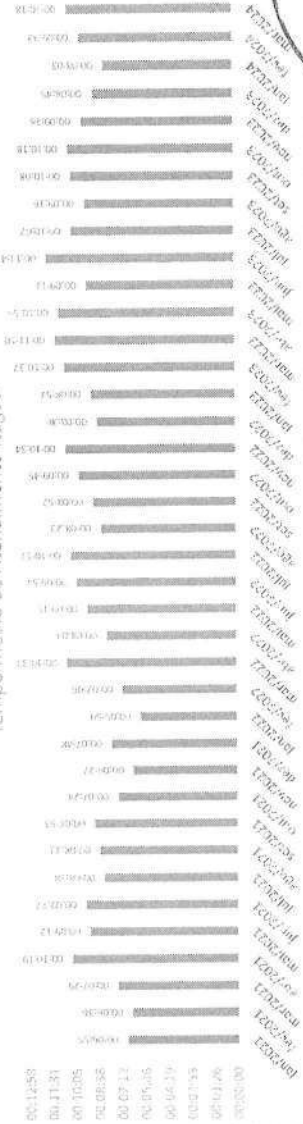
Atendidas vs Capacity Itaguaí



Atendidas vs Capacity Itaguaí



Tempo Médio de Atendimento Itaguaí



Agência	Ano	Mês	Atendidas	Capacity	>30 min	TMA	DU	Capacity_vs_Vol
Itaguaí	2021	jan	2988	2520	0	00:06:55	20	-468
Itaguaí	2021	fev	2658	2394	0	00:06:36	19	-264
Itaguaí	2021	mar	3624	2898	0	00:07:29	23	-726
Itaguaí	2021	abr	2492	2520	3	00:10:19	20	28
Itaguaí	2021	mai	3086	2646	0	00:09:12	21	-440
Itaguaí	2021	jun	3178	2772	0	00:09:27	22	-406
Itaguaí	2021	jul	3609	2772	0	00:08:18	22	-837
Itaguaí	2021	ago	3701	2772	0	00:08:33	22	-929
Itaguaí	2021	set	1690	2646	0	00:08:53	21	956
Itaguaí	2021	out	1440	2520	9	00:07:24	20	1080
Itaguaí	2021	nov	1901	2520	97	00:06:27	20	619
Itaguaí	2021	dez	1801	2898	0	00:07:48	23	1097
Itaguaí	2022	jan	1611	2646	8	00:05:59	21	1035
Itaguaí	2022	fev	1773	2520	0	00:07:06	20	747
Itaguaí	2022	mar	1761	2772	0	00:10:33	22	1011
Itaguaí	2022	abr	1625	2394	0	00:08:03	19	769
Itaguaí	2022	mai	2200	2772	0	00:09:15	22	572
Itaguaí	2022	jun	1835	2646	0	00:09:54	21	811
Itaguaí	2022	jul	1329	2646	0	00:10:17	21	1317
Itaguaí	2022	ago	1553	2898	0	00:08:23	23	1345
Itaguaí	2022	set	1437	2646	0	00:08:52	21	1209
Itaguaí	2022	out	1470	2520	0	00:09:45	20	1050
Itaguaí	2022	nov	1366	2520	0	00:10:34	20	1154
Itaguaí	2022	dez	1812	2772	0	00:08:36	22	960
Itaguaí	2023	jan	2614	2772	0	00:08:57	22	158
Itaguaí	2023	fev	1445	2394	0	00:10:37	19	949
Itaguaí	2023	mar	1986	2898	0	00:11:10	23	912
Itaguaí	2023	abr	1189	2268	0	00:10:56	18	1079
Itaguaí	2023	mai	1546	2772	0	00:09:11	22	1226
Itaguaí	2023	jun	1140	2646	0	00:11:41	21	1506
Itaguaí	2023	jul	1232	2646	0	00:10:07	21	1414
Itaguaí	2023	ago	1926	2898	0	00:09:16	23	972
Itaguaí	2023	set	1490	2520	0	00:10:08	20	1030
Itaguaí	2023	out	1480	2646	0	00:10:18	21	1166
Itaguaí	2023	nov	1656	2520	0	00:09:28	20	864
Itaguaí	2023	dez	1758	2520	0	00:08:45	20	762
Itaguaí	2024	jan	2175	2772	1	00:08:03	22	597
Itaguaí	2024	fev	1836	2394	3	00:09:33	19	558
Itaguaí	2024	mar	1898	2520	0	00:10:18	20	622

Re: Ref. ao Ofício nº 043/2024

"Bruna Martins da Silva" <bruna.silva@reclameaqui.com.br>

8 de maio de 2024 às 13:33

Para: cpi@itaguaí.rj.leg.br

Cc: "Jurídico" <juridico@reclameaqui.com.br>

Prezado,
Boa tarde!

Segue em anexo informações solicitadas no ofício nº 043/2024.

Qualquer dúvida estou à disposição.

Atenciosamente,

Em sex., 3 de mai. de 2024 às 13:48, Bruna Martins da Silva <bruna.silva@reclameaqui.com.br> escreveu:

Prezado,
Boa tarde!

Acuso o recebimento do presente ofício, informo que daremos andamento e em breve retorno com as informações solicitadas.

Qualquer dúvida estou à disposição.

Atenciosamente,

--

 inatura-Logonova.jpg

Bruna Silva
Jurídico

bruna.silva@reclameaqui.com.br

 inatura-Logonova.jpg

Bruna Silva
Jurídico

bruna.silva@reclameaqui.com.br

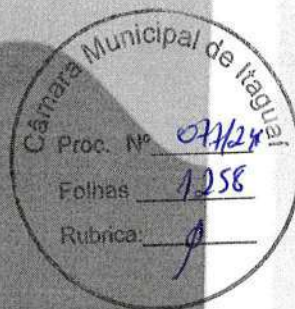




Empresa	Data_Reclamacao	Status	Resolvido	Tipo de Problema
RIO MAIS SANEAMENTO	2023-04-24 19:47:07+00:00	Respondido	Resolvido	Mau Atendimento
RIO MAIS SANEAMENTO	2022-12-14 02:39:55+00:00	Respondido	Resolvido	Estorno do valor pago
RIO MAIS SANEAMENTO	2023-03-03 00:07:31+00:00	Respondido	Não Resolvido	Cobrança indevida
RIO MAIS SANEAMENTO	2023-12-05 20:49:32+00:00	Respondido	Não avaliado	Cobrança indevida
RIO MAIS SANEAMENTO	2023-10-06 11:58:49+00:00	Respondido	Não avaliado	Cobrança indevida
RIO MAIS SANEAMENTO	2023-10-24 13:39:37+00:00	Respondido	Resolvido	Cobrança indevida
RIO MAIS SANEAMENTO	2023-10-04 15:40:33+00:00	Respondido	Não Resolvido	Cobrança indevida
RIO MAIS SANEAMENTO	2023-11-23 17:42:47+00:00	Respondido	Não Resolvido	Cobrança indevida
RIO MAIS SANEAMENTO	2023-11-22 10:15:14+00:00	Respondido	Resolvido	Cobrança indevida
RIO MAIS SANEAMENTO	2023-11-21 12:27:11+00:00	Respondido	Não Resolvido	Cobrança indevida
RIO MAIS SANEAMENTO	2023-11-22 09:27:03+00:00	Respondido	Não avaliado	Cobrança indevida
RIO MAIS SANEAMENTO	2023-03-01 23:42:49+00:00	Respondido	Não Resolvido	Cobrança indevida
RIO MAIS SANEAMENTO	2023-11-23 20:44:55+00:00	Respondido	Não Resolvido	Cobrança indevida
RIO MAIS SANEAMENTO	2023-12-06 15:10:22+00:00	Respondido	Não avaliado	Cobrança indevida
RIO MAIS SANEAMENTO	2023-12-05 18:24:30+00:00	Respondido	Não avaliado	Cobrança indevida
RIO MAIS SANEAMENTO	2023-11-16 19:01:45+00:00	Respondido	Não avaliado	Cobrança indevida
RIO MAIS SANEAMENTO	2023-03-23 22:47:44+00:00	Respondido	Resolvido	Cobrança indevida
RIO MAIS SANEAMENTO	2023-08-20 12:29:12+00:00	Respondido	Resolvido	Cobrança indevida
RIO MAIS SANEAMENTO	2023-04-13 00:17:58+00:00	Respondido	Não avaliado	Cobrança indevida
RIO MAIS SANEAMENTO	2023-11-26 21:33:53+00:00	Respondido	Não Resolvido	Cobrança indevida
RIO MAIS SANEAMENTO	2023-10-05 08:52:27+00:00	Respondido	Não avaliado	Cobrança indevida
RIO MAIS SANEAMENTO	2023-12-13 00:11:11+00:00	Respondido	Não avaliado	Cobrança indevida
RIO MAIS SANEAMENTO	2023-08-09 16:16:46+00:00	Respondido	Não avaliado	Cobrança indevida
RIO MAIS SANEAMENTO	2023-06-21 14:39:24+00:00	Respondido	Resolvido	Cobrança indevida
RIO MAIS SANEAMENTO	2023-06-27 02:14:35+00:00	Respondido	Não Resolvido	Cobrança indevida
RIO MAIS SANEAMENTO	2023-09-14 17:37:12+00:00	Respondido	Não Resolvido	Cobrança indevida
RIO MAIS SANEAMENTO	2023-01-31 17:54:02+00:00	Respondido	Não avaliado	Cobrança indevida
RIO MAIS SANEAMENTO	2023-09-19 18:59:33+00:00	Respondido	Resolvido	Cobrança indevida
RIO MAIS SANEAMENTO	2022-09-29 21:14:09+00:00	Respondido	Não avaliado	Valor abusivo
RIO MAIS SANEAMENTO	2023-10-08 14:31:43+00:00	Respondido	Não avaliado	Qualidade do serviço prestado
RIO MAIS SANEAMENTO	2023-10-27 11:57:53+00:00	Respondido	Não avaliado	Qualidade do serviço prestado



RIO MAIS SANEAMENTO	2023-07-16 22:00:12+00:00	Respondido	Resolvido	Qualidade do serviço prestado
RIO MAIS SANEAMENTO	2023-05-05 22:58:45+00:00	Respondido	Resolvido	Qualidade do serviço prestado
RIO MAIS SANEAMENTO	2023-12-19 12:07:03+00:00	Respondido	Não Resolvido	Qualidade do serviço prestado
RIO MAIS SANEAMENTO	2022-12-25 14:40:37+00:00	Respondido	Não avaliado	Qualidade do serviço prestado
RIO MAIS SANEAMENTO	2022-12-19 19:32:26+00:00	Respondido	Resolvido	Qualidade do serviço prestado
RIO MAIS SANEAMENTO	2023-07-28 16:07:38+00:00	Respondido	Resolvido	Qualidade do serviço prestado
RIO MAIS SANEAMENTO	2023-11-22 10:15:59+00:00	Respondido	Não avaliado	Qualidade do serviço prestado
RIO MAIS SANEAMENTO	2023-01-10 19:32:48+00:00	Respondido	Não avaliado	Qualidade do serviço prestado
RIO MAIS SANEAMENTO	2023-04-02 12:48:58+00:00	Respondido	Não avaliado	Qualidade do serviço prestado
RIO MAIS SANEAMENTO	2023-07-31 22:37:15+00:00	Respondido	Não avaliado	Qualidade do serviço prestado
RIO MAIS SANEAMENTO	2023-12-15 13:12:06+00:00	Respondido	Não avaliado	Demora na execução
RIO MAIS SANEAMENTO	2023-11-03 13:19:08+00:00	Respondido	Resolvido	Demora na execução
RIO MAIS SANEAMENTO	2023-07-05 13:40:28+00:00	Respondido	Resolvido	Demora na execução
RIO MAIS SANEAMENTO	2022-09-15 19:53:42+00:00	Respondido	Não avaliado	Demora na execução
RIO MAIS SANEAMENTO	2023-08-30 15:18:10+00:00	Respondido	Não avaliado	Mau atendimento do prestador de serviço
RIO MAIS SANEAMENTO	2022-12-04 14:08:26+00:00	Respondido	Não avaliado	
RIO MAIS SANEAMENTO	2023-11-23 17:17:13+00:00	Respondido	Resolvido	
RIO MAIS SANEAMENTO	2023-10-16 12:52:47+00:00	Respondido	Resolvido	
RIO MAIS SANEAMENTO	2023-09-30 00:00:55+00:00	Respondido	Não avaliado	
RIO MAIS SANEAMENTO	2022-12-18 23:52:54+00:00	Respondido	Não avaliado	
RIO MAIS SANEAMENTO	2023-10-03 14:16:08+00:00	Respondido	Não avaliado	



Prezado(a) **Julia**,

Comunicamos que a ligação **1302808474** apresenta **8** contas em atraso totalizando um subsídio pendente no valor de **R\$ 185,07**.

Mediante a este subsídio, há previsão de **suspensão do abastecimento de água** para o seu imóvel.

Clique no botão abaixo e entre em contato conosco pelo WhatsApp para resolver o subsídio de forma ágil.

Caso já tenha efetuado o pagamento, por favor desconsidere esse e-mail.

CLIQUE AQUI PARA FALAR CONOSCO

PAQUE COM
PicPay

Para manter suas contas em dia, entre em contato por meio de um dos canais de relacionamento:

  0800 772 1027

 www.riomaissaneamento.com.br

 Aplicativo Cliente Águas

   Rio+Saneamento

 **Rio+**
Saneamento

Se você não deseja receber nossos e-mails, sua inscrição



Mostrar original



Prezado(a), Júlia!

Sinalizamos que você possui **subsídios** vinculados ao seu CPF/CNPJ. A **Rio Mais** está com excelentes condições para te ajudar a **sair da sua dívida!**

Entre em contato conosco através do WhatsApp 08007721027 e informe sua ligação **1302808474** e contrato **191785** para negociar.

Conte com a gente!

Caso tenha feito o pagamento, por favor desconsidere este e-mail.

CLIQUE AQUI PARA FALAR CONOSCO

PAGUE COM
PicPay

Para manter suas contas em dia, entre em contato por meio de um dos canais de relacionamento:

SANEAMENTO (INFORMATIVO - RIO+ SANEAMENTO)

Caixa de entrada



Rio... 10 de abr.
para mim ▾

Cancelar inscrição



inglês → português
Mostrar original



Prezado(a), **Júlia!**

Sinalizamos que você possui **subsídios** vinculados ao seu CPF/CNPJ. A **Rio Mais** está com excelentes condições para te ajudar a **sair da sua dívida!**

Entre em contato conosco através do WhatsApp 08007721027 e informe sua ligação **1302808474** e contrato **191785** para negociar.

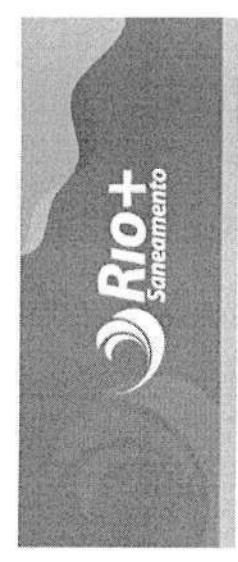
INFORMATIVO - RIO+
SANEAMENTO (INFORMATIVO
- RIO+ SANEAMENTO) ☆

Caixa de entrada



Rio... 12 de abr.
para mim ▾
Cancelar inscrição ⋮

**inglês → português**
Mostrar original ⚙️



Prezado(a), **Júlia!**

Sinalizamos que você possui subsídios vinculados ao seu CPF/CNPJ. A **Rio Mais** está com excelentes condições para te ajudar a **sair da sua dívida!**

Entre em contato conosco através do WhatsApp 08007721027 e informe sua ligação 1302808474 e contrato 191785 para negociar.

Conte com a gente!

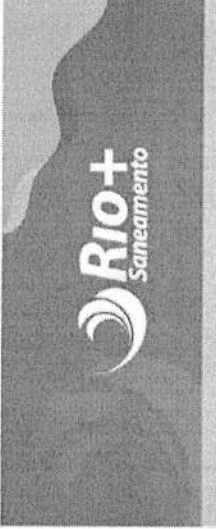
Caso tenha feito o pagamento, por favor

INFORMATIVO - RIO+
SANEAMENTO (INFORMATIVO
- RIO+ SANEAMENTO) ☆

Caixa de entrada

Rio... 22 de mar. Cancelar inscrição
para mim

inglês → português
Mostrar original



Prezado(a), **Júlia!**

Sinalizamos que você possui subsídios vinculados ao seu CPF/CNPJ. A Rio Mais está com excelentes condições para te ajudar a **sair da sua dívida!**

Entre em contato conosco através do WhatsApp 08007721027 e informe sua ligação **1302808474** e contrato **191785** para negociar.

Conte com a gente!

Caso tenha feito o pagamento, por favor

13:32

18%



RIO+ SANEAMENTO (RIO+ SANEAMENTO)

Caixa de entrada

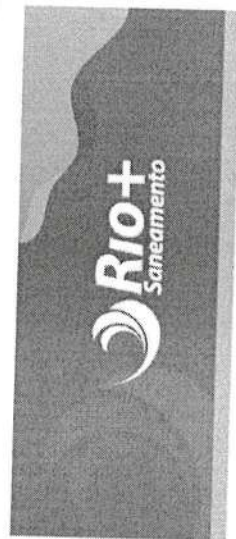


Rio M... Há 6 dias
para mim

Cancelar inscrição



inglês → português
Mostrar original



Prezado(a) Julia,

Comunicamos que a ligação 1302808474 apresenta 9 contas em atraso totalizando um subsídio pendente no valor de R\$ 209,01.

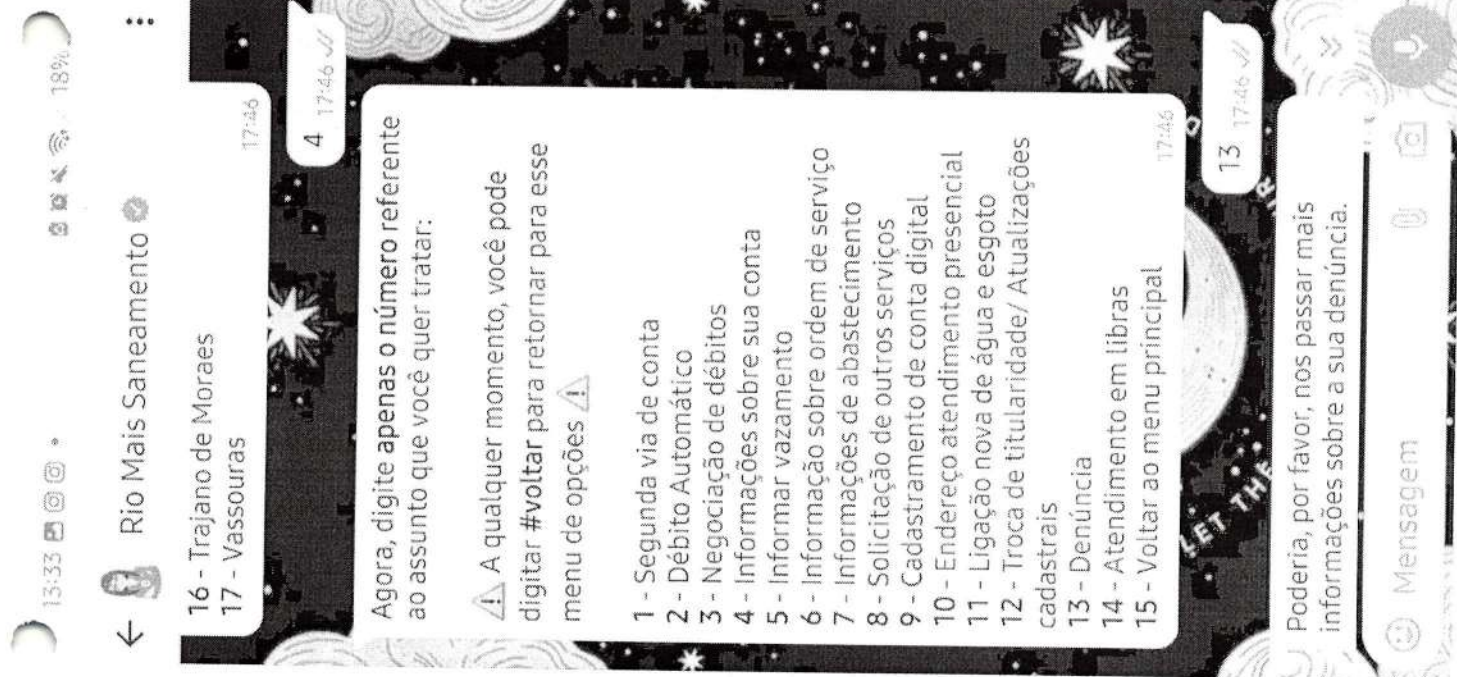
Mediante a este subsídio, há previsão de **suspensão do abastecimento de água** para o seu imóvel.

Clique no botão abaixo e entre em contato conosco pelo WhatsApp para resolver o subsídio de forma ágil.

Caso já tenha efetuado o pagamento, por favor desconsidere esse e-mail.

WhatsApp: 11 99999-9999







13:33

18%

← Rio Mais Saneamento

trabalho e ele dará sequência ao seu atendimento. Obrigada pelo seu contato, tenha um ótimo dia e, por favor, aguarde!

17:46

Vocês estão me cobrando contas de um hidrômetro que eu não tenho

17:47

Me mandam e-mails dizendo que tenho contas em atraso

17:48

Eu já entrei em contato, pedi que fosse verificado

17:48

Mas vcs não resolveram nada

17:48

Nem entraram em contato e continuam a me cobrar vontas

17:49

Contas

17:49

Olá, eu sou GIULIANO e serei responsável pelo seu atendimento

Já estou agilizando a sua solicitação a partir das informações passadas, ok? Falo com o titular da ligação?

_Caso não haja interação por 10 minutos, a nossa conversa será encerrada automaticamente pelo sistema por inatividade. Não se preocupe, se precisar, é só chamar de novo! _

17:50

Sim

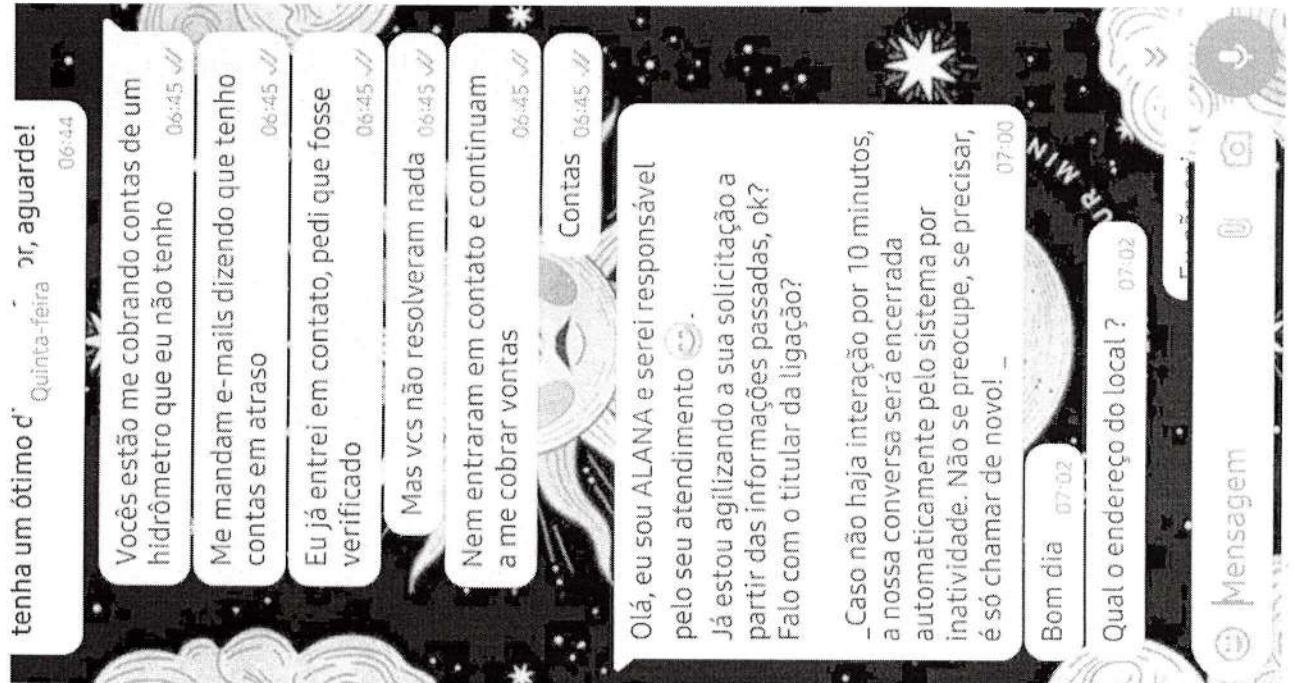
17:50

Mensagem









13:33

17%

← Rio Mais Saneamento

Bom dia

Opção inválida. Por favor informe uma das opções abaixo:

Olá, seja bem-vindo a Rio + Saneamento, somos sua empresa de saneamento. *Meu nome é GABI, sou a atendente virtual e estou aqui para te ajudar.*

Por favor, digite apenas o número que corresponde ao nome do município que deseja ser atendido.

- 1 - Bom Jardim
- 2 - Carapebus
- 3 - Carmo
- 4 - Itaguaí
- 5 - Macuco
- 6 - Natividade
- 7 - Paracambi
- 8 - Pinheiral
- 9 - Pirai
- 10 - Rio Claro
- 11 - Rio das Ostras
- 12 - São Fidélis
- 13 - São José de Ubá
- 14 - Seropédica
- 15 - Sumidouro
- 16 - Trajano de Moraes
- 17 - Vassouras



Mensagem

← Rio Mais Saneamento

Agora, digite **aper** referente ao assunto que você quer tratar:

⚠ A qualquer momento, você pode digitar **#voltar** para retornar para esse menu de opções ⚠

- 1 - Segunda via de conta
- 2 - Débito Automático
- 3 - Negociação de débitos
- 4 - Informações sobre sua conta
- 5 - Informar vazamento
- 6 - Informação sobre ordem de serviço
- 7 - Informações de abastecimento
- 8 - Solicitação de outros serviços
- 9 - Cadastramento de conta digital
- 10 - Endereço atendimento presencial
- 11 - Ligação nova de água e esgoto
- 12 - Troca de titularidade/ Atualizações cadastrais
- 13 - Denúncia
- 14 - Atendimento em libras
- 15 - Voltar ao menu principal

06:44

13 06:44 ✓

Poderia, por favor, nos passar mais informações sobre a sua denúncia.

Enquanto você nos responde, já vou encaminhá-lo para o meu colega de trabalho e ele dará sequência ao seu atendimento. Obrigada pelo seu contato, tenha um ótimo dia e, por favor, aguarde!

😊 Mensagem



← Rio Mais Saneamento

Quinta-feira

Para analisarmos a sua denúncia peço que informe seu nome e o cpf para verificação.

06:08

Aguardo

06:08

Ainda está por aí?

Caso não responda, a nossa conversa será encerrada automaticamente pelo sistema por inatividade depois de 3 min

06:15

Percebi que você não está podendo falar agora e por esse motivo, estou encerrando o seu atendimento.

06:19

Agora

06:44

A Rio+ Saneamento está ciente dos requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados e se preocupa com as suas informações pessoais. Para conhecer a nossa política de privacidade, acesse <https://bit.ly/3p7bAMM>

06:44

Olá, seja bem-vindo a Rio + Saneamento, somos sua empresa de saneamento. *Meu nome é GABI, sou a atendente virtual e estou aqui para te ajudar.*

Por favor, digite apenas o número que corresponde ao nome do município que deseja ser atendido.

Mensagem





14:38

23%



Rio Mais Saneamento

Verifiquei que há uma solicitação de análise para esta situação. Sentimos muito pelo ocorrido.

A ordem de serviço 2450559 está em andamento com a equipe de verificação e assim que tiver um retorno a equipe poderá entrar em contato com você, mas a vistoria precisa ir até o endereço para averiguação.

Vi que na ordem de serviço não há nenhum telefone para contato, você poderia me informar ao menos um para inclusão? Se tiver 2, também posso agregar.

14:24

Ok

Que ordem de serviço é essa?

A respeito de quê?

Vcs estão atribuindo a mim, um serviço que não contratei

Eu moro a 9 anos no mesmo local

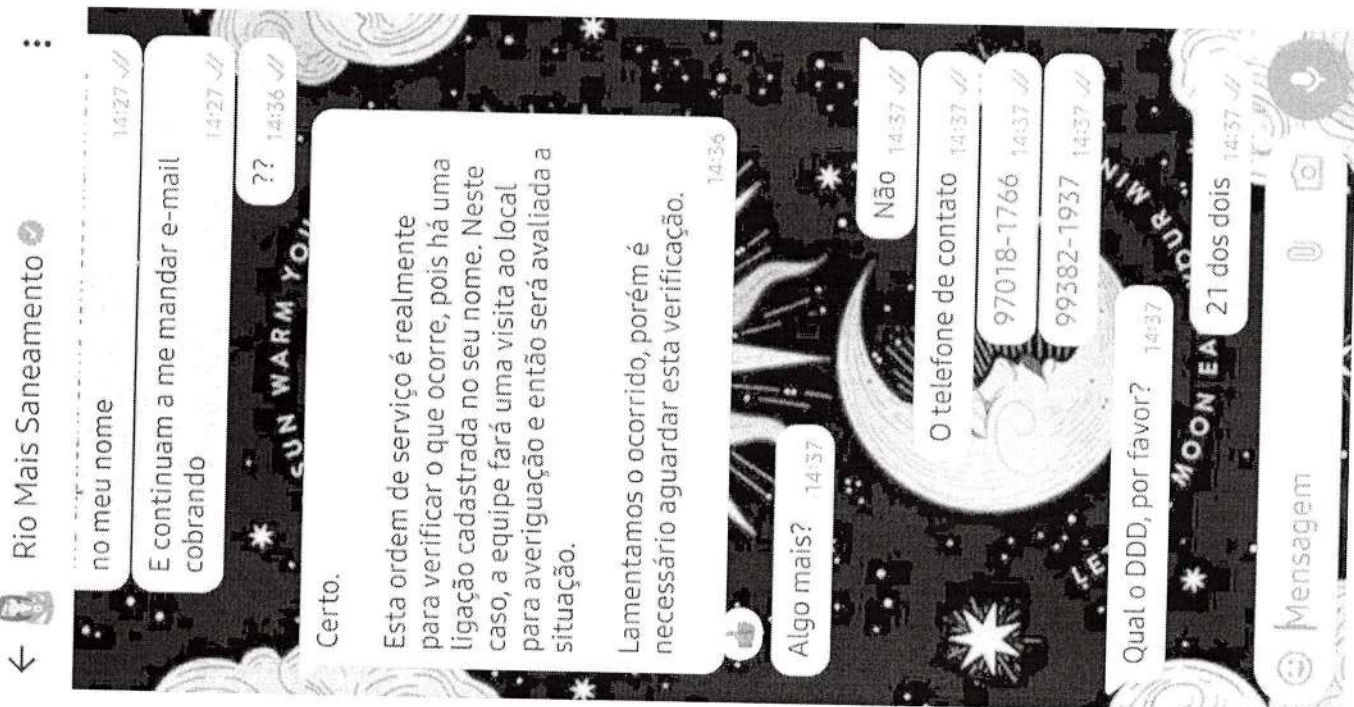
E o hidrometro é no nome do meu esposo

Tem muito tempo que eu fiz o contato e vocês não resolvem o problema e nem me explicam como tem esse hidrometro no meu nome

Mensagem









S.A. S. 201 e 202. Ciro. RJ.		Nº DA LIGAÇÃO: 130246365-2	
NOTIFICAÇÃO: 13.003.1.1.01970		VIA 1	
EMISSÃO: 2024		VENCIMENTO: 02/03/2024	
		Nº Hidrômetro: 02390722956	
PREV. PRÓX. LEITURA 03/03/2024		TIPO DE ENTREGA: DOMICILIO	
CATEGORIA/Nº ECONOMIAS RES. COM. IND. PUB.		0 0 0	
ATURAMENTO DO CONSUMO			
Consumo Faturado (R\$)		Tipo de Estabelecimento UNID.	
Consumo Faturado (R\$)		Taxa de Água (R\$)	
Consumo Faturado (R\$)		Taxa de Esgoto (R\$)	

CENTRAIS DE ATENDIMENTO

Para informações de empresas e fornecedores de atendimento das
leis, acesse nosso site: www.flomissaoatendimento.com.br

DISQUE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA - 180

ORIENTAÇÃO E INFORMAÇÃO SOBRE O USO DE DROGAS: LIGUE 132



Atendimento
0606 525 9646
0140 22 573 6007

ALERT - Tel. 0800 202 7060
R. de Alameda, 8, 3º andar
Centro - Rio de Janeiro - RJ

PROCOM - Tel. 151
reclamacoes@procom.org.br

1302811933-0

CARLOS AUGUSTO GONCALVES
RUA MANGUEIRA, 39 - IBIRAPITANGA
CS
ITAGUAÍ - 23811830

VENCIMENTO: 07/03/2024

012816

Rota: 50.011.1.1.19920

CONTA DE FORNECIMENTO DE ÁGUA

1302811935-7

XENIA SHAYANNE NASCIMENTO GONCALVES
RUA MANGUEIRA, 39 - IBIRAPITANGA
CS A
ITAGUAÍ - 23811830

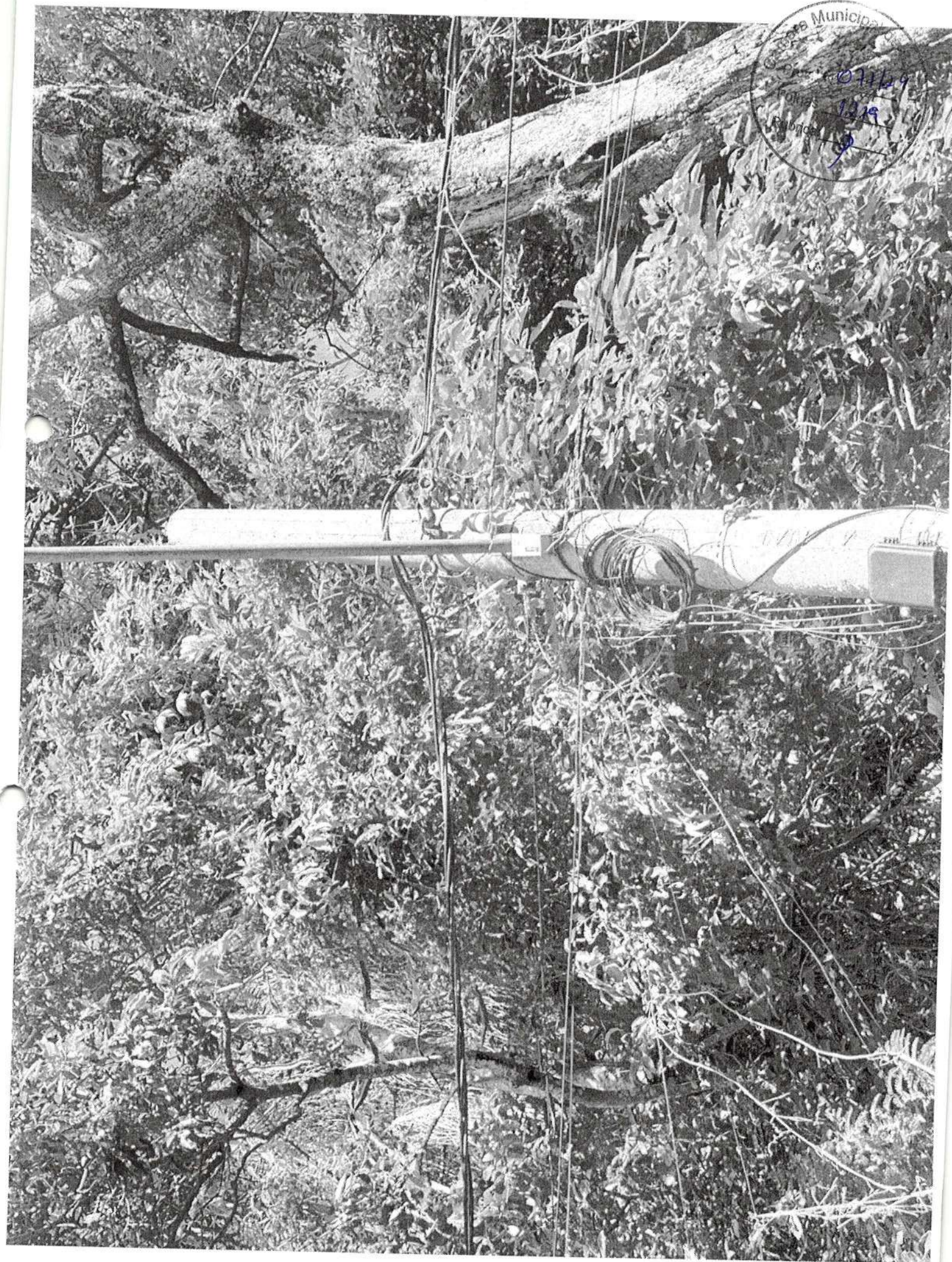
VENCIMENTO: 07/03/2024

012813

Rota: 50.011.1.1.19940

CONTA DE FORNECIMENTO DE ÁGUA

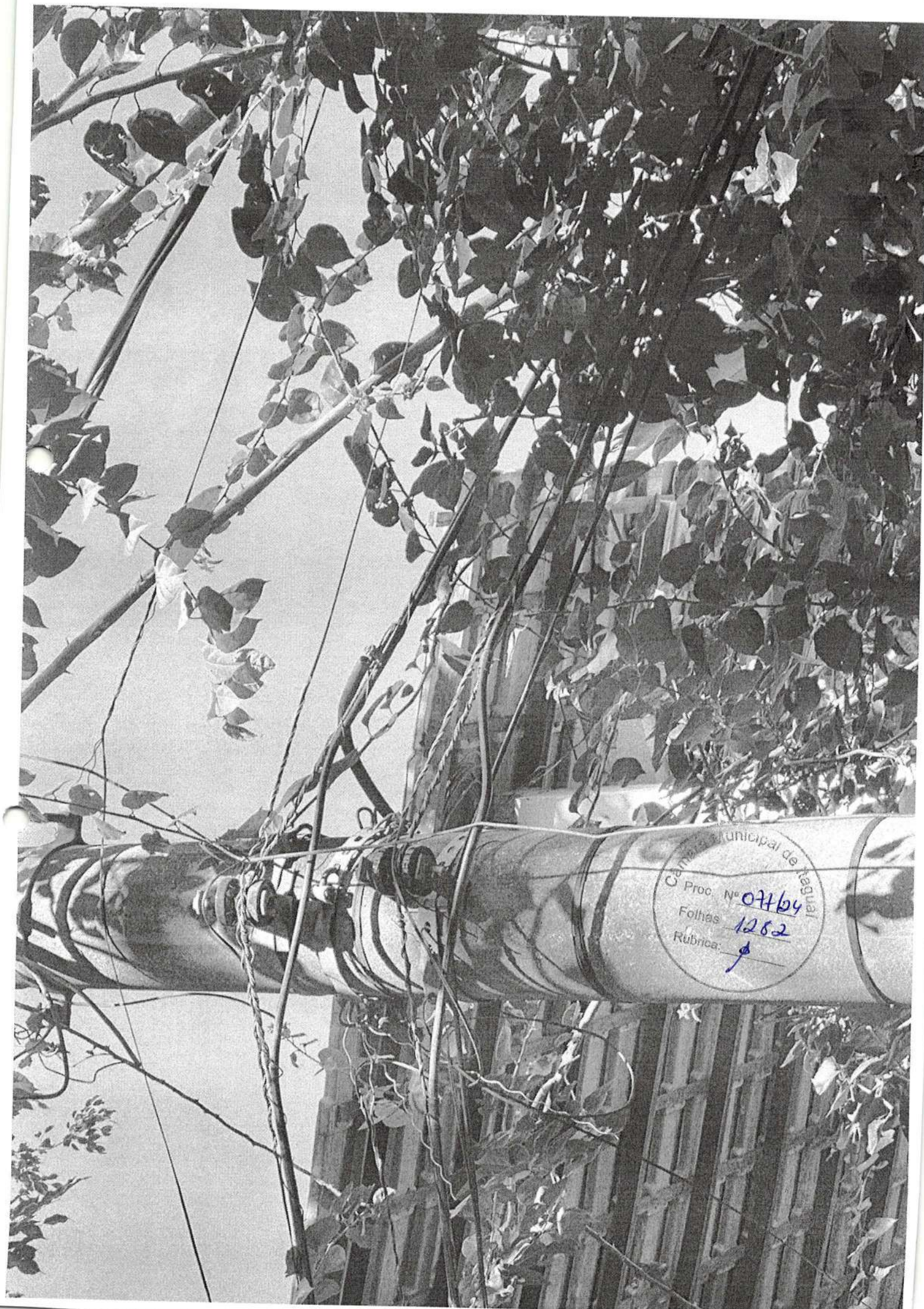




Municipal
07169
1219
[Signature]



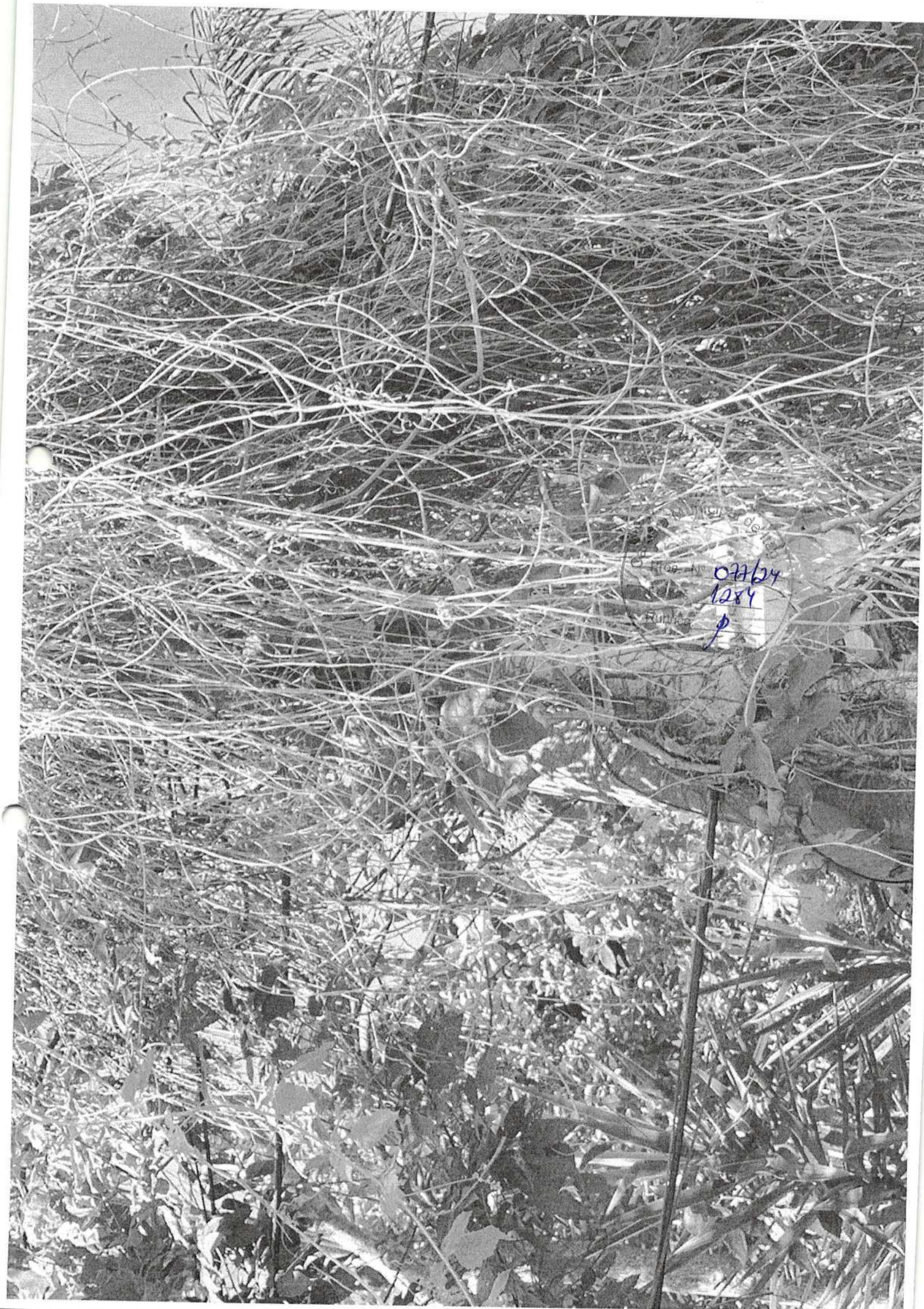


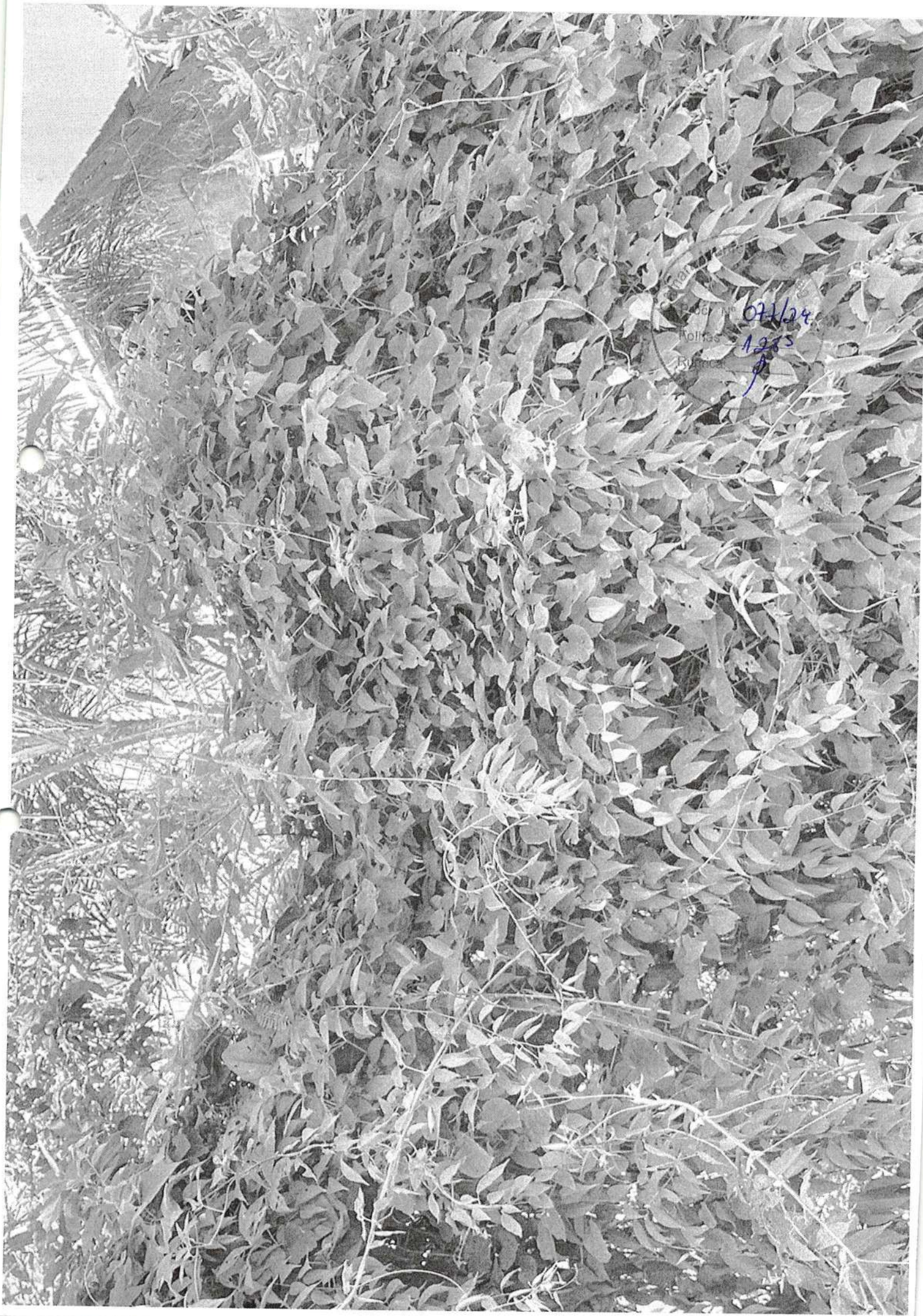


Câmara Municipal de Itaquai
Proc. Nº 07464
Folhas 1282
Rubrica: [signature]



Line 07164
Poles 1283
Rebica ϕ





07/1/24
1285
✓

Proj. 077/24
Folhas 1286
Rubrica. p





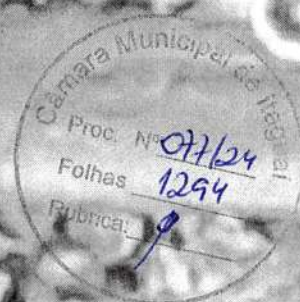












Esse documento é a comprovação de veracidade das informações geradas pelos Correios sobre o objeto **BR858665730BR**

Correios

AVISO DE RECEBIMENTO

CONTRATO 9912

DESTINATÁRIO:
Agência Nacional de Energia Elétrica - Anel
SGAN S66 Módulo 10, Ass Norte
70830-110 - Brasília DF

YAS29780298R

REMETENTE: Agência Nacional de Telecomunicações
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO OBJETO:
SAUS, Quadra 06, Bloco C, E, F, H,
Ass Sul
70070-940 - Brasília DF

YAS29780298R

Documentos Principais: Odeio 26a (11840560)
Anexo: Informe 42 (11840311), Lota (11840194)
Processo nº 55509/03267/024,54

ASSINATURA DO RECEBEDOR
NOME LEGAL DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA

Nº DOC DE RECEPÇÃO
05/05/2024

NEGATIVO DE DEVOLUÇÃO

1) Não entregue

2) Não entregue

3) Não entregue

4) Não entregue

5) Não entregue

6) Não entregue

7) Não entregue

8) Não entregue

9) Não entregue

10) Não entregue

11) Não entregue

12) Não entregue

13) Não entregue

14) Não entregue

15) Não entregue

16) Não entregue

17) Não entregue

18) Não entregue

19) Não entregue

20) Não entregue

21) Não entregue

22) Não entregue

23) Não entregue

24) Não entregue

25) Não entregue

26) Não entregue

27) Não entregue

28) Não entregue

29) Não entregue

30) Não entregue

31) Não entregue

32) Não entregue

33) Não entregue

34) Não entregue

35) Não entregue

36) Não entregue

37) Não entregue

38) Não entregue

39) Não entregue

40) Não entregue

41) Não entregue

42) Não entregue

43) Não entregue

44) Não entregue

45) Não entregue

46) Não entregue

47) Não entregue

48) Não entregue

49) Não entregue

50) Não entregue

51) Não entregue

52) Não entregue

53) Não entregue

54) Não entregue

55) Não entregue

56) Não entregue

57) Não entregue

58) Não entregue

59) Não entregue

60) Não entregue

61) Não entregue

62) Não entregue

63) Não entregue

64) Não entregue

65) Não entregue

66) Não entregue

67) Não entregue

68) Não entregue

69) Não entregue

70) Não entregue

71) Não entregue

72) Não entregue

73) Não entregue

74) Não entregue

75) Não entregue

76) Não entregue

77) Não entregue

78) Não entregue

79) Não entregue

80) Não entregue

81) Não entregue

82) Não entregue

83) Não entregue

84) Não entregue

85) Não entregue

86) Não entregue

87) Não entregue

88) Não entregue

89) Não entregue

90) Não entregue

91) Não entregue

92) Não entregue

93) Não entregue

94) Não entregue

95) Não entregue

96) Não entregue

97) Não entregue

98) Não entregue

99) Não entregue

100) Não entregue



Confirmação de Autenticidade de Documento



Este é um documento autêntico emitido pelos Correios conforme dados abaixo:

Código do objeto: BR858665730BR

Data de Emissão do Documento: 07/05/2024

Hora de Emissão do Documento: 15:05:25

Código de Controle: 0AD6F89CF3F406977C06EFE7BF0A44CB

Documento emitido em 07/05/2024, com validade até 03/11/2024.



Esse documento é a comprovação de veracidade das informações geradas pelos Correios sobre o objeto **BR858646792BR**

AREA DE SINISTRO
CAIXA POSTAL 80619 80619
SANTO AMARO
04743-970 - SAO PAULO - SP

OV 49718474

(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO)

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
TAIPASTUR TRANSPORTES TURISTICOS LTDA
RH DANIELE
AVENIDA PROFESSORA MARIA DO CARMO GUIMARÃES PE
TP CAR | PICCOLOTUR VILA VIOTTO
13209-500 - JUNDIAÍ - SP

TENTATIVAS DE ENTREGA	
1ª	_____ : _____ h
2ª	_____ : _____ h
3ª	_____ : _____ h

ASSINATURA DO RECEBEDOR

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR



Confirmação de Autenticidade de Documento



Este é um documento autêntico emitido pelos Correios conforme dados abaixo:

Código do objeto: BR858646792BR

Data de Emissão do Documento: 02/05/2024

Hora de Emissão do Documento: 15:39:12

Código de Controle: 4A2AA751E2FFFFFF5C7EA555AE0DDFC1E

Documento emitido em 02/05/2024, com validade até 29/10/2024.

Itaguaí, 06 de maio de 2024.

Ofício SMSAU nº 1526/2024.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Gabinete da Secretaria de Saúde
PARA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ



Cumprimentando-o cordialmente, venho por meio deste, encaminhar o **relatório da Direção de Infraestrutura (cópia em anexo)**, em resposta aos Ofícios nº 072/2024 e nº 095/2024 (RIO + SANEAMENTO).

Sem mais para o momento, nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Vanessa Stefony Ferreira
Secretária Municipal de Saúde
Matr. 50954-SMS

VANESSA S. FERREIRA
Secretária Municipal de Saúde
Matr. 50.954

Recebido
07/05/2024
Anália de O. Alves
Chefe de Protocolo
Mat. 00042
112402

Itaguaí, 03 de Maio de 2024

Da: Direção de Infraestrutura SMSAU

Para: Secretária de Saúde (Gabinete)

A/C: Vanessa Stefony Ferreira

Assunto: Reiteração da Requisição de Informação para as Investigações da CPI 001/2024



RELATÓRIO

A Sra. Secretária,

Cumprimentando-a cordialmente vimos através deste, em resposta aos Ofícios nº 073/24 de 20/03/24 e 095/24 de 25/04/24 (LIGHT) informar que o Setor Direção de Infraestrutura dentro de toda e qualquer responsabilidade no interior das Unidades de Saúde no assunto energia elétrica detectamos em falta de energia, sendo este externo e responsabilidade da Empresa em resolver nas mesmas. Fazendo por nossa parte Setor juntamente com as Unidades execução do serviço mediante o trâmite de ligações e protocolos com códigos de clientes/e instalações com seus registros.

Ficando assim, aguardando o retorno e suporte da Empresa para resolução do problema solicitado.

Sendo assim, solicitamos que seja enviado Ofício para a Câmara Municipal de Itaguaí.

Sem mais para o momento agradecemos a compreensão de todos.

Atenciosamente,

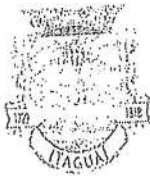
Subsecretário Municipal de Saúde
Valdeir da Silva Monteiro
MAT.: 46.196

Valdeir da Silva Monteiro
Subsecretário de Saúde
SMS-Itaguaí-RJ
Matr.: 46196

Diretor de Infraestrutura
Luis Carlos de Moraes Júnior
MAT.: 50.937

Luis Carlos de Moraes Júnior
Diretor de Infraestrutura
SMS/PMI - Itaguaí - RJ
Matr.: 50.937

07 05 21
17 21
86047719



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ
PODER LEGISLATIVO



Ofício nº 095/2024.

Ref. ao Ofício nº 072/2024, 073/2024.

Assunto: Reiteração da requisição de informações para as investigações da CPI 001/2024.

A Secretaria de Saúde

A/C Dr. Vanessa Stefony Ferreira

Secretária Municipal de Saúde

Sr. Secretário Municipal de Saúde,

Honrados em cumprimentá-los, vimos pelo presente, mui respeitosamente, reiterar a requisição à Vossa Senhoria que seja fornecido, no prazo de 5 dias úteis, improrrogáveis, a contar do recebimento do presente ofício, os relatórios que foram requisitados nos ofícios em referência, valendo salientar que tal requisição é imprescindível para catalogação de novas provas perante a investigação deflagrada por este Parlamento, conduzidas por esta Comissão Parlamentar de Inquérito, no tocante a má-prestação de serviço da concessionária supramencionada.

Advertimos que, a Comissão Parlamentar de Inquérito detém a prerrogativa legal de requisição dos documentos que estão sob vosso poder de guarda, motivo pelo qual é demasiadamente importante vossa colaboração com as investigações outrora mencionada, sob pena de serem efetivadas todas as medidas judiciais cabíveis para obtenção das mesmas.

Reiteramos ainda que a documentação devera ser encaminhada em formato físico protocolado no Setor de Protocolo da Câmara Municipal de Itaguaí, localizado na Rua Amélia Louzada, 277 – Centro – CEP: 23.815.180, mediante resposta indicando o número do ofício ou, caso preferir, em formato digital, para o endereço eletrônico, indicando desde já que o limite máximo dos arquivos são 50 Mb, e caso ultrapasse o limite ora escrito, as informações não serão recebidas.

Sem mais para o momento, reitero meus protestos de elevada estima e distinta consideração

Itaguaí, 25 de abril de 2024.

Ver. José Domingos do Rozário.

Presidente da CPI 001/2024.

2024-04-25
Rozário JDS
ao Sr. Sec. de Saúde



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ
PODER LEGISLATIVO



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO 001/2024

OFÍCIO Nº 073/2024

À Secretaria de Saúde
a/c Dr. Carlos Eduardo Carneiro Zóia
Secretário Municipal de Saúde



Assunto: Requisição de Informações para as investigações da CPI 001/2024

Sr. Secretário Municipal de Saúde,

Honrados em cumprimentá-lo, vimos pelo presente, *mui respeitosamente*, requisitar à vossa senhoria que seja fornecido, no prazo de cinco dias úteis, improrrogáveis, a contar do recebimento do presente ofício, informações sobre eventuais problemas no fornecimento de energia elétrica por parte da empresa Light SA e suas consequências para o desempenho dos serviços públicos essenciais no município de Itaguaí dos últimos 3 anos (2021 a 2024), salientando que tal requisição tem como finalidade a catalogação de provas perante a investigação deflagrada por esse Parlamento, conduzidas por esta Comissão Parlamentar de Inquérito, no tocante a má-prestação de serviço da concessionária supramencionada.

Salientamos que a requisição dos documentos é demasiadamente importante para colaboração com as investigações outrora mencionada.

Informamos ainda que a documentação deverá ser encaminhada em formato físico protocolado no Setor de Protocolo da Câmara Municipal de Itaguaí localizado na Rua Amélia Louzada, 277 -- Centro -- CEP: 23.815.180, mediante resposta indicando o número do ofício ou, caso preferir, em formato digital, para o endereço eletrônico cpi@citaguai.rj.leg.br, indicando desde já que o limite máximo dos arquivos são de 50 Mb e, caso ultrapasse o limite ora descrito, as informações não serão recebidas.

Sem mais para o momento, reitero meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

20 de março de 2024

Ver. José Domingos do Rosário
Presidente da CPI 001/2024

Recebi em 04/04/24

Ass.
46428

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ
PODER LEGISLATIVO



COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO 001/2024

OFÍCIO Nº 072/2024

À Secretaria de Saúde
a/c Dr. Carlos Eduardo Carneiro Zóia
Secretário Municipal de Saúde



Assunto: Requisição de Informações para as investigações da CPI 001/2024

Sr. Secretário Municipal de Saúde,

Honrados em cumprimentá-lo, vimos pelo presente, *mui respeitosamente*, requisitar à vossa senhoria que seja fornecido, no prazo de cinco dias úteis, improrrogáveis, a contar do recebimento do presente ofício, informações sobre eventuais problemas na prestação de serviços da Rio+ Saneamento e suas consequências para o desempenho dos serviços públicos essenciais no município de Itaguaí dos últimos 3 anos (2021 a 2024), salientando que tal requisição tem como finalidade a catalogação de provas perante a investigação deflagrada por esse Parlamento, conduzidas por esta Comissão Parlamentar de Inquérito, no tocante a má-prestação de serviço da concessionária supramencionada.

Salientamos que a requisição dos documentos é demasiadamente importante para colaboração com as investigações outrora mencionada.

Informamos ainda que a documentação deverá ser encaminhada em formato físico protocolado no Setor de Protocolo da Câmara Municipal de Itaguaí localizado na Rua Amélia Louzada, 277 -- Centro -- CEP: 23.815.180, mediante resposta indicando o número do ofício ou, caso preferir, em formato digital, para o endereço eletrônico cpi@itaguai.rj.leg.br, indicando desde já que o limite máximo dos arquivos são de 50 Mb e, caso ultrapasse o limite ora descrito, as informações não serão recebidas.

Sem mais para o momento, reitero meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

20 de março de 2024

Ver. José Domingos do Rosário
Presidente da CPI 001/2024

Recebi em 04/04/24

Adel
46128



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ
PODER LEGISLATIVO



TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

Ao sexto dia do mês de maio de 2024, procedemos o encerramento deste volume nº 06 do processo nº 077/2024, contendo 1302 folhas, abrindo-se em seguida o volume nº 07.

Sem mais,


ANÁLIA DE OLIVEIRA ALVES
Chefe de Protocolo
matrícula: 00042